COLEÇÃO de LIVROS DIDÁTICOS — F. T. D.

BOULENGER

DOUTRINA CATÓLICA

MANUAL DE INSTRUÇÃO RELIGIOSA

PARA USO DOS

Ginásios, Colégios e Catequistas voluntários

CURSO SUPERIOR

PRIMEIRA PARTE

O DOGMA

SÍMBOLO dos APÓSTOLOS

LIVRARIA FRANCISCO ALVES

EDITORA PAULO DE AZEVEDO LTDA.

BELO HORIZONTE
Rua Rio de Janeiro, 655

Cr$ 28,00

COLEÇÃO de LIVROS DIDÁTICOS = F. T. D.

BOULENGE

DOUTRINA CATÓLICA

MANUAL DE INSTRUÇÃO RELIGIOSA

PARA USO DOS

Ginásios, Colégios e Catequistas voluntários

CURSO SUPERIOR

PRIMEIRA PARTE

O DOGMA

SÍMBOLO DOS APÓSTOLOS

LIVRARIA FRANCISCO ALVES

EDITORA PAULO DE AZEVEDO LTDA.

RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | BELO HORIZON
Rua do Ouvidor, 166 | Rua Libero Badaró, 292 | Rua Rio de Janeiro,

NIHIL OBSTAT
S. Pauli, 16 Martii 1927.
CAN. DOR. MARTINS LADEIRA,
censor

IMPRIMATUR
MNR. PEREIRA BARROS,
vig. geral

Coleção de LIVROS DIDÁTICOS = F. T. D.

Obedece às seguintes normas:

1.ª Respeitar sempre a moral mais rigorosa pelo culto a Deus, à Pátria, à Família.

2.ª Suavizar o ensino, pelo emprêgo dos melhores métodos.

3.ª Torná-lo prático quanto possível pela multiplicidade dos exercícios de aplicação.

4.ª Adaptar-se, no que diz respeito à extensão dos programas, a todas as exigências do Departamento Nacional de Ensino.

DO MESMO AUTOR

Doutrina católica, tomo II, *Moral.*

Doutrina católica, tomo III, *Sacramentos e Liturgia.*

1.ª LIÇÃO — PRELIMINARES

Destino do homem

O DESTINO

- **1.º Problema do Destino.**
  - a) Origem do homem.
  - b) Fim do homem.
  - c) Meios que levam ao fim.
- **2.º O Catecismo dá a Solução do problema.**
- **3.º Natureza do Destino.**
  - a) O destino não é do ordem natural.
  - b) O homem, chamado à felicidade do céu.
- **4.º Caráter do Destino.**
  - a) Gratuito, por parte de Deus.
  - b) Obrigatório, por parte do homem
- **5.º Obrigações que impõe.**
  - a) Estudo da Religião.
  - b) Obediência aos preceitos da Religião.
- **6.º A irreligião vem a ser.**
  - a) Ingratidão.
  - b) Loucura.

1. — Vocábulos.

Destino. —*a)* No sentido *lato*, a palavra *destino* significa o fim a que tendem os seres.—*b)* Em sentido *particular*, com referência ao homem, o destino é a questão da *vida futura*, isto é, das recompensas ou dos castigos que ali nos são reservados.

Catecismo ou Catequese (do grego «*catechesis*» instrução): —*a)* *Instrução religiosa* por meio de perguntas e respostas. Na Igreja primitiva, era sempre oral e ensino. Ministrava-se aos catecúmenos antes do batismo. Com o uso de se batizarem as criancinhas, ficou a catequese para os anos que antecedem a primeira comunhão. — *b)* Como *livrinho*, o catecismo apareceu na época do protestantismo. Espalhou-se muito, então, para opor-se aos opúsculos em que os protestantes iam publicando suas idéias novas.

Além do *Catecismo do Concílio de Trento*, que encerra a explicação teológica de toda a doutrina cristã, os que tiveram mais celebridade são:—1.º o catecismo de *São Sulpício*, publicado no século XVII, sob a direção de M. Olier; — 2.º o catecismo de *Meaux*, publicado por Bossuet, em 1686; — 3.º enfim, no século XIX, depois da Concordata, o catecismo *imperial*. Êste catecismo preceituava, entre outros deveres, os que cumpria observar para com Napoleão I, sob pena de condenação eterna.

Foi imposto a toda a França, em 1806, por decreto do seu imperador, com o beneplácito do cardial-legado Caprara. Êste deu a aprovação canônica sem consultar o papa Pio VII, e contra o parecer do cardeal Gonsalvi. Contra êsse compêndio em francês, protestaram com algum vigor diversos bispos daquela nação e da Bélgica. A Restauração o fez desaparecer.

DESENVOLVIMENTO

2. — I. Problema do destino.

Poder-se-ia enunciar o *problema do destino* como segue: desde que a vida presente não passa de *viagem*, é preciso que saibamos qual é a nossa *origem:* donde vimos; qual, o nosso *fim:* aonde vamos; e quais *meios* nos hão de levar a êste nosso *fim.* Tal problema apresenta-se espontânea e inevitàvelmente ao espírito e não há outro cuja boa solução seja tão importante. Na verdade, destino é só o *fim* do homem; mas, o ponto de chegada está forçosamente relacionado ao ponto de partida, e é certo também que não se alcança um determinado lugar, senão pelos caminhos que ali vão ter. Logo as três questões: *origem, fim,* e *meios* de conseguir o fim, estão ìntimamente *ligadas,* e exigem uma solução.

3. — II. O Catecismo resolve o problema do destino.

Quem nos dá a solução do *problema do destino,* é a *religião.* Ora, encontramos a religião exposta num livrinho que se chama *Catecismo.* O célebre Jouffroy escreveu: « Existe um livrinho, que as crianças têm de decorar, e depois têm de recitar na Igreja. Lede êsse livrinho; é o catecismo. Nele haveis de achar a resposta a todas as perguntas que formulei. A todas, pois não, digo bem, a todas sem exceção. Indagai de um cristão donde vem a espécie humana: sabe, para onde vai: sabe; e como é que ali vai: sabe. Dirigi-vos

a êsse meninozinho, que, até agora, não cogitou muito disso, e perguntai-lhe porque está neste mundo, o que lhe sucederá depois da morte: êle vos dará uma resposta sublime... É isso que é uma grande religião. Para mim, está caracterizada por êste fato de não deixar sem resposta, nenhuma das questões que interessam a humanidade.»

4. — III. Natureza do destino.

A primeira cousa que queremos conhecer, a respeito do destino, é a *natureza* dêle. A razão e a revelação estão de acôrdo para nos mostrar Deus como nosso criador, e como criador inteligente e sábio. Impossível, portanto, que nos tenha criado à toa, sem propósito, sem fim preestabelecido. E *qual é êste fim?* Foi feito o homem para uma felicidade efêmera, deleites do corpo, e gozos do espírito que acabassem com a morte? Ou então, pelo contrário, será que a morte é mera transição, introduzindo o homem no seu destino verdadeiro? E neste último caso, de que ordem é o nosso destino? De *ordem natural,* isto é, a plena extensão, o completo desenvolvimento das nossas faculdades? Ou de *ordem sobrenatural,* elevando o homem acima da sua natureza? Todos êstes quesitos são respondidos satisfatòriamente pela religião. Com efeito, ela ensina que o homem está na terra, antes de tudo, para promover a glória de Deus, e não para gozos terrenos; ensina que o homem está neste mundo para ganhar o céu e tornar-se «participante da vida divina».

5. — IV. É livre o destino ou é obrigatório?

Agradou-se Deus de elevar o homem a um estado sobrenatural, e de lhe conceder, numa vida ulterior, a realização perfeita dêsse estado. Será lícito, ao homem, aceitar ou recusar êste destino sobrenatural? É outra pergunta de suma importância. O Catecismo resolve-a, e diz: «Se o destino sobrenatural é *gratuito por parte de Deus,* é, no mesmo tempo, *obrigatório por parte do homem.*» Deus no-lo dá por bondade, e esta bondade divina chega a no-lo impor, para que nossa leviandade nos não esbulhe de tão grande privilégio. Logo, não temos a liberdade de aceitar ou de recusar.

6. — V. Obrigações que nos incumbem para consecução da nossa meta.

Desde que o destino é de ordem sobrenatural e de caráter obrigatório, é lógico que todo homem tem de escolher os *meios* adaptados ao *fim* que Deus propôs.

a) *Primeira obrigação* assim imposta ao homem, é o *estudo da religião* que determina as relações entre o Criador e suas criaturas. — *b*) Quando conhecida a religião, existe *segunda obrigação*, e é a *obediência* aos seus preceitos: adesão do espírito às verdades que ela professa, e prática dos seus mandamentos. Já que Deus quis que nossa vida fôsse tempo de provação; e já que nos concedeu o poder de escolher e o mérito da nossa escolha, cumpre tomemos os *meios* de atingir a meta que Deus nos propõe, e ganhemos, dêste modo, a recompensa eterna.

7. — VI. Que se deve pensar da irreligião?

Manda o nosso destino futuro que estudemos e pratiquemos a religião. Sòmente ela, de fato, nos desvenda o mistério da existência; por ela, ùnicamente, ficamos cientes de que Deus nos pôs no mundo para o conhecermos, o amarmos e o servirmos, e, por êste meio, adquirirmos a vida eterna.

Daí resulta que a *irreligião* é: — *a*) *ingratidão*, porque o homem irreligioso pretende passar bem sem Deus, suprimi-lo ou ignorá-lo; — *b*) *loucura*. Porque o homem não pode duvidar de uma cousa: que há de morrer.

E agora, nem com toda a incredulidade dêle, não será capaz de provar que também a alma acaba no mesmo tempo que o corpo.

Logo, quem não está precavido, de sobreaviso, e vai vivendo como se Deus não existisse, procede estultamente; está em perigo grave, iminente e horrendo.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Por ser a ciência da religião a ciência mais importante, e até, a única necessária, assiste-nos a obrigação rigorosa de a estudarmos, de a aprofundarmos, para termos dela conhecimento sério e esclarecido. Após a morte, Deus não se informará se tivermos sido ricos e sábios, mas, se nos instruimos acêrca da nossa religião, e, sobretudo, se a observamos.

2.º « Não creio que alguém possa ser virtuoso sem religião, disse JEAN-JACQUES ROUSSEAU. Por muito tempo, tive esta opinião errônea ; mas, agora, sei a verdade. » — « Para os Estados, a ignorância a respeito de Deus é o maior dos flagelos. » PLATÃO

LEITURAS. — *BRANCA DE CASTELA.* — Narra-se, desta rainha, mãe de São Luís, rei de França, que ela própria ensinava ao filho as cousas da religião, e, não contente com isso, fazia o mesmo com outros meninos, dando aulas de catecismo.

2.º *NAPOLEÃO, CATEQUISTA.* — Durante mais de dois anos, Napoleão, preso na ilha de Santa Helena, catequizou a filha do general Bertrand, seu companheiro de exílio. Quando a menina completou os doze anos, falou o ex-imperador : « Agora, amiguinha, julgo que você sabe bastante doutrina. Precisa cuidar da primeira Comunhão. Mando chamar dois padres da Europa, um que prepare você para a vida ; outro que me prepare a mim para a morte ». E assim o fez Napoleão.

QUESTIONÁRIO. — I. Que é o problema do destino ?

II. Pode o catecismo, resolver o problema ?

III. 1.º Qual é a natureza do destino ? 2.º Será de ordem natural ? 3.º Terminará com a morte ?

IV. É livre o destino, ou é obrigatório ?

V. Quais obrigações nos são impostas pelo destino ?

VI. Que se deve pensar da irreligião ?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.º Qual é, na vossa opinião, a cousa mais importante da vida ? Saúde, prazer, glória ou existência honrada ? — 2.º Que pensais dos que afirmam não ser necessária a religião ?

2.ª LIÇÃO — PRELIMINARES

A Religião cristã

A RELIGIÃO CRISTÃ

- **1.º É a religião verdadeira.**
- **2.º Origem do nome cristão.**
- **3.º Como é que se vem a ser cristão.**
- **4.º Distintivos do cristão.**
  - **A. O Sinal da Cruz.**
    - a) Modos de fazê-lo.
    - b) Uso.
  - **B. Símbolo dos Apóstolos.**
- **5.º Doutrina católica.**
  - **A. Dogma.**
  - **B. Moral.**
  - **C. Meios de santificação.**
  - **D. Culto.**

8. — Vocábulos.

Religião. — É palavra de origem latina. — *a*) Vem de «*relegere*», recolher, tratar com cuidado (oposto de «*neglegere*», deixar de lado, descuidar) porque o homem religioso zela, com máximo empenho, e profundo respeito, pelas cousas referentes ao culto de Deus. É a etimologia que dá CÍCERO; — *b*) outros autores, como LACTÂNCIO, SÃO JERÔNIMO, SANTO AGOSTINHO, pensam que vem de «*religare*», ligar, porque a religião tem, como base, os laços que unem o homem a Deus.

A etimologia, aliás, pouco influe. Usamos a palavra *religião* com diversas acepções: — *a*) *doutrina*. Professar a religião cristã é admitir a doutrina, os ensinos de Nosso Senhor Jesus Cristo: é crer as verdades que nos revelou, e observar os mandamentos que nos deu. — *b*) *Igreja.* Pertencer à religião cristã, é ser membro da Igreja católica, isto é, da Sociedade fundada por Jesus Cristo, cujos fiéis têm todos mesma crença, mesmo culto e mesmo chefe. — *c*) *Piedade.* Essa pessoa tem muita religião = tem grande piedade, fé e devoção. — *d*) *Ordem monástica* Entrar na religião, é abraçar a vida cenobítica em algum convento: religião franciscana, trapista, carmelitana, beneditina, etc. Assume aqui, a palavra *religião* o primeiro sentido.

Cristão (do latim «*Christus*», Cristo; em velho português chreschão, crischão). — Pela etimologia da palavra, cristão é discípulo de Jesus Cristo. Ser discípulo de algum mestre, quer dizer acreditar tudo o que êsse mestre ensina.

NOTA. — Os nomes próprios Cristiano, Cristiana são variantes

do mesmo vocábulo, e têm a mesma significação.

Sinal da Cruz. — *a*) Sinal é uma cousa que indica outra: v. g. a fumaça é sinal que há fogo. O sinal da Cruz é caráter distintivo do cristão; é a sua profissão de fé exterior. Quem faz êste sinal proclama que pertence à religião cristã.

b) A Cruz é instrumento de suplício, feito com duas traves de madeira, uma sôbre outra, em ângulo reto. Servia outrora para se amarrarem, em certos países, os criminosos condenados à morte. — Foi escolhida como distintivo do cristão, porque Nosso Senhor Jesus Cristo morreu pelo suplício da cruz, para nos salvar, e expiar nossos pecados (V. N.º 96).

A *Vera Cruz*, é a cruz sôbre a qual Jesus Cristo expirou.

DESENVOLVIMENTO

9. — I. A Religião cristã.

Impõe-se a nós o estudo da religião, como dever precípuo, obrigação primordial da nossa existência. Mas qual religião se há de estudar? Porque, há diversas, espalhadas na superfície do globo. As três principais são: o *budismo*, o *maometismo*, e o *cristianismo*. Pode-se, por ventura, dizer que estas religiões sejam igualmente boas? Seria laborar em êrro grave. Certo é que qualquer cousa de excelente se nos depara em todas as religiões, porque encerram, todas, parcelas da verdade. Entretanto, está claro que uma só é de *origem divina*, visto que Deus não pode ensinar doutrinas contrárias, opostas. Ora, a religião que contém a verdade inteira, a única religião que seja de origem divina, é a *religião cristã*. As provas, ministra-as um trabalho preliminar chamado *apologética*. Será, portanto, esta religião que teremos de estudar e de praticar.

10. — II. Origem do nome cristão.

Designam-se geralmente as religiões, pelo nome do fundador: ex.: Maometismo, de Maomé; Luteranismo, de Lutero. *Cristianismo* também vem a ser a religião estabe-

lecida por Nosso Senhor Jesus *Cristo*, e cristãos são os que seguem esta religião.

Desde o início da pregação evangélica por Jesus Cristo, houve quem o acompanhasse e recebesse os ensinos do divino Mestre. Eram *cristãos* de fato, embora não usassem ainda esta apelidação. Eram discípulos de Jesus Cristo, que se chamavam *entre si* de *escolhidos, eleitos* (*Rom.*, VIII, 33; XVI, 13; *Colos.*, III, 12); de *discípulos* (*Act.*, IX, 26; XI, 29); de *irmãos* (*At.*, II, 29, 37; III, 17; VI, 3; VII, 2); *santos* (*Rom.*, VIII, 27; XV, 25); *crentes* (*Act.*, V, 14).

Os *Judeus* punham-lhes um nome de escárneo, de mofa e desprêzo: *nazarenos*. Nunca se lembraram de dizer *cristãos*. E isto não deve causar espécie, pois fôra reconhecer implìcitamente que êsse Jesus, por êles crucificado, era deveras o Cristo. Confessariam haver-se enganado, depositando suas esperanças num Messias vitorioso, que os libertasse do jugo romano, e lhes granjeasse o domínio sôbre o universo.

Foi no ano de 43, em Antioquia, no tempo da vinda de São Paulo e São Barnabé a esta cidade para pregar. Os dois tinham convertido muitas almas. E os Gentios começaram a designar por *cristãos* os novos discípulos de Jesus Cristo (*At.*, XI, 26). Na mente dos habitantes de Antioquia, êsse epíteto não era nenhum pejorativo. Apenas servia de nomear uma seita que já conseguira notável desenvolvimento. Com o tempo, porém, a palavra *cristão* tornou-se têrmo injurioso e vil, para expor ao ludíbrio e à vindita pública os discípulos de Cristo. Temos a prova disso, na exortação dirigida por São Pedro aos fiéis, para que se regosijem de padecer alguma cousa por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo. (I. *Pedro*, IV, 16).

11. — III. Como é que se vem a ser cristão.

O batismo é que franqueia o ingresso na religião cristã. Logo, para ser cristão não basta ser filho de pais cristãos,

como é Brasileiro quem nasce no Brasil. Há um requisito prévio, e é requisito absolutamente indispensável: receber o sacramento de batismo. Êste é o maior benefício que nos possa outorgar a bondade de Deus. Nada, com efeito, obriga Deus a nos conceder êste favor. Se um fazendeiro remediado adota um menino pobre, abandonado; trata-o muito bem, como a filho, e lhe deixa toda a fortuna, tal homem será benfeitor insigne da criança. Isto mesmo é o que Deus fez conosco, no dia do batismo. Daí a dívida de gratidão, profunda, imensa, que temos para com êle.

12. — IV. Distintivos do cristão. O sinal da Cruz.

1.º **Distintivos do cristão.** — É preciso entender, com esta expressão, *distintivos do cristão*, os sinais que revelam nele esta qualidade. Os dois principais são: o *sinal da cruz* e o *símbolo dos Apóstolos*. Estuda-se aqui resumidamente o primeiro. O estudo do segundo inicia-se na Lição imediata, e prossegue até o fim desta Parte da Doutrina católica, que é a exposição do Dogma.

2.º **Sinal da Cruz.** — Para o cristão, o sinal da cruz é a *profissão de fé* mais breve e mais expressiva que possa fazer.

Foi escolhido para distintivo do cristão, por três motivos: — *a*) A Cruz tem sido o *instrumento* pelo qual fomos *remidos*. — *b*) É o melhor meio de *honrarmos* Jesus Cristo, porque, quando a traçamos sôbre nós, damos a entender que não escondemos a nossa crença, senão que nos ufanamos dêste sinal glorioso, e o consideramos como brazão de nobreza. — *c*) A Cruz, por ser querida do divino Mestre, nos atrai favores dêle, e *afugenta o demônio*.

Por isso é que a Cruz desempenha papel tão saliente na religião cristã. Ergue-se no vértice dos templos, no interior das igrejas; está em todo lugar: nos altares, nos púlpitos, nos confessionários, etc. O sacerdote não faz uma função, não administra um sacramento, em que não entre diversas

vêzes, o sinal da Cruz. No santo Sacrifício da Missa, são numerosas as cruzes que êle traça sôbre si mesmo, ou sôbre o cálice. Nos Ofícios mais solenes, queima incenso em frente da Cruz do altar, e dirige sempre a êste símbolo sagrado uma saudação, inclinando-se.

13. — V. Modos de fazer o sinal da Cruz. Uso.

1.º **Modos de fazer o sinal da Cruz.** — São três — *a*) O sinal da Cruz se faz, levando a mão direita da testa ao peito: representa a parte vertical, ou haste da cruz; e depois, do ombro esquerdo ao direito: é a parte transversal ou os braços da cruz. Pronunciam-se no mesmo tempo, as palavras: «Em nome do Padre, e do Filho e do Espírito Santo, Amém.» É a evocação dos três grandes Mistérios: O Mistério da Santíssima Trindade é lembrado pelos próprios têrmos que se usam. Os Mistérios da Incarnação e da Redenção, pelo mesmo gesto que se faz. — *b*) Outro modo é *persignar-se*. Consiste em traçar uma cruzinha com o polegar, na fronte, na bôca e no peito. A da fronte significa que não nos acobardamos por sermos cristãos; a da bôca, que estamos resolvidos a fazer profissão pública da nossa fé; a do peito, que morreremos, antes do que abjurar. — *c*) Bispos e sacerdotes dão a bênção, desenhando com a mão uma cruz no ar.

2.º **Uso.** — É provável que os primeiros cristãos fizessem o sinal da Cruz só na fronte (1). Era a senha que

(1) Os primeiros cristãos, embora venerassem a Cruz, não a representavam nos seus monumentos, por causa da repulsa que êste instrumento de suplício inspirava. A Cruz foi simbolizada pelo monograma de Cristo, constando das letras gregas X e P. Sabe-se que o monograma é um caráter tipográfico formado pelas principais letras de um nome. Sòmente no século V.º, quando firmado o triunfo do cristianismo sôbre o paganismo, pôde a Cruz, com a imagem de Nosso Senhor, isto é, o crucifixo, aparecer. Temos dessa época dois monumentos. Um dêles é um entalhe de madeira nas portas de Santa Sabina, em Roma. O outro é um Cristo de marfim conservado no British Museum, em Londres. O Cristo está representado vivo, de olhos abertos, e como que no triunfo. Já no século XII, a expressão é outra. Cruzam as pernas, usando três cravos em vez de quatro, e dão, ao rosto, feições contraídas pela dor.

tinham para se reconhecerem uns aos outros, e já se havia generalizado muito, para o ano 200 depois de Nosso Senhor, data das seguintes informações de Tertuliano: « No princípio de todos os nossos atos: ou tomando nossas roupas, ou indo ao banho, à mesa, ao leito, formamos, na nossa fronte, a cruz.»

No século VIII, adotou-se, oficialmente, o uso atual da cruz, ampla e majestosa.

14. — **VI. Doutrina cristã. Divisão do Catecismo.**

A *doutrina* ou *religião cristã*, ensinada por Nosso Senhor, e transmitida pelos Apóstolos e sucessores, isto é, pela autoridade da Igreja, é o conjunto das *verdades* que todo cristão deve conhecer e das *obrigações* que êle tem de praticar.

O *Catecismo* explica isso tudo e consta de *quatro partes*.

Primeira parte: — O *Dogma* ou as *verdades* que é preciso crer (Explanação do *Símbolo dos Apóstolos*).

Segunda parte: — A *Moral* ou os *deveres* que é preciso observar (Explanação dos *Mandamentos da Lei de Deus e da Igreja*).

Terceira parte: — Os *Meios de santificação* que Deus pôs a nosso alcance e nos são indispensáveis para crermos e agirmos como cristãos. (Graça, Oração e Sacramentos).

Quarta parte: — O *Culto* ou *Liturgia*, isto é, o conjunto de tudo o que se usa, para o exercício público das homenagens que tributamos a Deus.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.° Considerar o título de cristão como sendo graça incomparável que Deus nos presenteou, no dia do Batismo.

2.° Fazer direito o sinal da Cruz de manhã, ao despertar; de tarde, antes de deitar; no princípio e no fim da tarefa, das refeições, e também, na hora da

tentação. Não ceder ao respeito humano, e não ter medo de fazer o sinal da Cruz na presença de todos.

3.º Estudar com simplicidade, docilidade e afinco, a doutrina cristã, de sorte que nada ignoremos, do que deve saber todo católico que se preza.

LEITURAS. — 1.º *HISTÓRIA DA VERDADEIRA CRUZ.* — A Cruz, a que os Judeus pregaram Nosso Senhor foi enterrada juntamente com as dos dois ladrões, supliciados na mesma hora. Trezentos anos mais tarde, a imperatriz de Roma era Helena, depois, santa Helena. Era cristã, e a Judéia, como se sabe, pertencia ao Império romano por direito de conquista. Por isso, ela mandou fazer pesquizas em Jerusalém, no monte Calvário, onde morrera Nosso Senhor. Breve, foram descobertas três cruzes. Era preciso distinguir a que se procurava, a do Salvador, separá-la das outras duas.

Consultaram o bispo da cidade, são Macário. Êste sabia da existência, em Jerusalém, de uma senhora muito doente, que os médicos não podiam curar. Então, o bispo dirigiu a Deus uma prece ardente, do fundo do coração, e fez as três cruzes tocarem, sucessivamente, o corpo da enferma. Com a primeira e a segunda não aconteceu nada, mas, com a terceira, ergueu-se a mulher. Estava sã. O contato com o lenho sagrado a tinha curado. Não se podia desejar melhor prova do que esta intervenção clara e magnífica do céu (1). A 3 de Maio, sob o nome de *Invenção da Santa Cruz*, festeja a Igreja o evento faustoso.

2.º *O LÁBARO DE CONSTANTINO.* — Guerreava o imperador Constantino contra Maxêncio, que lhe queria arrebatar o trono. Certo dia, avistou no firmamento uma cruz de fogo, com êstes dizeres: É por êste sinal que has de vencer. *In hoc signo vinces.* Logo, Constantino mandou representar no seu estandarte, *labarum*, uma cruz com o monograma de Cristo, e ganhou contra o inimigo a vitória mais brilhante. Desde essa época, protegeu os cristãos e promulgou, em 313, o edito de Milão, que estabelecia a liberdade religiosa, e devolvia aos cristãos os bens confiscados.

3.º *NARRAR AS ORIGENS DO BRASIL CATÓLICO.* — «...E dentro da aquarela selvagem, diante do pasmo virgem dos

---

(1) Esta piedosa narração, consideram-na certos historiadores modernos como lenda. Outros pretendem que não foi a imperatriz Helena quem descobriu a verdadeira Cruz; o argumento dêles é que não está mencionado o fato nos escritos de Eusébio, biógrafo da imperatriz. Aliás, a questão carece de importância. Seja êste, seja aquele, o descobridor da verdadeira cruz, não altera isso a nossa fé.

bugres, ergue-se um altar. Um grande Cristo abre os braços dolorosos na cruz negra. E diante do Senhor, ali, na ilhota nua, Frei Henrique de Coimbra, superior dos franciscanos, reza a Missa. A armada assiste de joelhos, compungidamente, ao sacrifício divino. Destarte, na terra brava, naquele ermo, dentro da bruteza da América, mesmo antes da posse oficial do chão, o Brasil recebia como ato solene, primeiro ato oficial feito nestas paragens, a missa de Frei Henrique. Parece que Deus, com êsse traço amável, queria mostrar que seria ali a terra da Vera Cruz. E foi : foi a terra da Santa Cruz. »

Paulo SETUBAL.

— « Desde êsses tempos na época colonial, foi grande e profunda a ação da Igreja católica para civilização do Brasil e para formação da nossa nacionalidade. Assim sempre foi reconhecido. »

Washington Luis PEREIRA de SOUZA.

QUESTIONÁRIO. — I. 1.° Existem várias religiões ? 2.° Quais são as principais ? 3.° Serão, todas as religiões, igualmente boas ? 4.° Qual é a religião verdadeira ?

II. 1.° Qual é a origem do nome cristão ? 2.° Quais foram os primeiros cristãos ? 3.° Como se designavam entre si ? 4.° Como os chamavam os Judeus ? 5.° Onde foi que deram, a primeira vez, o nome de « cristãos » aos discípulos de Cristo ?

III. 1.° Qual é a porta de entrada da religião cristã ? 2.° Receber o batismo será uma graça importante ?

IV. 1.° Quais são os dois principais distintivos do cristão ? 2.° Porque se chama o sinal da cruz distintivo do cristão ? 3.° Que lugar ocupa o sinal da cruz na religião cristã ?

V. 1.° Quais são as diversas maneiras de fazer o sinal da cruz ? 2.° Em que época começaram a usar êste sinal ?

VI. 1.° Que é doutrina cristã ? 2.° Em quantas partes se divide a exposição da doutrina cristã ?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.° Haverá muitos modos de reconhecermos um cristão ? 2.° Ignorando vós, que uma pessoa é batizada, que outro meio empregareis para ver a que religião pertence ? 3.° Que é preciso fazer para ser bom cristão ?

3.ª LIÇÃO

O Dogma. Símbolo dos Apóstolos.

O DOGMA

- 1.º **Definição.**
  - a) Verdade revelada.
  - b) Verdade definida.
- 2.º **Objeto.**
  - a) Verdades inacessíveis à razão.
  - b) Verdades acessíveis à razão
  - c) Fatos históricos.
- 3.º **Suas fontes.**
  - A. **Escritura Sagrada.**
    - a) Definição.
    - b) Inspiração.
    - c) Cânones.
      - 1. Antigo Testamento.
      - 2. Novo Testamento.
    - d) Diversos sentidos da Bíblia.
  - B. **Tradição.**
    - a) Definição.
    - b) Caracteres.
      - 1. Anterior à Escritura Sagrada.
      - 2. Campo mais extenso.
      - 3. Merece a mesma fé.
    - c) Seus canais.
- 4.º **Seu desenvolvimento.**
  - A. **Êrro modernista.**
  - B. **Doutrina católica.**
    - a) A **fórmula** dos dogmas pode mudar; o **sentido** é que não pode.
    - b) Revelação **imutável** desde os Apóstolos.
    - c) O conhecimento que dela temos **pode aumentar.**
- 5.º **Símbolos da fé.**
  - a) **Definição.**
  - b) **Utilidade.**
  - c) **Espécies.**
    - a) Símbolo dos Apóstolos.
    - b) Símbolo de Nicéia-Constantinopla.
    - c) Símbolo de Santo Atanásio.
- 6.º **Símbolo dos Apóstolos.**
  - a) **Divisão.**
  - b) **Contém os principais dogmas.**
  - c) A revelação dos **mistérios** que contém não repugna à razão
    - 1. nem por **parte de Deus.**
    - 2. nem por **parte do homem.**

15. — Vocábulos.

Dogma (do grego «*dogma*» decisão, decreto). — No Antigo Testamento e no Novo, esta palavra têm amiudo a significação de lei ou *decreto*. É o nome que trazem, por exemplo, os decretos promulgados pelos Apóstolos no concílio de Jerusalém (*Atos*, XVI, 4).

Sòmente no século IV, os autores começam a reservar a palavra *dogma*, para as únicas verdades que são objeto de fé.

Na linguagem teológica atual, o termo «*dogma*» quer dizer: — 1. *um artigo de fé*; — 2. *conjunto dos artigos de fé*. É neste último sentido que se diz o «dogma católico», abrangendo todas as verdades reveladas por Deus, e definidas pela Igreja como artigos de fé.

Revelação. — Duas acepções: 1. *Ato* pelo qual Deus comunicou aos homens os mistérios e os mandamentos. — 2. *Conjunto das verdades* que Deus nos ensinou.

Símbolo (do grego «*sumbolon*».. Três acepções: — 1. *formulário*, isto é, resumo, compêndio dos principais artigos de fé (n.° 19); — 2. *sinal caraterístico*. Símbolo, é um sinal por que os cristãos podem se conhecer reciprocamente; — 3. *sêlo*, pacto. O símbolo que se reza no Batismo, sela um pacto entre Deus e nós.

O símbolo dos Apóstolos é chamado «Credo», pela primeira palavra com que principia em latim.

Apóstolos. — São os doze discípulos escolhidos por Jesus Cristo para ir pregar a doutrina evangélica por todo o orbe.

NOMES DOS APÓSTOLOS: S. Pedro, o chefe, e Santo André, irmão dêle; São Tiago o Maior e São João, irmão dêle, Apóstolo bem amado; São Filipe e São Mateus ou Levi, evangelista: São Bartolomeu e Santo Tomé (o incrédulo); São Tiago o Menor e São Judas (chamado também Tadeu ou Lebeu); Simão o Zelotas, e Judas de Cariot (o Iscariotes), substituído, depois da traição, por Matias. A êstes nomes vieram juntar-se mais tarde os de Barnabé e de Paulo, apóstolos dos Gentios.

Mistério (grego «*musterion*», causa oculta, «*mustês*», iniciado). Consoante esta etimologia, eram chamados *mistérios*, nas religiões da antiguidade, as *doutrinas* ou *práticas* ocultas ao vulgo, e comunicadas sòmente aos iniciados. Ex.: mistérios de Ísis e de Osíris, entre os Egípcios; mistérios órficos e de Elêusis, entre os Gregos; mistérios de Ceres, de Baco (bacanais), entre os Romanos. Em acepção mais extensa, a palavra *mistério* designava as próprias cerimônias que acompanhavam o ato da iniciação. — *Na religião cristã*, mistério é um *artigo de fé* que não podemos compreender, mas que devemos crer, porque Deus o revelou. — Os Santos Mistérios = o sacrifício da Missa.

DESENVOLVIMENTO

16. — I. Dogma. Definição. Objeto. Corolário.

1.º **Definição.** — Dogma é uma verdade revelada por Deus, e proposta pela Igreja a nossa crença. Infere-se desta definição que duas condições são requeridas para constituir um dogma. É preciso: — *a*) que tal verdade seja *revelada por Deus*, ou garantida pela autoridade divina; — *b*) que seja *proposta pela Igreja a nossa crença*, quer por uma proclamação solene, quer pelo ensino comum e universal. As verdades que têm êstes caracteres são chamadas verdades de *fé católica* (V. N.º 281).

2.º **Objeto.** — Considerando-se a *natureza* da verdade definida pela Igreja, o dogma apresenta um *objeto tríplice.* Consta: — *a*) de *verdades inacessíveis à razão*, como, por exemplo, os mistérios que a razão não é capaz nem de descobrir, nem de entender; — *b*) de *verdades acessíveis à razão,* como sejam a existência de Deus, a vida futura, que a razão humana, por si só, alcança, e Deus revelou assim mesmo, ou para que tivéssemos idéias mais nítidas a êste respeito, ou porque, sem a revelação, poucos teriam chegado a êste conhecimento (1); — *c*) de *fatos históricos*, v. g. a maior parte dos acontecimentos que os profetas anunciaram acêrca do Messias, e tiveram sua realização com a vinda de Nosso Senhor.

3.º **Corolário.** — VERDADES QUE NÃO SÃO DOGMAS. — Porque falte alguma das condições requeridas, não se podem contemplar entre os dogmas: — *a*) verdades cuja revelação parece bem averiguada, mas que *não foram definidas* pela Igreja: por exemplo, a Assunção de Maria Santíssima; — *b*) verdades *não reveladas*, ensinadas todavia, pela Igreja que as julga úteis à explicação ou à defesa das verdades reveladas: estão neste caso as *conclusões teológicas* e os *fatos dogmáticos. Conclusão teológica* é uma proposição que se deduz de duas outras, sendo, a primeira destas, verdade revelada, e a

---

(1) As verdades acessíveis à razão tornam-se verdades de fé quando as cremos porque Deus as revelou (o motivo de credibilidade, então, é a autoridade divina), e não pelas luzes que nos proporciona a razão humana.

segunda, verdade conhecida pela razão. Por exemplo, se eu disser « Deus dará a cada um o que êle houver merecido por suas obras » (verdade revelada), e se, por outra parte, eu acrescentar: « Deus pode recompensar ou punir o homem, só se tiver dado a êle a liberdade de praticar o bem ou o mal (verdade de razão), poderei concluir que o homem é livre. Assim, a existência da liberdade humana é conclusão teológica. Na verdade, certas conclusões teológicas estão *implicitamente* encerradas no depósito da Revelação, e por isso, terão sido definidas pela Igreja como artigos de fé: é justamente o caso da liberdade humana definida pelo concílio de Trento, *sess.* VI, *can.* 5. — Entende-se, por *fato dogmático*, qualquer fato, *não revelado*, unido porém tão estreitamente com o dogma revelado, que negar êsse fato era o mesmo que abalar os fundamentos do próprio dogma.

Exemplos: dizer que tal concílio ecumênico é legítimo; que tal papa foi eleito de acôrdo com os santos cânones; que tal versão das Sagradas Escrituras (v. g. a Vulgata) é conforme substancialmente ao texto original; que tal doutrina heterodoxa está contida em determinado livro (1). São outros tantos fatos dogmáticos. Tanto as conclusões teológicas, como os fatos dogmáticos, impõem-se à nossa crença com a garantia do ensino infalível da Igreja. Todavia, essas verdades não são dogmas.

c) Muito menos ainda, serão dogmas, os *sistemas filosóficos* que servem para os explicar e formular; nem tão pouco as *expressões*: essência, pessoa, natureza, substância, acidente, matéria, forma, usadas para exposição dos mistérios da Santíssima Trindade, da Eucaristia e a natureza dos Sacramentos. Tais sistemas e tais vocábulos têm, por parte da Igreja, simples preferência. É porque ela os julga mais adequados para dar, dos dogmas, idéia exata.

17. — II. Fontes do Dogma.

Sendo o dogma, antes de tudo, verdade *revelada* por Deus, trata-se de saber onde é que se acha exarada, a Revelação divina.

A fonte da Revelação é dupla: 1.ª A *Escritura Sagrada*; 2.ª A *Tradição*. *Artigo de fé* definido pelos Concílios de Trento e do Vaticano.

1.º Escritura Sagrada. — A. *DEFINIÇÃO.* A Escritura Sagrada, ou Bíblia (do grego « *biblia* », plural de « *biblion* »

(1) Quando a Igreja declara que uma obra apresenta fórmulas heréticas, esta apreciação baseia-se no sentido natural e óbvio das expressões, e não num sentido particular que o autor lhes possa atribuir.

livro), é o conjunto dos livros que « foram escritos por inspiração do Espírito Santo; têm, como autor, o próprio Deus, e chegaram à Igreja com êste caráter» (*Concílio tridentino*).

É por êsse motivo que tais livros são denominados « *Escritura Sagrada* », ou *Bíblia*, isto é, o livro por excelência, ou *Livros Santos*, ou *Santas Letras*.

B. *INSPIRAÇÃO*. — Inspiração é « um impulso sobrenatural provindo do Espírito Santo, e que excitou e levou os autores sagrados a escrever, e os assistiu durante a redação, de forma tal que êles exatamente concebiam, e se propunham a fielmente referir, e exprimiam, com veracidade infalível, tudo quanto Deus lhes ordenava escrevessem, e sòmente isso que Êle mandava» (*Enc. Providentissimus*).

Da definição precedente decorre: — *a*) que Deus é *autor de todo o conjunto da Escritura Sagrada*. Mas, como se há de entender isto? Será que o escritor sacro não passa de instrumento passivo, cujo papel único consistira em transcrever idéias e mesmo palavras ditadas por Deus? Não, por certo. O autor inspirado não é mero agente de ligação. Escrevendo êle sob o impulso do Espírito Santo muito embora, sempre conserva a própria individualidade, seus hábitos literários, seu estilo, enfim as qualidades todas, como os senões que se podem encontrar na sua obra, quanto à forma e quanto ao fundo. Todavia, desde que é Deus o autor da Escritura Sagrada, resulta que nesta, *não pode haver erros*. Entretanto, convém notar que a *inerrância* só diz respeito ao texto original, isto é, tal como saiu das mãos do escritor sacro. Com efeito, é óbvio que a inspiração não garante a integridade do texto dos Livros santos contra as alterações eventuais dos copistas. Quem, neste caso, poderá ser juiz da *autenticidade* de um texto e determinar-lhe o *sentido?* É tarefa que incumbe aos exegetas, ou intérpretes autorizados, que têm de conformar-se ao espírito da Igreja. — *b*) que *não se deve confundir inspiração com revelação*. Inspiração é o impulso que leva o escritor sacro a consignar o que sabe, não importando a fonte donde o tira, seja o estudo, ou outros meios naturais, seja a revelação. Ninguém, por exemplo, está obrigado a crer que São Lucas aprendeu pela revelação tudo o que narra no seu Evangelho e nos Atos dos Apóstolos. — *c*) que *a inspiração não admite restrições*. Será lícito fazer uma seleção dos diversos passos da Escritura? Separar o que concerne aos ensinamentos

sôbre a *fé* e os *costumes*, daquilo que se relaciona com a *história profana*, com as *ciências da natureza*, ou ainda daquilo que se escrever incidentemente (1)? A esta dúvida, acode LEÃO XIII pela *Enc. Providentissimus*: «Nunca jamais será permitido restringir a inspiração a certas partes sòmente da Sagrada Escritura, nem conceder a possibilidade de engano do escritor sacro. Nem tão pouco é tolerável a opinião dos que se livram dêstes apuros, com o falso pressuposto que a inspiração divina abrange ùnicamente o que toca à fé e aos costumes.»

C. *CÂNONE* (Ver N.º 476). — *Cânone*, ou *regra*, é a reunião dos livros (2) que a Igreja reconhece como inspirados. E vêm a ser *todas as obras mencionadas no cânone do concílio de Trento: art. de fé*, definido pelo Concílio do Vaticano, *Const. de Fide, cap. II, can.* 4. Os *cânones* abrangem duas partes: o *Antigo Testamento* (3), anterior a Jesus Cristo, e o *Novo Testamento*, posterior.

Constituem os livros do Antigo Testamento quatro classes: — *a*) o *Pentateuco* (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio), que encerra a Lei, isto é, o código religioso, litúrgico e civil, dos Judeus; — *b*) *os livros históricos*, sendo os principais: Josué, os Juizes, Rute, Samuel, os Reis, Tobias, Judite, Ester, os Macabeus; — *c*) os *livros poéticos e sapienciais;* Jó, os Salmos, os Provérbios, o Eclesiastes, o Cântico dos cânticos, a Sabedoria, o Eclesiástico; — *d*) os *livros proféticos*, contendo as predições dos quatro grandes profetas, Isaías, Jeremias (com Baruc), Ezequiel e Daniel, e dos doze profetas menores: Osias, Joel, Amos, Abdias, Jonas, Miquéias, Naúm, Habacuc, Sofias, Ageu, Zacarias, Malaquias.

Os livros do Novo Testamento abrangem: — *a*) *livros históricos*, os três Evangelhos de são Mateus, são Marcos, são Lucas, compostos antes do ano 70, e chamados «*sinóticos*» (do grego «*sunopsis*»

(1) Respondiam afirmativamente personalidades católicas eminentes: FR. LENORMANT, *As origens da história*, 1880; cardeal NEWMAN, *Le Correspondant*, maio de 1884; Mnr. D'HULST, *Le Correspondant*, janeiro de 1893.

(2) Mesmo nestes livros, os autores, geralmente, distinguem: — *a*) *livros protocanônicos*, isto é, os que, sempre, desde a origem, e sem discrepância, foram considerados como de inspiração divina. — *b*) *livros deuterocanônicos*, isto é, aqueles cuja autoridade foi primeiro objeto de discussões, e só tarde entraram no rol dos Livros santos, como, no A. T.: Tobias, Judite, a Sabedoria, o Eclesiástico, Baruc e os dois livros dos Macabeus: no N. T.: a Epístola aos Hebreus, a Epístola de são Tiago, a II.ª e a III.ª de são João, a de são Judas, e o Apocalipse.

(3) A palavra «*Testamento*» significa *aliança*. O Antigo Testamento é a aliança de Deus com o povo judaico, e o Novo Testamento é a aliança de Deus selada pelo sangue de Jesus Cristo, com a humanidade inteira.

vista simultânea), porque muitas narrações dos três, sendo idênticas, podem ser colocadas frente a frente, em três colunas que se vejam simultâneamente, com o mesmo olhar; depois, o Evangelho de São João que apareceu mais tarde; e os Atos dos Apóstolos, narração que são Lucas fez como prosseguimento do seu Evangelho; — *b*) *escritos didáticos*, versando questões de doutrina, e constando de instruções dirigidas às diferentes comunidades cristãs: as Epístolas de são Paulo, de são Tiago, de são Judas, de são Pedro e de são João; — *c*) um *livro profético*, o Apocalipse, no qual são João prediz os destinos futuros da Igreja.

D. *VARIOS SENTIDOS DA BÍBLIA.* — O texto da Escritura Sagrada, muitas vêzes, oferece múltiplas interpretações. Pode-se considerar: — *a*) o *sentido literal* ou *histórico*, isto é, o que aparece, tomando-se as palavras na sua acepção natural, o que o autor tencionava exprimir com têrmos próprios ou metafóricos; — *b*) o *sentido místico*, ou *alegórico*, ou *figurativo*, ou *típico*, isto é, o sentido que se depreende de ter havido pessoas, cousas ou fatos escolhidos por Deus para significarem o porvir, para serem *figuras* ou *tipos* de Nosso Senhor e da sua Igreja. Por exemplo, Isaac, que leva a lenha do seu sacrifício, é figura de Jesus, levando a sua cruz; o sacerdote Melquissedec, que oferece a Deus o holocausto do pão e do vinho, é figura de Nosso Senhor, sacerdote por excelência, e do santo Sacrifício da Missa; — *c*) o *sentido acomodatício*, isto é, uma significação suposta, arbitrária, artificial, convencional, como seja a que se atribue a uma gravura. Êste sentido não possue nenhum valor dogmático. — Segundo os racionalistas, dever-se-ia admitir o *sentido mítico* para diversos passos da Bíblia. Assim é que todos os milagres seriam *mitos* ou *fábulas*, sem valor histórico algum. O sentido mítico vem condenado por Pio IX, no *Syllabus*, prop. VII.

2.º **Tradição.** — A. *DEFINIÇÃO.* — A palavra *tradição* (lat. «*traditio*», ato de transmitir), tem duas acepções. — 1. Em *sentido largo*, tradição é o conjunto das verdades reveladas por Deus e transmitidas até nós, quer por escrito, quer oralmente. — 2. Em *sentido estrito*, que é o

sentido usado aqui, a tradição abrange as verdades ensinadas por Jesus Cristo e pelos Apóstolos, e transmitidas, de século a século, por outro caminho que não seja a Escritura Sagrada.

B. *CARACTERES DA TRADIÇÃO.* — *a) A Tradição é anterior à Escritura Sagrada.* Foi a catequese o primeiro e principal modo de ensino empregado pelos Apóstolos. Apenas em circunstâncias excepcionais, enviaram êstes às igrejas que tinham fundado, instruções por escrito: as Epístolas todas de são Paulo foram exigidas pelas ocasiões. Mesmo o Evangelho era espalhado, de primeiro, só por pregação; mais tarde foi que se lembraram de escrevê-lo. Pensando bem, vê-se que era essa mesma a ordem do Divino Mestre aos Apóstolos. Jesus, com efeito, lhes dissera: «Ide, ensinai todas as nações» (*Mat.*, XXVIII, 19), e não: «Ide, escrevei o que vos ensinei, e sirvam êstes vossos escritos de instruir aos outros.»

b) É mais extenso, portanto, o domínio da Tradição que o da Escritura Sagrada. Ao terminar o seu Evangelho, adverte são João «haver muitas outras cousas ainda, que Jesus fez; se alguém as quisesse escrever pormenorizadas, estou que o próprio universo não poderia conter os livros que se haveriam de compor.» (*João*, XXI, 25).

c) A Tradição é uma fonte da Revelação distinta da Escritura Sagrada, merecedora, porém, da mesma fé. Artigo de fé definido pelo concílio de Trento, e depois pelo concílio do Vaticano, *Const. de Fide*, cap. II. Aliás, não é isso dogma novo: na Igreja, sempre foi a *tradição, principal regra de fé.* Vai uma prova nos seguintes testemunhos de são Paulo: — 1. «Meus irmãos, escreve êle aos Tessalonicenses, sêde firmes, e *observai as tradições* que aprendestes, ou de nossos discursos, ou de nossa carta.» (II *Thess.*, II, 15). — 2. E a Timóteo: «Os ensinos que de mim recebeste, na presença de muitas testemunhas, confia-os a homens fiéis, que os possam comunicar a outros.» (II *Tim.*, II, 2). No século

III.º, já retorquia ORÍGENES aos herejes daquela época: «Muito embora argumentem os herejes com as Escrituras, cumpre não darmos fé nas palavras dêles, nem afastar-nos da *tradição primitiva da Igreja*, nem crer outra cousa senão o que foi transmitido por sucessão na Igreja de Deus.»

Logo, será êrro pretender, como fazem os Protestantes, que sòmente as Escrituras contêm o depósito da Revelação (1).

C. *PRINCIPAIS CANAIS DA TRADIÇÃO.* — A Tradição está consignada: — 1. nos *símbolos* e *profissões de fé*, nas *definições dos concílios*, nos *Atos dos papas* (bulas, encíclicas, decisões das congregações romanas homologadas pelo Papa), — 2. nos *escritos dos Padres da Igreja*, que são um como eco das crenças do seu tempo. — 3. na *prática geral e constante* da Igreja. — 4. na *liturgia*, que encerra as preces e os ritos concernentes ao culto público e à administração dos sacramentos. — 5. Patenteia-se também nos *Atos dos mártires* e nos *monumentos da arte cristã:* nas inscrições, nas pinturas das Catacumbas que reproduzem, entre outras cousas, muitas vêzes, o ato do culto eucarístico.

OBSERVAÇÃO. — Tanto a Tradição como a Escritura Sagrada têm, para intérpretes e *órgãos infalíveis*, quer o Papa sózinho, quer os Bispos reunidos em Concílio ecumênico, quer, até os Bispos separados e em comunhão com o Papa. Daí resulta que o *magistério*, ou ensinamento da Igreja, é a *regra próxima* da nossa fé; a Escritura Sagrada e a Tradição, *regra remota.* Ou por outra, todo o fiel recebe o símbolo e crenças *imediatamente* da Igreja e *mediatamente* da Escritura Sagrada e da Tradição.

---

(1) Há, de fato, *dogmas*, cuja fonte única é a Tradição, v. g.: Não se pode receber sacramento algum antes de haver sido regenerado pelo batismo. A fonte dêste dogma encontra-se na 1.ª Apologia de são Justino, e nada dizem, a êste respeito, as Sagradas Escrituras.

Da mesma forma, é pela Tradição que recebemos muitas *práticas* e *crenças*: Assunção da Santíssima Virgem, o sinal da Cruz, a água benta, o costume de batizar as criancinhas, etc.

18. — III. O que se há de entender por « desenvolvimento do Dogma. »

OBSERVAÇÃO PRÉVIA. — Dogma é uma verdade *revelada* por Deus e *proposta* a nossa fé pela Igreja (16). Logo, será preciso distinguir, num dogma, duas cousas: a *verdade* na sua essência, e a *fórmula* que a expõe, isto é, o fundo e a forma. É bem de ver que a união entre as duas cousas não será absolutamente rigorosa. Todo o mundo admite que a mesma verdade pode ser apresentada de vários modos. Todavia, é claro também que essas divergências de fórmula não podem ser tais que acarretem alteração de sentido.

1.º **Êrro modernista.** — Segundo os modernistas, — simbolistas e pragmatistas, — o dogma, como ARTIGO DE FÉ, não sòmente é suscetível de variação, de desenvolvimento na sua *fórmula*, mas até de modificação quanto ao *sentido* que se lhe deve dar. A escola *simbolista* (LOISY, TYRREL), ensina que os dogmas não passam de *símbolos*, de fórmulas, destinadas a externar o *sentimento religioso* que está em nós. Ora, o sentimento religioso é cousa subjetiva, peculiar a cada indivíduo, e por consequência, cousa sujeita a mil transformações. Donde resulta que as fórmulas exprimindo tais sentimentos, têm de variar de acôrdo. Pela escola *pragmatista* (1), consideram-se, os dogmas como meras «*receitas práticas*» (2), como *normas de proceder*, cujo fim exclusivo é influir na vida do homem, para êle conseguir a salvação eterna. Não importará nada, pois, terem êles ou não terem, algum valor de verdade, conquanto apresentem valor de vida, e orientem o fiel para os caminhos do bem e do céu.

2.º **Doutrina católica.** — Para se entender bem a doutrina da Igreja, é preciso considerar as *duas acepções* da palavra *dogma*, lembradas no Vocabulário (15).

A. Se consideramos o dogma como ARTIGO DE FÉ, condensa-se, o ensino da Igreja, nos dois pontos a seguir: — *a*) *A fórmula de um dogma poderá sofrer alterações.* Desde que as fórmulas possuem apenas perfeição relativa, assiste à Igreja o direito de precisar, de explanar, de modificar os termos para melhorar a exposição, e

---

(1) Pragmatista. — (gr. *pragma*, ação). Principais representantes do *pragmatismo* são W. JAMES, nos Estados Unidos (1842-1910): F. SCHILLER, na Inglaterra; LE ROY, na França. É um sistema filosófico, também aplicado à religião, que toma, para base da verdade de uma idéia ou doutrina, o valor prático desta idéia ou doutrina. « Uma idéia é verdade porque é útil: é útil porque verdadeira, diz W. JAMES. São duas proposições exprimindo exatamente o mesmo ». O pragmatismo é o sistema oposto ao *intelectualismo* que atribue ao intelecto, à razão, papel preponderante no descobrimento da verdade.

(2) Ed. LE ROY, *Dogma e crítica.*

derramar, em tôrno da verdade, maiores luzes. Logo, não é imutável, a fórmula dogmática, nem estereotipada: admite progressos. — *b*) Mas se bem que *variável* quanto à *fórmula, não pode o dogma mudar no sentido;* a sua substância permanece sempre a mesma. O concílio do Vaticano de 1870 decretou, com efeito, (*Const. de Fide.* cap. II) «que é mister conservar perpètuamente o sentido que nossa mãe, a Santa Igreja, proclamou, e que não é lícito nunca, nem a pretexto de esclarecimentos mais profundos, desviar-se dêste sentido. Neste segundo ponto, acha-se a tese modernista, *simbolista* ou *pragmatista*, em discordância flagrante com a doutrina da Igreja. Foi oportunamente condenada pela encíclica *Pascendi* e pelo decreto *Lamentabili* (1907). Aliás, é disparate, aberração, pretender que o dogma não passa de símbolo, de mera « receita prática », nada importando qualquer sentido que se lhe ligue. Vejamos o dogma da Eucaristia. Não influirá êle, de modo totalmente diverso, na vida religiosa, conforme acreditarmos que a hóstia é símbolo de Nosso Senhor, ou crermos que contém verdadeiramente o próprio Cristo?

B. Se consideramos o dogma como CONJUNTO DAS VERDADES DE FÉ, compendia-se igualmente o ensino da Igreja, em dois pontos: — *a*) *Nenhum acréscimo se pode fazer ao dogma por nova revelação.* A Igreja têm a Revelação por terminada, e as provas que aduz são: — 1. esta *declaração* de Nosso Senhor: «Tudo o que ouvi de meu Pai, eu vo-lo dei a conhecer» (*João,* I, 15): e — 2. esta outra palavra, a respeito da descida do Espírito Santo sôbre os Apóstolos: « Depois de ter vindo o Espírito de verdade, guiar-vos-á em *toda* a verdade» (*João,* XVI, 13). Dêstes textos, infere-se que os Apóstolos receberam o *depósito completo* da Revelação (1). *Revelações posteriores* terá havido, para instrução e santificação de algumas almas, mas não pertencem à Revelação cristã geral: daí o seu nome de *revelações particulares,* que as discrimina da *Revelação* pública dirigida ao gênero humano em pêso. Aprovando-as, não tenciona a Igreja assimilar aos dogmas tais revelações. Quer afirmar simplesmente nada haver que, nelas, se oponha à fé católica, à moral, ou à disciplina cristã.

b) Mas, se é imutável a Revelação não o é o *conhecimento* que dela possamos ter. Êste pode, pelo contrário, progredir. Jesus Cristo confiou à sua Igreja a missão de ensinar os fiéis de todos os tempos as verdades reveladas e de defendê-las contra os ataques dos adver-

---

(1) Dizendo-se que é completa e imutável, a Revelação, não se entenda que ela contém a verdade sôbre todos os assuntos. Não trata de questões científicas: mesmo na ordem sobrenatural, só nos dá a parcela de verdade que temos necessidade de conhecer para alcançarmos o nosso fim. Até o dia em que «virmos Deus face a face», serão incompletos nossos conhecimentos. (I, *Cor.,* XIII, 12).

sários. Ora, essa missão inclue forçosamente certos desenvolvimentos na exposição da doutrina revelada. Dogmas novos são, portanto, verdades recentemente reveladas, senão recentemente propostas, pela Igreja à nossa crença. Entre outras, a Imaculada Conceição e a Infalibilidade pontifical, que foram proclamadas no século passado, como *artigos de fé*, já estavam contidas, latentes, na Escritura Sagrada e na Tradição. A Igreja, ao definir êstes dois dogmas, limitou-se a tirá-los do seio da Revelação. — Em resumo, quando, no decorrer dos séculos, vieram novos dogmas inscrever-se nos simbolos de fé, a Igreja sempre os tirou de uma dupla fonte: a Escritura Sagrada e a Tradição, onde já se encontravam quer explícita, quer implìcitamente.

19. — IV. Símbolos de fé.

1.º Definição. — Símbolo de fé, é um formulário breve que encerra as *principais verdades de fé*, e que a Igreja oferece aos fiéis, como meio de professarem suas crenças.

2.º Utilidade. — A própria definição do símbolo destaca bem a sua utilidade. Por nos apresentar, num texto curto conciso, os pontos essenciais da Religião, — *a*) o símbolo vem a ser, para os que *lecionam*, a melhor garantia de conservação e propagação inalterável da mesma regra de fé. — *b*) para os que *aprendem*, é um meio sobreexcelente de gravar na memória os dogmas mais importantes, por ser resumida e simples a fórmula. — *c*) tem, além disso, a vantagem de facilitar o *reconhecimento* dos fiéis entre si, de estabelecer a necessária distinção das outras religiões e de proporcionar armas e munições contra heresias.

20. — V. Os três principais Símbolos. Sua origem.

Na Igreja, contam-se três Símbolos principais: *Símbolo dos Apóstolos, Símbolo de Nicéia-Constantinopla,* e *Símbolo de santo Atanásio.*

A. Símbolo dos Apóstolos. — Não é possível determinar ao certo a *origem* do mais antigo dos Símbolos.

— *a*) Uma opinião muito acreditada, e longo tempo inconteste, considerava os Apóstolos como autores, tanto no fundo como na forma, do símbolo que traz o nome dêles. O padre Rufino diz que « antes de se separarem, teriam êles redigido em comum estas normas do seu ensino futuro, afim de conservarem maior uniformidade na expressão da crença por êles ensinada aos que fôssem chamados a participarem da fé de Cristo » e então teriam fixado neste símbolo o tema único da sua pregação. São Boaventura pormenoriza mais, e pretende que cada apóstolo é autor de um artigo. — *b*) Os críticos modernos rejeitam geralmente esta opinião. O parecer dêles é que o Símbolo, sempre de *origem apóstolica* quanto ao *fundo*, não recebeu dêles, a *forma* que tem hoje. O texto do Símbolo atual, — tirando alguns acréscimos feitos mais tarde, — remontaria ao fim do primeiro século, ou ao princípio do segundo. Teria sido a fórmula que a Igreja romana mandava os catecúmenos recitarem como profissão de fé, antes do batismo: fórmula que as Igrejas do Ocidente e as do Oriente teriam mais tarde adotado.

— Seja como for, pode-se considerar o Símbolo como sendo *obra dos Apóstolos*, por encerrar a doutrina, ou melhor, a *substância* das verdades que êles ensinavam aos catecúmenos, e exigiam « para profissão de fé antes do Batismo ».

B. **Símbolo de Nicéia-Constantinopla.** — Êste símbolo é também conhecido por símbolo dos Padres. Cronològicamente, é o segundo. Iniciado no concílio de *Nicéia* (323), foi acrescido no concílio de Constantinopla (381), aprovado pelo concílio de Éfeso (431), e completado, no século IX, com a adição da palavra « *Filioque* ». O concílio de Nicéia, no propósito de combater a heresia ariana, ajuntou ao Símbolo dos Apóstolos tudo o que se refere à afirmação da divindade de Jesus Cristo. Mais tarde, o *concílio de Constantinopla* introduziu os artigos que se relacionam com a divindade do Espírito Santo, « procedente do Pai », *e* « que falou pelos profetas », e os Latinos, desde o século IX, dizem « que procede do Pai e do Filho ». Êste Símbolo é que se canta ou reza na missa, após o Evangelho.

C. **Símbolo de santo Atanásio.** — Não se encontra êste Símbolo nos escritos de santo Atanásio, se bem que leve o nome dêste santo.

É provável que terá sido composto para o século VI, talvez por são Cesário, bispo de Arles. O costume dêste autor era colocar, no princípio de suas obras, o nome de um Padre da Igreja. Daí proviria a denominação de Símbolo de *santo Atanásio* (273). Êste Símbolo expõe a doutrina católica acêrca da Trindade e da Incarnação. Entra no ofício de Primas do Breviário, e os Anglicanos incluiram-no em seu « Livro da oração comum » (Prayer book) (1).

21. — VI. Símbolo dos Apóstolos. Sua divisão.

O Símbolo dos Apóstolos, que nos servirá de diretriz para a explanação do dogma consta de doze artigos, e divide-se em *três partes*. — *a*) Trata a primeira de *Deus Padre* e da obra da criação. — *b*) a segunda, do *Filho* e da *Redenção*. — *c*) a terceira, do *Espírito Santo*. Os artigos que se seguem falam da Igreja e da Comunhão dos Santos; da salvação (remissão dos pecados), e da vida futura, e dependem do artigo do Espírito Santo, desenvolvendo-o, por assim dizer, desde que exprimem os dons sobrenaturais de inspiração e santificação considerados como obra do Espírito Santo.

22. — VII. Verdades contidas no Símbolo dos Apóstolos.

Símbolo quer dizer resumo (1). É lógico que não pode conter o Símbolo dos Apóstolos, todas as verdades de fé. Encerra sòmente os *dogmas principais*. E nem êstes todos. Assim é que não está mencionada, a presença real de Nosso Senhor na Eucaristia. Também é claro que não os poderia abranger todos, atenta a faculdade que tem a Igreja de realizar modificações e aperfeiçoamentos no ensino e na

(1) Afora êstes três símbolos, ainda se podem lembrar: — *a*) *A profissão de fé do Papa Leão IX* (século XI), imposta aos cismáticos gregos que desejavam entrar na Igreja católica. Esta profissão é recitada, atualmente, pelos bispos que estão para receber a consagração episcopal: — *b*) *a profissão de fé de Pio IV* (século XVI), redigida em consequência dos decretos do Concílio de Trento, completada depois do Concílio do Vaticano, e, pouco faz, por Pio X que acrescentou a condenação dos erros modernistas. Exige-se hoje de todos os que têm de assumir algum encargo ou dignidade eclesiástica.

proposição dos dogmas. Com o andar dos tempos com o aparecimento de novas heresias, com as discussões entre teólogos católicos, ou ainda como fruto de estudos especiais acuradíssimos, sucedeu que foram melhor exploradas, melhor aprofundadas as duas fontes da Revelação, e portanto, melhor conhecidas. Em todo o caso, quanto a dogmas recentes, Imaculada Conceição, Infalibilidade pontifícia, se não os vemos explícitos no Símbolo, sempre os podemos incluir no artigo IX, porque, ao professarmos nossa crença «na Igreja católica», afirmamos a nossa fé no ensino integral desta mesma Igreja.

23. — VIII. Os Mistérios perante a razão.

Antes que se dê princípio à exposição do Símbolo dos Apóstolos, deve ser resolvida uma questão preliminar. Será possível a revelação dos mistérios ali apresentados? Não contradiz isto os ditames da razão?

Três espécies de mistérios se hão de distinguir. Temos: — 1. *Mistérios da ordem natural.* Inúmeras verdades e leis científicas existem, que conhecemos perfeitamente, ignorando, todavia, por exemplo a sua essência. Que vem a ser, digamos, a germinação? Que é a vida vegetativa? A vida animal? Que é a eletricidade? A atração? Como se realiza a união substancial da alma com o corpo? etc. «Por mais longe que se adiantem as conquistas da ciência, há de ser sempre limitado o seu domínio. O mistério a envolve por todas as fronteiras, e quanto mais se lhe dilatarem pelo afastamento essas fronteiras, tanto mais extensas hão de ficar.» (H. POINCARÉ). — 2. *Mistérios teológicos impròpriamente ditos:* são verdades que nossa inteligência entende, quando reveladas, porém que não teria alcançado, nem conhecido pelas próprias fôrças. Entre estas, mencionemos: a queda original, a necessidade da Redenção, a instituição e infalibilidade da Igreja. — 3. *Mistérios teológicos pròpriamente ditos:* são verdades que transcendem a inte-

ligência humana, absolutamente incapaz, não só de as descobrir, senão também de lhes entender a natureza e a razão intrínseca, ainda depois de reveladas: assim o mistério da Santíssima Trindade, o da Incarnação e o da transubstanciação.

Tese. — A revelação dos *mistérios pròpriamente ditos* é possível. Não repugna à razão nem por parte de Deús, nem por parte do homem.

A. *POR PARTE DE DEUS.* — Não conhece mesmo Deus mundos de cousas que ignoramos? Vemos que há, na ordem natural, um sem número de mistérios científicos. Isso ninguém nega. *A fortiori* pode-se crer que há, na ordem sobrenatural, verdades claríssimas para Deus, muito embora nos sejam ininteligíveis. Na vida comum, que de fatos não haverá, luminosos para o sábio, inexplicáveis para o indouto! Ora, maior distância vai, é certo, do sábio a Deus que do indouto ao sábio. É infinita a ciência do Criador. E quem lhe tolherá o comunicar-nos algumas parcelas, tal o qual o professor de meninos?

B. *POR PARTE DO HOMEM.* — Será lícito ao homem aceitar os mistérios pròpriamente ditos, sem desdouro, sem menosprêzo da razão; ou, por outra, não são absurdos os mistérios? A esta pergunta, já respondia Pascal: «Os mistérios estão acima da razão, não contra.» Afirmando-se que Deus é uma substância *única* e subsiste em três pessoas, não se emite nenhuma proposição contraditória, como quem dissesse que um iguala três. Deus é único, em certo ponto de vista, e é tríplice em outro. Como é que se faz isto? Não sabemos. Devemos crer que é, porque Deus no-lo revelou.

Desde que os mistérios ficam fora das raias da inteligência humana, ocorre a dúvida: *para que* no-los teria revelado Deus? — Poder-se-á apontar, justificando esta revelação dos mistérios, dois motivos ponderosos. — *a*) *Na*

esfera intelectual, os mistérios deram aso aos estudos teológicos mais sublimes da natureza de Deus, das relações do Criador com suas criaturas, dos benefícios imensos da Incarnação e da Redenção, e enriqueceram desta forma o espólio dos conhecimentos do espírito humano. — *b*) *Na ordem moral*, facilitam o exercício de várias virtudes fundamentais, como a fé e a humildade, porque nos recordam a nossa dependência, e experimentam a nossa submissão. Com efeito, somos obrigados a curvar a nossa razão, a dobrar a nossa inteligência perante o incompreensível, fiados ùnicamente na palavra divina. Mais ainda, são fatores preciosíssimos das virtudes de esperança e de caridade, porque orientam para os bens eternos, o nosso coração, unindo-o a Deus.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Desde que o Símbolo dos Apóstolos encerra as verdades essenciais da nossa Religião, é preciso recitá-lo : — *a*) com *atenção*, para que impressione mais o nosso espírito ; — *b*) com *fé*, isto é, não sòmente bem articulado, senão tomando parte também o nosso coração : — *c*) com *piedade*. O Símbolo é mais do que uma profissão de fé. É uma prece que dirigimos a Deus para oferecer-lhe a homenagem do nosso ser inteiro, para reconhecer a sua soberania, para agradecer os seus benefícios.

2.º Inclinar nossa razão diante da obscuridade dos mistérios.

LEITURAS. — 1.º A fé de Abraão. Por mandado de Deus, abandona a sua terra e sua família (*Gênesis*, XII); 2.º a fé do Centurião (*Mat.*, VIII). Abraão e o Centurião ensinam-nos de que modo devemos aceitar a revelação e crer na palavra divina.

QUESTIONÁRIO. — I. 1.º Que é dogma ? 2.º Quais são os dois requisitos essenciais para um dogma ? 3.º Qual é o objeto do dogma ? 4.º Haverá verdades que temos de crer sem que sejam dogmas ?

II. 1.° Quais são as fontes do dogma ? 2.° Que é a Escritura Sagrada ? 3.° Que é inspiração ? 4.° Será Deus autor da Escritura Sagrada ? 5.° Que se entende com isso ? 6.° Não há diferença entre revelação e inspiração ? 7.° Quais são os limites da inspiração ? 8.° Que vem a ser um cânone da Escritura Sagrada ? 9.° Que encerra um cânone ? 10.° Quais são os diferentes sentidos da Bíblia ? 11.° Que é tradição ? 12.° Quais são os caracteres da tradição ? 13.° Seus principais canais ? 14.° Quais são os intérpretes da Escritura Sagrada e da Tradição ?

III. 1.° Que é dogma segundo os Modernistas ? 2.° Qual é a doutrina católica sôbre o desenvolvimento do dogma ? 3.° Admite a Igreja que o sentido de um dogma possa mudar ? 4.° Pode o dogma católico, conjunto das verdades de fé, desenvolver-se ? Receberam os Apóstolos o depósito completo da Revelação ? 6.° Que utilidade terão as revelações particulares ? 7.° Poderá progredir, o conhecimento que temos da Revelação ?

IV. 1.° Que é um Símbolo de fé ? 2.° Para que serve ?

V. 1.° Quantos símbolos conheceis ? 2.° Qual é a origem dêles ?

VI. Como se pode dividir o Símbolo dos Apóstolos ?

VII. 1.° Quais são as verdades contidas no Símbolo dos Apóstolos ? 2.° Abrange êle todos os dogmas ?

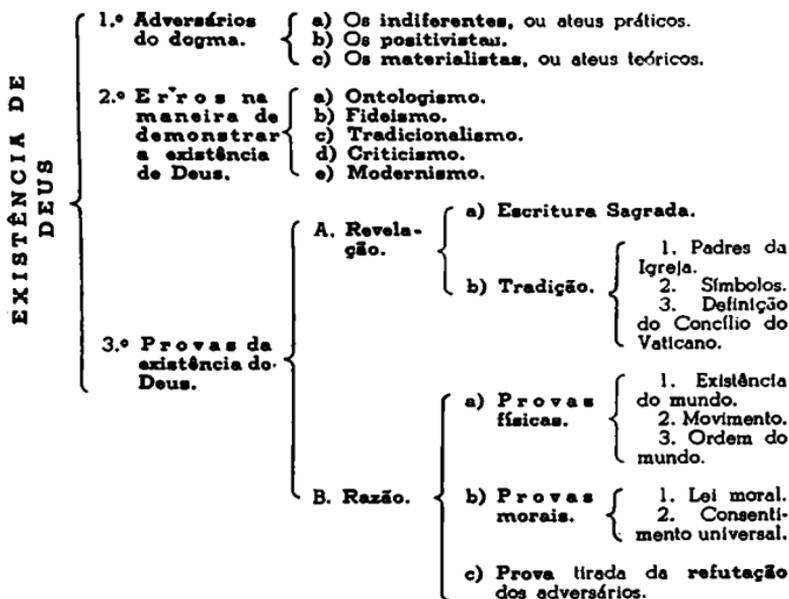
VIII. 1.° Há quantas espécies de mistérios ? 2.° Não contradizem a razão os mistérios pròpriamente ditos ? 3.° Porque os revelou Deus ?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.° Dizei o que sabeis do Símbolo dos Apóstolos. 2.° Que diferença se nota entre os mistérios da Religião e os da natureza ? Quem nos deu a conhecer os primeiros ? Os outros ? 3.° Explicai, comparando-os, os vocábulos : Revelação, Escritura Sagrada, Tradição, Dogma.

4.ª LIÇÃO

1.º Artigo do Símbolo.

«Creio em Deus Padre todo poderoso
Criador do céu e da terra.»

Existência de Deus.

24. — Vocábulos.

Creio. — Duas acepções: — *a*) Na *conversa comum*, a palavra «*crer*» importa dúvida. Exemplo: Creio que amanhã choverá, significa: julgo que choverá, mas não tenho certeza completa. — *b*) No *Símbolo dos Apóstolos*, «creio» quer dizer: tenho a convicção firme, absoluta, da existência de Deus, e professo esta verdade, sem o menor receio de errar.

Deus. — Ser infinitamente perfeito, criador do céu e da terra, e soberano Senhor de todas

as cousas. Quem é Senhor é Mestre. Ora, Deus é « Soberano Senhor », isto é, Mestre acima de todos, e a quem todas as criaturas devem obediência.

NOMES DE DEUS NO ANTIGO TESTAMENTO. — *a*) *Eloim*, é plural de majestade, e quer dizer « todo-poderoso ». É designação que serve tanto para o verdadeiro Deus como para os deuses estrangeiros. — *b*) *Jeová* ou *Javé*, isto é, o ser por excelência, o que tem a plenitude do ser e o poder de criar. Os Judeus tinham por êste nome tal respeito que nunca o pronunciavam, usando em lugar as palavras « Eloim » ou « Adonai ». — *c*) *Adonai*, o Mestre soberano que governa o mundo. — *d*) *Sabaot* ou Deus dos exércitos. Aquele que está à frente dos exércitos, e dá vitória a quem lhe apraz.

A *RAZÃO* chama Deus: — *a*) *ente necessário*, o que não pode deixar de ser, nem ser diferente do que êle é. As criaturas, pelo contrário, podiam não ter existido ou aparecer outras, e por isso são seres *contingentes*: — *b*) *causa primeira*, a que deu origem a todas as causas segundas. *Causas segundas*, é tudo o que foi criado, tudo o que existe devido à causa primeira, e vem a ser o universo e o que nele entra; — *c*) *primeiro motor*;

Ateu do grego «*a*» privativo. e «*theos*» deus = sem deus). — O que não acredita na existência de Deus.

Razão. — Faculdade pela qual o homem pensa e julga. Com o auxílio da razão, o homem consegue descobrir certas verdades. Outras verdades, porém, existem, que ultrapassam a capacidade do homem, e estas só as conhece, porque Deus as revelou.

DESENVOLVIMENTO

25. — I. Objeto do 1.º Artigo do Símbolo.

O primeiro Artigo do Símbolo: « Creio em Deus Padre todo poderoso, Criador do céu e da terra », é resposta às três perguntas seguintes: 1.ª *Existe* Deus? 2.ª Qual é sua *natureza?* 3.ª *Manifesta-se exteriormente* e que *obra* faz? A presente lição tratará da existência de Deus. Na lição 5.ª, estudar-se-ão os atributos de Deus, e na 6.ª, se verá a sua vida íntima (mistério da Santíssima Trindade). A 7.ª contemplará a obra de Deus com a criação dos Anjos, ficando, para a 8.ª, a criação terrestre, e, em especial, a criação do homem.

26. — II. Adversários do dogma da existência de Deus.

Podemos agrupar em *três* classes os adversários do dogma da existência de Deus. — *a*) Os que não se querem importar com êste negócio: são os *indiferentes*. Seguem à risca o conselho de Littré: « Para que teimais em indagar donde vindes, para onde ides, se haverá um Criador inteligente e bom? Êstes problemas, são uma doença. O melhor meio para curar isso é não pensar. » Pois não, responde Brunetière, o remédio há de ser excelente, mas é escusado procurar. Impossível, de fato, que um ente dotado de razão, deixe de encarar estas questões capitais. Com êste primeiro sistema, o *indiferentismo*, pode-se relacionar o *ateísmo prático*, que consiste em viver como se Deus não existisse.

b) Ao segundo grupo pertencem os que dizem *insolúvel a questão*; são os *positivistas*. Têm como chefes Augusto Comte († 1857) e Littré († 1883). E os *agnósticos*, cuja doutrina é quase igual, ainda que de nome diverso: « O problema de causa suprema, fala o inglês Huxley, parece-me que está definitivamente fora da alçada das nossas pobres faculdades. » Segundo êstes dois sistemas, as únicas verdades que existem, são as que se baseiam em fatos materialmente provados. Não admitem outra fonte de conhecimentos que não seja a experiência, e a ciência têm exatamente a missão de verificar tais fatos, e determinar as leis a que obedecem. Tudo quanto não for averiguado e certificado desta forma, é mito. Em consequência, fica rejeitada a idéia de Deus, para os domínios do incognoscível: « O infinito é um como Oceano que vem esbarrar às nossas praias, mas não há barcos, nem velas, com que o exploremos » Littré.

c) A terceira categoria de adversários, serão os *materialistas*. São ateus confessos. Já não diz, o *materialista*, como o positivista: «Isso, de haver um Deus, pode ser; o que não é possível, é demonstrá-lo. » Não. Sai desta neutralidade. Afirma que não há Deus. Fundamenta-se, também êle, no mesmo princípio: não existe verdade fora das ciências experimentais. Conclusão: só admite a existência da matéria, e pretende que ela basta paar dar conta de tudo. Os corolários acompanham naturalmente: a matéria será eterna; possuirá, por essência, inerentes, fôrça e movimento, incriados como ela; serão as leis do universo que regem os mundos, imutáveis, sem que seja preciso recorrer a uma causa inteligente e livre, explicando a criação e o govêrno da natureza.

Essas teorias do ateismo, as havemos de refutar, melhor e primeiro, pela simples exposição das provas da existência de Deus.

27. — III. Erros acêrca da demonstrabilidade da existência de Deus.

No *ponto de vista católico*, há dois meios para demonstrar a existência de Deus. É *dupla a fonte* donde tiramos as provas: — *a*) a Revelação; — *b*) a razão. E não é lícito menosprezar uma qualquer destas fontes. Nem mesmo apregoá-la e exaltá-la em demasia com prejuizo da outra. A êste respeito trilham pistas falsas principalmente: — 1. O *ONTOLOGISMO*, sistema de MALEBRANCHE, que considera inata a idéia de Deus, sendo que percebemos a essência divina, não de modo absoluto, porém como princípio de todas as cousas que existem. Esta opinião foi condenada, em 1861, por um decreto do Santo Ofício. — 2. O *FIDEISMO*. Diz que a Revelação é o único meio de se conhecer a Deus: êrro condenado em 1840, e depois, pelo concílio do Vaticano, em 1870. — 3. O *TRADICIONALISMO* (J. DE MAISTRE, DE BONALD, DE LAMMENAIS), que afirma também, não estar ao alcance da razão, o descobrir as verdades religiosas e morais. Tese dos tradicionalistas é que tais verdades fôram reveladas ao primeiro homem, sendo depois a nós transmitidas pela Tradição. — 4. O *CRITICISMO*, teoria da invenção de KANT († 1804), proclama que a razão pura não pode atingir a realidade das cousas. Para êle, não há *verdade objetiva*: só *verdades subjetivas*. Ou por outra, conhecemos perfeitamente o que está em nosso pensamento, em nossa concepção; entretanto, veda-nos, êsse filósofo, a afirmação de que as cousas existem, aí fora, tais como nosso espírito as concebe. Sistema êste, perigosíssimo, que termina com a dúvida e negação de toda e qualquer certeza. Kant, para salvar seu sistema e a verdade objetiva da existência de Deus, lança mão de um recurso hábil — hábil, porém demasiado sutil e sem base — distingue *razão pura* e *razão prática*. Esta última lhe permite reestabelecer a existência da lei moral, e consequente necessidade de um legislador que é Deus. — 5. O *MODERNISMO* (1) doutrina que decorre imediatamente do criticismo de Kant. Católicos numerosos houve, na França, na Inglaterra, na Itália e na Alemanha, que adotaram as teorias do filósofo alemão. Pretenderam, como êle, que a razão pura é incapaz de demonstrar a existência de Deus, nem mesmo por meio das criaturas. Proclamaram que Deus, portanto não era objeto de ciência.

---

(1) Modernismo, é como que o nome genérico de um acêrvo de teorias condenadas por Pio X. As principais são: o sentimentalismo, o neo-criticismo, o pragmatismo e o imanentismo. O seu caráter geral é a negação do poder da razão. Na verdade, nesses sistemas, torna-se perfeitamente dispensável, a razão para remontarmos até Deus, desde que o próprio Deus é que baixa a nós, nos comunica a sua presença e age no fundo do nosso ser. V. Encíclica *Pascendi*.

Na opinião dêles, a única base da crença, é o sentimento. É bastante que desçamos ao fundo do nosso eu, para encontrarmos a Deus, fazendo, dêle, uma como que «experiência individual.» Logo, é na consciência, ou melhor, na subconsciência, segundo a terminologia dêles, que reside a intuição que temos de Deus e da divindade. Evidentemente, acontecerá que almas privilegiadas sintam experimentalmente a presença divina. Isto, porém, não pode ser meio infalível e geral de alcançar o conhecimento de Deus. Esta doutrina foi condenada pela Congregação do Santo Ofício, a 3 de Julho de 1907 (Decreto *Lamentabili*), e por Pio X, a 8 de Setembro de 1907 (Encíclica *Pascendi*).

28. — IV. Provas da existência de Deus.

Demonstra-se de *duas maneiras*, a existência de Deus: pela *Revelação* e pela *razão*. *Art. de fé*, concílio do Vaticano.

A. **Provas apresentadas pela Revelação.** — *a*) *ESCRITURA SAGRADA*. — Se a Bíblia nos diz que Javê muitas vêzes se manifestou aos homens, revela-nos, no mesmo tempo, a *existência* e a *natureza* de Deus.

1. *No Antigo Testamento*, nos livros de Moisés (*Pentateuco*), aparece-nos Deus como *Criador* e *Senhor soberano* de todas as cousas, único a quem seja devido o culto de adoração, com o sacrifício para rito principal; como *Legislador* que se desvenda aos olhos de Moisés no monte Sinai, e lhe entrega ali as Tábuas da Lei. Traziam exarado o Decálogo, isto é, os pontos essenciais da Lei Moral. Com os *profetas*, sobressai melhor ainda a noção do verdadeiro Deus: sua onipotência, sua eternidade, sua realeza universal, sua misericórdia, sua paternal bondade. Os profetas vão reagindo contra as tendências particularistas dos Judeus, que faziam de Javê um Deus nacional. Vão reagindo, em especial, contra o culto ritualista, porque, nos seus exercícios de piedade, os Judeus davam muita importância às práticas exteriores, em detrimento da justiça, da vida interior, da verdadeira santidade. Os *livros sapienciais* falam mais das perfeições infinitas de Deus, da sua presença em toda a parte. — 2. *No Novo Testamento*. «Deus nos entreteve por

seu Filho» (*Heb.*, I, 2). *Jesus foi o máximo revelador* da divindade e dos seus atributos. Mais do que os profetas, êle verberou o particularismo judaico e afirmou que Deus é pai de todos os homens, e quer a salvação de todos (*Mat.*, XVIII, 14. XXII, 10; *Lucas*, XIV, 23). E mostrou que a bondade divina abrange todos os seres da criação, inclusive os mais ínfimos, reservando, porém, aos homens a solicitude mais carinhosa. (*Mat.*, VI, 26-32; *Lucas*, XII, 24-30).

b) *TRADIÇÃO.* — 1. Os Padres da Igreja e os escolásticos provavam a existência de Deus, tanto pelos textos da Escritura Sagrada, como pelas luzes da razão. — 2. A existência de Deus é a primeira verdade mencionada nos diferentes símbolos. — 3. Êste dogma foi definido pelo *IV.º Concílio de Latrão* contra os Albigenses e outros herejes, e pelo Concílio do Vaticano que declara, *sessão III, cap. I:* «A santa Igreja católica crê e professa que há um só Deus, verdadeiro e vivo, Criador e Senhor do céu e da terra.»

B. **A existência de Deus provada pela razão.** — *A existência de Deus pode ser conhecida com certeza pela razão.* Êste *artigo de fé*, condenando as opiniões expostas precedentemente, foi definido pelo Concílio do Vaticano, o qual declara, *sessão III, cap. II, cânone I:* «Se alguém disser que o Deus único e verdadeiro, nosso Criador e Mestre, não pode ser conhecido com certeza pela luz natural da razão humana, por meio das cousas que foram criadas, seja êle anátema.» No *Motu próprio* de 1.º de Setembro de 1910, Pio X foi ainda mais explícito: «Deus, diz êle, pode ser *conhecido*, e portanto *demonstrado* também com certeza pela luz natural da razão por meio das cousas que foram feitas, isto é, pelas obras visíveis da criação, como a causa por seus efeitos.»

Êste dogma tem fundamentos na *Escritura* e na *Tradição*. Eis alguns textos da Escritura Sagrada: «Estultos por índole, reza a *Sabedoria* (XIII, I), são todos os homens que ignoraram a Deus, e não souberam, por meio dos bens visíveis, remontar

ao conhecimento daquele que é.» «O insensato fala no seu coração: não há Deus.» (*Ps.* XIII, 1). E são Paulo declara «sem as perfeições invisíveis de Deus, sua eterna onipotência e sua divindade, desde a criação do mundo, tornadas patentes à inteligência *por meio das obras dêle.*» (*Rom.*, I, 20).

Classificação das provas da existência de Deus. — A divisão mais antiga e clássica das provas da existência de Deus consiste em reparti-las por três grupos: *provas físicas*, *provas morais*, e melhor *metafísicas* (1). Sãos mais simples, as provas físicas e morais, e melhor compreendidas pelo povo. E são justamente as mais importantes. Pois as provas metafísicas, menos inteligíveis ao comum dos homens, parecem também de menor alcance (2).

29. — V. Provas físicas da existência de Deus.

São assaz conhecidas, as que se tiram do mundo tal como o vemos, isto é, considerado: — *a*) na sua *existência*, nos elementos e seres que o compõem; — *b*) no movimento que nele verificamos; — *c*) na ordem e harmonia que ali reinam.

1.º Prova tirada da existência do mundo (3). — As *causas segundas* exigem uma *causa primeira*, assim como *seres contingentes* exigem um *ser necessário*. Ora, o mundo só consta de causas segundas e de seres contingentes. Logo, o mundo exige uma causa primeira e um ser necessário.

---

(1) Os filósofos modernos, inspirados na classificação nova, proposta por Kant, rejeitam esta classificação antiga. Distinguem: — *a*) provas *teóricas* que fornecem uma demonstração racional; — *b*) provas *morais*, ou simples motivos de credibilidade. Subdividem-se, por sua vez, em duas espécies, os argumentos do primeiro grupo: provas *a priori*, se o espírito desenvolveu uma idéia que êle descobriu em si mesmo, v. g.: a prova ontológica, — e provas *a posteriori*, quando o espírito se baseia na verificação de um fato, v. g.: a prova cosmológica ou tirada da existência e da contingência do mundo.

(2) *PROVA ONTOLÓGICA.* — Mais célebre é a prova ontológica exposta por santo Anselmo, repetida por Descartes, Malebranche, Bossuet e Fénelon. Pode ser formulada como segue: A existência é uma perfeição. Ora, temos idéia de um ser perfeito que chamamos Deus. Logo Deus existe. Esta prova encerra um paralogismo, isto é, raciocínio errado, porque passa de um ser concebido a um ser real. Foi atacada, em boa hora, por Kant, o qual, aliás, nada mais fez do que reeditar as críticas de santo Tomás.

(3) Esta primeira prova, aqui arrolada entre as provas físicas, pode, da mesma forma, ser contemplada entre as provas metafísicas, desde que tem como base uma idéia metafísica: a contingência do mundo.

A. Dificilmente se negará que as *causas segundas necessitam uma causa primeira.* Com efeito, tratando-se de causas subordinadas, incapazes de, por si mesmas, produzirem sua existência, forçoso é, para explicar esta existência, admitir uma causa primeira. Nada adianta pretender que uma tira da outra motivo e origem: o filho, do pai; o pai do avô, e assim por diante, até o infinito. Porque, ainda supondo lícito imaginar séries ilimitadas de causas segundas, êste *número* de causas semelhantes, por grande que fôsse, não modificaria nunca a *natureza* das mesmas. Acumulem-se teorias sem fim de cegos, nem com isso se constituiria um só homem de vista perfeita. *Logo, não há justificação possível de causas segundas, senão por uma causa primeira.*

Argumenta-se do mesmo modo para os seres considerados, não já como causas segundas, mas como seres contingentes. Por não possuirem em si próprios a razão da sua existência, os *seres contingentes* devem ter esta razão fora de si, num chamado *ente necessário.*

B. Nada custa provar que *o mundo é composto de causas segundas e seres contingentes.* Quer no conjunto, quer nas partes, o mundo é uma aglomeração de cousas efêmeras, cuja não-existência, em nada repugna ao nosso espírito. A *matéria bruta,* os minerais que temos sob as nossas vistas, os seres vivos a que pertencemos, não existem por si próprios. Menos se poderia conceber como necessária, a sua existência. Por outra parte, aqui intervém a ciência afirmando-nos que não havia vegetais e animais nas idades remotas, e que o aparecimento do homem na terra é de origem relativamente próxima. «Ora, conclue *Clarke,* se cada uma das partes do universo não existe necessàriamente, também não poderá, o todo, existir necessàriamente.»

Logo, o *mundo* exige uma *causa primeira* e um *ser necessário* que deu, ao mundo, existência. Esta causa primeira, êste ser necessário, é *Deus.*

2.º **Prova tirada do movimento do mundo.** — *Motores segundos*, isto é, que não têm em si a razão de ser do seu movimento, exigem um *primeiro motor*. Ora, o mundo está animado de um movimento do qual não é autor. Logo, obedece a um primeiro móvel.

A. É intuitivo: para os *motores segundos*, como para as *causas segundas*, nada adianta, supor uma série infinita de motores que se comunicam o movimento uns aos outros. Desde que cada um não é capaz de se dar a si próprio o movimento que o anima, há de se forçosamente admitir um *primeiro móvel*.

B. Isso, de *haver movimento no mundo*, é fato palpável, de verificação constante. Por outro lado, a ciência ensina, que a *matéria*, os *seres inorgânicos são inertes*. Quer dizer não podem por si adquirir movimento, nem modificar o movimento que os anima. Ainda quando se concedesse que o universo se move desde sempre, — contrariando a hipótese de Laplace certo de haver tido um princípio o movimento no mundo, — ainda assim, não fôra lícito prescindir de um primeiro motor que lhe houvera dado movimento. Já que nenhum ser é capaz de dar o que não possue, tudo o que é inerte por natureza, e se acha no estado de movimento, deve ter recebido êsse movimento de uma causa estranha. E a tal causa estranha a êste *primeiro móvel*, chama-se *Deus*.

3.º **Prova tirada da ordem do mundo, ou prova das Causas finais** (1). — A *ordem* é sempre obra de uma *causa inteligente*. Ora, impera no universo *ordem admirável*. Logo, a *ordem do universo* exige uma *causa inteligente*.

A. Do *princípio de causalidade*, decorre que todo e qualquer *plano* requer um *organizador*, e que a ordem e a harmonia nos efeitos provam inteligência na causa. De fato, *ordem* significa adaptação dos meios ao fim. Para ter um relógio funcionando, não basta enganchar as rodinhas de

---

(1) Esta prova, dada por Sócrates, Cícero, Plutarco, santo Agostinho, Bossuet, foi desenvolvida por Fénelon, de extenso e com eloquência no seu *Tratado da existência de Deus*, 1.ª parte.

qualquer jeito, não. É preciso colocar todas no lugar próprio. E isto, não o fará quem não entender do negócio.

B. *Mas reinará mesmo ordem no mundo?* Haverá na verdade, por toda a parte, proporção exata entre os meios e o fim? Um olhar atento, se bem que rápido, que lancemos ao universo, no conjunto ou nas parcelas, nos dirá claramente o gênio portentoso, a arte infinita de quem os construiu. Tudo na natureza é harmonia. *Acima de nós*, vemos astros que seguem sua órbita, sem o mínimo desvio: « Os céus, diz o Salmista, narram a glória de Deus. » (*Ps.*, XVIII, 2). *Na terra*, e em cada um dos entes que a povoam, não é menor a harmonia. Todo o ser possue órgãos perfeitamente adaptados ao fim que lhe é próprio: o pássaro tem asas e voa; o homem, olhos para ver, ouvidos para ouvir, e quem estudar êstes aparelhos não deixará de admirar quantas maravilhas existem na estrutura dêles. — Dir-se-á que a *ordem do mundo*, talvez seja *obra do acaso*. Mas isto é um disparate colossal. Justamente o caráter típico dos efeitos do acaso, é a falta de ordem e de simetria. « Podem argumentar e sofismar à vontade, diz FÉNELON, nunca farão um homem de juizo acreditar que a Ilíada se organizou pelo único trabalho do acaso... Porventura, êste mesmo homem sensato haveria de crer, a respeito do universo, mais assombroso, sem dúvida, mil vêzes, do que a Ilíada, aquilo mesmo que seu juizo não lhe consentirá jamais acêrca dêsse poema? » É o pensamento igual que encerram os dois famosos versos, tão citados, de Voltaire:

L'univers m'embarrasse, et je ne puis songer
Que cette horloge marche, et n'ait point d'horloger.

Não satisfaz, tão pouco, dizer-se que a ordem do mundo é resultado da *evolução*, porque se a *evolução* pode ser a *lei* que regulou a formação do mundo, então é *lei*. Causa, é que não é, nem pode ser.

Concluimos que, para explicar a ordem do mundo, só a intervenção de um artista portentoso que ajeitou todas as engrenagens. Êste construtor prodigioso, esta inteligência coordenadora é *Deus* (1).

30. — VI. Provas morais da existência de Deus.

1.º **Prova tirada da lei moral.** — Há uma lei moral que se impõe ìntimamente a todos os homens. Ora, esta lei universal, só Deus a pôde criar. Logo, Deus existe.

A. *Está fora de dúvida a existência da lei moral.* É uma regra absoluta, geral e imutável, que se apresenta a nossa vontade, preceituando o bem, proibindo o mal. Quem a promulga, é a voz da consciência. Antes do ato, a consciência nos diz se é cousa boa, ou cousa má. Depois do ato, sendo cousa boa, aprova, e censura, se temos praticado o mal apesar das suas advertências.

A consciência enganar-se-á, uma vez ou outra, quanto às determinações da lei moral. Julgará lícito o que, de fato, não o é. Sucederá, como se exprime Pascal, que: « Verdade aquém dos Pireneus seja êrro além.» Nem por isso deixa de ser exato que, em qualquer emergência, sempre está em nós, uma lei a que nos cumpre obedecer.

B. Mister se faz, portanto, descobrir a origem desta lei que a consciência nos revela. Claro está, com efeito, que *toda a lei exige legislador*, e que uma obrigação poderá ser imposta a uma vontade inferior e dependente, só por vontade superior e independente. Ora, tal legislador não o descobrimos em nós mesmos, nem tão pouco na sociedade. — *a) Em nós mesmos.* É impossível ser, no mesmo tempo, legislador e súdito. Aventaram, na verdade, como motivos, e

(1) CRÍTICA — A prova das causas finais demonstra a existência de um ser inteligente, não porém de um Deus infinito, necessário e criador. Com efeito, no mundo, há imperfeições. Ora, um trabalho imperfeito e limitado não exige necessàriamente artífice perfeito e infinito. E mais, não conseguiria, a razão provar que o organizador é a mesma pessoa que criou. O argumento das causas finais, por isso, não se deve apresentar desacompanhado das demais provas.

fundamento do dever: ora, a beleza intrínseca da virtude; ora, a sua conformidade com a natureza humana; ora, a harmonia existente entre a virtude e a felicidade. É bem de ver, entretanto, que nada disso será suficiente para criar a obrigação moral. — 1. Comecemos com a *beleza intrínseca da virtude.* Se a beleza moral de um ato fôsse o bastante para o tornar obrigatório, o dever seria tanto mais imperioso quanto mais nobre o ato; e as ações mais sublimes, o heroísmo por exemplo, deixariam de ser reservadas à elite, passando a regra comum imposta à generalidade dos mortais. Isso, ninguém o admite. — 2. Quanto à pretensa *conformidade do bem com a natureza humana,* não há tal. Longe disso. Todos terão experimentado quanto custa, muitas vêzes, praticar a virtude, vencer as tendências indômitas que nos arrastam ao mal. — 3. Será exato dizer que se vê sempre a *harmonia entre o dever cumprido e a ventura?* Não é; absolutamente. E quando fôsse, a felicidade viria a ser eventualmente para o homem um incentivo que o levasse à prática do bem, e nunca um princípio de ação, porque ninguém está obrigado a buscar a felicidade. — *b) Na sociedade,* não acharemos melhor base para alicerce da obrigação moral. Senão vejamos. Nenhum homem é dono absoluto dos seus semelhantes. Aliás, tanto os dirigentes da sociedade, como os dirigidos, são sujeitos à mesma obrigação moral. Logo temos o direito de concluir que fora de Deus, o dever é um absurdo, e que sòmente Deus pode ser a fonte da lei moral.

Acresce ainda que Deus é imprescindível para dar a nossos atos a *sanção justa.* Está visto que não há mister sanção alguma, para fundamentar a lei moral. É necessária, porém, para integrá-la. É requisito da ordem, que seja premiada a observância da lei, e punida a sua inobservância. Ora, nenhuma garantia nos proporcionam as sanções terrestres. Logo, não depararemos senão em Deus o supremo Remunerador, que nossa consciência pede. E portanto, a

existência da lei moral implica a existência de Deus, como Legislador, e como Remunerador (1).

2.º **Prova tirada do consenso universal.** — É prova que decorre necessàriamente das precedentes. Sendo verdade que a razão é apta a demonstrar a existência de um ente superior, deve-se encontrar, em todos os povos, a unanimidade no reconhecimento da divindade. A história, com efeito, afirma que, em todo o lugar e em todas as épocas, acreditaram na existência de Deus: «É possível, escreve Plutarco, achardes aglomerações humanas que não tenham muralhas, ou palácios, ou leis, ou moeda, ou cultivo literário. Mas, povo sem deuses, sem preces, sem sacramentos, sem ritos religiosos, sem sacrifícios, isto é, o que não achareis, nunca.» Os homens se terão tresmalhado nas suas concepções a êste respeito. Hajam vista, os que idearam divindades múltiplas, como os politeístas. Entretanto, na essência, na raiz dêsses extravios, está o testemunho da consciência universal. «Nação alguma, diz Cícero, por grosseira e atrasada que seja, deixa de crer na existência dos deuses, ainda quando erre no tocante à natureza dêles.»

Qual será a fonte desta *crença geral?* É inútil procurar entre as causas das ilusões. Não provém: — *a*) do *temor:* ninguém tem mêdo de um ente cujo atributo precípuo, é a bondade; — *b*) tão pouco da *ignorância,* desde que cultos e ignaros comungam na mesma fé; — *c*) nem das *paixões.* Estas são amordaçadas pela existência de Deus; — *d*) nem das *legislações humanas.* Príncipes houve certamente que exploraram a crença de seus súditos, para granjear o respeito, a submissão. Exploraram-na, talvez. Não a criaram. Senão, a história nos repetiria o nome do inventor.

---

(1) Pode-se impugnar a premissa maior desta prova. Com efeito, o conhecimento da lei moral, com caráter absoluto, universal e obrigatório, importa o conhecimento prévio de um *Legislador* supremo e de um justo *Remunerador,* porque «só Deus, como diz o cardeal BILLOT, *De Deo uno,* pode ser autor da lei e da obrigação moral», não tendo valor, o *imperativo categórico* da consciência, senão quando esta manda em nome de Deus. Resulta que, se a lei moral pressupõe a existência de Deus, não conduz a ela. Em suma, o defeito do argumento é encerrar a premissa maior, o que só deverá aparecer na conclusão.

Logo, impõe-se a conclusão: se todos os povos têm admitido uma divindade, é sinal de que esta crença é filha da razão, de modo que o consenso universal, ainda que não seja, pròpriamente falando, novo argumento, corrobora e esteia, sòlidamente, o valor das provas precedentemente expostas, e constitue uma *demonstração indireta* da existência de Deus.

31. — VII. Prova tirada da refutação do ateismo.

Trata-se, aqui do *ateismo científico*, o qual, com a capa dupla de *positivismo* e *materialismo*, pretende, ou que Deus pertence ao domínio do incognoscível, ou que, simplesmente, não existe. O ponto de apôio das duas escolas é um só e mesmo princípio, que vem a ser: não há nada verdadeiro, senão o que pode ser averiguado pela experiência. Apenas diferem quanto às conclusões: a primeira aparentemente nada resolve; a outra ensina afoita a negação. Porém, no fim das contas, o positivismo, na prática, sempre leva aos mesmos resultados, desde que não é possível, em tais assuntos, ocupar terreno igualmente afastado da afirmação e da negação, e porque a neutralidade apresenta tantos inconvenientes como o ateismo positivo.

Êste princípio do positivismo e do materialismo, dizendo que *a experiência é a única fonte dos nossos conhecimentos*, é, com toda a evidência, por demais exclusivo e falso. Outros princípios existem, de fato, necessários e universais, como o princípio de causalidade (tudo o que começou de ser, tem uma causa), ou o princípio de contradição (não pode uma cousa ser e não ser no mesmo tempo), que a razão nos ministra, e que todo o espírito reto aceita, ainda que não seja sempre possível fazer a verificação experimental.

Não somente é *falsa a teoria* dos materialistas, mas nem êles a traduzem na prática. Admitem, por exemplo, que duas retas paralelas não se encontrarão nunca, ou ainda, que um objeto não pode, no mesmo tempo, ser branco e preto, não sendo capazes, entretanto de verificar experimentalmente nem uma nem outra cousa.

Quando os materialistas, querendo explicar o mundo, declaram que a matéria é eterna e incriada, e têm como atributos, a fôrça e o movimento, onde está a experiência que abone tais asserções?

Porquanto, se há de legìtimamente concluir que a existência de Deus é a verdade melhor estabelecida, quer considerando-se o conjunto de provas aduzidas pela razão, quer considerando-se a fraqueza das objeções levantadas pelos adversários.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º « Ninguém nega a Deus, senão os que receiam que Deus exista. » (Santo AGOSTINHO.) « Conservai a alma em tal estado que sempre possa desejar a existência de um Deus, e nunca jamais duvidareis desta verdade. » (João Jacques ROUSSEAU.) « Negar a Deus, é cegueira e é loucura. » (Vitor HUGO.)

2.º Queira Deus que nossa alma não tenha motivos de pôr em dúvida a existência dêle, e mais, que se eleve a miudo pela oração, até ao seu trono!

LEITURAS. — 1.º Ler no *Êxodo* (cap. III) : Deus na sarça ardente.

2.º O *Árabe do deserto.* Indagavam de um pobre Árabe, ignorante como muitos outros, que provas tinha da existência de Deus. São as mesmas, respondeu êle, que tenho, quando vejo vestígios na areia, revelando-me claramente que aí passou um homem.

QUESTIONÁRIO. — I. Qual é o objeto do 1.º Artigo do Símbolo ?

II. 1.º Quais são os adversários do dogma da existência de Deus ? 2.º Que diferença há entre positivistas e materialistas ?

III. 1.º Quais são os erros a respeito da demonstrabilidade da existência de Deus ? 2.º Que é fideismo ? 3.º Tradicionalismo ? 4.º Criticismo ? 5.º Modernismo ?

IV. 1.º Que provas da existência de Deus nos apresenta a Revelação ? 2.º Pode a razão demonstrar a existência de Deus ? 3.º Como se agrupam estas provas ?

V. 1.º Donde se tiram as provas físicas da existência de Deus ? 2.º Como explicareis a prova tirada da contingência do mundo ? 3.º Que vem a ser a prova do primeiro móvel ? 4.º Como explicais a prova tirada da ordem no mundo ?

VI. 1.º Que vêm a ser provas morais da existência de Deus ? 2.º Que resulta da lei moral revelada por nossa consciência ? 3.º Que se entende por prova do consentimento universal ?

VII. 1.º Que idéia fazeis do princípio do ateismo científico ? 2.º Será, na verdade, a experiência fonte única dos nossos conhecimentos ? 3.º Não se pode achar outra prova da existência de Deus na refutação do ateismo positivista e materialista ?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.º Expor as diferentes provas da existência de Deus. 2.º Dizei qual delas vos parece melhor e a que vos impressiona mais.

5.ª LIÇÃO

Perfeições ou Atributos de Deus.

NATUREZA DE DEUS

- 1.º Erros.
  - a) Politeistas.
  - b) Panteistas.
- 2.º Atributos negativos ou metafísicos.
  - a) Unidade.
  - b) Simplicidade.
  - c) Imutabilidade.
  - d) Eternidade.
  - e) Imensidade.
- 3.º Atributos positivos ou morais.
  - a) Inteligência. Preciência divina e liberdade humana.
  - b) Vontade onipotente e livre.
  - c) Amor.
- 4.º Providência.
  - a) Definição.
  - b) Adversários.
  - c) O dogma católico.
    - 1. Deus governa o mundo por leis gerais.
    - 2. Derroga a estas leis quando bem lhe apraz.
  - d) Provas do dogma.
    - 1. Escritura Sagrada.
    - 2. Razão.
    - 3. Consentimento universal.
  - e) Objeções tiradas da
    - 1. existência : 1) do mal físico ; 2) do mal moral.
    - 2. repartição desigual dos bens.

32. — Vocábulos.

Perfeição (latim «*perficere*», fazer por inteiro, completar). — Qualidade levada ao grau mais alto. — Ser *infinitamente perfeito* é possuir todas as qualidades imagináveis, e num grau ilimitado. Quando dizemos que uma cousa é perfeita, falando do que há no mundo, trata-se de perfeição *relativa;* nada daquilo que foi criado é perfeito, nem pode ser perfeito.

NOTA. — Os vocábulos que designam as perfeições de Deus vêm explicados no «*desenvolvimento*». Note-se desde já que não é possível enumerar todas as perfeições de Deus. Mais acertado talvez não lembrar nenhuma, porque atributo de Deus é um só: é *infinito.* Assim o entendem o IV.º Concílio de Latrão e o Concílio do Vaticano, dizendo que «Deus é *incompreensível*».

Atributo (do latim «*attribuere*», atribuir). — Qualidade que atribuimos a Deus. *Atributo* tem aqui mesmo sentido que *perfeição*.

Espírito. — Ser imaterial que não se pode ver nem tocar.

Puro espírito. — O adjetivo «*puro*» têm aqui sentido adverbial e significa *puramente*, *ùnicamente*. — Deus e os Anjos são puros espíritos; são ùnicamente (nada mais do que) espíritos; não são, como o homem, espíritos associados a um corpo. A diferença entre Deus e o Anjo, é que Deus é infinitamente perfeito e Criador, enquanto o Anjo, embora seja puro espírito, não é infinito e foi criado.

Preciência (do latim «*prae*» antes, e «*scientia*», ciência, ciência do porvir). — Conhecimento que Deus tem de tudo quanto deve acontecer.

Providência (do latim «*providere*», prever, prover). — Govêrno do mundo por Deus.

Nada sucede sem *ordem* ou *permissão* de Deus; isto signiifca que Deus quer tudo o que é bem, e ainda que proíba o mal, não o impede, afim de deixar o homem no gôzo da liberade que lhe concedeu.

DESENVOLVIMENTO

33. — I. Erros acêrca da Natureza de Deus. Doutrina católica.

1.º **Os Erros.** — São numerosos os erros no modo de conceber a natureza de Deus.

Os principais são — *a*) dos *politeistas* que admitem vários deuses — *b*) dos *panteistas* que não reconhecem um Deus pessoal, e dizem que tudo é Deus. Para alguns dêles, o mundo não é um ser distinto de Deus: Deus com o mundo é uma *única* substância. Para outros, Deus é o princípio, e o mundo vem a ser emanação da substância divina.

2.º **Doutrina católica.** — O concílio do Vaticano condenou os erros dos *politeistas* e dos *panteistas*, *sess.* III, *can.* 1, 4 e 5.

Deus é o ser infinitamente perfeito. Êste *artigo de fé*, pelo qual o concílio do Vaticano, *sess.* III, *cap.* I, sintetiza os atributos que anteriormente enumerou, baseia-se na *Revelação* e na *razão*. — *a*) De um lado, a Sagrada Escritura ensina-nos que Deus, falando a Moisés, se define a si próprio: « Aquele

que é» (*Êx.*, III, 14). Donde inferem os teólogos que Deus possue a *plenitude do Ser*, que é o *Ser necessário, o Ser em si*, recebendo de si mesmo e de nenhum outro, a existência, — propriedade chamada *aseidade* (ens a se), pelos escolásticos, — em oposição aos seres criados e contingentes.

b) Por outro lado, a *razão* conclue que Deus, Causa primeira e Ser necessário, deve ser o *Ente perfeito*. Porque, se Deus fôsse imperfeito, seria ilmitado e contingente: — 1. *limitado*, poderia receber de outro, a perfeição que lhe faltasse; logo, deixaria de ser a *Causa* primeira de tudo; — 2. *contingente*, poderia existir de maneira diversa, e, portanto, deixaria de ser o *Ente necessário*.

A razão, que denomina Deus Ente perfeito, parece exigir que nos cinjamos a estas duas palavras, desde que não se pode decompor a *perfeição infinita*. Todavia, sendo incapaz o nosso espírito de abranger, com um olhar único, esta perfeição infinita, considera-a debaixo de aspetos diferentes, ou por outra, emprega *método duplo*; — 1. o método *negativo* que consiste em suprimir na divindade os limites e as imperfeições das criaturas, e — 2. o método *positivo* ou *analógico*, pelo qual atribuimos a Deus em grau *eminente*, isto é, elevando-as ao infinito, nossas qualidades e perfeições. Por êstes dois processos, a razão forma idéia dos atributos *negativos* e dos atributos *positivos* de Deus.

34. — II. Atributos negativos de Deus.

Os *atributos negativos* ou *metafísicos*, isto é, os que constituem a própria essência de Deus são: a unidade, a simplicidade, a imutabilidade, a eternidade. *De fé*, concílio do Vaticano.

1.º **Unidade.** — Há *um só* Deus, e a razão ensina-nos que não pode haver mais. Querer que haja dois seres infinitamente perfeitos, é querer um absurdo. Não pode um ser gozar da perfeição, desde que existe outro que compartilhe das mesmas perfeições; de fato, cada um dêles haveria de ser menos poderoso e menos perfeito do que se estivesse só.

2.º **Simplicidade.** — Deus é uma substância absolutamente simples; «Deus é *espírito*, e os que o adoram devem adorá-lo em espírito e em verdade», disse Jesus à Samaritana. (*João*, IV, 24). Não está unido à matéria, desde que a

essência da matéria é constar de partes, ser divisível, e por conseguinte, imperfeita. Na verdade, objeta-se que, na linguagem da Sagrada Escritura, Deus possuiria extensão limitada, desde que se fala nos seus membros, nos seus olhos, nos seus ouvidos (*Ps.*, XXXIII, 16), e que o vemos aí, ora sentado (*Isaias*, VI, 1), ora em pé (*Isaias*, III, 13); mas, isso, são apenas convenções, símbolos, expressões figuradas, ajeitadas à nossa maneira de imaginar as cousas.

3.º **Imutabilidade.** — Deus não pode mudar, pois quem muda, é porque adquire perfeições que não tinha, ou porque perde as que já possuia. Em qualquer hipótese, Deus deixaria de ser o Ente necessário, desde que não fôsse sempre o mesmo, e também o Ser perfeito, passando de um estado mais perfeito a outro menos perfeito, ou vice versa.

4.º **Eternidade.** — «Sou o *alfa* e o *ômega*, o princípio e o fim, diz o Senhor, o que é, o que era, o que será.» (*Apoc.* I, 8). A eternidade é consequência da imutabilidade: no que é imutável, não há sucessão; logo, não há comêço nem fim. Aliás, é preciso discriminar bem as noções de *tempo* e de *eternidade*. O tempo é feito de momentos sucessivos: passado, presente e futuro, a eternidade é um *presente perpétuo*. «Em Deus, nada foi, nada será; mas tudo é.» FÉNELON.

5.º **Imensidade.** — Deus é imenso na ciência, no poder e na sua natureza. Está em toda a parte, não como os corpos, limitados pela própria extensão, mas como espírito, cuja onipotência criou todas as substâncias que ùnicamente por êle têm a vida e o ser: «Nele é que temos a vida, o movimento e o ser», diz são Paulo aos Atenienses. (*Atos*, XVII, 28).

35. — III. Atributos positivos ou morais de Deus.

Perfeições *positivas*, são as que atribuimos a Deus, depois de as termos descoberto em nós mesmos e levado a um grau infinito na divindade. Êstes predicados são: a

inteligência, a *vontade* e o *amor*; constituem a *pessoa moral*; de modo que Deus é um ser *pessoal*, contràriamente ao que dizem os panteistas.

1.º **A inteligência e a ciência em Deus.** — A *inteligência de Deus é infinita. Artigo de fé*, concilio do Vaticano. Logo, é preciso suprimir em Deus todos os defeitos da inteligência humana: ignorância, êrro, incerteza. A ciência de Deus é *infalível*. Mais: abrange por inteiro o seu objeto, isto é, o próprio Deus e suas obras, com um olhar único, por simples intuição, sem auxílio do raciocínio. O Criador conhece todos os atos e todos os pensamentos secretos das suas criaturas: «Jeová esquadrinha todos os corações desvenda todos os desígnios e todas as idéias:» (I, *Paralip.*, XXVII, 9). «Criatura alguma está oculta aos olhos de Deus, mas está tudo claro, patente e descoberto diante dêle.» (*Heb.*, IV, 13). Conhece o passado, o presente e o futuro, *inclusive os atos futuros livres*, isto é, os que dependem ùnicamente da liberdade do homem.

Objeção.—*PRECIÊNCIA DIVINA E LIBERDADE HUMANA.* — Já que a ciência de Deus é infinita e abarca tanto as cousas do passado como as do futuro, deve-se concluir que sucederá *necessàriamente* tudo o que Deus prevê; do contrário, seria falha a ciência dêle, e não mais infinita. Porém, se for assim, que é feito da *liberdade* do homem? Se Deus sabe que Pedro negará seu Mestre, fica porventura Pedro livre de não o negar? Como se há de harmonizar a *preciência divina* e a *liberdade humana?*

Refutação. — Evidentemente, conciliar a preciência divina e a liberdade humana, não é lá muito fácil. Entretanto, talvez sejam mais aparentes do que reais as dificuldades. — *a*) Convém, antes de tudo determinar, de comum acôrdo, o sentido das palavras. — 1. Primeiro, o têrmo *preciência*, em se tratando de Deus, é impróprio, Já sabemos (34) que em Deus, não existe passado nem futuro; o que há, é a eternidade: daí resulta que Deus não *prevê*, êle *vê*. «As cousas que chamamos de futuras, explana santo AGOSTINHO, estão presentes para Deus, e, por isso, não se pode afirmar que êle tem *preciência*, mas ùnicamente ciência. — 2. Nem será melhor adequado, dizer que acontece *necessàriamente* o que Deus têm previsto. A ciência de Deus é *infalível*, não padece dúvida, e o que Deus vê por toda a eternidade, realizar-se-á certamente no tempo.

Mas, reparemos bem. Isto se efetuará: — 1) de *modo necessário*, quanto aos entes desprovidos de razão, e regidos pelas leis físicas da natureza, ou pelo impulso de seus instintos; — 2) de *modo livre* no tocante aos entes dotados de razão.

b) E demos de barato que se use o vocábulo *preciência* para designar o conhecimento divino daquilo que, para nós, é futuro. Ora, não está mesmo claríssimo que a previsão de um acontecimento não têm nada que ver com a causa dêste acontecimento? Um exemplo. aí vai um cego, caminhando para o precipício. Eu, de longe, em cima de uma colina, estou vendo que o homem há de cair no abismo, e está perdido. Quem se lembrará de dizer que eu, por ter previsto o fato, causei essa queda e essa morte? Só um louco varrido.

Logo, perdeu o juizo, o que argumenta: Deus prevê que hei de ser salvo ou condenado, e portanto faça eu o que fizer, dá na mesma; minha sorte já está resolvida. — Nada disso. Deus vê que vos salvareis, porque vê que tomareis os meios. Mas é patente a pouca sinceridade e a lógica mais enfezada ainda dos que se valem de tais muletas no terreno religioso. Manifesta-se o ilogismo na sua existência material e prática. Não lhe acode mais à lembrança, o cômodo e estulto dilema, quando devem furtar-se a um perigo, ou para granjearem honras, riquezas ou quaisquer vantagens na vida.

A conclusão é firme: se é muito acanhado o espírito do homem para explicar satisfatòriamente êsse problema, e se os teólogos, — *tomistas* ou *molinistas*, — são incapazes de mostrar *como* é que a causa primeira move as causas segundas sem lhes aniquilar a liberdade, nem por isso somos autorizados a declarar que se contradizem os dois termos: *preciência divina* e *liberdade humana*. BOSSUET, no seu «*Tratado do livre arbítrio*», manda que seguremos, e não larguemos, bastando isso, as duas extremidades da corrente, isto é, a ciência de Deus e a liberade humana, muito embora não percebamos, como é que se prendem uns aos outros, no centro, os anéis dessa cadeia.

2.º Vontade e liberdade de Deus. — *A vontade divina é infinitamente perfeita: de fé. É onipotente: verdade de fé,* enunciada em diferentes símbolos, e afirmada pelos Concílios IV de Latrão, e do Vaticano. Todo poderosa muito embora, a vontade divina é dirigida exclusivamente para o *bem:* Deus não pode querer, nem fazer cousas más (*mal moral*); pode ùnicamente permiti-las. *De fé,* concílio de Trento, *sess.* VI, *can.* 6.

Objeção. — Deus não pode querer, nem fazer, o *mal moral*: não o impede para nos deixar a liberdade e o merecimento. *De fé*, conc. de Trento, *sess.* VI, *can.* 6. Logo, Deus não é livre.

Resposta. — *a*) Certamente, a liberdade divina não é de mesma natureza que a liberdade humana. Deus nada pode fazer que seja contrário a sua perfeição soberana; nada pode querer que seja contrário a sua natureza; êle é necessàriamente tudo quanto é, e tudo quanto pode ser. A liberdade de Deus, portanto, só diz respeito às suas *manifestações exteriores*, relativas às criaturas. Deus criou o mundo, e criou-o livremente.

b) Quanto à faculdade de escolher entre o bem e o mal, é apenas um aspeto da liberdade; e, justamente, o aspeto defeituoso, falho. A possibilidade do mal é imperfeição, deficiência do livre arbítrio, é fraqueza da nossa vontade. Liberdade assim, está claro que não se encontrará em Deus.

3.º **O amor em Deus.** — A terceira faculdade do homem, é a sensibilidade: faculdade imperfeita exigindo auxílio do corpo com seus órgãos, e expondo-nos ao sofrimento e às paixões. Já se vê que, se atribuimos a Deus esta faculdade, devemos primeiro a limpar dos senões que a afeiam em nossa condição e natureza. Em Deus não há temor, nem tristeza, nem outras paixões. Mas, em Deus está o *amor*. Não o podem deixar indiferente as próprias perfeições, e sendo estas infinitas, Deus as deve amar com amor infinito. Ama, além disso, o bem que está nas suas obras, e ama-o na proporção em que êle reproduz suas próprias perfeições.

Classificam-se, muitas vêzes, entre os predicados morais: a *santidade*, a *justiça*, a *bondade*. Serão antes atributos da *vontade divina*.

36. — IV. A Providência.

1.º **Definição.** — A *Providência*, é Deus conservando e governando o mundo por êle criado, e conduzindo todos os seres ao fim que êle, na sua sabedoria, predeterminou. Por onde se vê que a Providência não é, rigorosamente falando, atributo divino, desde que implica a criação. Vem

a ser o conjunto dos atributos de Deus: ciência, sabedoria, poder, bondade, justiça, aplicados à regência do universo.

2.º **Seus adversários.** — Entre os adversários da Providência, temos: — *a*) na antiguidade, os *Epicuristas* e os *Estóicos*. Dizem os Epicuristas, que Deus não se importa com as criaturas, e os Estóicos, que se importa ùnicamente com as mais elevadas. — *b*) atualmente, os *fatalistas*, a maior parte dos *deistas*, os *racionalistas* e os *evolucionistas*. Pensam que o mundo é regido por leis naturais, sem intervenção divina. Logo, negam a possibilidade dos milagres e a eficácia da oração. Enfim, os *pessimistas*, que julgam totalmente ruim o universo.

3.º **O dogma católico.** — Deus governa o mundo por meio de *leis gerais*. Derroga a estas leis, quando lhe apraz.

A. Deus governa o mundo por meio de *leis* gerais, e êle o faz de *duas maneiras:* — *a*) A Providência manifesta-se, estabelecendo leis, pelas quais as mesmas causas produzem, *invariável* e *necessàriamente*, os mesmos efeitos. É porque o universo obedece a estas leis, que verificamos, por toda a parte na natureza, esta ordem admirável, que constitue um dos argumentos mais impressionantes para demonstrar a existência de Deus. — b) A Providência também dirige os homens, tanto os indivíduos como as nações, norteando-os, impelindo-os, para que *sigam livremente o seu destino*, e assim realizem os planos que Deus formou desde sempre. É fato indubitável que Deus previu tudo, e que acontece infalìvelmente tudo o que êle previu. Da mesma forma, portanto, que determinou as órbitas dos astros, êle delineou o roteiro da humanidade. Agitem-se e remexam muito embora as criaturas a seu talante, ao impulso das suas paixões, ao arbítrio de suas *vontades livres*, muito embora, quem as *conduz*, é Deus. — *Logo, a coparticipação divina é universal.* Assim como é Deus criador de todos os seres, é criador igualmente de todas as atividades, seja qual for a natureza destas, ou *livres* ou *movidas*. Deus, dêste modo, coopera em todos os nossos atos, sem nos tolher em nada a liberdade.

B. Deus *inverte e altera a ordem preestabelecida* sempre que o julga bom. Milagres, profecias, e, em geral, todas as intervenções divinas fora do curso ordinário da natureza, parecem-nos transtôrno, desrespeito às leis que regem os seres. Nada disso: entram no plano providencial. Tanto as exceções como as leis foram previstas desde toda a eternidade. O mesmo se poderá afirmar da oração. Sua influência é certa, sem que todavia acarrete modificação alguma nos eternos desígnios de Deus.

4.º **Provas do dogma católico.** — O dogma da Providência de Deus, definido pelo Concílio do Vaticano, *sess.* III, *cap.* I, é fundado na Escritura Sagrada, na razão e no consentimento universal.

A. *ESCRITURA SAGRADA.* — « A Sabedoria impulsiona com fôrça o mundo, desde uma extremidade à outra, e *ordena tudo* suavemente » reza o livro da *Sabedoria.* (VIII, 1). E em outro passo: « Porque nenhum Deus existe fora de vós que *cuidais* de todas as cousas.» (XII, 13).

Trata, a Providência, das cousas magnas: « Por mim reinam os reis, e os príncipes mandam o que é justo.» (*Prov.*, VIII, 15). Mas trata igualmente das cousas ínfimas. « Não se vendem dois passarinhos, um az? (Moeda dos Hebreus do valor de dois centavos, mais ou menos). E nenhum dêles morre na terra sem a permissão do vosso Pai celestial.» (*Math.*, X, 29).

B. *RAZÃO.* — O dogma da Providência é corolário dos *atributos* de Deus. — *a*) Da sua *ciência.* É infinita. Logo, sabe o destino de todas as criaturas e os meios com que o realizam. — *b*) Da sua *sabedoria* que seria deficiente se, depois de ter criado o universo, não zelasse por conservá-lo na ordem. — *c*) De seu *poder*, capaz evidentemente de executar os projetos que a sua sabedoria formou. — *d*) De sua *bondade.* Não é lógico que Deus faça o mundo por pura bondade, para descurar dêle. — *e*) Da sua *justiça.* A

bondade, não exclue a justiça. Consiste esta em recompensar ou castigar cada um, conforme as suas obras.

C. *CONSENTIMENTO UNIVERSAL.* — Todos os povos que possuem crenças religiosas, sempre dirigiram preces à divindade. Sempre consideraram Deus como Mestre soberano que *governa* o mundo.

37. — V. Objeções contra a Providência.

Podem agrupar-se as *objeções* contra a Providência em duas classes, segundo se tiram: 1.º da *existência do mal,* quer na ordem física, quer na ordem moral; ou, 2.º da *repartição desigual,* e conseguintemente *injusta* pretendem os adversários, *dos bens.*

1.º Existência do mal no mundo. — A. **Mal físico** — Imperfeições do corpo, desgraças, sofrimentos, é o que se vê a cada passo na natureza inteira. Cataclismos, raios, terremotos, porque? Peste, porque? Guerras, porque? E a dor, porque? Não está aqui o mal, a protestar contra os atributos de Deus? contra seu poder, se não conseguiu impedir; ou contra sua bondade, se não quis.

Resposta. — *a*) Notemos, primeiro, que o mal físico é o *resultado* da *imperfeição* das criaturas (1). Seres criados necessàriamente ficam seres finitos, limitados, e portanto imperfeitos. Desde que se dá o fato de uma criação, hão de, por fôrça, aparecer lacunas. — *b*) *O que nós designamos com esta palavra: mal, nem sempre será um mal na realidade.* Por exemplo, é disparate chamar um mal, em filosofia, aos

---

(1) A *imperfeição* do mundo ou deficiência do ser é chamada por LEIBNITZ (*Estudos de teodicéia*) de «mal metafísico». — Os filósofos aliás não concordam quanto ao *valor do mundo.* — *a*) os *otimistas absolutos* (MALEBRANCHE, LEIBNITZ) julgam que o mundo assim de conjunto não pode ser melhor; — *b*) os *pessimistas* (SCHOPENHAUER, *A religião budista*), pretendem que o mundo é completamente ruim; — *c*) os *otimistas relativos* ocupam o meio entre êsses dois extremos. Pensam que, se é possível a existência de um mundo melhor, o nosso não deixa de ser bom em si e adequado ao fim que Deus se propôs. É a opinião de santo TOMÁS, de BOSSUET, de FÉNELON.

cataclismos, pois, na expressão de Lamennais, são êles « o trabalho estupendo e imponente da natureza.»

c) *Na verdade, surge o mal com a dor* — sejam físicas as dores, ou sejam morais, não importa. Bem. Não há negar que a dor é tortura da alma ou do corpo. Mas nem por isso será lícito afirmar que a dor seja de modo absoluto um *mal.* Não é. — 1. Porque, de um lado, não raro, *no ponto de vista físico, condiciona um bem:* assim é que o sofrimento nos leva a procurarmos remédios que curem a moléstia, contribuindo destarte na conservação do ser. Além disso, devemos considerar que o indivíduo é parcela mínima do universo, e que o *bem geral* resulta do sacrifício do *bem particular:* com o sangue de numerosos soldados é que se alcança a salvação da pátria. — 2. De outro lado, *no ponto de vista moral,* a dor não é um *fim,* é um *meio.* É uma das componentes do plano divino. Serve para provocar, no ente que padece, a expiação dos seus lapsos morais e a ascensão aos cumes da virtude mais heróica, porque o homem sempre se pode exalçar acima das dores, dominando-as pela grandeza do ânimo, pela energia da vontade. Pode recebê-las como meio de aperfeiçoamento, como fonte de merecimentos e de recompensas. «A tribulação, diz Montaigne, é um como martelo que bate na alma, e assim a desenferruja, a fortalece e a enrija.»

São motivos que nos explicam o porque da existência do *mal físico.* Mas, quando nos parecessem escassos, nenhum direito nos assistiria de pensar que Deus tenha agido nisto sem fundamentos legítimos.

É a razão que nos ministra as explicações precedentes. A *doutrina da Igreja* esclarece ainda melhor o caso, e deixa a Providência mais livre ainda de qualquer censura que lhe queiram assacar. Ensina, com efeito, que os males físicos são a *consequência do pecado original* (65), cabendo então, a nossos primeiros pais a responsabilidade. Ensina mais que, no estado atual, o homem fica, assim constrangido pelas

misérias da vida, a desapegar-se do mundo, que não pode ser para êle «cidade permanente»; constrangido a procurar a cidade do porvir (*Hebr.*, XIII, 14) por meio da submissão à vontade divina.

B. **O mal moral.** — Poderá o mal físico vir de Deus. Mas, o *mal moral* será, porventura, compatível com o govêrno de um Deus que é a própria *santidade?*

Evidentemente, não pode Deus querer o pecado. Tão sòmente o permite. E permite-o porque lhe apraz deixar ao homem a liberdade, e, com esta, o ensejo de adquirir merecimentos e de praticar a virtude. A liberdade é um bem: disso ninguém duvida. Ora, se o homem abusar dêste bem, quem terá culpa? Claro que êle mesmo, e não Deus. Aliás, «pròpriamente falando, não existe o mal; o que há, são seres maus. Melhor; ninguém é mau inteiramente. Na índole mais perversa, sempre permanece um germe indestrutível de bem, o qual, no estado de morte aparente, elabora no segrêdo a seiva que há de, um dia, sob o influxo do astro eterno, reanimar a mísera plantinha meio ressequida (1).»

2.º **Desigual repartição dos bens.** — É outro pretexto para se acusar a Providência. Argumentam que, raras vêzes se vê o homem de bem, premiado por suas boas ações, sendo, até mais que outro qualquer, vítima da desgraça, enquanto o malvado não recebe castigo nenhum por seus crimes, passa bem, e vive no luxo, no confôrto, na prosperidade.

Resposta. — *a)* Isso não está muito certo. É *queixa exagerada.* Observando bem, de ânimo desprevenido, verificamos que bens e males são distribuidos por Deus indistintamente, tanto aos justos como aos pecadores. «Deus manda que o sol se levante sôbre os maus e sôbre os bons, e a chuva desça sôbre os justos e os injustos.» (*Mat.*, v. 45). Mais exato até dizer que o homem virtuoso goza de maior felicidade, mesmo neste mundo. Não frue êle, com efeito,

(1) LAMENNAIS, *Esquisse d'une philosophie.*

esta paz da alma, esta satisfação íntima, que resultam da boa consciência, enquanto o ímpio sofre, quantas vêzes, os tormentos do remorso, as ânsias da dúvida, auferindo apenas alegrias envenenadas e efêmeras? «Vi o ímpio no fastígio do poder. Erguia-se sua fronte altaneira, qual o cedro do Líbano. Fui indo, e êle já não existia.» (*Ps.*, XXXVI, 35, 36).

b) Fôsse mesmo verdade isso, o que de nenhum modo concedemos; fôssem as vantagens terrenas, outorgadas por Deus mais generosamente aos maus do que aos bons, resolvia-se o caso como o do mal físico. Os bens temporais não constituem o fim do homem. São meios sòmente. Ora, os sofrimentos, o infortúnio, devem tornar-se fontes de merecimento. E talvez sejam a expiação que cabe aos justos, para saldarem o seu débito, para se purificarem das menores faltas. E também, a prosperidade dos maus, quem sabe se não é salário único do bem que porventura fizeram, ainda que mínimo. Aliás, repugna que, à prática da virtude seja ligado um prêmio temporal e infalível, porque então muitos seriam virtuosos por interêsse e ganância, mais do que por amor ao bem e fidelidade aos preceitos divinos.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Deus é bom. Não há incentivo que mais poderosamente nos leve a amá-lo, do que a consideração desta bondade. 2.º Deus é infinitamente grande. Quanto melhor um objeto, tanto mais desejável e digno de todos os esforços. Antes entrar no serviço de Deus do que no serviço dos príncipes da terra, pois « servir a Deus é reinar ». 3.º Deus está em todo o lugar. Não poderíamos, nem querendo, descobrir um esconderijo para cometermos o pecado fora das suas vistas. 4.º Deus é infinitamente justo. Dêle receberá cada um, o que tiver merecido. Aos virtuosos o Céu. Aos pecadores, o Inferno. Sejam êstes diferentes pensamentos o farol que sempre nos oriente através da nossa existência.

LEITURAS. (*Livro de Jó*). — Jó, modêlo de submissão à vontade divina.

QUESTIONÁRIO. — I. 1.º Quais são os principais erros no modo de conceber a natureza de Deus ? 2.º Quais são as fontes donde tirou, a Igreja, a sua doutrina acêrca da natureza de Deus ? 3.º Qual é o duplo método usado pela razão ?

II. 1.º Que vêm a ser atributos negativos ? 2.º Quais são os atributos negativos de Deus ?

III. 1.º Que são atributos positivos ou morais de Deus ? 2.º Quais são êles ? 3.º Será possível conciliar a preciência de Deus e a liberdade humana ? 4.º Como concebeis a liberdade divina ?

IV. 1.º Que é a Providência ? 2.º Quais são os adversários da Providência ? 3.º Qual é o dogma católico sôbre a Providência ? 4.º Como se pode provar que existe a Providência ?

V. 1.º Quais objeções se fazem contra a Providência ? 2.º Desde que Deus é bom e onipotente, como é que não fez melhor o mundo ? 3.º Não repugna mais ainda a existência do mal moral, consentida por um Deus que é a própria santidade ? 4. Será admissível a repartição tão desigual e tão clamorosa, por vezes, de gozos e penas entre os homens ?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.º Que idéia fazeis de Deus ? 2.º Haverá incompatibilidade entre a preciência divina e a liberdade humana ? 3.º Que idéia fazeis da Providência ? Como pode um Deus infinitamente perfeito permitir o pecado ? Não virá o dia da justiça completa ?

6.ª LIÇÃO

1.º Artigo do Símbolo (Continuação).

Da Santíssima Trindade.

A SANTÍSSIMA TRINDADE

- 1.º Definição.
- 2.º O dogma católico.
  - A. Adversários.
  - B. Provas da existência da Santíssima Trindade.
    - a) Escritura Sagrada.
    - b) Tradição.
      1. Testemunho dos mártires.
      2. Testemunho dos Padres da Igreja.
      3. Definições e práticas da Igreja.
- 3.º Relações das três Pessoas.
  - a) O Filho procede do Pai; o Espírito Santo do Pai e do Filho.
  - b) Seus atributos.
  - c) Suas obras exteriores.
- 4.º Analogias e Comparações.
  - a) A fôlha do trevo (São Patrício).
  - b) O sol.
  - c) O triângulo.
  - d) A alma humana (uma alma e três faculdades).
- 5.º O Mistério perante a razão.
  - a) Não o pode descobrir.
  - b) Demonstra que não é absurdo.

38. — Vocábulos.

Trindade.—Etimològicamente, quer dizer *«unidade de três»*, um Deus em três pessoas. Outros querem que seja simplesmente ajuntamento de três, «tríade».

Ainda que se encontre o mistério da Santíssima Trindade na base da crença das primeiras comunidades cristãs, a palavra não é usada no Novo Testamento nem nos escritos dos Padres Apostólicos, nem no Símbolo dos Apóstolos.

Conhecer e compreender.— É preciso não fazer confusão a respeito do sentido dêstes dois vocábulos. *Conhecer* significa ter a noção de uma cousa, saber que essa cousa existe, têm certas propriedades. — *Compreender*, é conhecer uma cousa a fundo, nos pormenores, é entender o como

e o porque. Por exemplo, conhecemos Deus, mas não o compreendemos. Não é, como se diz, compreensiva a nossa ciência, isto é não abrange o seu objeto todo, porque sendo finita nossa inteligência não é capaz de entender o infinito. Conhecemos o mistério da vida de Deus: Deus subsistindo em três Pessoas. As comparações e analogias nos dão alguma idéia do mistério, mas não o entendemos.

NOTA. — O mistério da Santíssima Trindade consiste pròpriamente no fato de uma essência ou *natureza* única *subsistindo* em três *pessoas*, e por isso importa determinarmos rigorosamente o sentido das palavras.

Seguir-se-á, para essas explanações, o ensino do cardeal BILLOT e do padre TANQUEREY (*De Deo uno et trino*).

Essência. — É o que caracteriza um ser, diferençando-o de outro qualquer. Faz que uma cousa seja o que é. Assim, *animalidade* e *razão* são as duas *propriedades* que formam a *essência humana*, distinguindo o homem, separando-o do animal e do anjo que não têm uma ou outra.

Natureza. — Princípio de atividade de um ser, isto é, aquilo que é princípio, fonte das *ações* e das *paixões* de um ser (aqui, *paixão* é o oposto de *ação*). Assim, num homem, a natureza dêle, quer dizer, no mesmo tempo, a alma e o corpo, porque são ambos o princípio de tudo o que o homem faz ou sofre.

DESENVOLVIMENTO

39. — I. Mistério da Santíssima Trindade.

Há *um* Deus só e entende-se que não é possível haver mais de um. (Ver N.º 34). Contudo, sendo *único* quanto à *natureza*, Deus é *trindade* quanto às *pessoas*.

Logo, a Santíssima Trindade é o mistério de *um* só Deus em *três* pessoas, ou mais explìcitamente, é o mistério de *três pessoas distintas*, Padre, Filho e Espírito Santo, subsistindo *numa só e única substância*, ou *essência*, ou *natureza divina*, — *procedendo* a segunda pessoa da primeira por via de *geração*, e a terceira procedendo, no mesmo tempo da primeira e da segunda, como de um princípio único, por via de *espiração*. *É de fé*. Desenvolvem-se, as duas partes desta definição, nos n.os 40 e 41.

Convém notarmos, antes, que a palavra *pessoa*, quando se trata das pessoas divinas, tem sentido um pouco diferente do que se definiu no vocabulário aplicável aos homens. Com êstes, temos, de fato, tantas naturezas e substâncias, quantas pessoas, e o único ponto comum a todos é a semelhança de natureza; enquanto às três pessoas divinas corresponde *uma só e única substância:* as três pessoas são *consubstanciais*, portanto *iguais*, desde que têm uma só e mesma substância.

40. — II. O dogma da Trindade. Adversários. Provas do dogma.

1.º Adversários do Dogma. — A. *Nos primeiros séculos*, os erros a respeito do dogma, oriundos da dificuldade em conciliar a unidade da natureza divina com a trindade das pessoas, apresentam três formas principais: — *a*) Querendo melhor ressalvar a *unidade de natureza*, houve alguns que adotaram a *unidade de pessoa*. São os *Modalistas*. Ensinaram que o Padre, o Filho, e o Espírito Santo, eram simples modalidades da mesma pessoa, ou, por outra, a mesmíssima pessoa que se considerasse sob três manifestações diversas: como Criador, era Deus a pessoa do Padre; como Redentor, era o Filho; e como santificador, o Espírito Santo. — *b*) Outros

entenderam de salientar mais a *distinção das pessoas*. Chegaram a negar a sua consubstancialidade, ficando o Padre, o Filho e o Espírito Santo, seres distintos, nada consubstanciais. Para ÁRIO, por exemplo, o Verbo não é igual ao Pai, nem verdadeiro Deus. É uma criatura muito mais perfeita que as outras, primogênita e instrumento de Deus para a criação das restantes, visto como destoava da grandeza divina o estar criando êle próprio diretamente. Para MACEDÔNIO, bispo de Constantinopla, o Espírito Santo não passa de ministro do Padre e do Filho. — *c*) Outros, finalmente, chamados *Triteístas*, professaram que havia em Deus três pessoas e três naturezas.

B. *Nos tempos modernos*, enjeitou o dogma a seita protestante dos *Socinianos* (sec. XVI); e, mais tarde, os Protestantes *liberais*, como HARNACK; os *Racionalistas* e alguns *Modernistas* como LOISY, os quais pretendem que o dogma não se encontrava na fé dos primeiros cristãos, senão que foi elaborado aos poucos no decorrer dos quatro primeiros séculos.

2. O dogma da Trindade. Suas provas. — *Três pessoas realmente distintas, Padre, Filho e Espírito Santo, subsistem numa única e mesma natureza divina.*

Êste *artigo de fé* vem enunciado implicitamente, isto é, em termos equivalentes, no *Símbolo dos Apóstolos* (do comêço do século II ou antes), que afirma sua crença em Deus Padre... em Jesus Cristo, seu Filho único... e no Espírito Santo; no *Símbolo de Nicéia-Constantinopla*, que proclama a divindade e consubstancialidade das três pessoas; no *Símbolo de santo Atanásio*, que desenvolve os dois precedentes símbolos, e foi de novo formulado pelo *IV.º concílio de Latrão* (1215) nos termos seguintes: «Cremos firmemente que há um só Deus verdadeiro, Padre, Filho, e Espírito Santo; três pessoas, porém uma essência única substância ou natureza absolutamente simples»; e depois, *completado* pelo papa EUGÊNIO IV, com aprovação do concílio de Florença, no *decreto de união* dos Gregos (1439), em que se estabelece a legitimidade do *Filioque*.

O dogma da Trindade, nos têrmos expostos anteriormente, com as explicações sucintas do número, 39, baseia-se na *Escritura Sagrada* e na *Tradição*.

A. **Escritura Sagrada.** — Cumpre-nos indagar se é possível descobrir, nos textos do Novo Testamento e portanto, na fé dos primeiros cristãos, os dois elementos que constituem o mistério da Santíssima Trindade, a saber: —

a) a existência de *três pessoas distintas e divinas*; e — *b*) a *unidade de natureza* ou *consubstancialidade* das mesmas (1).

a) *TRÊS PESSOAS DISTINTAS E DIVINAS.* — A. A existência, em Deus, de três pessoas realmente distintas depreende-se de várias passagens dos *Sinóticos*, de *são João* e de *são Paulo*. Eis os textos mais expressivos em que vêm nomeadas, quer duas pessoas, quer as três no mesmo tempo. *Nos Sinóticos*, diz Jesus de si próprio: « só o Padre conhece o Filho e o Filho conhece o Pai.» (*Mat.*, XI, 27; *Lucas*, X, 22). *Em são João*, está que o Espírito Santo « procede do Pai », que é « enviado pelo Filho » (*João*, XV, 26; XVI, 7). Igualmente claros são os textos em que aparecem, no mesmo tempo, as três pessoas: — 1) No *batismo de Nosso Senhor*. Quando Jesus Cristo foi batizado (*Mat.*, III, 16, 17), « os céus lhe foram abertos e viu o Espírito de Deus, descendo sôbre êle na forma de pomba »; e, nesse instante, fez-se ouvir uma voz, que do alto do céu dizia: « Êste é o meu Filho bem amado.» Aqui temos indiscutivelmente as três pessoas: o Pai que fala, o Filho que está sendo batizado, e o Espírito Santo que aparece na forma de pomba. — 2) *Promessa do Espírito Santo*. Jesus, antes de se elevar no Céu, anuncia aos Apóstolos que o Pai lhes enviará o Espírito Santo que os ensine e os fortaleça na fé: « Rogarei a meu *Pai* e êle vos mandará outro *consolador*.» (*João*, XIV, 16, 26). O pai que envia, o Filho que roga ao Pai, o Espírito Santos que será enviado, claro é que são três pessoas distintas. — 3) *Fórmula do Batismo*.

(1) Teólogos houve que quiseram ver, em certos textos do Antigo Testamento, uma revelação implícita do mistério. Antes do criar o homem, Deus falou: «Façamos o homem à nossa imagem e semelhança». (*Gên.*, I, 26). Tendo Adão e Eva desobedecido, Deus alude a essa tentativa orgulhosa do quererem emparelhar com Êle, e diz assim: «Eis quo o homem se tornou um dentre nós». (*Gên.*, III, 22). Depois da construção da tôrre do Babel: «Vamos, exclama Jeová, desçamos o confundamos a linguagem dêles». (*Gên.*, XI, 7). Argumentam os ditos teólogos que o plural encontrado nesses textos não é mero plural de majestade, mas antes o modo natural de expressão de uma pluralidade do pessoas. É um ponto de vista plausível, impossível porém de se firmar. E menos provável. É de supor, pelo contrário, que Deus não terá revelado aos Judeus êste mistério. Até à incarnação da segunda pessoa, com efeito, não traria vantagem alguma. Antes exporia os Hebreus, de si já tão propensos à idolatria, a admitir e adorar vários deuses.

Na hora de deixar os Apóstolos, transmite-lhes Nosso Senhor os seus poderes. Confia-lhes, por estas palavras, a missão que lhes cabe: «Ide; ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho, e do Espírito Santo.» (*Mat.*, XXVIII, 19). Mesma *fórmula trinitária* ocorre, três vêzes, nas *epístolas de são Paulo* (*Ef.*, IV, 4-7; I, *Cor.*, XII, 4-7; II, *Cor.*, XIII, 13). Eis a última que é mais explícita: «Estejam com todos vós a graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunicação do Espírito Santo!» — 2. Também a *divindade das três pessoas* ressalta de numerosos textos escriturários. Não é êste o lugar de estabelecer a divindade do Pai, a miudo afirmada na Escritura, e nunca posta em dúvida pelos herejes, nem a divindade de Cristo provada adiante, número 95. Quanto à *divindade do Espírito Santo*, o próprio Jesus Cristo é quem nô-la ensina, quando fala em mandar outro consolador que comunicará aos homens *toda e qualquer verdade*. (*João*, XIV, 16). Ora, como não há ninguém senão Deus, capaz de ensinar toda e qualquer verdade, resulta dessas palavras que tal Consolador é Deus, como o Pai e o Filho que hão de mandá-lo. São Pedro repreende Ananias que procurou iludir o Espírito Santo, e acusa-o de ter assim mentido *a Deus*, não aos homens. (*Atos*, 1, 3, 4).

b) *UNIDADE DE NATUREZA*. — «Meu Pai e eu, somos *um*», fala Nosso Senhor aos Judeus. (*João*, X, 30). E tão claramente entenderam os Judeus, que se igualava com a divindade o autor destas palavras, que ficaram indignados e tomaram pedras para o apedrejar. Outra vez usou Nosso Senhor com seus discípulos a mesma linguagem. Respondeu a Felipe que lhe havia pedido para ver o Pai: «Felipe, quem me viu, viu também o Pai. Como é que dizes: Mostrai-nos o Pai? Então não crês que eu estou no Pai, e que o Pai está em mim?» (*João*, XIV, 9, 10).

O mesmo que Jesus Cristo explica da sua união com o Pai, afirma-o igualmente do Espírito Santo. «Quando tiver

vindo o Consolador que eu vos mandarei, de junto de meu Pai, o Espírito de verdade que procede do Pai, êle dará testemunho de mim.» (*João*, XV, 26). Ora, o que procede de Deus tem forçosamente natureza idêntica à de Deus.

CONCLUSÃO. — Pelo estudo dos diversos textos da Sagrada Escritura precedentemente aduzidos, vê-se que a substância do dogma da Trindade estava mesmo na fé da Igreja primitiva. Só mais tarde é que surgirão as dúvidas, quando for preciso traduzir em linguagem filosófica a crença cristã. Então, será mister evitar um dúplice escolho: por um lado, deverão realçar bem a distinção das pessoas, sem ofender a doutrina judaica do *monoteísmo:* por outro lado, não exagerar essa mesma distinção das três pessoas, para fugir ao triteísmo, isto é, ao *politeísmo.*

B. **Tradição.** — A crença na Santíssima Trindade remonta às origens do Cristianismo:

a) TESTEMUNHO DOS MÁRTIRES. — Era para confessar a sua fé na divindade das três pessoas, e particularmente em Nosso Senhor, que numerosos mártires sofriam os suplícios mais cruéis. Assim, para citarmos um exemplo apenas, *são Policarpo* († 166) discípulo de são João, exclamava em frente da fogueira acesa: « Eu vos glorifico em todas as cousas, a vós, ó meu Deus, com vosso eterno e divino *Filho,* Jesus Cristo, a quem, com o *Espírito Santo,* seja honra, agora e para sempre. »

b) TESTEMUNHO DOS PADRES DA IGREJA. — Nos escritos de certo número de Padres, encontram-se testemunhos valiosíssimos desta nossa crença. *Santo Inácio* de Antioquia fala do Padre, do Filho e do Espírito Santo como sendo três pessoas às quais devemos respeito igual. *Santo Ireneu* diz que « a Igreja, espalhada pelos Apóstolos até aos confins do Universo, crê em Deus Padre todo-poderoso, em Jesus Cristo, seu Filho, incarnado por nossa salvação, e no Espírito Santo que falou pelos Profetas. » Claríssimas são também, na sua concisão, as palavras de *Tertuliano;* « O Padre é Deus, o Filho é Deus, o Espírito Santo é Deus e Deus é cada um dêles. »

c) PRÁTICA DA IGREJA. — De acôrdo com a sua crença, a Igreja sempre administrou o Batismo em nome das três pessoas, Ocupa o primeiro lugar na liturgia, o mistério da Santíssima Trindade. Dela fazem menção todas as bênçãos, todas as orações, todas as cerimônias, quer por meio do sinal da cruz, quer pela Doxologia: « Glória ao Padre, ao Filho e ao Espírito Santo. »

41. — III. Relações das três pessoas divinas. Seus atributos. Suas obras.

A. Relação das três Pessoas. — A segunda pessoa *procede* da primeira por *geração;* daí provêm os dois nomes de Pai e Filho. Muitas vezes, na Sagrada Escritura, diz-se, falando da segunda pessoa, que é o *Filho próprio;* «Deus não poupou o seu *próprio Filho*» (*Rom.*, VIII, 32), *o Filho único;* «Tanto amou, Deus, ao mundo, que entregou seu Filho único.» (*João*, III, 16). É de Jesus Cristo que são Paulo fala: «Qual será o Anjo a quem Deus jamais disse: «Sois meu Filho, hoje vos gerei?» (*Heb.*, I, 5). Se não se pode dizer dos Anjos o que se diz do Filho, isto é, que Deus o gerou, é porque não foi como êles, criado no tempo, mas gerado desde *toda a eternidade.* Ao gerar o Filho, o Pai comunica-lhe a própria essência divina, isto é, todas as suas perfeições. Um e outro têm a mesma natureza; a única cousa que diferencia as duas pessoas e que não podem comunicar-se recìprocamente, é, de um lado, a paternidade, e, do outro, a filiação.

O Espírito Santo *procede do Pai e do Filho* como de um princípio único, por via de *espiração* (conc. de Florença). O Pai e o Filho produzem o Espírito Santo pelo mesmo poder e o mesmo ato. E por ser produzido pelo Pai e pelo Filho, o Espírito Santo é uma pessoa distinta das duas outras (1).

Esta verdade é ensinada: — *a*) pela *Sagrada Escritura,* e — *b*) pela *Tradição* (Ver N.º 119).

B. Seus tributos. — Tendo as três pessoas divinas mesmíssima natureza, possuem ainda atributos iguais; mesmíssima bondade, etc. Não é mais antiga esta do que aquela, muito embora chamemos de Pai a primeira, e de Filho a segunda.

---

(1) «Porque não teria Deus um filho? Porque faltaria, a essa natureza bem-aventurada, a fecundidade perfeita que êle dá às suas criaturas?... Quão formoso não é produzir outro ser igual, e isto, por abundância, por plenitude, pelo efeito de uma comunicação inesgotável, numa palavra, por fecundidade, e pela opulência de uma natureza feliz e sublime? Deus que pensa, substancial, perfeita, eternamente, e só pensa não pode deixar do pensar em si próprio, enquanto pensa, conhece alguma cousa que é substancial, perfeita, eterna como êle: esta é a sua conceição, sua geração eterna e perfeita. Porque a natureza divina não faz nada que seja incompleto. Nela, não se podem separar a idéia e a geração. Assim, é que Deus fica sendo Pai. Assim é que dá nascimento a um Filho em tudo igual ao Pai».

«Deus, portanto, é fecundo; Deus tem um Filho. Mas que é feito, aqui, do Espírito Santo? E onde está a Trindade Santíssima que vamos servindo desde o nosso batismo? Deus ama êste seu Filho, é certo. E por êle é amado. Tal amor em Deus não é imperfeito nem acidental. O amor de Deus é tão substancial como o pensamento dêle; e saindo o Espírito Santo do Pai e do Filho, como seu amor mútuo, tem a mesma substância como um e outro. É um terceiro, consubstancial e com êles um só e mesmo Deus». BOSSUET, *I.ª, IV.ª e V.ª Elevação da 2.ª semana.*

C. **Suas obras exteriores.** — Ainda que pertencentes em comum à Trindade, certas obras são *apropriadas,* quer dizer, *atribuídas* a cada uma das pessoas, individualmente. É assim que atribuimos ao Pai a *criação,* porque é um como efeito da paternidade. Ao Filho, que é o Verbo, isto é, fruto do pensamento e da sabedoria divina, atribuimos as *obras de sabedoria,* por exemplo, a ordem do universo, assim como o restabelecimento da ordem primitiva da graça, por meio da Redenção. Todavia, não são apenas apropriadas, a Incarnação e morte na Cruz. Pertencem exclusivamente a êle. Sòzinho, êle, segunda pessoa da Santíssima Trindade, incarnou-se e morreu na Cruz. Ao Espírito Santo, que procede do amor divino, atribuimos as *obras de amor,* e já que se manifesta êste, pela prática do bem, atribuimos ao Espírito Santo a *santificação das almas* pela *graça.*

42. — IV. Analogias e comparações que sirvam para explicação do mistério.

Afim de derramar alguma luz no mistério, empregaram os Padres da Igreja e os teólogos numerosíssimas comparações e analogias, das quais seguem as mais conhecidas. — *a)* Narra-se que o Apóstolo da Irlanda, são Patrício, como pregasse, certa ocasião, às tribus desta ilha ainda pagã, e quisesse explicar a Santíssima Trindade, apanhou, de repente, no campo em que estava, uma *fôlha de trevo.* «Aqui tendes falou êle, mostrando as três partes da fôlha, aqui tendes uma imagem muito grosseira da Santíssima Trindade. Da mesma forma que vedes aqui uma fôlha, mas três lobos distintos, assim também na Santíssima Trindade, há um só Deus, porém, três Pessoas em Deus». — *b)* Foi comparada igualmente a Santíssima Trindade com o sol que inclui três cousas: *foco, luz* e *calor.* — *c)* É muito comum ainda, a sua representação nos monumentos sob a forma de um *triângulo* de lados iguais. Êstes três lados iguais, constituindo um triângulo só, evocam a igualdade das três pessoas e a unidade da natureza divina. — *d)* Entretanto, a comparação mais frisante, achamo-la, sem dúvida, na *alma humana,* «trindade criada, no falar de Bossuet, que a Trindade incriada fez, segundo a própria imagem». Temos, na alma humana, um composto de três faculdades: sensibilidade, inteligência e vontade. Imaginemos, um instante, que estas três faculdades adquirem, cada uma a personalidade, teremos assim a trindade na unidade (1).

---

(1) «Nós somos, entendemos o queremos... Desta maneira, são três cousas: ser, conhecer o querer, que tornam feliz o justa uma só alma quando bem ordenadas. E essa alma não poderia existir sem ser conhecida, nem ser conhecida sem que fôsse querida...» BOSSUET, *VI.ª Elevação da 2.ª semana.*

Tais comparações serão mais ou menos interessantes. Contudo, todas claudicam. Não se devem aprofundar muito, parafusar demais. É mistério a Trindade e mistério há de continuar, em que pese a explicações engenhosas, raciocínios sutis ou sábias analogias que o espírito humano possa idear.

43. — V. O mistério da Santíssima Trindade perante a razão.

O dogma da Santíssima Trindade é um *mistério pròpriamente dito*, e isto na acepção plena e mais estrita do vocábulo. Donde tiramos os dois corolários a seguir:

a) Era incapaz a razão, por suas próprias e únicas fôrças, de descobrir esta verdade. O mistério pode ser conhecido tão sòmente por quem vê a Deus. Logo, ninguém senão Deus no-lo podia revelar, porque a ninguém é concedida, a visão de Deus na terra. « Pessoa alguma nunca viu a Deus, diz são João; é o Filho único, que está no seio do Pai, quem o deu a conhecer.» (*João*, I, 18).

b) A razão, impotente para descobrir o mistério, para entender porque ou como estão em Deus três pessoas, sempre consegue provar que não vai nisso nenhum *absurdo*. Quando afirma que há em Deus *três pessoas* e *uma natureza*, não pretende a Igreja que *três* e *um* seja o mesmo, nada. Se as palavras « *natureza* e *pessoa* » exprimissem a mesma idéia, então sim, haveria contradição. Mas, três pessoas entram muito bem na *unidade* da *substância* divina, tão bem como no homem, existem *duas substâncias*, a alma e o corpo, na *unidade* da pessoa humana.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º O melhor estudo que porventura façamos do mistério da Santíssima Trindade, é meditarmos nos benefícios que recebemos das três pessoas divinas.

2.º Seja manifestação do nosso reconhecimento, o sinal da Cruz, que faremos com todo o respeito e máxima

piedade, repetindo com fervor esta pequena oração: « Glória ao Padre, e ao Filho e ao Espírito Santo, agora e sempre, e por todos os séculos dos séculos! »

LEITURAS. — 1.° Batismo de Nosso Senhor. (*S. Mateus*, cap. III) 2.° Capítulo I e capítulo XIV de *são João*.

3.° Certa ocasião, santo Agostinho, cujo engenho possante se librava, não raro, nas maiores alturas, estava passeando à beira-mar. Queria penetrar nas profundezas do mistério. Enviou-lhe Deus um anjo que o desenganasse, que lhe recordasse a impotência radical, a fraqueza ingênita. O anjo, disfarçado sob as aparências de um menino, tirava água do oceano com uma concha e derramava-a numa covinha, que êle mesmo fizera na areia: « Que estás fazendo aí, meu menino? » indagou o ilustre sábio. — « Eu? quero trazer a esta cova toda a água do mar. » — « Ora, menino, não podes, não. Não estás vendo que a cova é muito pequena, e o mar, muito grande? » — « Sim senhor, redarguiu a criancinha, mas o senhor precisa saber que é mais difícil ainda fazer entrar no seu espírito o mistério da Santíssima Trindade. »

QUESTIONÁRIO. — I. 1.° Que é o mistério da Santíssima Trindade? 2.° Quais são os pontos importantes do mistério?

II. 1.° Quais são os adversários do dogma? 2.° Como nos foi revelado êste mistério? 3.° Poderão ser encontrados, na Sagrada Escritura, todos os elementos do dogma? 4.° Sempre acreditou neste mistério a Igreja?

III. 1.° Quais são as relações das três pessoas divinas? 2.° Que é o Filho em relação ao Pai? 3.° Que é o Espírito Santo em relação ao Pai e ao Filho? 4.° Serão diferentes os seus atributos? 5.° Quais são as suas obras exteriores?

IV. Conheceis analogias e comparações derramando alguma luz neste mistério?

V. 1.° Podia a razão descobrir o mistério da Santíssima Trindade? 2.° Poderá pelo menos, provar que êsse mistério não é absurdo?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.° Gravuras representativas da Santíssima Trindade nos mostram Deus Padre com um globo na mão, Deus Filho com uma cruz, Deus Espírito Santo sob a forma de pomba. Porque será? 2.° Que outras maneiras haverá para figurar a Santíssima Trindade?

7.ª LIÇÃO

As obras de Deus. Os anjos.

44. — Vocábulos.

Criação. — Ato pelo qual, de *nada*, Deus fez o mundo. De nada, quer dizer sem que empregasse nem a própria substância, nem outra matéria qualquer pre-existente. Logo, ninguém confundirá *criação; a)* com *processão* (Ver vocábulos da lição precedente);

— *b*) nem com *emanação*, ato pelo qual podia Deus fazer sair de si próprio o universo; — *c*) nem com a *evolução*, que é simples transformação de um ser pre-existente.

Anjo (do grego «*aggelos*» mensageiro). — Os anjos são *puros espíritos*, criados por Deus para lhe cantarem louvores e lhe servirem de mensageiros junto dos homens.

Os anjos são «*puros espíritos*», quer dizer que não estão unidos a um corpo como acontece com a alma do homem.

O adjetivo *puro* têm aqui sentido adverbial (Ver N.º 32) e não é sinônimo de *inocente*. Já perderam a inocência os maus anjos. Nem por isso deixam de ser, apesar da sua culpa, puros espíritos.

NOTA. — A Escritura Sagrada fala, às vezes, da *face* e das *asas* dos Anjos. São figuras e modos de expressão: quando, por exemplo, os representa de rosto velado diante de Deus, é para indicar o respeito da sua adoração. As asas simbolizam a sua rapidez na execução das ordens divinas.

Demônio (do grego «*daimon*» gênio). *Diabo* (do grego «*diabolos*» caluniador). — *Satanás* (de uma palavra hebraica significando o inimigo). — *Lúcifer* (do latim «*lux*», luz, e «*ferre*» levar). Estas quatro denominações designam o anjo caído, lançado ao inferno por Deus, em castigo da sua desobediência.

DESENVOLVIMENTO

45. — I. A Criação. Adversários. O Dogma. Suas provas.

1.º **Adversários.** — O dogma da criação têm como adversários: — *a*) os *ateus* e os *materialistas*, já o sabemos; — *b*) os *dualistas*, que pretendem explicar a existência do mal pela admissão de dois princípios coeternos e independentes, um bom e outro ruim: Deus e o mundo. São adeptos do dualismo: os *gnósticos* e os *maniqueus* dos primeiros séculos, os *cátaros* e os *albigenses* dos séculos XII e XIII, e as religiões da Índia e da Pérsia; — *c*) os *panteístas*, para quem não há diferença entre Deus e o mundo, ou êste é uma emanação daquele.

2.º **O dogma. Suas provas.** — *Deus criou o mundo, — os seres espirituais, e os seres materiais — quanto a sua substância inteira. — De fé.* Notemos desde já que o dogma não contraria, de nenhum modo, as teorias científicas, segundo as quais a formação do mundo é o resultado de uma

evolução contínua. (Ver n.^{os} 55 e 56). O dogma da criação é baseado na *Sagrada Escritura*, na *Tradição*, e na *Razão*.

A. *SAGRADA ESCRITURA*. — «No princípio, *criou* Deus o céu e a terra» é o que se lê no *Gênesis* (I, 1). Além dêste texto, assaz sugestivo, há numerosos passos da Bíblia que nos apresentam Deus como sendo criador de tudo quanto existe (*Is.*, XLIV, 24; XLV, 6, 7; *Prov.*, VIII, 23-31; *Sab.*, XI, 17, e sobretudo *Mac.*, VII, 28).

B. *TRADIÇÃO*. — *a*) Concordam os *Padres da Igreja* e os *escritores eclesiásticos* dos primeiros séculos, admitindo o dogma da criação. — *b*) O dogma, enunciado nos dois *símbolos dos Apóstolos* e *de Nicéia*, foi definido pelo *IV.º concílio de Latrão* contra os Albigenses, depois pelo *concílio do Vaticano*, que condenou os erros modernos, sentenciando o anátema «contra quem não professar que o mundo, com os seres todos que êle contém, quer espirituais, quer materiais, foram por Deus tirados do nada, quanto a sua substância inteira, ou quem disser que Deus não criou *livremente*... ou negar que o mundo tenha sido feito *para a glória de Deus*.» (*Sess.* III, *cap.* I, *can.* 5).

C. *RAZÃO*. — Não há meio de explicar a existência do mundo, fora das três doutrinas seguintes: — *a*) Dir-se-á com os *dualistas* (PLATÃO, ARISTÓTELES) que a matéria é eterna, necessária, independente como Deus, que não passaria de mero organizador. Haveria, neste caso, dois deuses: isto é contrário à idéia de ser infinito (Ver N.º 34). — *b*) Ou então será preciso dizer, com os *panteistas*, que o mundo é uma *emanação* da substância divina. Esta hipótese não é mais admissível do que a precedente, porque uma substância finita e imperfeita, como a matéria, não pode sair de uma substância infinita e perfeita, como a substância divina. — *c*) Única hipótese aceitável, portanto, é a da *criação*, afirmando que o mundo foi tirado do nada pela onipotência de Deus.

3.º **Pontos essenciais do Dogma.** — Dos textos do Concílio de Latrão e do Concílio do Vaticano, pode-se inferir as seguintes conclusões: — *a) O mundo não é eterno*, como pretendem dualistas e panteístas (1). — *b)* O mundo foi criado por *Deus só*. Deus, para chamar à existência o mundo, não usou intermediário algum. — *c)* Deus era *livre de criar*. Podia não o fazer, e o único *motivo* que o haja levado a essa determinação, é a *bondade*, não a utilidade e muito menos a necessidade. — *d)* O *fim primordial* da criação é a *glória extrínseca do Criador*. « É para si mesmo que Deus fez todas as suas obras.» (*Prov.*, XVI, 4). Deus, porque é infinito, não pode almejar um fim limitado, e imperfeito; sua vontade é movida, ùnicamente, pelo bem infinito, e como não há bem infinito em parte alguma fora dêle, vem a ser o próprio Criador o fim da criação. Alvo *secundário* e indireto da criação, é a *felicidade* dos seres criados. Deus, ao criar por bondade, e para repartir os seus tesouros, acha a sua glória na ventura dos entes que são obra dêle. — *e)* Abrangem duas categorias as *obras de Deus:* criatura *espiritual* e criatura *corporal*, os Anjos e o mundo.

Logo, a primeira questão que nos cumpre estudar, é a criatura espiritual, são os Anjos.

46. — II. Os anjos. Adversários. O dogma. Suas provas.

1.º **Adversários.** — *a)* Entre os Judeus, outrora, os *Saduceus* negavam a existência dos anjos. — *b)* Em nossos dias, têm como adversários todos os *ateus*, materialistas, positivistas, racionalistas. Dizem que os anjos foram inventados pelos Judeus, quando foi do seu cativeiro. Para os *protestantes liberais*, os anjos de que se trata na Sagrada Escritura, não eram entes espirituais, dotados de existência própria; eram simplesmente inspirações boas, enviadas por Deus, ou

(1) Quanto à questão de fato, o dogma não admite hesitação. Quanto à hipótese, alguns teólogos cogitaram se fôra possível criar Deus o mundo desde toda a eternidade. Respondeu-se pela afirmativa e pela negativa, e Santo Tomás está certamente com a razão quando diz que é insolúvel o problema. Sempre fica indubitável que o ato criador, considerado na sua essência, no seu princípio, é eterno, porque em Deus não pode haver mudança.

ainda, homens superiores que tivessem recebido do céu missão de instruir os outros.

2.º O dogma. Suas provas. — *Há anjos, isto é, criaturas espirituais, distintas dos homens.* Êste *artigo de fé* baseia-se na Escritura Sagrada, na Tradição e na razão.

1.º *ESCRITURA SAGRADA.* — A existência dos Anjos é afirmada em muitas passagens do Antigo e do Novo Testamento. Lembraremos algumas. *a*) *Antigo Testamento.* — Um anjo, armado de espada flamejante, guarda a entrada do Paraíso terrestre, depois da expulsão de Adão e Eva. (*Gên.*, III, 24.) Um anjo aparece a Agar, consolando-a no deserto. (*Gên.*, XVI, 9; XXI, 17.) Um anjo detém o braço de Abraão que está para sacrificar Isaac. (*Gên.*, XXII, 11.) Um anjo faz sair Lot com a família da cidade de Sodoma, que está para ser abrasada pelo fogo do céu. (*Gên.*, XIX.) Jacó vê em sonho uma multidão de Anjos, que sobem e descem por uma escada unindo o céu à terra. (*Gên.*, XXVIII, 12.) Um Anjo reconforta Elias no deserto. (I, *Reis*, XIX, 5.) O Anjo Rafael acompanha Tobias. (*Tobias*, V, 5.) — *b*) *Novo Testamento.* O arcanjo Gabriel é mensageiro da Incarnação. Anuncia, a Zacarias, o nascimento de são João Batista, e a Maria, o do Messias. (*Lucas*, I, VV, 26.) Aos pastores, Anjos comunicam o nascimento do Salvador. (*Lucas*, II, 13.) É um Anjo que faz são José seguir para o Egito, e o faz voltar dali. (*Mat.*, II, 13, 19.) No deserto, servem, os Anjos, a Jesus. (*Mat.*, IV, 11.) Um Anjo o assiste na agonia. (*Luc.*, XXII, 43.) Anjos ainda revelam às santas mulheres a Ressurreição. (*Mat.*, XXVIII, 5, 6.) Um Anjo liberta da prisão são Pedro. (*Atos*, XII, 5-17.)

2.º *TRADIÇÃO.* — Possuimos, neste assunto, os testemunhos dos Padres e as definições da Igreja, especialmente no IV.º Concílio de Latrão e no Concílio do Vaticano (N.º 45).

3.º A *RAZÃO* não pode provar com evidência que existem Anjos. Todavia nada tem que objetar. Longe disso, acha antes que é muito conveniente. Era bom que houvesse

naturezas puramente espirituais, para inteirar a série gradativa das criaturas, e continuá-la acima do homem, o qual ocupa lugar intermédio entre o animal e o Anjo.

47. — III. Natureza dos Anjos.

Os *Anjos são puros espíritos,* isto é, *substâncias espirituais, inferiores a Deus,* porém *superiores ao homem. Proposição certa,* que decorre dos textos dos concílios de Latrão e do Vaticano.

Puros espíritos, os Anjos, portanto, não têm corpos. São: — *a*) verdadeiras substâncias *espirituais;* — *b*) substâncias *inferiores* a Deus, desde que foram criadas por êle, e são os seus embaixadores; — mas *superiores ao homem,* pois diz-se de Nosso Senhor que « Deus o pôs um pouco abaixo dos Anjos.» (*Ps.*, VIII, 6.) Possuem inteligência mais elevada que a dêle. Conhecem os acontecimentos futuros dependentes de causas necessárias. Nada sabem, entretanto, dos futuros livres, isto é, condicionados ùnicamente pela vontade do homem. Nada tão pouco, dos segredos dos corações. Só Deus. (II, 30.) Gozam, além disso, de vontade livre: prova-o o pecado que alguns dêles cometeram. Ocupam determinado lugar, não, porém, do mesmo modo que a matéria, mas como a alma, presente em todas as partes do corpo.

48. — IV. Número e jerarquia.

É muito grande, o *número* dos Anjos. Proposição *certa* que se deduz: — *a*) de a Sagrada Escritura representá-los debaixo da figura de um *exército* (I, *Reis,* XXII, 19); — *b*) das *palavras* do profeta *Daniel* (VII, 10): « Mil milhares de Anjos o serviam e uma miríade de miríades permaneciam de pé junto dêle»; — *c*) das palavras do *Apocalipse*: «Ouvi em redor do trono, uma multidão de Anjos e o número era miríades e milheiros de milheiros.» (v. 11).

• Consoante uma tradição, firmada nos mais abalisados vultos da teologia, há entre os Anjos *três jerarquias.* A primeira jerarquia, que contempla a Deus, abrange os Serafins, os Querubins e os Tronos. O papel da segunda é cuidar da governança do mundo. Consta das Dominações, das Virtudes e das Potências. À terceira, cabe executar as ordens de Deus. É formada pelos Principados, os Arcanjos e os

Anjos. Aliás, designamos a todos indistintamente pela palavra «Anjo», porque de fato estão todos êles ao dispor de Deus, emissários que pode enviar para cumprirem a vontade divina.

49. — V. Estado original dos Anjos. Prova e queda.

1.º *Estado original.* — Será que Deus, criando os Anjos, lhes outorgou apenas as faculdades próprias da natureza espiritual? Ou ter-lhes-á concedido logo os privilégios da ordem sobrenatural? Não há texto, na Sagrada Escritura, que autorize uma ou outra opinião. Uma cousa, porém, parece fora de dúvida: é possuirem êles na hora da prova, a graça santificante, e isso sabemo-lo pelas expressões dos Livros Santos. Aí vêm designados os Anjos por «filhos de Deus» (*Jó* XXXVIII, 7), «santos» (*Daniel*, VIII, 13), «anjos de luz» (*Cor*, XI, 14).

2.º *Prova e queda.* — Antes de presentear os Anjos com a bem-aventurança celeste, Deus quis que fôssem submetidos a uma prova e assim tivessem ensejo de merecer.

Que pecado cometeram os que fraquearam na prova? A opinião comum é que foi pecado de orgulho. Lemos, com efeito, na Sagrada Escritura, que «no orgulho tiveram início todos os males.» (*Tob.*, IV, 14.» Como se haveria manifestado êste orgulho? Porventura, quiseram êles, segundo pensa Santo TOMÁS, igualar-se a Deus, negando-lhe as homenagens e a veneração devidas ao Criador? Ou será, conforme julga SUAREZ, que não consentiram, quando Deus lhes houve revelado o mistério da Incarnação, em reverenciar o Verbo eterno, posto abaixo dêles pela natureza humana que adotou? A êste repeito, podemos fazer sòmente conjeturas.

Desde êsses tempos, os Anjos fiéis passaram a gozar da Visão beatífica, enquanto os maus, os demônios, condenados dora em diante ao mal, e ao sofrimento, incapazes de se redimirem do pecado de orgulho, foram precipitados ao Inferno, criado para êles na hora da queda.

50. — VI. Os Anjos da Guarda. Sua existência.

Aos Anjos está confiado o cuidado dos homens. Os fiéis possuem, cada um, um Anjo custódio, e até os pecadores e os infiéis, porque Cristo morreu por todos os homens (1).

(1) Vendo que se diz, na Sagrada Escritura, «que um anjo dirigia o povo israelita no deserto» (*Êxodo*, XXIII, 20), julgaram haver um anjo especial para as comunidades, os reinos, as nações, as Igrejas particulares. Assim é que são Miguel seria o anjo custódio da Igreja.

A existência dos Anjos da Guarda é demonstrada pela Sagrada Escritura e pela Tradição.

A. *ESCRITURA SAGRADA.* — *a*) *Antigo Testamento.* — «Ordenará a teu favor, a seus *Anjos*, que te protejam em todas as tuas sendas. Carregar-te-ão nas mãos, para que não tropece o teu pé contra a pedra» (*Ps.*, XC, 11, 12.) Referem-se estas palavras a todos os justos que têm confiança em Deus. — *b*) *Novo Testamento.* — 1. «Tende cuidado, diz Nosso Senhor, em não desprezar nenhum dêsses menores, pois eu vos declaro que *seus Anjos*, no Céu, contemplam sem cessar a face de meu Pai.» (*Mat.*, XVIII, 10.) — 2. O apóstolo são Paulo assevera-nos, por sua vez, que os Anjos são emissários de Deus, com a missão de proteger os homens destinados ao Céu: «Não são todos êles espíritos às ordens de Deus, enviados, como mensageiros, para maior benefício dos que devem receber a herança da salvação?» (*Heb.*, I, 14.) Palavras estas que designam, no consenso geral, não só os eleitos, mas sim todos os homens, desde que todos são chamados a possuir o Céu. — 3. Nos *Atos* (XII, 16), lemos que são Pedro foi tirado da prisão por intermédio do *seu Anjo*.

B. *TRADIÇÃO.* — Tão arraigada está, na tradição da Igreja, a crença na existência dos Anjos da Guarda, que uma festa especial foi instituida em honra dêles (2 de outubro).

51. — VII. Missão dos Anjos da Guarda. Nossas obrigações para com êles.

1.º **Missão dos Anjos da Guarda.** — Os Anjos da Guarda prestam serviços tanto ao corpo como à alma. — A. *Quanto ao corpo.* O Anjo Custódio arreda de nós os perigos exteriores, e ajuda-nos nos negócios temporais. «Êle (o Anjo Rafael) dirigiu-me, diz Tobias, e me trouxe são e salvo... e por êle fomos cumulados de toda a sorte de bens.» (*Tobias*, XII, 3.) — *B. Quanto à alma.* — *a*) É nosso defensor e aliado na luta contra o demônio, e as tentações e más

sugestões dêste. (*Tobias*, VIII, 3.) — *b*) Faz nascer, em nós, santos pensamentos; incita-nos ao bem, e desvia-nos do mal. — *c*) Apresenta a Deus as nossas preces, e empenha-se por nós junto dêle: « Enquanto oravas com lágrimas, diz a Tobias o Anjo Rafael, enquanto sepultavas os mortos, eu oferecia ao Senhor a tua oração.» (*Tobias*, XII, 12.) — *d*) Na hora da morte, ampara-nos contra os últimos assaltos do espírito mau e introduz a nossa alma no Céu ou no Purgatório. (*Lucas*, XVI, 22.)

2.º **Nossas obrigações para com o Anjo da Guarda.** — Assim as compendiou são Bernardo: — *a*) *Respeito à presença dêle.* Cumpre evitemos tudo o que possa magoar um espírito tão puro e santo. — *b*) *Confiança na sua proteção.* Melhor a provaremos recorrendo a êle, pelas preces, nas horas de angústia. — *c*) *Amor e gratidão pelos benefícios que nos faz.* Devemos amá-lo como a um protetor, a um amigo, a um irmão.

52. — VIII. Os demônios. Existência. Ocupações.

1.º **Existência dos demônios.** — O dogma da *existência dos maus anjos ou demônios*, definido pelo IV.º concílio de Latrão, baseia-se em numerosas passagens da Escritura, em especial dos Evangelhos, onde se trata amiudo, de espíritos malfazejos e de exorcismos.

2.º **Suas ocupações.** — Os demônios atacam os homens de três maneiras: *tentação*, *obsessão* e *possessão*.

A. *TENTAÇÃO.* — *a*) Vemos, no Antigo Testamento, nossos primeiros pais induzidos ao pecado pelo demônio (*Gên.*, III, 1, 6); Jó, horrorosamente maltratado por Satanás. — *b*) No Novo Testamento, o demônio combate contra o próprio Cristo. (*Mat.*, I, 1, 3-10.) Leva Judas a vender seu Mestre (*João*, XIII, 2-27); Ananias, a mentir ao Espírito Santo (*Atos*, 1, 3.)

B. *OBSESSÃO.* — É o ato do demônio, atacando exteriormente o corpo, ou atormentando a alma com tentações graves.

De fato, pode o demônio, assustar uma alma, perturbá-la profundamente, apresentar-lhe imagens lascivas, e excitar mesmo a fantasia a cometer crimes.

C. *POSSESSÃO.* — É o ato do demônio, entrando no corpo de um homem, e aproveitando dos sentidos e membros dêste, para praticar destemperos e desconchavos. Muitas vêzes, no Evangelho, fala-se de *possessos* ou endemoninhados: «Apresentavam-lhe (a Nosso Senhor) todos os doentes, vítimas de enfermidades, defeitos ou dores, *possessos*, lunáticos, paralíticos, e êle curava-os.» (*Mat.*, IV, 24.) Não têm razão os protestantes nem os racionalistas, dizendo que os demoníacos aqui lembrados eram enfermos como outros quaisquer. Então, porque faria o Evangelista esta discriminação entre possessos e outras categorias? Além disso, Nosso Senhor dá a seus Apóstolos o poder de expelir os demônios (*Mat.*, X, 1) e indica-lhes os meios. (*Marcos*, XVI, 17.)

A *Tradição* ensina-nos ter havido, nos primeiros séculos, numerosos casos de possessão. Quiseram, em nossos dias, que as possessões diabólicas de outrora não passassem de acesso de loucura, histeria ou epilepsia. Pretenderam que os mágicos, feiticeiros e demoníacos dos tempos antigos, tinham muita semelhança com os mediums, os espíritas e sonâmbulos contemporâneos. É certo que grande número de fatos explicáveis pela patologia, ou pela trapaça, foram errôneamente atribuidos à intervenção do demônio, de modo que, neste particular, foi a idade média demasiado crédula. Nem por isso deixa de ser provado, e provadíssimo, que houve casos de verdadeiras possessões (1). Que motivo haverá, aliás para negar ao demônio o poder de praticar cousas mais assombrosas do que os feitos dos hipnotizadores, dirigindo à vontade o corpo e a alma dos indivíduos influenciados?

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Repetir amiudo esta oração ao Anjo da guarda: « Anjo de Deus que, por divina piedade, sois minha guarda e proteção, inspirai-me, defendei-me, dirigi-me e governai-me. »

---

(1) D'ALÈS, *Dict. apol. de la Foi.* — VACANT-MANGENOT, *Dict. de théologie.*

2.º Nada fazer que nosso Anjo da guarda não possa ver.

3.º Nossa obrigação, antes de tentados, é ficarmos de sobreaviso e rezarmos, para que não nos faltem as graças necessárias. Durante a tentação, é preciso resistir aos ataques do demônio. Depois da tentação se houvermos sido vitoriosos, será bom que demos a Deus toda a glória do triunfo.

LEITURAS. — 1.º História de Tobias, levado pelo Anjo Rafael ao país dos Medas, e preservado do peixe monstruoso que o queria devorar. (*Tobias*, v. v..) 2.º Um Anjo conforta a Nosso Senhor no Jardim das Oliveiras. (*Lucas*, xx...) 3.º Ler uma das páginas mais sublimes de BOSSUET acêrca da queda dos Anjos (Elevações sôbre os Mistérios, IVª semana, IIª Elevação) : « Como é que caistes dos céus, ó lindo astro da manhã ? »

QUESTIONÁRIO. — **I.** 1.º Que vem a ser a criação ? 2.º Quais são as provas da criação ? 3.º Que nome se dá aos que ensinaram a eternidade da matéria ? 4.º Tinha Deus, liberdade de criar ou não criar ? 5.º Qual é o fim da criação ? 6.º Quais são as obras de Deus ?

II. 1.º Por quem foi negada a existência dos Anjos ? 2.º Como podemos provar a existência dos Anjos ?

III. 1.º Qual é a natureza dos Anjos ? 2.º Que se entende dizendo que são puros espíritos ?

IV. 1.º Será muito grande o número dos Anjos ? 2.º Quais são as três jerarquias ?

V. 1.º Em que estado foram criados os Anjos ? 2.º Não os submeteu Deus a uma prova ? 3.º Que culpa tiveram ?

VI. Quais são as provas da existência dos Anjos da guarda ?

VII. 1.º Qual é o papel dos Anjos da Guarda ? 2.º Quais são as nossas obrigações para com êles ?

VIII. 1.º Em que se ocupam os maus Anjos ? 2.º Que vem a ser obsessão ? 3.º Que vem a ser possessão ?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.º Teria sido menor, a glória de Deus, se não tivesse criado o céu e a terra ? 2.º Em que ocasião criou Deus o Inferno ?

8.ª LIÇÃO

Obras de Deus (Continuação).

O Mundo. O Homem.

- **AS OBRAS DE DEUS** (Continuação)
  - **1.º Origem do mundo e dos seres vivos.**
    - A. **Segundo a Fé.**
      - a) Fonte dos seus ensinos.
      - b) Suas afirmações dogmáticas.
    - B. **Segundo a Ciência.**
      - a) Certezas.
      - b) **Hipóteses.**
        - 1. Formação do mundo. Hipótese de Laplace.
        - 2. Origem dos seres vivos.
          - 1) Transformismo **absoluto.**
          - 2) Transformismo **edulcorado.**
    - C. Nenhum conflito entre
      - a) As afirmações da Fé.
      - b) E as certezas da Ciência.
  - **2.º O Homem.**
    - A. **Origem.**
      - a) **Hipóteses.**
        - 1. Materialistas. Evolucionistas.
        - 2. Transformistas moderados.
      - b) Doutrina católica.
    - B. **Natureza.**
      - a) Corpo.
      - b) Alma.
        - 1. Existência
          - 1) Adversários.
          - 2) Provas.
          - 3) Objeções.
        - 2. Espiritualidade.
        - 3. Faculdades.
          - 1) Razão.
          - 2) Vontade livre.
        - 4. Imortalidade.
          - 1) Escritura Sagrada.
          - 2) Razão.
          - 3) Consentimento universal.
    - C. **Unidade da espécie humana.**
      - a) Erros.
      - b) Doutrina católica.
    - D. **Antiguidade do homem.**
      - a) Segundo a Fé.
      - b) Segundo a Ciência.

53. — Vocábulos.

Homem. — Criatura composta de corpo e alma razoável. — Assim é que o homem ocupa o lugar entre o anjo e o animal. Diferencia-se do anjo, porque possui corpo, e o anjo, não. Está acima do animal, porque possui a *razão*, e o animal, não. Pela razão, é capaz de julgar, discutir, apreciar e separar o bem e o mal, enquanto guia único do animal é o *instinto*.

Corpo. — Conjunto dos órgãos de um ser animado. Podemos ver um corpo, tocá-lo.

Alma. — Espírito imortal, destinado a ser unido a um corpo:

a) alma é um *espírito*; nada têm de material como os corpos. Não se pode ver, não se pode tocar não se pode dividir. — *b*) A alma é um espírito *imortal*, isto é, teve princípio, e não terá fim.

É preciso não confundir *imortal* com *eterno* (que não teve princípio nem terá fim). Sòmente Deus é eterno.

c) A alma é um espírito destinado a ser *unido a um corpo*. Nisto é que o homem difere do anjo.

Deus fez o homem segundo sua imagem. Esta expressão quer dizer que a alma do homem é «espírito» *como* Deus. Mas, é claro que a semelhança não é completa. São limitadas as qualidades da alma humana. As de Deus são infinitas.

DESENVOLVIMENTO

54. — I. Obras de Deus.

Abrangem as obras de Deus duas grandes classes: criaturas espirituais, isto é, *Anjos*, e criaturas corporais, isto é, o *mundo*. Logo, depois de estudarmos a criação dos Anjos, devemos estudar a *origem do mundo*. Mas esta palavra, *mundo*, tem significação muito vasta. Melhor será, por isso, consideremos primeiro o *conjunto* do universo. Volveremos então os nossos olhares mais particularmente à *Terra* que habitamos, e aos *seres vivos* que a povoam. Enfim, dentre êstes últimos, é natural que atentemos com especial interêsse no *homem*, na sua origem, seus caracteres, seu destino. Para cada um dêstes pontos, é preciso indagar quais são, de uma parte, os ensinos da *Fé católica*, e quais são, de outra parte, os ensinos da *Ciência*. Além das demais vantagens, êste cotêjo

nos permitirá verificarmos se há *desarmonia, discordância, conflito*, entre as *afirmações dogmáticas* (1) da primeira e as *conclusões* da segunda.

55. — II. Origem do mundo, de acôrdo com a Fé.

OBSERVAÇÃO PRÉVIA. — Releva notar, desde já, para eliminar todo e qualquer equívoco, que a expressão *origem do mundo* apresenta dois sentidos. Serve para lembrar, ora a *origem da matéria* que compõe o mundo, ora a *formação* ou *organização do universo*, como o vemos hoje, com a ordem e harmonia nele existentes. Determinar-se-á, portanto, qual seja o ensino da Igreja nestes dois pontos de vista. Antes disso, porém, indicar-se-á a *fonte*, de que tirou a Igreja, a sua doutrina, isto é, o primeiro capítulo do *Gênesis* com os três primeiros versículos do segundo.

1.º Narração mosaica da origem do mundo. – 1) No princípio, criou Deus o céu e a terra. 2) A terra estava informe e vazia; trevas cobriam o abismo. 3) Deus disse: «Que a luz seja!» e a luz foi. 4) Depois separou das trevas a luz. 5) À luz pôs o nome *dia*, e às trevas, *noite*. E houve uma tarde, e houve uma madrugada: foi o primeiro dia.

6) Deus disse: «Que haja firmamento em meio das águas.» 7) E fez o firmamento... 8) E o chamou de céu. E houve uma tarde, e houve uma madrugada: foi o segundo dia.

9) Deus disse: «Que as águas que estão debaixo do céu se ajuntem num só lugar e que apareça o elemento árido.» 10) Ao árido chamou de terra, o mar, à multidão das águas. E viu que era bom tudo isso.

11) E disse: Produza grama a terra, hervas de semente, árvores de frutas, dando, conforme a sua *espécie*, fruto... 12) E da terra, brotou o gramado, hervas de semente, conforme a sua *espécie*... e Deus viu que aquilo era bom. 13) E houve uma tarde, e houve uma madrugada: foi o terceiro dia.

14) Deus disse: «Que haja no firmamento luminares, separando o dia e a noite, e servindo de sinais para discriminação do tempo, das estações, dos dias e dos anos, 15) servindo também de fachos, para alumiar a terra.» 16) E Deus fez os dois grandes luminares, o

---

(1) Com esta expressão, *afirmações dogmáticas*, entenda-se tudo quanto é definido pela Igreja, tudo o que faz parte do dogma, e já não está sujeito à livre discussão e interpretação dos teólogos ou dos exegetas.

maior que presidisse ao dia, o menor que presidisse à noite; fez mais as estrêlas... E Deus viu que aquilo tudo era bom. 19) E houve uma tarde, e houve uma madrugada: foi o quarto dia.

20) Deus disse: « Povoem-se as águas com uma quantidade de seres animados, e voem por sôbre a terra as aves.» 21) E criou os grandes peixes, e os animais que pululam nas águas, e todo o volátil alado, conforme *sua espécie*... »

E viu que tudo isso era bom. 23) E houve uma tarde, e houve uma madrugada: foi o quinto dia.

24) Deus disse mais: « Produza, a terra, entes animados, segundo *sua espécie*, animais domésticos, repteis e bichos da terra, segundo *sua espécie*... »

26) Depois, Deus disse: « Façamos o homem a nossa semelhança e a nossa imagem, e *mande* êle nos peixes do mar, nas aves do céu, nos animais domésticos, em toda a terra, e em todos os reptis que rojam sôbre a terra. » 27) E Deus *criou* o homem a sua imagem... 31) E houve uma tarde, e houve uma madrugada: foi o sexto dia. »

Capítulo 2. — 1) « Assim foram terminados, o céu e a terra. 2) Depois Deus descansou no sétimo dia. 3) E abençoou êste dia, e santificou-o, porque, neste mesmo dia, tinha descansado da obra toda que criara. »

É facil discernir, na relação mosaica, dois elementos de caráter diferente: o elemento *teológico* e o elemento *científico*. — A. *ELEMENTO TEOLÓGICO*. — Não há dúvida nenhuma: o elemento essencial da narração mosaica é o elemento teológico, dogmático e moral. — 1. No ponto de vista *dogmático*, o fim colimado pelo escritor sacro era certamente, ensinar a seu povo a *idéia de criação*: mostrar-lhe que *um Deus único criou o universo*, o céu e a terra, no início dos tempos; que nada existe sem ser obra dêle, e que é boa essa obra devendo inspirar ao homem sentimentos de gratidão, ainda mais fervorosos, já que foi estabelecido por Deus rei da criação. — 2. No ponto de vista *moral*, tira o autor sagrado as conclusões do ensino dogmático: proclama a *obrigação do culto* e *os meios por que há de ser prestado*. O Criador têm direito, e sòmente êle, a receber das criaturas um culto. Logo não podem os Hebreus imitar as nações politeistas e idólatras que adoram vários deuses, que adoram mesmo seres criados, plantas, animais. Mas, de que maneira se deve tributar a Jeová o culto divino? — Pela *santificação do sábado*. Da mesma forma que a semana divina, deve a semana do homem, dividir-se em duas partes: seis de trabalho, e um dia de descanso. E cumpre seja êsse dia de descanso, ou sábado, consagrado ao Criador.

B. *ELEMENTO CIENTÍFICO* — Entretanto, o elemento religioso, apesar de ser núcleo central da narração mosaica, está como que absorvido pelo elemento científico. Não só o escritor sacro resolve

a questão da *origem da matéria*, desde que afirma o *fato da criação*, mas parece ainda professar uma *cosmogonia* (grego *kosmos*, mundo, *gonos*, geração), isto é, uma história da *formação do mundo*. Vamos pisando, portanto, aí, os domínios da ciência, e ocorre, espontâneamente, a dúvida: *qual será o valor da cosmogonia mosaica?* Conforma-se ela com a realidade, ou quando menos, com as informações certas da ciência moderna? E, se houver divergência, será lícito incriminar de errância o escritor inspirado? — Para resolver esta dificuldade, basta aplicar *um princípio de exegese* formulado desde muito por santo AGOSTINHO. Já ensinava, com efeito, o ilustre Doutor que « não foi vontade do escritor sacro ministrar aos homens, noções referentes à constituição íntima das cousas visíveis, porque elas de nada serviriam para sua salvação. » Êste é o princípio lembrado por Leão XIII aos exegetas na Encíclica *Providentissimus*. « Os escritores sagrados, diz êle, pouco se preocupavam em desvendar os arcanos da natureza. Às vezes, descrevem ou exprimem as cousas por meio de metáforas, ou, segundo a linguagem usual daqueles tempos, parecida em muitíssimos casos com a linguagem corrente, ainda hoje, na vida comum, mesmo entre as pessoas mais cultas. » E sempre o mesmo princípio, encontramo-lo na 7.ª resposta da *Comissão bíblica*, de 30 de Junho de 1909, declarando que, na interpretação do primeiro capítulo do Gênesis, « não se deve exigir constantemente a propriedade rigorosa da linguagem científica, porque não foi propósito do autor sacro explanar tècnicamente, a constituição íntima das cousas visíveis e a ordem completa da criação, senão apresentar a seus compatriotas conhecimentos ao alcance do povo, consoante o falar do vulgo nessa época, consoante as idéias e o nível intelectual dos seus contemporâneos. »

Conclusão. — A *narração mosaica da criação* deve, pois, ser considerada, não como cosmogonia científica, mas como *narração histórica popular* das nossas origens. *Narração popular* significa qualquer narração que se faz sem a precisão meticulosa do historiador moderno, que relata os acontecimentos para deixá-los consignados: antes, é a que se limita na escolha dos pormenores adaptados ao fim almejado. Ora, no caso vertente, que almejava a inspiração guiando o escritor sagrado? Levava-o a distribuir um ensino religioso, e nada mais. Na verdade, sucede que êste ensino aparece de envolta com um elemento científico. Porém, desde que o elemento científico não entra como alvo que o autor se proponha alcançar, é muito justo que êste use a linguagem dos seus contemporâneos, e aluda a fenômenos da natureza *segundo as aparências*, e de acôrdo com a ciência da sua época.

2.º As afirmações dogmáticas da Fé. — Vejamos, agora, os ensinos que a Igreja tirou da narração mosaica. —

A. Quanto à questão da *ORIGEM DO MUNDO*, a Igreja definiu, com o auxílio do elemento teológico da revelação, os dogmas: — *a*) da *criação do universo*, considerado no seu conjunto, e na *matéria* que o compõe; — *b*) da *criação*, quer direta, quer indireta, dos *seres vivos*; — *c*) da *criação especial do homem*.

B. Quanto à questão da *FORMAÇÃO DO MUNDO*, a Igreja, considerando a narração mosaica como narração popular, sem nenhuma pretensão científica, nunca formulou ensino oficial a êste respeito. Julga que tal assunto está fora de sua alçada, e entrega-o às pesquisas dos sábios. Logo, declaramo-lo outra vez, nem no tocante ao *modo de formação* do mundo e da Terra, nem quanto à época a que remonta a criação, a Fé católica não impõe dogmas.

56. — III. Origem do mundo e dos seres vivos segundo a Ciência.

Estado da questão. — É insolúvel, pelo processo da observação direta, o problema da origem da matéria, e por isso, nada ensina a êste respeito a ciência positiva séria. Ignora o caso, ou pelo menos dêle não trata. Única a filosofia *materialista*, com o fito de suprimir Deus, pretende que a matéria é eterna; mas, êste asserto gratuito desafia qualquer demonstração experimental. Os verdadeiros sábios, dignos dêste nome, ocupam-se exclusivamente com as questões da *formação do mundo* e da *origem dos seres vivos*.

1.º Formação do mundo.—*HIPÓTESE DE LAPLACE-FAYE.* — Os sistemas que procuram explicar a história da formação do mundo, ou por outra, as cosmogonias científicas, apareceram em datas ainda recentes. Certo é que a idéia já tinha ocorrido à antiguidade de indagar da origem das cousas. Prova-o o poema de LUCRÉCIO (*de Natura rerum*), que dá a formação do mundo como resultante de uma evolução lenta. Entretanto, até à época moderna, — até à *hipótese de Laplace*, a qual mais tarde foi modificada por *Faye*, ou mesmo substituída por outras hipóteses, — os sistemas careciam de base científica.

As descobertas da *geologia* (grego, *geo*, terra; *logos*, discurso) e da *paleontologia* (gr. *palaios*, antigo; *on*, *ontos*, ente; *logos* discurso), serviram de ponto de partida à *hipótese de Laplace*.

A geologia têm averiguado, com efeito, que a terra, nem sempre teve o aspeto que lhe conhecemos, mas, passou por fases variadíssimas, sofrendo, na sua estrutura e na sua superfície, modificações profundas. Assim é que a vemos constituida por diversas camadas de terrenos — primários, secundários, terciários e quaternários — superpostos e diferenciados uns dos outros pela presença de numerosos *fósseis*, ou restos de vegetais e de animais. A *paleontologia* estuda, acuradamente êstes fósseis, e conclui, por sua vez, que houve sucessão de espécies; que surgiram em primeiro lugar os vegetais; depois os animais, e finalmente, o homem.

Baseado nestes fatos, Laplace emitiu a seguinte hipótese da formação do mundo. Na origem, a matéria que constitui a terra, os outros planetas e o sol, formava uma ingente massa gasosa no estado de átomos isolados. Submetidas às fôrças da atração, cujas leis foram descobertas por Newton, aproximaram-se as moléculas desta massa, e combinaram-se. Depois, por causa do movimento de rotação que as animava, triunfou a fôrça centrífuga contra a fôrça de atração. Ao passo que se ia accelerando a velocidade despregavam-se pedaços de matéria gasosa, e iam formando os astros, os planetas e seus satélites. Aos poucos, foram-se condensando os elementos gasosos, e o estado líquido sucedeu ao estado de vapor. Com o decorrer dos tempos. resfriou-se a superfície do astro e a vida começou.

2.° Origem dos seres vivos. — Em certa época, que não é possível determinar, bastante antiga porém, vemos, portanto, que a vida aparece na terra. Donde vêm os primeiros seres vivos? Quem lhes deu a vida? E qual é a origem das espécies? A estas perguntas, responde, a ciência, com duas hipóteses: *criacionismo* e *transformismo*.

A. *CRIACIONISMO*. — Nesta primeira hipótese, supõe-se que as diferentes espécies, vegetais e animais, das eras passadas e dos tempos modernos, foram sucessivamente criadas por Deus, que as espécies são fixas, que não se transformam, e que não pode haver passagem de uma para outra por via de evolução.

B. *TRANSFORMISMO ABSOLUTO*. — Assim designamos a hipótese da *geração espontânea* e a hipótese da *transformação das espécies*. Com o fim de eliminar Deus, professam os materialistas, como foi dito, a eternidade da matéria. Isso, porém, não basta. Ainda lhes fica por explicar a *origem da vida* e das *espécies*. Pensam que estará resolvida a dificuldade com as hipóteses da *geração espontânea* e da *transformação das espécies*. Afirmam, de uma parte, que certo dia, a matéria eterna produziu, *espontâneamente* e por suas *únicas fôrças*, um ou mais seres vivos. E, de outra parte, afirmam que êsses primeiros seres vivos deram origem, por via de evolução, por transformações lentas e progressivas, às várias especies de que averiguamos a

existência, quer no passado, quer no presente. Como se teria realizado, esta *evolução?* Na opinião de alguns, como LAMARCK, os *desejos* e as *necessidades* dos indivíduos criaram faculdades e órgãos que o tempo e o uso haveriam de aperfeiçoar. Na opinião de outros, como DARWIN, os principais fatores da transformação das espécies são a *luta pela vida* e a *seleção natural.*

B. *TRANSFORMISMO PARCIAL.* — Pode-se apresentar, a tese do transformismo, com feições menos radicais. O *transformismo parcial,* sempre supondo que as espécies nasceram umas das outras, admite, na base, a existência de uma causa suprema que criou a matéria. Admite, além disso, que o primeiro ser vivo foi criado por Deus, ou por intervenção direta do Todo-Poderoso, ou porque Deus concedesse à matéria fôrças capazes de produzir a vida. Admite finalmente que o homem, a alma dêle quando menos, é criada diretamente por Deus. (V. N.º 58).

São essas as diferentes hipóteses científicas, quanto ao *modo de formação* do mundo, e quanto à *origem dos seres vivos.* A respeito da *época* em que se realizaram êsses diversos acontecimentos, os cálculos dos sábios assentam em bases demasiado frágeis e incertas, para merecerem crédito.

57. — IV. Nenhum conflito entre os ensinos da Fé e os da Ciência.

Existirão *divergências* entre os ensinos da Igreja e os da Ciência? Nada mais fácil do que verificá-lo. Comparem-se primeiro as *afirmações dogmáticas* daquela e as *conclusões certas* desta. Veja-se, em segundo lugar, que caso se deve fazer das *hipóteses da Ciência.*

1.º Dogmas da Fé e certezas da Ciência. — A. Quanto à *ORIGEM DA MATÉRIA* que constitui o universo, não pode haver conflito entre a Fé e a Ciência. Com efeito, se a *Doutrina católica* afirma, de acôrdo com a narração mosaica, que o universo foi criado por Deus no comêço dos tempos, emudece a *Ciência.* Não professa certeza alguma, pois é claro que a eternidade da matéria proclamada pelos materialistas não merece nada o nome de hipótese científica.

B. Quanto à *ORIGEM DOS SERES VIVOS.* — A Fé ensina que a vida, os seres vivos, vêm de Deus, quer direta, quer indiretamente. A *Ciência* admite da mesma forma que a vida não existiu sempre na terra. Ver-se-á adiante que hipóteses se aventam para explicar a origem da vida. Entretanto, é lícito concluirmos desde já não haver oposição nenhuma entre os dogmas da fé e os ensinos certos da ciência, — e é o que importa.

2.° Hipóteses da Ciência. — A. A respeito da *FORMAÇÃO DO MUNDO*, a *Fé* pode perfeitamente admitir a *hipótese de Laplace*. Na verdade, não existe concordância absoluta entre esta cosmogonia e a narração de Moisés. Mas, vimos que êste não alimentava pretensões científicas. Logo, carecem de importância algumas divergências que se notam entre os dois. Por exemplo, a criação das plantas no 3.° dia, embora, para viver, tenham necessidade do sol que aparece mais tarde no 4.° dia; — a produção de reptis no 6.° dia, depois dos pássaros no 5.° dia, quando a paleontologia descobre como sendo anteriores os fósseis daqueles aos dêstes. Carece de importância igualmente o vir representado, o firmamento, abóbada massiça que na realidade não existe. O autor exprime-se *de acôrdo com as aparências*, o que fazemos nós mesmos todos os dias. Nem tão pouco, nos devemos incomodar, quanto à verdadeira significação que êle queria dar à palavra *dia;* espaço de 24 horas, ou período maior, indeterminado. Desde que é parte secundária apenas, o elemento científico é muito acessório; desde que a Igreja nada estatui quanto à formação do mundo, não há possibilidade de conflito entre a Fé e a Ciência, e a Fé pode adotar qualquer hipótese que supõe a Criação da matéria (1).

B. Quanto à *ORIGEM DOS SERES VIVOS*, qual será o valor das hipóteses científicas? — *a*) O *transformismo absoluto* está em oposição contra a fé, contra a razão e a experiência.

---

(1) Antes das diretivas acertadas da Comissão bíblica para a interpretação dos primeiros capítulos do Gênesis, eram três os principais sistemas procurando explicar a narração mosaica: literalismo, concordismo, idealismo. — *a*) Segundo os *literalistas* (são Basílio, são Crisóstomo, santo Ambrósio, etc.), Deus criou na mesma hora a matéria do universo todo. Depois, as cousas foram tiradas da matéria em seis dias de vinte e quatro horas. Foi rejeitado êste sistema desde muito tempo pela maioria dos teólogos, por encontrar as descobertas da ciência. — *b*) Segundo o *concordismo*, ou sistema dos dias-períodos (Palmieri, Meignan, Vigouroux, Hamard, Corluy), o vocábulo hebraico *Yōm* tanto pode designar uma época, como um dia de vinte e quatro horas. Desta forma, os seis dias da Criação corresponderiam aos períodos de formação do mundo. Já se mostrou, de passagem, que está longe de ser perfeita esta concordância. Por isso, vai-se abandonando mais e mais, êste sistema. — *c*) Segundo o *idealismo*, nenhum caráter histórico teria a narração mosaica. O fim desta divisão em seis dias, do ato criador e coordenador seria, quer *simbolizar* o trabalho do homem (*interpretação alegórica* adotada na antiguidade por santo Agostinho, são Gregório de Nissa, santo Atanásio, Orígenes quer induzir o homem a consagrar cada dia da semana à recordação da obra divina (*interpretação litúrgica*). Relacionam-se com o sistema idealista, as teorias que têm a narração mosaica na conta de poema, de um como hino em honra da divindade (*interpretação poética*), ou a consideram revelação feita a Moisés na forma de símbolo (*teoria da visão*, professada por Mgr. Cliford, bispo católico de Clifton), ou ainda histórias fabulosas e alegóricas, emprestadas dos mitos egípcios e babilônios (*interpretação mítica*). Essa última interpretação, e qualquer outra que negue à relação mosaica todo o caráter histórico, não há dúvida que desrespeitam as decisões da Comissão bíblica.

1. *Está contra a fé.* Porque precisa de três cousas: eternidade da matéria, geração espontânea, e evolução fortuita das espécies. Ora, a fé proclama, em contrário, a criação da matéria no tempo, e se não condena as outras duas teses, julga pelo menos que são temerárias.

2. O transformismo absoluto, é reprovado, além disso, pela *razão.* Não admite a razão, *evolução de matéria eterna.* Com efeito, desde que o mundo sofre transformações sucessivas, não entendemos que possam haver-se realizado eternamente tais mudanças, pois um número determinado não pode ser infinito e não se concebe uma série infinita de mudanças.

3. Nem é verificado pela *experiência* o transformismo absoluto. 1) Demonstraram Pasteur e Tyndall que é *falsa cientìficamente* a teoria da *geração espontânea.* Provaram que todo o ser vivo provém de outro ser vivo. Provaram que num lugar donde se expeliram cuidadosamente todos os germes que pululam no ar, não pode ser gerado nenhum ser vivo. — 2) Nem tão pouco, não é fato assente a *evolução das espécies.* Por mais que apelem os transformistas para as influências do meio, para a luta pela vida, para a seleção natural e a hereditariedade, apregoando as modificações que tais causas podem trazer aos indivíduos, não custa, aos partidários das criações sucessivas, redarguir que os tipos, ùnicamente variam no âmbito das raças, nunca das espécies (1), e que, remontando às épocas geológicas, verificamos não revelarem os fósseis, de forma alguma, as tais alterações, realizadas de idade para idade, e operando paulatinamente a passagem de *uma espécie a outra.*

b) O *transformismo restrito* pode ser adotado como hipótese provável, ainda que, à primeira vista, pareça oposto ao sentido literal da narração mosaica. *Reservando a origem do corpo do homem,* não vai contra a fé, nem mesmo, em rigor, contra o texto mosaico, nem contra a tradição.

1. Não contradiz a *fé,* pois deixa Deus na base. Não obsta a evolução das espécies, a que seja Deus o criador das mesmas, quando menos, de modo indireto. — 2. Pode-se interpretar neste sentido o *texto do Gênesis.* As palavras do versículo 11, pelas quais dá ordem Deus à terra que produza hervas e árvores *segundo sua espécie,* não dizem, de modo explícito e evidente, que as espécies foram criadas *imediatamente por Deus.* — Nem se pode afirmar que a tese da evolução contrarie a *Tradição.* Vários Padres da Igreja com os

(1) A *permanência das espécies* é fato de experiência. Com efeito, todas as tentativas de cruzamento (seleção artificial) deram os seguintes resultados aceitos universalmente sem contestação: os animais, dóceis ao instinto, não se unem aos de outra espécie, ou unindo-se, dão nascimento a híbridos que permanecem estéreis ou regressam ao tipo primitivo. (Ver JAUGEY. Artigo: Transformismo).

escolásticos aceitaram a geração espontânea dos infusórios ou animálculos vivendo nas águas estagnadas. Santo AGOSTINHO ensina a evolução dos vegetais, dos animais aquáticos e de determinadas espécies terrestres. Santo TOMÁS parece restringir às plantas a geração espontânea. Não há, portanto, cousa nenhuma contra a adoção do transformismo mitigado como hipótese provável.

CONCLUSÃO. — Como se vê, não existe, entre a Fé e a Ciência, conflito de qualidade alguma. As afirmações dogmáticas da Fé não sofrem lesão da parte das descobertas modernas: antes terá sido resultado positivo destas, o ruir fragoroso de hipóteses arriscadas de sábios incrédulos.

58. — V. Origem do homem.

1.º Hipóteses da ciência. — Os sábios que investigaram as origens do mundo e da vida, natural é que fizessem o mesmo a respeito do *homem*. — *a*) Alguns, os *evolucionistas* e *materialistas* (DARWIN, SPENCER, HAECKEL, VOGT) pensam que o homem vem do bruto pelas simples leis da evolução, sem que intervenha uma causa primeira. — *b*) Outros, *transformistas moderados* (MIVART) julgam que a alma foi criada diretamente por Deus, enquanto o corpo do homem se originaria do animal por meio de transformações numerosas, cujas leis teriam Deus como autor.

2.º **Doutrina católica.** — Nossos primeiros pais foram *criados diretamente*, quanto à *alma*, — e até quanto ao *corpo*, segundo a opinião comum dos teólogos. A doutrina católica baseia-se na *Sagrada Escritura*, na *Tradição* e na *razão*.

A. *SAGRADA ESCRITURA*. — Lemos no *Gênesis* (I, 26; II, 7, 18, 21, 22): « Deus disse: « Façamos o homem a nossa imagem, segundo nossa semelhança, e domine, êle, sôbre os peixes do mar, sôbre os pássaros do céu... e sôbre toda a terra ..» Deus formou o homem com o pó do solo, e assoprou-lhe nos narizes um sôpro de vida... Deus disse: «Não é bom que o homem esteja só». Tirou-lhe uma das costelas .. formou uma mulher, e trouxe-a a Adão.» Entendido literalmente êste trecho, resulta: — *a*) que Deus *formou o corpo do primeiro homem com matéria já criada*, e lhe deu vida, *infundindo nele uma alma*, pois as expressões bíblicas « pó do solo » e « assoprou nos narizes um sôpro

de vida», claro que são expressões metafóricas; por outros têrmos, que Deus *criou diretamente* o primeiro homem, corpo e alma, e — *b*) que tirou, do corpo do primeiro homem, o corpo da primeira mulher (1).

A hipótese dos *transformistas moderados* que supõe ter Deus introduzido a alma razoável em corpo de animal evolucionado até ao grau conveniente, aperfeiçoado quanto era preciso para recebê-la, já não parece aceitável atualmente. Roma condenou, em 1895, a tese do P. LEROY que encampava, por sua vez, a do teólogo inglês Mivart. Daí se infere que a doutrina católica parece exigir uma *intervenção especial do criador na formação do corpo do primeiro homem.* (V. *Ami du Clergé*, ano de 1924, p. 489.)

B. *TRADIÇÃO.* — Os Padres da Igreja, menos Orígenes e Cajetan, interpretaram as palavras da Sagrada Escritura no sentido de uma *criação direta* do homem por Deus.

C. *RAZÃO.* — Confirma a razão a doutrina católica por uma prova dupla: — 1. Prova *indireta,* deduzida da *impossibilidade* em que esbarraram os darvinistas de demonstrar ser o *homem animal aperfeiçoado.* Nada, com efeito, abona esta metamorfose do animal em homem. Não conseguem absolutamente os darvinistas rastrear, entre os homens das idades prehistóricas, vestígios desta evolução. E, por outra parte, caso houvesse vigorado outrora essa lei da evolução, de que maneira se explica o ter sido ela revogada, o ter perdido a natureza o tal poder de desenvolvimento, não nos mostrando mais, hoje em dia, êsses sucessos de animais chegados a homens? — 2. Prova *direta* deduzida das *diferenças essenciais* existentes entre o homem e o animal. Comparando com o corpo do símio, o do homem, deparam-

---

(1) Além destas conclusões, únicas atinentes à origem do homem, a Fé católica deduz, do texto citado: 1. que *Deus criou o homem segundo a própria imagem,* e o estabeleceu *rei do universo*; o — 2. que o fato de ter formado o corpo de Eva com uma parte do corpo de Adão indica a *subordinação da mulher* ao homem, assim como a sua *comum origem* e o *vínculo indissolúvel do matrimônio* que os une um ao outro.

se numerosas diferenças que repelem qualquer idéia de parentesco direto entre um e outro: a posição vertical, própria do homem; a organização de sòmente duas mãos; a estrutura do cérebro; a conformação geral da cabeça; o ângulo facial de, na média, 80 graus, na raça branca, 70° na raça negra, baixando, de chofre a 40° e 35° no orango utango, no gorila e no chimpanzé. Mas, refulge incomparàvelmente mais deslumbrante, a superioridade do homem, quando se atenta nas duas *faculdades soberanas da alma:* a razão e a liberdade (1).

59. — VI. Natureza do homem. Existência da alma. Objeções.

1.° **Natureza do homem.** — O homem é um ser composto de *duas substâncias* distintas, — corpo e alma, — unidas em uma natureza só. Não é preciso demonstrar a *existência do corpo,* porque os sentidos no-la patenteiam insofismável. Tratar-se-á, logo, da *existência da alma* exclusivamente.

2.° **Existência da alma.** — A. *ADVERSÁRIOS.* — Negam a existência da alma os *materialistas adeptos da evolução.* Nada admitem, nenhuma substância que não seja a matéria; logo, não querem ver diferença essencial entre o animal e o homem; dizem que saiu êste daquele, por via de evolução, sendo o *pensamento produto do cérebro* (2).

B. *PROVAS.* — Firma-se, o dogma da *existência da alma,* na *Sagrada Escritura* e na razão.

(1) De suma oportunidade será também assinalarmos as *conseqüências gravíssimas* decorrentes da teoria do *evolucionismo materialista.* Dado efetivamente que o homem não passe de animal aperfeiçoado, segue-se: *a*) que não possui alma imortal, *b*) que se torna escusada a religião, desde que o homem não volte para Deus, e *c*) que já desaparece a distinção entre bem e mal, vindo a ser, todas as virtudes, palavras ôcas e vãs, consistindo, então, a única verdade verdadeira, no gôzo e no interêsse, isto é, na maior cópia de prazeres e deleites de qualquer sorte que possa o homem granjear sôbre a terra, sejam quais forem os meios para se conseguir êste resultado.

(2) Ver, número 58, se não há diferenças essenciais entre o homem e o animal e, em que fica, portanto, a pretensão dos materialistas.

a) *Sagrada Escritura.* — Está no *Gênesis* (II. 7) que «Deus formou o homem com o pó do solo e lhe assoprou uma *alma.*»

b) *Razão.* — 1. É o testemunho da *observação* haver em nós duas classes de fenômenos: fenômenos *fisiológicos*, nutrição, digestão, respiração, circulação do sangue, etc., e fenômenos *psicológicos*, o pensamento, o raciocínio, as recordações, etc. Ora, por serem êstes fenômenos de ordem diversa, é impossível derivá-los de um só e mesmo princípio. Forçoso, portanto, admitirmos no homem dois princípios diferentes: um que dê conta dos fatos fisiológicos, é o *corpo*: outro que dê conta dos fatos psicológicos, é a *alma*. — 2. A *consciência* percebe, na própria personalidade, um princípio invariável, permanecendo através das fases e vicissitudes da nossa existência sempre *idêntico* a si mesmo. Muito embora, já não tenha eu, adulto, homem, ancião, os meus gostos e sentimentos de menino ou criança, sinto claramente que em qualquer época da vida, era eu e não outro, sem que haja sofrido alteração ou mudança nenhuma a causa dos variadíssimos fenômenos morais da minha existência. Ora, êste princípio imutável, *idêntico*, é bem de ver que não será o corpo, adstrito ao ininterrupto redemoinho vital, em contínua renovação orgânica, tanto que, em poucos meses, é totalmente outro. Logo, há de haver em nós um princípio firme, sempre o mesmo, a constituir o que chamamos nossa *identidade pessoal*, e êste princípio é nossa *alma*.

1.ª Objeção. — Saem-se os materialistas com esta: ninguém viu a alma, nunca. Ora, a ciência positiva só quer saber do que se verifica experimentalmente. Logo, rejeite-se a existência da alma, porque é hipótese sem alicerces.

Refutação. — Certamente, a alma não é percebida pelos sentidos. Mas, engana-se redondamente, quem pretende não haver, além dos sentidos, nenhum meio de conhecimento. Por ventura, teriam visto, algum dia, os materialistas seus próprios pensamentos, suas próprias dores ou prazeres? Nem por isso, contudo, deixam de

acreditar. Logo, afora os conhecimentos ministrados pelos sentidos, outros existem que a *consciência* nos revela, e tão certos como os primeiros.

2.ª Objeção. — O cérebro e o pensamento. — Contra a *espiritualidade* da alma, e portanto contra a sua existência como princípio distinto do corpo, alegam os materialistas a conexão estreita que se nota entre o cérebro e o pensamento. O *cérebro*, dizem êles, é *causa do pensamento*. «O cérebro, fala K. VOGT, segrega o pensamento da mesma forma que o fígado segrega a bílis e os rins, a urina.» Uma prova que é assim, que o pensamento é produto do cérebro, temos nos dois fatos seguintes: 1.º quanto mais volumoso o cérebro, maior a inteligência; 2.º em sobrevindo no cérebro algum desarranjo, imediatamente se manifestam na inteligência as repercussões.

Refutação. — Está visto que a relação é íntima entre o cérebro e o pensamento. Ninguém se lembrou de impugnar esta verdade. Mas, não se trata disso. O que se quer saber é se o cérebro vem a ser *causa* ou *condição* do pensamento. — *a*) Se for *causa*, sempre haverá *correlação* perfeita entre um e outro. Que é, neste caso, que dá valor aos nossos pensamentos? O pêso do cérebro? ou o volume? a delicadeza das suas circunvoluções? ou a qualidade da matéria que o compõe? ou a sua maior ou menor riqueza em fósforo? Custam os materialistas a sair da entaladela. Porque, se sustentarem que é o pêso que regula, logo lhes lembraremos, ao lado do cérebro pesado de Cuvier, 1830 gramas, o de Gambeta, de sòmente 1160 gramas. E no entanto, quem houvera averbado Gambeta de inteligência apoucada? Assim muitos outros. Nem tão pouco se conseguirá provar que dependa, de modo geral, do *volume* ou das *circunvoluções* do cérebro, o valor do pensamento. O materialismo assenta, pois, numa hipótese que os fatos destroem. Quando dogmatiza que o cérebro é causa do pensamento, ultrapassa as balisas da ciência positiva. — Por isso deve-se concluir que o cérebro não é causa do pensamento; é apenas *condição*. É fato indubitável ser o cérebro *instrumento necessário*. Quem diz, porém, que é êle sòzinho o órgão do pensamento, é como quem atribuisse todo o serviço à ferramenta, esquecido do obreiro. Querendo tirar do violino harmonias, é evidente que se necessita de violino. Imprescindível também, antes de tudo, um violinista. — *c*) Desde que o cérebro é instrumento indispensável, não é muito, e não há de causar espécie que perturbações nele acontecidas se reflitam e tenham repercussão nas suas funções alterando-as ou paralisando-as. Com violino ou sem êle, não fica o violinista menos violinista; porém, com violino partido, não é capaz de tocar direito.

60. — VII. Espiritualidade da alma. Suas Faculdades. Razão e Liberdade.

A alma humana, distinta do corpo, embora unida a êle por laços íntimos, é uma *substância espiritual* com duas faculdades soberanas: *razão* e *vontade livre.*

1.º A alma, substância espiritual.—A. *DEFINIÇÃO.* *Substância espiritual,* quer dizer substância independente da matéria, com atuação e vida própria, que pode existir fora do corpo, e, portanto, depois da morte dêle.

B. *PROVAS.* — A *espiritualidade* da alma é corroborada pelo ensino da Igreja e pelo testemunho da razão.

1. *Ensino da Igreja.* — A espiritualidade da alma foi proclamada pelo *Concílio de Latrão.* Declara que « Deus criou o mundo espiritual e o mundo material, depois, o homem, formado de corpo e *espírito.*»

2. *Razão.* — 1) Dos atos de uma substância é que se pode inferir a natureza da mesma. Ora, a alma tem conceitos absolutamente estranhos à matéria: as idéias do verdadeiro, do bem, do belo, da virtude, etc. E é princípio muito sabido que a causa tem natureza igual à do efeito. Logo, a alma deve ser substância espiritual. — 2) Ademais, a alma é livre, como adiante se prova. Ora, a matéria obedece a leis imperiosas que a regem fatalmente. Estando livre a alma, por isso mesmo *não é material.*

2.º Faculdades da alma.—A. *A RAZÃO.*—A primeira faculdade da alma, espírito imaterial, é a *razão.* Enquanto o animal só tem conhecimentos sensíveis, e nenhum meio para exprimi-los que não seja a linguagem natural, o homem possue *idéias abstratas,* oriundas de outra fonte, não da imagem dos objetos circunstantes; alcança cousas imateriais, como as idéias de Deus, do dever, do bem, da justiça, etc. Estas idéias, êle pode compará-las entre si mesmas, por meio do *juizo* e do *raciocínio,* e depois expressá-las com o auxílio de uma linguagem convencional. Porque é apto a distinguir

do mal o bem, e é livre de escolher o bem, por isso conhece o homem a moralidade, a religiosidade, o progresso. O animal, nada. Nem a menor idéia concebe do que seja lei moral ou remorso, ou religião. Guiado ùnicamente pelo instinto, faz, de modo irresistível e invariável, o que sempre fez.

B. *A VONTADE.* — Segunda faculdade soberana da alma. Ora o conceito de *vontade* inclui o de *liberdade.* — Que cousa vinha a ser, de fato, a vontade, se o homem, conhecedor por sua inteligência da lei moral e do bem, não fôsse livre de adaptar a êsse conhecimento os seus atos?! Mas, existirá mesmo tal liberdade condição essencial da vontade? É ponto de suma importância para resolver, porque, não estando livre, o homem não tem responsabilidade, e nem Deus nem a sociedade lhe podem exigir preste êle contas pelo bem e pelo mal que haja praticado.

3.º Existência da liberdade. — A. *ERROS.* — Negaram a liberdade: — 1.º os *protestantes,* ensinando que a culpa original tinha destruído a liberdade; — 2. os *fatalistas,* dizendo que uma divindade cega e inexorável, chamada antigamente Destino, é quem rege e dirige tudo neste mundo; — 3. os *deterministas,* escolas positiva e materialista, que professam, ambas doutrina idêntica à dos fatalistas, ainda que ostentando nomes diversos, de aparência mais científica. Na opinião dêles, não existe o livre arbítrio, porque os atos da nossa vontade são determinados por muitíssimas causas inelutáveis: influências do clima, da hereditariedade, do gênio, da constituição física, etc.

B. *DOUTRINA CATÓLICA.* — O homem, ainda decaído, goza da liberdade de escolher entre o bem e o mal. Êste *artigo de fé,* definido contra os protestantes pelo concílio tridentino, *Sess.* VI, *can.* 5, baseia-se na Escritura, na Tradição, na razão e no consentimento universal.

a) Escritura Sagrada. — 1) *Antigo Testamento.* — Deus disse ao povo judaico, quando lhe deu a lei: « Eu pus hoje diante de ti, a vida e o bem, a morte e o mal, prescrevendo-te que amasses a Jeová, teu Deus, que trilhasses as suas sendas, que observasses os seus mandamentos... *Escolhe*, pois, a

vida para viveres.» (*Deuter.*, XXX, 15, 16, 19.) — 2) *Novo Testamento:* «Se quiseres entrar na vida, disse Nosso Senhor ao moço rico, guarda os mandamentos.» (*Mat.*, XIX, 17.) Dêstes textos depreende-se primeiro que Deus impôs a sua lei ao homem: e, segundo, que lhe concedeu a liberdade de resolver a escolha, enveredando para o bem ou para o mal.

b) *Tradição.* — Reconhecem os Padres da Igreja unânimemente que o homem tem obrigações para cumprir; que é livre de escolher o bem ou o mal; que é, por isso mesmo, responsável, e que, lògicamente, se não realizar a sua salvação, é porque terá abusado da graça e da própria *liberdade*.

c) *Razão.* — Não só a Sagrada Escritura e a Tradição vêm depor em prol da existência da liberdade. Também a voz da *consciência* aqui está a nos assegurar o nosso poder de opção entre o bem e o mal. Com efeito, antes de obrarmos, refletimos; na hora, assentamos a decisão. Ora, o refletir e o decidir são dois atos a provar que somos livres. — Pode ainda a razão aduzir um *argumento indireto* a favor da existência da liberdade. Para isso, salienta as consequências gravíssimas advindo da negação do livre arbítrio. Cancelando-se a liberdade, aniquilam-se *ipso facto* dever e responsabilidade, virtude e vício, merecimento e desmerecimento. Desinterêsse e sacrifício, já não passariam de modalidades do egoísmo; nenhum valor a mais teriam do que covardia, traição e crime. Quem se atreverá a desposar tais doutrinas? Não é, pelo contrário, de ciência constante e universal que o homem civilizado, longe de andar a reboque dos pendores naturais, os subjuga, os amordaça e avassala, e vai forjando, no fogo da disciplina, outros costumes melhores, sendo precisamente esta a obra magna da educação: substituir inclinações desregradas e perversas por práticas boas e pelo desejo do bem?!

d) *Consentimento universal.* — «Não sòmente todos os homens, desde que existe o mundo, creram na liberdade, mas

esta crença é instintiva, inata, incoercível... Tanto crê na própria liberdade o selvagem das brenhas, como o cidadão das terras policiadas: tanto o menino, como o ancião .. Até êsse que, pelo muito parafusar arquitetou planos, desterrando a liberdade, êsse mesmo, nem assim, não deixa de proceder, de falar, sentir e viver exatamente como se tivesse plena fé na liberdade... Procure-se um fatalista que não tenha orgulho nem remorso (1) — »

61. — VIII. Imortalidade da alma humana.

A alma é imortal. — Êste *artigo de fé,* definido pelo IV.º concílio de Latrão, é baseado na *Sagrada Escritura,* na *razão* e no *consenso universal.*

1.º *SAGRADA ESCRITURA.* — Temos outras tantas provas da imortalidade da alma em todos os passos da Sagrada Escritura os quais afirmam a existência de recompensas e castigos. No *Antigo Testamento,* representa-se a morte dos patriarcas como sendo a reunião com a alma dos seus antepassados. (*Gên.*, XV, 15.) Declaram os Salmos que Deus não permitirá que vá ao Inferno a alma dos justos. (*Ps.*, XV, 10.)

2.º *RAZÃO.* — *a*) *Argumento metafísico.* — A imortalidade da alma é corolário da sua *natureza.* Quer dizer, esta imortalidade resulta do fato de ser a alma substância *simples* e *espiritual.* Desde que é substância *simples,* não pode sofrer *decomposição.* O corpo, sim. A morte do corpo consiste exatamente na dissolução, ou separação dos elementos que o constituem. Desde que a alma é substância *espiritual,* e, portanto, independente do corpo que ela vivifica (V. n.º 60), não poderá desaparecer porque o corpo se decompõe. Só querendo Deus aniquilá-la. É claro que a onipotência de Deus aniquilaria a alma tão fàcilmente como a criou. Todavia, tal aniquilamento *repugna aos atributos de Deus,*

(1) Júlio SIMÃO, *O dever,* cap. I.

mormente à *bondade* e à *justiça*. É o que se vê claramente nos dois argumentos a seguir.

b) *Argumento psicológico*. — Existe uma correlação e concordância exata, entre as inclinações naturais do homem e os meios para satisfazê-las. Do contrário, a criatura seria mal feita, absurdo que não se compadece com a bondade, a oniciência e onipotência do Criador. Ora, está na alma do homem um desejo imenso de viver. Nosso coração apetece uma felicidade perfeita, e no entanto só desfruta, cá na terra, gozos incompletos e efêmeros. Anela a nossa inteligência pela posse da verdade integral, e no entanto, rodeia-nos por todos os lados o mistério, o incognoscível. E não há outro meio para estancar esta sêde de ventura e de ciência, senão a outra vida, e vida *sem fim*, porque di-lo CÍCERO (*Tratado: De Finibus*) «se essa existência bem-aventurada tem de acabar, já não é dita perfeita, verdadeira. Impossível.» Logo, é intolerável à razão dizer que o Criador pôs em nós êste desejo da imortalidade só para ilaquear nossa boa fé, ludibriar-nos, burlar-nos.

c) *Argumento moral* — A imortalidade da alma *condiciona a moral*. Porque a *justiça* de Deus exige, por definição, que seja sancionado o procedimento de cada indivíduo: premiado o bem, punido o mal. Ora, isto não sucede na terra. Absolutamente. Logo, é preciso que haja outra vida, onde Deus estabelecerá a ordem definitiva. «Ainda quando eu tivesse, como única prova, escreve João Jacques ROUSSEAU, para a imortalidade da alma, os triunfos dos maus neste mundo, e os sofrimentos dos justos, chegaria isto para me afugentar todas as dúvidas.»

3.º *CONSENSO UNIVERSAL*. — Não era crença privativa dos Judeus, depositários das luzes da Revelação, a imortalidade da alma. Também os outros povos todos a professam.

Haja vista às honras fúnebres tributadas aos despojos dos falecidos, as preces, as cerimônias rituais que se nos deparam em todos os cultos.

62. — IX. Unidade da espécie humana.

1.º **Erros.** — Negadores da *unidade da espécie humana* foram: — *a*) os *preadamitas* (DE LA PEYRÈRE) a pretender que não foi Adão o primeiro homem, sendo apenas, pai dos Judeus, não dos Gentios; — *b*) os *poligenistas*, partidários da existência de várias espécies humanas, diferindo completamente umas das outras e portanto de origem diversa.

2.º **Doutrina católica.** — Conforme o ensino da Igreja, o gênero humano todo é oriundo de um só homem, Adão, e de uma só mulher, Eva (1). A doutrina católica firma-se na *Sagrada Escritura* e nas *conclusões da Ciência.*

A. *SAGRADA ESCRITURA.* — Pode-se ler, nos primeiros capítulos do *Gênesis*, que Deus fez o homem, não vários homens: que criou um primeiro casal: Adão e Eva: que Adão pôs à mulher o nome de Eva, porque ela era mãe de *todos* os vivos. (*Gên.*, III, 20.) Logo, é inaceitável, a hipótese dos preadamitas, que se originava numa interpretação falsa dos Livros Sagrados.

B. *CONCLUSÕES DA CIÊNCIA.* — A unidade da espécie humana se estabelece com prova dupla: indireta e direta.

a) *Prova indireta.* Demonstram os monogenistas, contra os poligenistas, que as três raças, branca, amarela e negra, não apresentam *divergências* essenciais. Os traços que as caracterizam: côr da pele, natureza do cabelo, particularidades anatômicas, serão resultado de *causas normais*, influência do meio (clima, alimentação, civilização), ou de circunstâncias fortuitas.

---

(1) Não haverá necessidade de encarecer a importância desta tese da unidade da espécie humana. É uma verdade em conexão estreita com os dois dogmas do pecado original e da Redenção, a ensinarem que a primeira culpa foi transmitida por um homem *só* à humanidade toda, o que o Cristo pagou o resgate da mesma, morrendo na cruz.

b) Prova direta. A *comunidade de origem* ressalta das semelhanças físicas e morais encontradas nas diversas raças. Parece que o engano manifesto dos poligenistas, no único ponto de vista científico, é ainda a confusão de raças com espécies.

Temos visto, em resumo, que a Ciência está longe de aluir o ensino da Igreja que afirma a unidade da espécie. Reforça-o, pelo contrário, com os documentos mais fortes.

63. — X. Antiguidade do homem.

A fé nos diz, e a ciência não contradiz, que a humanidade inteira descende de um casal único. A êste tópico, prende-se outro: *A que época* remonta a criação do primeiro homem?

Época da criação do primeiro homem. — Pode-se encarar esta questão sob dois pontos de vista: no ponto de vista da *Fé*, e no ponto de vista da *Ciência*. Poucas palavras sôbre o assunto hão de patentear a concordância que existe, entre o ensino da Igreja e as informações da Ciência.

A. *SEGUNDO A FÉ.* — A Igreja nada definiu quanto à *antiguidade do homem*. Para determinar a idade do gênero humano, nada possui, além do que se lê na Bíblia, narrando a criação do primeiro homem. Ora, consoante o parecer geral dos exegetas, a Bíblia não fixa data nenhuma para a aparição do primeiro homem (1). « A cronologia bíblica, diz LE HIR, fica indecisa; será papel das ciências humanas averiguarem a data da criação da nossa espécie. »

B. *SEGUNDO A CIÊNCIA.* — E a Ciência, que lição nos dá, respeito à antiguidade do homem? Pouca ou nenhuma. Até hoje, os paleontólogos descobriram vestígios certos do homem (fósseis) ùnicamente nos terrenos da época quaternária. Logo, enquanto não surgirem melhores documentos, aí é, nessa época que se deve iniciar a cronologia. Mas, quem nos dirá a ancianeidade da tal época quaternária? Alguns deram duzentos mil anos; outros, dez mil. Basta ver a distância enorme entre estas duas asserções, para se entender que a ciência pouco adiantou até agora a solução do problema.

---

(1) Fim único da Bíblia, é, com efeito, narrar a origem do primeiro casal humano. O Gênesis não pretende dar-nos uma cronologia. Diz apenas que Adão saiu das mãos de Deus, que foi feito segundo a imagem do seu criador, estabelecido na inocência e felicidade, sujeito à prova de um mandamento, e prevaricador. (V. Lição IX).

CONCLUSÃO. — É a seguinte: — *a)* a Fé não poderá nunca entrar em conflito com a ciência sôbre êste ponto, mesmo porque a Fé não aponta nenhum algarismo para origem do primeiro homem; — *b)* a Ciência ainda não tem, — e é provável que não terá tão cedo, — dados suficientes para atinar com a resposta do problema que lhe pertence (1).

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Agradecermos a Deus por nos ter presenteado uma alma que nos eleva acima de todas as criaturas terrestres. 2.º Respondermos, com o nosso amor, aos benefícios de Deus. 3.º Manifestarmos êste amor a Deus, pelo cumprimento zeloso de tudo o que ordena e pelo afastamento do que êle proíbe. 4.º « Para vós me fizestes, Senhor, e sòmente em vós, acha descanso o meu coração inquieto e atribulado. » (Santo AGOSTINHO.)

LEITURAS. — 1.º Os primeiros capítulos do Gênesis. Criação do mundo, de Adão e Eva. O Paraíso terrestre. 2.º XIª *Elevação* de BOSSUET que trata da criação do homem.

QUESTIONÁRIO. — I. Quais são as questões que ocorrem, a respeito da origem do mundo ?

II. 1.º Qual é o duplo sentido da expressão « origem do mundo »? 2.º Como narrou Moisés a criação ? 3.º Quais são os dois elementos da narração mosaica ? 4.º Em que consiste o elemento teológico ? 5.º O elemento científico ? 6.º Se a cosmogonia mosaica não for confirmada pela ciência moderna, quererá isto dizer que errou o escritor sacro ? 7.º Que princípio de exegese tem aplicação aqui ? 8.º Como se deve considerar a narração mosaica ? 9.º Que ensinos tirou da narração mosaica a Igreja ?

III. 1.º Que diz a Ciência concernente à origem da matéria ? 2.º Qual é a hipótese de Laplace para a formação do mundo ? 3.º Qual é, segundo a Ciência, a origem dos seres vivos ? 4.º Que vem a ser criacionismo ? 5.º Que é transformismo absoluto ? 6.º Que é transformismo moderado ?

(1) Para explanações mais pormenorizadas sôbre os tópicos dos números 57-63, pode-se consultar o *Manual de Apologética* do mesmo autor.

IV. 1.º Haverá conflito entre o ensino da Fé e o ensino da Ciência ? **2.º** Estará a Fé de acôrdo com a Ciência quanto à origem da matéria ? **3.º** E quanto à origem dos seres vivos ? **4.º** Que relação com a Fé terá a hipótese de Laplace, para a formação do mundo ? **5.º** Que se deve pensar do transformismo absoluto ? **6.º** Será admissível, o transformismo moderado ?

V. 1.º Quais são as hipóteses da Ciência, quanto à origem do homem ? **2.º** Que nos ensina a doutrina católica ? **3.º** Com que fundamentos ?

VI. 1.º Qual é a natureza do homem ? **2.º** Quem é que nega a existência da alma ? **3.º** Quais são as provas da existência da alma ? **4.º** Que objetam os materialistas ? **5.º** Porque não se veja a alma, será lícito concluir que não existe ? **6.º** É o cérebro causa ou condição do pensamento ?

VII. 1.º Que se entende por substância espiritual ? **2.º** Quais são as provas da espiritualidade da alma ? **3.º** Quais são as faculdades da alma ? **4.º** Que sabeis da razão e da vontade ? **5.º** Quem nega a liberdade ? **6.º** Como se prova que existe ?

VIII. Como se demonstra o dogma da imortalidade da alma ?

IX. 1.º Quem negou a unidade da espécie humana ? **2.º** Qual é o ensino da Igreja a êste respeito ? **3.º** Em que se baseia a doutrina católica ?

X. 1.º Qual é segundo a Fé a época da criação do homem ? **2.º** E segundo a Ciência ? **3.º** Haverá conflito entre os dois ensinos ?

EXERCÍCIOS ESCRITOS. — **1.º** De que maneira pode o homem vir a ser imagem de Deus, quer no corpo, quer na alma ? **2.º** Desenvolvei as provas da existência da liberdade humana. **3.º** Provas da imortalidade da alma.

9.ª LIÇÃO

O Homem (Continuação).

Estado original do primeiro homem. A Prova. A Queda ou o Pecado original.

64. — Vocábulos.

Dom natural, preternatural, sobrenatural. — *Dom* é o que se recebe *gratuitamente*, sem ter a isso nenhum direito. Tudo quanto nos vem de Deus é um dom, até a própria vida, porque não temos, perante Deus, direito algum. Mas, o dom pode ser natural, ou preternatural, ou sobrenatural.

1. É *natural* tudo quanto faz parte da essência de um ser, tudo quanto pertence a sua *natureza*, suas propriedades, seu fim, e os meios para alcançar êste fim. Ex.: o homem, por natureza, é animal razoável. Por isso serão chamados, em relação ao homem, *dons naturais*, a razão e a liberdade.

2. Diz-se *preternatural* tudo quanto excede as exigências de um ser, mas não excede as exigências dos seres de ordem

superior. Ex.: a imortalidade é atributo natural do anjo, porque é puro espírito, e a natureza do espírito é ser imortal. O homem, pelo contrário, por seu corpo é mortal. Logo a imortalidade do corpo constitui, em relação ao homem, um *dom preternatural*, ou *sobrenatural relativo*.

3. É *sobrenatural*, o que ultrapassa as exigências de *qualquer natureza*, criada ou possível. Ex.: a graça santificante e a visão beatífica — a felicidade de contemplar Deus face a face — vêm a ser, para o homem como para o anjo, *dons sobrenaturais absolutos*.

NOTA. — É de grande importância, não esquecer a significação exata dêstes três vocábulos. As noções anteriores, são indispensáveis para se entenderem as lições a seguir. Assim será fácil compreender o estado original do primeiro homem (N.º 65), a natureza do pecado original (N.º 69), a necessidade de um Redentor que devolvesse ao homem os bens sobrenaturais (N.º 100), e os efeitos da Redenção (N.º 102).

Paraíso terrestre. — Jardim delicioso, no qual Deus pôs Adão e Eva. Não há nada que indique em que lugar estava situado.

Pecado original. — Dois sentidos: 1.º *Pecado* cometido por Adão e Eva desobedecendo a Deus. Chama-se *original*, porque remonta à origem da humanidade, e é o primeiro pecado que o homem fez. 2.º *Estado de pecado* em que nascem todos os descendentes de Adão, isto é, todos os homens: pecado que nos avassala, por conseguinte, desde a nossa origem. O pecado original não é pecado pessoal, não é voluntário N.º 69), e por isso, não acarreta os castigos do Inferno. Vão ao Limbo, não ao Inferno, as crianças que morrem sem o batismo, isto é, com a nódoa do pecado original (N.º 318).

Concupiscência (lat. *concupiscere*, cobiçar). — Inclinação que leva o homem ao mal, aos prazeres proibidos.

Conceição. — Momento em que a alma se une ao corpo. Conceição de um homem é o primeiro instante da existência.

Imaculada. — Sem mancha, isenta da culpa original.

DESENVOLVIMENTO

65. — I. Estado original do primeiro homem. Sua promoção à ordem sobrenatural.

Estado original do primeiro homem. — *Adão e Eva foram estabelecidos no estado de justiça e de santidade. Artigo de fé* definido pelo concílio tridentino, *Sess.* v, *cân.* 1. Deus outorgou, ao primeiro homem, dons de três qualidades:

naturais, sobrenaturais e preternaturais: — *a*) *dons naturais,* quer dizer, todas as propriedades do corpo e da alma, exigidas por sua natureza de homem, por outra, todos os meios que necessitava, para alcançar o seu fim natural; — *b*) *dons sobrenaturais.* Deus podia ter limitado à primeira categoria os seus favores. Sabemos, pela Revelação, que ajuntou dons sobrenaturais. São: a *graça santificante,* e a *predestinação à visa beatífica,* ou ventura do céu, sendo, aquele dom o *meio,* neste mundo, para conseguir êste no outro mundo. Com êstes dons, ficavam nossos primeiros pais, *promovidos à ordem sobrenatural:* uma vida especial, a vida sobrenatural, ultrapassando as exigências de qualquer natureza criada, se sobrepunha à sua vida natural. Êsse estado de justiça e santidade, fruto da graça, os fazia verdadeiros filhos adotivos de Deus. Além disso, era transmissível. Passaria a sua posteridade; — *c*) Finalmente, Deus concedera, ao primeiro homem, em consequência sem dúvida do dom sobrenatural da graça, *dons preternaturais:* — 1. a *imunidade,* ou isenção *do sofrimento* (proposição *certa*). Colocados, por Deus, num jardim de delícias, Adão e Eva tinham de trabalhar, mas faziam isso sem esfôrço, nem pena; — 2. a *imunidade da morte* (verdade *de fé,* definida pelo concílio tridentino, *Sess.* V, *cân.* 1.) É da natureza do corpo do homem, dissociar-se e morrer. Ora, Deus haveria de introduzir na bem-aventurança celestial os nossos primeiros pais e descendência dêles, sem os obrigar a sofrer as angústias da morte; — 3. a *imunidade da concupiscência.* Certo é que o primeiro homem tinha inclinações más, ou cobiça dos sentidos, mas estavam submissas ao império da razão, não desregradas: o corpo obedecia à alma, a vontade à razão; a *concupiscência,* que é a rebelião da carne contra o espírito, não existia, no estado de inocência; — 4. a *imunidade da ignorância,* ou *dom de ciência.* Não só receberam nossos primeiros pais como dote uma inteligência superior; tiveram a *ciência infusa* das cousas humanas, mormente as de *ordem*

religiosa e moral: ciência de que precisavam, na sua tarefa de educadores da humanidade. Destas quatro prerrogativas, as duas primeiras diziam respeito ao corpo; as outras duas, à alma.

Êsse estado, em que Deus criou o primeiro homem, é chamado, ora *estado de inocência,* porque não era compatível com o pecado, ora *estado de justiça original,* porque tornava justos, diante de Deus, Adão e Eva. No caso *hipotético* de haver Deus dado ao homem, tão sòmente os dons naturais, e nenhum dom sobrenatural, nem preternatural, teria sido um estado de *pura natureza.*

6. — II. A Prova. O Pecado original.

1.º **A Prova.** — Acabamos de vê-lo, Adão e Eva tinham sido cumulados, por Deus, de toda a sorte de benefícios, sem possuirem a tais bens, direito algum. Todavia, cumpre não esqueçamos que era hipótese sempre possível, o abuso de tantas graças, por causa da liberdade, uma das faculdades soberanas da sua natureza. Por outra parte, entrava nos desígnios de Deus, que não permanecesse inteiramente simples dom gratuito, esta felicidade de que nossos primeiros pais já gozavam no Paraíso terrestre, e não era, aliás, senão o prelúdio de uma felicidade maior a êles reservada no Céu. Que não fôsse um dom gratuito de todo, e sim, o galardão merecido pela fidelidade. Porquanto, Adão e Eva, como outrora os Anjos, foram sujeitos a uma prova. Deus proibiu que «comessem da fruta da árvore do bem e do mal» (*Gên.*, II, 17.) Com esta ordem, lembrava o Criador à criatura a sua dependência: «Deu ao homem um preceito, diz BOSSUET, para que se recordasse que tinha um mestre; preceito ligado a cousa sensível, porque o homem é ente de sentidos; preceito leve, para que lhe corresse folgada a existência, enquanto se conservasse inocente.»

2.º **O pecado original.** — A. *EXISTÊNCIA.* — O fato da queda dos nossos primeiros pais e, portanto, a existência

do pecado original, é artigo *de fé*, definido pelo concílio tridentino, *sess.*, v, *cân.* v. O dogma vem fundado — *a*) na *relação do Gênesis* (III, 6). Nossos primeiros pais, atentando na voz do demônio que se apresentou sob a forma de serpente (1) a Eva, transgrediram a ordem de Deus; — *b*) no *testemunho de são Paulo*, afirmando que, «por um homem só, entrou no mundo o pecado.» (*Rom.*, v, 12.)

B. *GRAVIDADE.* — Tanto mais culpado foi, o comportamento de Adão e Eva, quanto mais fácil lhes fôra a obediência e submissão ao preceito divino, por causa das numerosíssimas graças que tinham recebido. Além do desrespeito formal, encerra êste pecado toda a malícia: — 1. do *orgulho:* «Sereis como deuses» dissera o tentador (*Gên.*, III, 5); — 2. da *curiosidade.* Cuidavam que haviam de saber tudo: «conhecer o bem e o mal.» — 3. Mais, por parte de Adão, uma descomedida benevolência para com Eva a cujas sugestões perversas prestara demasiada atenção, e por parte de Eva, pecado de *sensualidade* e *escândalo.*

67. — III. Transmissão do pecado original aos descendentes de Adão e Eva. As duas exceções.

1.º **Transmissão do pecado original.** — *Passou* o *pecado original à posteridade toda de Adão e Eva* (2). Esta verdade *de fé*, definida pelo Concílio de Trento, *Sess.*, v,

---

(1) **Relação do Gênesis.** — Não é permitido contestar o *caráter histórico* da narração relatando a tentação e a queda, quanto à *substância* e ao elemento essencial, pelo menos. Mas, firmado êste ponto, nada obsta a que se interpretem certas minúcias no sentido simbólico. Tal proceder não destoa, por certo, das normas da Comissão bíblica de 30 de junho de 1909, a qual, tendo promulgado a *historicidade substancial* do texto, aceitou variantes na interpretação dos pormenores. Pode-se crer, por exemplo que nem a serpente tentadora, nem mesmo o demônio oculto na forma da serpente, falaram realmente. As palavras que Eva percebeu teriam sido um como eco da sugestão pérfida do demônio, ressoando ùnicamente na alma da mulher.

(2) Caso houvera Adão permanecido fiel, teriam podido pecar os seus descendentes? Na afirmativa, teriam podido recuperar a graça? Mediante que? Teria aparecido para êles um Redentor etc., etc. São questões supérfluas, de mera especulação e nenhuma vantagem prática, que os teólogos não solucionaram.

cân. 2, fundamenta-se na Escritura, na Tradição, e de algum modo na razão.

A. *SAGRADA ESCRITURA.* — *a*) *Antigo Testamento.* — Jó assevera: « Ninguém é *limpo* de toda a mancha, nem a própria criancinha, cuja vida, na terra, fôra um dia só.» (*Jó*, XIV, 4, versão dos Setenta.) — 2. O santo rei Davi, por sua vez, fala: « Fui gerado na iniquidade, e minha mãe concebeu-me no *pecado.*» (*Ps.*, L, 7.)

b) *Novo Testamento.* — Aqui, possuimos o testemunho muito explícito de são Paulo: « Assim como, diz o Apóstolo, entrou no mundo o pecado por um homem *só*, e pelo pecado entrou a morte; assim também, passou a morte a todos os homens, porque *todos* pecaram *num só.*» (*Rom.*, V, 12.) Segundo são Paulo, houve, pois, pecado num homem só, e êste pecado, com as consequências, tornou-se universal, transmitido a todas as gerações humanas. A crença da Igreja na transmissão do pecado original pertence à revelação evangélica, à revelação mosaica e à revelação primitiva. Remonta, numa palavra, à queda de Adão.

B. *TRADIÇÃO.* — *a*) *Testemunho dos Padres da Igreja.* — Não é santo Agostinho o inventor do dogma, como disseram os pelagianos e os adversários da doutrina católica. Não. Os Padres da Igreja, antecessores do bispo de Hipona, santo Irineu, são Cipriano, são Justino, Tertuliano, Orígenes, etc., ensinavam antes dêle o dogma do pecado original.

b) *Testemunho das religiões pagãs.* — Encontra-se esta crença no pecado original, até no amálgama de superstições das religiões pagãs. Magnificaram os poetas gregos e latinos *uma idade áurea*, de duração muito efêmera. Pintaram-na com as cores mais sedutoras. Amiudo deparamos entre êles descrições destas: cearas que medravam viçosas, nada custando as sementeiras, nem as colheitas; rios de leite a deslisar por toda a parte, encostas pejadas de frutas; a natureza inteira desmanchando-se em agrados, presenteando o homem com riquezas inesgotáveis. Como se explicariam

manifestações tão universais se não fôra a revelação primitiva?

C. *RAZÃO.* — Não traz, é certo, a razão prova alguma da existência da transmissão do pecado original. Contudo, avista, quando menos, a possibilidade dêste fato nas misérias sem conta que amesquinham, por igual, a alma e o corpo do homem.

2.º **As exceções.** — Sofreu a lei comum da decadência original duas exceções: uma por direito; outra, por privilégio. — *Uma por direito.* É Nosso Senhor Jesus Cristo, cuja conceição virginal pairava acima da lei comum. — *Outra por privilégio.* Era da máxima conveniência, para honra do filho, que a mãe fôsse ilibada, isenta da menor nódoa. Por favor especialíssimo de Deus e aplicação antecipada dos merecimentos de Nosso Senhor, a Santíssima Virgem foi, para isso, preservada do pecado original e «cheia de graça.» A Igreja denomina êste privilégio ***privilégio da Imaculada Conceição*** (1). (N.os 64 e 87.)

68. — **IV. Consequências do pecado original.**

O Concílio de Trento, *Sess.*, v, *cân.* 1 e 2, nos dirá quais foram as consequências do pecado original, 1.º para *Adão e Eva*, 2.º para *seus descendentes.*

1.º **Consequências para Adão e Eva.** — Nossos primeiros pais tinham recebido de Deus dons de três qualidades (N.º 65). Não admira que a consequência imediata e lógica da culpa original fôsse a supressão de tudo quanto excedia as exigências da natureza humana. Houvera acaso de continuar Deus a sua criatura, favores insignes, que esta não quisera reconhecer com sacrifícios tão leves?

Logo, Adão e Eva perderam: — *a) os dons sobrenaturais:* graça santificante e predestinação à glória. Nossos primeiros pais, esbulhados da graça, deixavam de ser amigos

(1) O Precursor, são João Batista, não foi isento do pecado original no primeiro instante da vida. Foi purificado, no dia em que sua mãe, santa Isabel, recebeu a visita da Santíssima Virgem.

e filhos adotivos de Deus, ficando sem direito à herança celestial; — *b*) os *dons preternaturais*, isto é: — 1. a *imunidade do sofrimento*. Expulsos do Paraíso terrestre, teriam, dora em diante, de pagar tributo à dor e à enfermidade. Deus disse à mulher: «Multiplicarei tuas penas; hás de gerar filhos em meio dos padecimentos.» Depois, com Adão: «Maldita é a terra por tua causa .. Com o suor do rosto comerás teu pão.» (*Gên.*, III, 16, 17, 19.) Assim, o trabalho, que fôra até aí um deleite, veio a ser aflição, canseira. — 2. a *imunidade da morte*. «Tu és pó, e a pó hás de volver», disse o Senhor a Adão (*Gên.*, III, 19); — 3. a *imunidade da concupiscência*. Os sentidos se tornariam impertinentes, molestando a vontade: daí, dificuldade acrescida para discriminar o bem e o mal; — 4. a *imunidade da ignorância*. Ainda que não fôsse suprimido totalmente, o precioso privilégio do dom de ciência esbarraria agora em tremendos óbices pela tirania dos sentidos, e pelos desejos violentos e desenfreados. — Aqui estão, Adão e Eva, despojados de tudo, menos dos *dons naturais* próprios de sua condição de criaturas razoáveis. Até êstes, é preciso dizer, até suas faculdades naturais, desamparadas com a perda dos dons sobrenaturais, se achavam em lastimável *estado de decadência*. «Privado dos dons gratuitos, diz Beda o Venerável, Adão pecador foi vulnerado na sua própria natureza, *gratuitis spoliatus, vulneratus in naturalibus*.»

2.º **Consequências para seus descendentes.** — Se bem que fôsse pecado *individual*, a culpa de Adão e Eva foi igualmente *pecado de natureza*, ou, querendo, pecado *da raça*; por outros têrmos, estenderam-se as consequências dêle a todos os que compartilhavam a mesma natureza, que se filiavam à raça, isto é, à humanidade inteira. Porquanto, os resultados nefandos do pecado original foram, para os pósteros, como para Adão e Eva: — *a*) *a perda dos dons sobrenaturais*. Têm sido recuperados, na verdade. Para isso, quis encarnar-se a segunda Pessoa da Santíssima

Trindade (N.º 81). Quis expiar, nos tormentos da Cruz (N.ºs 101 e 102), todos os pecados da humanidade, ficando à criatura a única obrigação de cooperar na obra da própria Redenção; — *b) a perda dos dons preternaturais.* Se recobramos pela Redenção os meios de gozar de novo dons sobrenaturais, nenhuma reparação houve que nos restituisse os dons preternaturais; — *c) o enfraquecimento dos dons naturais,* não porém na sua constituição intrínseca, e sim no seu exercício, no seu uso, porque as paixões desnorteiam o juizo e entibiam a vontade.

69. — V. Natureza do pecado original.

OBSERVAÇÕES PRÉVIAS. — Para se entender bem a natureza do pecado original, importa salientar a distinção entre pecado *atual* e pecado *habitual.* — 1. O primeiro é o *ato* que transgride voluntàriamente a lei de Deus; o segundo exprime a situação em que nos encontramos, após o pecado. — 2. É intuitivo que o pecado original foi *atual* só para Adão e Eva. Para seus descendentes, é *pecado habitual, estado de pecado.* e nada mais. — 3. É *na qualidade de pecado habitual,* e considerada especialmente entre os descendentes de Adão e Eva, que se estuda aqui, a natureza do pecado original.

1.º ERROS. — *a)* LUTERO e CALVINO, firmados em textos de são Paulo e de santo Agostinho, pretenderam que o pecado original *consistia essencialmente na concupiscência,* ficando a natureza humana pervertida de tal sorte, que estava destruido o livre arbítrio. Na opinião dêles, subsiste a concupiscência e por conseguinte o pecado depois do batismo, não mais, porém, a responsabilidade dêste pecado. — *b)* Mais ou menos igual, é a doutrina de BAIO e JANSÊNIO. Pretendem ser tão fraca a vontade que, sem graça eficaz, será *necessàriamente* arrastada pela concupiscência e incapaz de qualquer bem.

2.º Doutrina católica. — O concilio tridentino condenou a tese dos protestantes, e afirmou, *Sess., cân.* 5: — 1. *que não se confunde com o pecado original, a concupiscência;* — 2. que *o batismo apaga o pecado original,* deixando a concupiscência subsistir; — 3. que a *concupiscência* é chamada *pecado,* por são Paulo, só porque *tem no pecado a sua fonte e a êle conduz.* Sempre foi êste o sentir da Igreja.

Limitou-se o concílio tridentino em reprovar o êrro protestante, e não definiu a doutrina católica acêrca da natureza do pecado original. Segundo a opinião mais geralmente aceita, *o pecado original consiste essencialmente na privação da graça santificante*, e, por consequência, na *perda da justiça original:* isto coloca Adão e os seus descendentes num estado de aversão, de afastamento de Deus. Mas, como se justificará decadência tamanha de filhos, inocentes do crime dos pais? Primeiro, porque a justiça original era um *dom de natureza*, quer dizer, um dom feito à raça dos homens na pessoa de Adão. Segundo, porque Adão, sendo pai e chefe da humanidade, podia legar a esta ùnicamente o que êle mesmo tinha; êsse *estado de privação e decadência*, em que se achava, depois da culpa de desobediência. Pecado *diretamente voluntário* e *pessoal* em Adão e Eva, *indiretamente voluntário nos seus descendentes*, e a êles *atribuido* pelos liames da natureza que os une, e os torna solidários uns dos outros.

70. — O pecado original perante a razão.

Objeção dos racionalistas contra a doutrina do pecado original. — Segundo os racionalistas, a razão não pode admitir que a falta de uma pessoa envolva a responsabilidade de toda sua descendência. — *a)* O dogma do pecado original aberra, dizem êles, dos *atributos de Deus*. Não seria *bom* nem *justo*, se ferisse os inocentes como os criminosos. — *b)* E que cousa exquisita, que se propague e se comunique, pela *geração dos corpos*, o pecado, que é pròpriamente nódoa da alma!

Resposta. — A. Não se magoem os racionalistas, que *não aberra em nada dos atributos de Deus*, a doutrina católica. — *a)* Não repugna à *justiça*. A justiça requer que se dê a cada um o que lhe fôr devido. Ora, os dons sobrenaturais e preternaturais tinham sido concedidos ao homem, fora das exigências da sua natureza. Eram privilégios absolutamente gratuitos, e, além disso, condicionais. O benfeitor que distribui favores, sem ser constrangido a isso, tem evidentemente o direito de estabelecer condições para o gôzo de suas liberalidades. E quem se lembrará de responsabilizá-lo, porque o beneficiado não quer cumprir as condições?

O que sucede no tocante ao pecado original, não é caso insulado, esporádico. O mesmo se dá alhures, na *ordem física* e na *ordem moral*. Assim é que passam aos filhos os defeitos ou as boas qualidades dos pais: saúde ou doenças, fortuna ou nobreza: é a lei da *hereditariedade*. A glória ou a deshonra de um cidadão enobrece ou avilta a todos os seus patrícios; a fama ou a vergonha de um pai, dignifica ou rebaixa todos os membros da mesma família: é a lei da *solidariedade*. E porque não se rebelando a razão contra êstes dois grandes princípios, porque os recusaria ela só quando se trata da perda da graça? — *b)* Não repugna à *bondade* de Deus. Repugnaria, se os descendentes de Adão sofressem castigo por culpa que não tivessem cometido. Mas, não é assim, não. Ainda depois do pecado original, o homem conserva todos os bens devidos à sua natureza de homem, e fica livre de escolher entre o bem e o mal (1). Nem parou nisto a bondade divina. Pelos merecimentos do sublime Redentor que nos foi enviado, podemos readquirir os *bens sobrenaturais*. Consideremos também agora, por outro lado, que a própria perda dos dons preternaturais, definitiva nesta vida, habilita-nos a uma perfeição moral mais alta, pela aceitação generosa dos sofrimentos e da morte. E rediremos então com a Igreja no *Exultet* do sábado da Semana Santa: «Feliz culpa que nos trouxe tal Redentor!»

B. *Nem tão pouco repugna* à razão, o pecado original, pelo que respeita ao *modo de transmissão*. Pode-se afirmar, é verdade, de certo modo, que o pecado se propaga pela geração. Entretanto, não é pròpriamente a *geração* que se incrimina, mas a *falta de Adão*, só e só. Se Deus já não concede à alma que êle cria, a vida sobrenatural, é porque Adão postergou a lei que Deus impusera, condicionando a conservação e transmissão da graça. É, pois, com ruins motivos que os racionalistas se melindram a propósito do dogma do pecado original.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Mais horror e maior repugnância do que pelo pecado original, devemos nós experimentar por nossas

(1) O parecer da mor parte dos teólogos modernos — **Palmieri**, **Hurter**, o padre **de Broglie**, **Tanquerey**... — é que o homem, no estado de *natureza decaída*, guarda todos *os dons naturais* que teria recebido, se fôra criado num estado de *pura natureza*. Única diferença, entre o estado de pura natureza e o estado de natureza decaída, é haver, naquele, simples *ausência* dos dons sobrenaturais e preternaturais, e haver, neste, *privação* e *sujeição ao demônio*. — É o parecer adoptado neste compêndio. Há outro, julgando que foi ofendida a natureza, também nos seus *dotes naturais*. O homem seria, hoje, visceralmente mau, completamente viciado, com a vontade vergada ao jugo da concupiscência. Levando-se ao extremo, esta teoria, pode-se cair no *jansenismo*, o qual pretende, erròneamente, que a vontade, entregue às próprias fôrças, e não amparada pela graça, só faz pecados.

faltas atuais. Pouca certeza temos de que houvéramos melhor resistido, estando nós no lugar dos nossos primeiros pais.

2.º O pecado original foi amplamente resgatado pela Redenção. Agradeçamos a Deus por ter permitido que fôsse delida pelo Batismo essa nódoa.

3.º Receemos o orgulho, que tão fàcilmente nos arrasta e nos entrega ao demônio de pés e mãos amarrados.

4.º Invoquemos a Maria, que acuda pressurosa em nosso auxílio : « O' Maria, concebida sem pecado, rogai por nós que a vós recorremos. »

LEITURAS. — Ler a queda de Adão e Eva. (Cap. III do *Gênesis*).

QUESTIONÁRIO. — **I. 1.º** Em que estado foi criado Adão ? **2.º** Que dotes recebeu de Deus ?

II. 1.º Porque quis Deus submeter a uma prova Adão e Eva ? **2.º** Que prova foi ? **3.º** Por quem vem abonada a existência do pecado original ? **4.º** Qual foi a gravidade do pecado original ?

III. 1.º Qual é o fundamento do dogma do pecado original ? **2.º** Quais foram as duas exceções ?

IV. 1.º Que consequências teve o pecado original para Adão e Eva ? **2.º** E para os descendentes dêles ?

V. 1.º Que diferença vai entre pecado habitual e pecado atual ? **2.º** É pecado habitual ou atual o pecado original ? **3.º** Que natureza tem ?

VI. 1.º Que objeções fazem os racionalistas contra o dogma do pecado original ? **2.º** Repugna êste dogma aos atributos de Deus ? **3.º** Repugna êle à razão quanto à transmissão dêsse pecado ?

EXERCÍCIOS ESCRITOS. — **1.º** Como é que o pecado original nos perdeu, se nem foi cometido por nós ? **2.º** Será uma injustiça o pecado original ? **3.º** A ciência averiguou que eram selvagens as raças primitivas. Não está isso contrário à história sagrada ? Não aprendemos nesta que tão perversos se tornaram os homens, até Deus resolver o extermínio geral por meio do dilúvio ? Mais tarde, não escolheu Deus um povo, que conservasse a Religião verdadeira ? Mostrai que se há concordância quanto aos fatos entre a história religiosa e a ciência, elas divergem quanto à explicação dos mesmos.

10.ª LIÇÃO

Promessa de um Salvador.

UM REDENTOR

- 1.° **É prometido.**
  - a) **a Adão e Eva.**
  - **aos patriarcas** Abraão, Issac, Jacó.
  - c) **ao povo judaico.**
- 2.° **Motivos da demora.**
  - a) Mostrar ao homem a extensão da sua miséria.
  - b) Levá-lo a melhor apreciar o benefício.
  - c) Preparar a vinda do Redentor.
- 3.° **Consequências da demora.**
  - a) **É possível** a salvação antes da vinda do Messias.
  - b) Realiza-se pela **aplicação** antecipada dos méritos da Redenção.
- 4.° **Expetativa universal.**
- 5.° **Sua vinda** na época indicada pelos Profetas.
- 6.° **As figuras** do Messias.

71. — Vocábulos.

Messias. — Esta palavra vem do hebraico «*masiah*»: ungir.

Cristo. — Palavra oriunda do grego «*Christos*»: ungido.

Êstes dois vocábulos têm, pois, mesma significação.

Jesus, do hebraico «*Jeschuang*»: Salvador.

Os três nomes: Messias, Cristo e Jesus, designam o Enviado de Deus por excelência, o Salvador e Libertador do gênero humano.

Patriarca (de «*pátria*» família, raça, tribu, e «*archein*» mandar). — Nome posto aos primeiros chefes de família, no Antigo Testamento.

Segundo o Gênesis, houve, entre a Criação e o Dilúvio, dez patriarcas. Os principais são Adão, Set, Enos, Matusalém e Noé. Todos êles viveram no mínimo 900 anos. Matusalém, 989. Teriam êsses anos a mesma duração que os nossos? Nada disse a Igreja a êste respeito.

Profecia. — Predição do porvir.

Profeta. — O que, por inspiração divina, anuncía o futuro.

O Profeta-Rei: — o santo rei Davi.

A Lei e os Profetas. — Livros que encerram as leis de Moisés e os escritos dos profetas.

Usa-se esta expressão, em linguagem vulgar, para mencionar pessoas e cousas que têm autoridade nas questões de que se trata.

«Ninguém é profeta na sua pátria». — Provérbio tirado do evangelho de *S. Lucas* (IV, 24). Significa que, geralmente, não é muito acreditada a fama de uma pessoa na própria terra do seu nascimento.

O *Profeta*, nome posto a Maomé pelos Muçulmanos.

DESENVOLVIMENTO

72. — I. Promessa de um Redentor.

Deus podia abandonar a humanidade decaída no misérrimo estado em que a pusera o pecado do nosso primeiro pai. Mas, a *bondade* ganhou da *justiça*, ou melhor, a sua *sabedoria* descobriu o meio de harmonizar a bondade e a justiça (V. N.º 100). Um *medianeiro*, a um tempo homem e Deus, havia de aproximar, um dia, o Criador e a criatura, e devolver, a esta, vida sobrenatural. Deus mostrou-se, pois, menos severo para o homem do que para o Anjo culpado (1). Com muita antecedência, deixou entrever um *Redentor*. — *a*) Prometeu-o, em primeiro lugar, a *Adão* e *Eva* depois da queda. Falou, com efeito, à serpente, isto é, ao demônio, figurado por êsse réptil: « Hei de pôr inimizade entre ti e a mulher, entre sua raça e a tua. Esmagar-te-á a cabeça.» (*Gên.*, III, 15.) Os teólogos viram, nestas palavras, a promessa de um Redentor. — *b*) Deus renovou a promessa ao *patriarca Abraão:* « Hei de multiplicar tua raça, disse-lhe, como as estrêlas do firmamento, e todas as nações da terra serão abençoadas naquele que de ti há de nascer.» (*Gên.*, XXII; 17, 18.) Aquele que nascer da raça de Abraão, e por quem serão abençoadas todas as nações da terra, não pode ser

---

(1) Porque usou Deus mais brandura com o homem do que com o anjo culpado A esta pergunta, que ocorria naturalmente, responderam os Padres e os teólogos: *a*) que o homem, sendo menos perfeito, por ter a alma ligada a um corpo, merecia mais compaixão; *b*) que Adão, na queda, fôra vítima da fôrça do anjo mau; *c*) que trazia, no seio, uma posteridade solidária na desventura, sem ter, na culpa, nenhuma participação.

outro, senão Nosso Senhor Jesus Cristo. Iguais promessas foram feitas a *Isaac* e a *Jacó*, e finalmente, — *c*) a todo o *povo judaico*, pela voz dos *profetas*.

73. — II. A demora da Redenção. Motivos desta demora.

1.º **A demora.** — Esta promessa de um Redentor, feita por Deus, logo após a queda dos nossos primeiros pais e renovada numerosas vêzes, sòmente teve realização muito mais tarde. *Para que esta demora?* Algum proveito auferimos ao indagar quais podem ter sido os motivos.

2.º **Motivos da demora.** — *A.* A *demora* da Redenção havia de mostrar, ao homem, a *extensão da sua miséria.* É por soberba que o homem tinha pecado. Logo, era justo que tragasse, até às fezes, o cálice de vergonha e humilhação que lhe apresentava a sua infeliz condição de pecador.

B. A *demora* levaria o homem a melhor apreciar a *grandeza do benefício* da Redenção. Com efeito, a estima que se tem a um favor, a um bem, a um serviço, está exatamente na proporção em que urge a *precisão* dêle. Quem levou um tombo e jaz prostrado, tanto mais grato fica para com o benfeitor que o ergue, quanto mais tempo permaneceu no chão, e melhor pôde aquilatar o seu desamparo. — Mas teriam mesmo os homens experimentado êste desamparo e precisão de um Salvador? É certo. Quem duvidar, que leia a história antiga toda. Os povos da antiguidade, sem exceção: Egípcios, Caldeus, Árabes, Sírios, Fenícios, etc., são politeístas e sacrificam aos ídolos. São Paulo rememora, na *Epístola aos Romanos* (I, 23), que «os pagãos trocaram a majestade do Deus incorruptível, por figuras representando o homem corruptível, pássaros, quadrúpedes ou répteis.» Único, o povo hebraico adora o verdadeiro Deus, e mesmo assim, é de mister faça o Senhor amiudadas vêzes numerosos milagres a favor dêle, e não raro o castigue por suas infidelidades, afim de que não perca a sua fé, e jugule os ímpetos da natureza

que o levam, também êle, à idolatria. A demora da Redenção predisporia, pois, o homem a melhor acolher as bênçãos que desta resultariam.

C. Convinha, em terceiro lugar, que o gênero humano *fôsse aparelhado para a vinda do Redentor,* e que Deus proporcionasse marcas e sinais, que o dessem a conhecer indubitàvelmente. Tanto mais imperiosa se impunha esta necessidade, quanto mais humilde a condição da natureza humana que o Filho de Deus devia revestir, para nos libertar do pecado, e quanto mais indignamente tratado haveria de ser, por êsses mesmos que vinha salvar. Para facilitar aos homens o reconhecimento do Salvador, dentre todos, malgrado as humilhações voluntárias e o rebaixamento, Deus incumbiu os *profetas* de salientarem, de antemão, os principais traços característicos desta augusta pessoa. Por exemplo, vemos que o profeta Isaías o chama de « Conselheiro admirável, Deus forte, Príncipe da paz.» (*Isaías,* IX, 5), e diz algures « que será desprezado e abandonado pelos homens, homem de dor conhecendo o sofrimento, traspassado por causa dos nossos pecados, quebrantado por causa das nossas iniquidades.» (*Isaías,* LIII, 3, 5.)

74. — III. Consequências da demora da Redenção para Adão e seus primeiros descendentes.

A *Redenção* é obra *universal* que se realizou em determinado *momento* e *lugar,* mas, cujas influências abrangem todos os momentos, todos os lugares do tempo e do espaço. Antes da vinda do Messias, puderam, pois, Adão e seus descendentes salvar-se, porque Deus distribuía a êles, antecipadamente, os *méritos* da *Redenção,* e lhes dava a graça atual e a graça santificante. Quantas vêzes não fala a Sagrada Escritura dos justos que viviam na Lei antiga! Ora, já que não pode haver justos sem a graça, entende-se que os homens podiam, desde então, merecer o céu, se bem que nele não ingressassem antes de Nosso Senhor Jesus Cristo.

75. — IV. Expectativa universal de um Redentor.

Não é de estranhar que fôsse *universal, entre os Judeus*, a expectativa de um Salvador, quando se consideram as profecias numerosas e variadas, que Deus lhes fizera. Aí vão alguns fatos provando esta crença.

Ao indagar Herodes dos doutores onde é que deve nascer, êste logo respondem sem titubear: em Belém, na Judéia. (*Mat.*, II, 5 e 6.) Simeão agradece a Deus por ter visto o Salvador do mundo, a glória de Israel (*Lucas*, II, 29, 32.) Mandam perguntar os Judeus a João Batista, se não é êle o Cristo (*João*, I, 19), e João Batista, por sua vez, envia a Nosso Senhor dois discípulos, que lhe dirijam a mesma pergunta: «Sois vós o que há de vir, ou temos que esperar outro?» Ao presenciar os milagres de Nosso Senhor, a multidão exclama: « Quando vier o Cristo, fará êle mais milagres do que êste homem está fazendo? » Também os Samaritanos esperavam o Messias. (*João*, IV, 25.)

Os *Judeus* aguardavam um Redentor, é fato. Não só. O próprio *mundo pagão* não quedava indiferente a esta preocupação. Por toda a parte, encontramos o eco das mesmas crenças: no *Oriente*: entre os *Gregos*, com PLATÃO, que nos fala (*Alcib.*, II, n. 13, 14) de um emissário do céu, cuja missão será «instruir-nos dos nossos deveres para com os deuses e para com os homens»; entre os *Romanos*, com SUETÔNIO e TÁCITO, que consignam a crença judaica, com VIRGÍLIO que exalça, na *Égloga* IV.ª, o nascimento de um menino que há de inaugurar nova idade áurea, muito embora queira aludir o poeta latino ao filho do cônsul Pólio, e não ao Messias.

Se, pois, examinarmos a fé dos povos, expressa por seus mais lídimos e afamados representantes, escritores fidedignos, poetas e filósofos, não houve jamais tradição mais constante e espalhada do que a expectativa de um Libertador.

76. — V. Veio o Messias, o libertador esperado?

Seria, porventura, Deus capaz de quebrar a palavra, de não cumprir a promessa? Acontece com os homens, desrespeitando, por vêzes, as juras, os compromissos mais sagrados. Deus, porém, deixaria de ser Deus, se voltasse atrás. Logo, já *veio o Messias*, ou *tem de vir*.

Para solucionar o problema, basta consultar as profecias, e ver se passou ou não passou, a hora que elas apontam para a vinda do Salvador.

Eis as *duas* mais *importantes*, determinando a data de modo claríssimo: Jacó, ao morrer (para 1680 antes de Cristo), declara a um filho, Judá: «Não sairá de Judá, o cetro, nem o legislador de sua raça, até que apareça o que deve ser enviado, e a quem hão de prestar obediência, todas as nações.» (*Gên.*, XLIX, 10.) Logo, de acôrdo com esta profecia, haverá um reino judaico (o cetro é símbolo da realeza), até à vinda do Salvador. Virá êste, quando a Judéia não tiver mais reis seus próprios, isto é, quando, perdida a *independência*, for avassalada no domínio estrangeiro. Ora, no momento em que nasceu Nosso Senhor, estava a Judéia no poder dos Romanos. Portanto, Jesus Cristo veio mesmo, no tempo que a profecia apontava.

Mais *explícito* ainda, o profeta *Daniel*. Foi o Anjo Gabriel quem lhe participou esta revelação. Faz o cômputo dos anos, e na época do cativeiro de Babilônia, prediz que o Cristo será morto e renegado por seu povo, quando houverem corrido setenta semanas de anos. Ora, contando-se setenta semanas de anos, ou 490 anos, começados da época em que fez Daniel a profecia, chegamos acêrca do ano 33 da nossa era, data da morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, destruindo, com o sacrifício da própria vida, o poder do pecado. (*Daniel*, IX, 24, 27.)

De sobejo nos convenceriam estas duas profecias, quando não tivéssemos outras certezas, de que não há mais esperar o Messias prometido por Deus, e se Deus não faltou com a palavra, veio.

77. — VI. Será verdadeiramente Nosso Senhor o Messias prometido?

Veio o Messias, é o que mostram as duas profecias estudadas. Mas quem foi, êsse Messias? Será Jesus Cristo,

consoante a proclamação que êle próprio deu? É o ponto que nos fica por estabelecer. E não é difícil. 1.º Cotejando as profecias com a pessoa e os atos de Nosso Senhor, com o que foi e fez, verificamos concordância absoluta. 2.º Jesus Cristo não se contentou com a mera afirmação de que era êle o Messias. Deu provas (N.º 95).

78. — VII. As figuras do Messias no Antigo Testamento.

Deus, já o vimos, prometeu um Messias e anunciou-o pela voz dos Profetas. Foi além. Fez questão que aparecessem *homens e cousas simbólicas*, representando o Redentor e a sua obra.

A. Dentre os *homens*, figuras do Messias, lembraremos: — *a*) *Abel*, morto por seu irmão, como Jesus por seus compatriotas. — *b*) *Isaac*, carregando a lenha do sacrifício, como Nosso Senhor galga o monte Calvário com o sangrento madeiro da Cruz às costas. — *c*) *José*, vendido por seus irmãos, a quem, no entanto, êle salva depois, da fome, como o Cristo, atraiçoado e entregue pelos seus, e tornando-se com a morte o Redentor dos mesmos algozes. — *d*) *Moisés*, libertador e legislador dos Israelitas, figura do Messias, o verdadeiro libertador e legislador da nova lei. — *e*) *Jonas*, engulido, e três dias após, rejeitado por um monstro marinho, representa a Jesus saindo vivo do sepulcro, o terceiro dia depois do suplício. — *f*) *Elias*, arrebatado ao Céu num carro de fogo, simboliza a Ascensão de Nosso Senhor Jesus Cristo.

B. Dentre as *cousas*: — *a*) *A Arca de Noé*, único meio de escapar do Dilúvio, representa a Igreja de Jesus Cristo. — *b*) *O Cordeiro pascal* é o Cordeiro divino imolado por nossos pecados. — *c*) *A serpente de bronze*, arvorada numa cruz afim de curar os Hebreus, lembra Nosso Senhor pregado no madeiro santo. — *d*) *O maná*, alimento caído do Céu, sustentando os Israelitas no deserto, é figura da Santíssima Eucaristia.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Agradeçamos a Deus esta bondade incomensurável para com o homem culpado, que o levou a dar seu Filho único, a segunda pessoa da Santíssima Trindade para expiar no lugar do criminoso.

2.º Sejamos agradecidos também por termos nascido depois da Redenção, porque, se os homens que viveram antes, podiam gozar dos méritos de Nosso Senhor, não tinham, assim mesmo, a seu dispor o tesouro de graças que encontramos nos Sacramentos.

LEITURAS. — 1.º Promessa do Salvador a Adão, a Abraão, a Moisés, a Davi e aos outros patriarcas. (*Gên.*, cap. ... ; cap. XV... ; *Deut.*, cap. XV... ; *Reis*, cap. V..).

2.º Narração do caso de Eustáquio de São Pedro que se entrega com cinco companheiros para salvar a cidade de Calais. Os seis teriam perdido a vida, se a rainha da Inglaterra não lhes tivesse alcançado misericórdia.

3.º São Vicente de Paulo, de visita, um dia, aos presos das galeras, topou com um que se queixava muito, vítima de desespêro horroroso. O santo quer saber qual é o motivo dessa dor tão profunda. É porque o coitado tinha deixado em casa a mulher e os filhos, sem recursos. Morreriam de fome. — Que faz o santo ? — Diz ao sentenciado : « Está bem. Fico aqui eu mesmo no teu lugar. Tu, volta já, para cuidar da tua família. » (*Vida dos Santos*, 19 de julho). Assim procedeu Nosso Senhor. Veio substituir-nos e pagar, por nós a seu Pai, a dívida que tínhamos por culpa de Adão.

QUESTIONÁRIO. — I. 1.º Prometeu Deus aos homens, que mandaria um Salvador ? 2.º A quem prometeu ?

II. Porque se procrastinou tanto a Redenção ?

III. Quais foram, para Adão e seus primeiros descendentes, as consequências desta demora da Redenção ?

IV. 1.º Esperava o mundo um Redentor ? 2.º Quais testemunhos o provam ?

V. Como se prova que o Messias já veio ?

VI. Será verdadeiramente Nosso Senhor o Messias prometido ?

VII. Quais são as figuras do Messias no Antigo Testamento ?

EXERCÍCIOS ESCRITOS. — 1.º Era absolutamente necessária a Incarnação para remir da culpa o homem ? 2.º Se era, qual é o ponto de vista com que justificais esta necessidade ? 3.º Não fôra melhor mandasse Deus um Salvador ao verdadeiro culpado ? 4.º Que motivos fizeram que se adiasse a Redenção ?

11.ª LIÇÃO

Artigo 2.º do Símbolo e 3.º.

« Em Jesus Cristo, seu Filho Nosso Senhor,
O qual foi concebido do Espírito Santo, nasceu de Maria Virgem »

Do mistério da Incarnação.

- **1.º Definição.**
- **2.º O Dogma católico.**
  - **A. Adversários.**
    - a) Arianos.
    - b) Gnósticos.
    - c) Nestorianos.
    - d) Eutiquianos.
  - **B. Provas.**
    - a) Escritura Sagrada.
    - b) Tradição.
    - c) Razão.
- **3.º O Homem-Deus.**
  - **A. A pessoa e a natureza divina.**
  - **B. A natureza humana.**
    - **a) Corpo.**
      - 1. Origem.
      - 2. Qualidades e defeitos.
    - **b) Alma.**
      - 1. Inteligência.
        - 1. Visão beatífica.
        - 2. Ciência infusa.
        - 3. Ciência experimental.
      - 2. Vontade
        - 1. divina.
        - 2. humana.
      - 3. Sensibilidade.
- **4.º O Mistério perante a razão.**
  - **a) Não o pode compreender.**
  - **b) Pode provar que não é absurdo.**
- **5.º Consequências do Mistério.**
  - **a) Comunicação dos idiomas.**
  - **b) Culto à humanidade de Cristo, em especial ao Sagrado Coração de Jesus.**
- **6.º A Santíssima Virgem.**
  - **A. Sua dignidade :** Mãe de Deus.
  - **B. Suas prerrogativas.**
    - a) Imaculada Conceição.
    - b) Virgindade perpétua.
    - c) Santidade perfeita.
    - d) Assunção e Mediação.
  - **C. Culto de hiperdulia.**

79. — Vocábulos.

Incarnação (de «*in*» em, «*carne*» carne). — Etimològicamente, união com a carne; união de Deus com a carne. Ato pelo qual a 2.ª Pessoa da Santíssima Trindade, o Verbo de Deus, «se fez carne», tomou uma natureza de carne, isto é, a natureza humana, no seio da Virgem Maria, e tornou-se desde então «Homem-Deus».

NOMES DO HOMEM-DEUS. — 1.º *Jesus, Cristo, o Messias* (Para êstes três, ver N.º 71); 2.º *Filho de Deus*, ou segunda Pessoa da Santíssima Trindade. 3.º *Nosso Senhor*. O Senhor, em relação a um inferior, é o mestre. Jesus Cristo é nosso mestre com duplo direito: 1.º por ser nosso *Criador*: — 2.º pòr ser nosso *Redentor*, tendo reconquistado para nós, com o preço de seu sangue, o direito de irmos ao céu.

Operação milagrosa do Espírito Santo. — Esta expressão que se nos antolha, por vezes, nos compêndios, serve para designar o papel do Espírito Santo no fato da Incarnação; papel que foi, na realidade, das três pessoas divinas. Atribui-se ao Espírito

DESENVOL

80. — I. Mistério da I

O mistério da Incarnaçã
2.º artigo e pelo 3.º do Símb
natureza divina com a naturez

Verbo: união que se efetuou em Jesus Cristo, por isso chamado *Homem-Deus.*

A Incarnação é, portanto: — *a*) uma *união hipostática* em que duas naturezas estão juntas na mesma pessoa, ficando, no entanto, elas próprias, ilesas, sem que se confundam ou misturem, sem que percam nenhuma de suas faculdades ou operações. Logo, não se trata, aqui, nem de união física, nem de simples união moral (Ver Vocabulário); — *b*) a união hipostática da *natureza divina* com a *natureza humana.* O concílio de Calcedônia definiu que Jesus Cristo é « *verdadeiramente Deus,* e *homem verdadeiramente,* gerado pelo Pai antes de todos os séculos; quanto à humanidade, nos derradeiros tempos, da Virgem Maria, Mãe de Deus. » — *c*) a união da natureza divina com a natureza humana na *única pessoa do Verbo* (1). Por isso, há sòmente, em Jesus Cristo, uma *só pessoa,* embora haja *duas naturezas,* e esta pessoa é a do *Verbo.* A reunião da natureza humana do Cristo com sua natureza divina não se realizou nas próprias naturezas, que permaneceram distintas, mas na *pessoa do Verbo.* Por conseguinte, a natureza humana do Cristo, sendo completa como natureza, jamais gozou da autonomia, nunca pertenceu a uma pessoa humana (V. N.º 38). A personalidade divina substitui-se à personalidade humana, de modo que é a única pessoa do Verbo que trabalha, através dessa humanidade, e é responsável pelos atos que pratica a natureza humana: daí o valor inifinito dêsses atos.

Jesus Cristo é, pois, a segunda pessoa da Santíssima Trindade denominada « Filho de Deus ou Verbo » a qual, sempre permanecendo segunda pessoa da Trindade e natureza

(1) O concílio de Calcedônia diz efetivamente que se deve « confessar um só e mesmo Filho único, Nosso Senhor Jesus Cristo, em duas naturezas, sem que a união destas lhes tire as diferenças. Senão que fica conservada a propriedade de cada uma, concorrendo numa *pessoa única* e única hipóstase, de modo que não está separado ou dividido em duas pessoas, mas é um só e mesmo Filho único, Deus Verbo, Nosso Senhor Jesus Cristo.

divina, isto é, infinita, rebaixou-se até ficar unida a uma natureza semelhante à nossa, ainda que não revestida da personalidade humana.

81. — II. A Incarnação. Adversários. Provas do dogma.

1.º Os Adversários. — Constando, a Incarnação, de um elemento tríplice: natureza divina e natureza humana, unidas na pessoa do Verbo, segue-se que os erros dos adversários versam nesses três pontos. — *a*) Alguns — os *Ebionistas* do século I.º, os *Arianos* do século IV.º (*Ário*, sacerdote de Alexandria) — negaram o *elemento divino*. Para Ário, o Cristo era uma criatura muito perfeita, gerada por Deus Padre, de substância semelhante, não porém da mesma: não era *consubstancial*.

Êste êrro foi condenado no Concílio de Nicéia (325). No século XVI, a seita protestante dos *Socinianos*: hoje em dia, os *racionalistas*, os *protestantes liberais*, e certos *modernistas*, desposaram, com esta ou aquela capa, a doutrina de Ário.

b) Outros não quiseram acreditar que a majestade infinita descesse até o homem. Negaram o *elemento humano*. No século I.º, imaginaram os *gnósticos* que era só aparente, não real, o corpo do Cristo. Era uma espécie de fantasma, de aparição sem realidade: são conhecidos por *fantasistas* e *docetas*.

c) O terceiro êrro ofende o modo de união das duas naturezas, isto é, *a pessoa*. Os *nestorianos* do século I.º (*Nestório*, patriarca de Constantinopla), pretendiam que, às duas naturezas, correspondiam duas pessoas, e assim, Maria Santíssima era mãe ùnicamente da pessoa humana. Esta heresia foi combatida por são Cirilo de Alexandria, e condenada no Concílio de Éfeso (431). Na mesma época, os *eutiquianos* (Eutiques, monge do Oriente), tencionando rebater o êrro nestoriano, afirmaram que havia apenas em Jesus Cristo uma só pessoa e uma só natureza — daí seu nome *monofisitas* — porque a humanidade fôra absorvida pela divindade, como a gota de água pelo oceano. Êste êrro foi condenado pelo Concílio de Calcedônia (1) (451).

2.º O dogma católico. — A *natureza divina* e a *natureza humana* foram unidas na *pessoa única do Verbo*, de tal forma que

(1) Para os fins do século VII.º, outra heresia veio a enxertar-se na de Eutiques. Êste só admitia em Jesus Cristo uma natureza. Sérgio e seus adeptos, denominados *monotelitas* (vontade única) disseram, por sua vez, que em Jesus Cristo, só havia uma vontade divina. Foram condenados, em 680, pelo III.º Concílio de Constantinopla, o qual deu, no símbolo que traz o seu nome, a fórmula definitiva do dogma da Incarnação. (V. N.º 88).

Jesus Cristo, ainda que *pessoa única*, é verdadeiro Deus e verdadeiro homem. *Art. de fé*, concílio de Calcedônia (vêr nota ao N.º 80). Para demonstrar êste dogma, há de mister portanto firmar dois pontos: — a) *dualidade de natureza em Jesus Cristo*, e — b) *unidade de pessoa.*

A. **Dualidade de natureza em Jesus Cristo.** — Há em Jesus Cristo duas naturezas: natureza divina e natureza humana. Baseia-se. esta verdade, na *Sagrada Escritura* e na *Tradição.*

a) ESCRITURA SAGRADA. — 1. *ANTIGO TESTAMENTO.* — 1) *Profecia de Isaías.* — Isaías tinha anunciado o nascimento de um menino que seria Deus: « Eis que uma Virgem há de conceber e dar à luz um filho e êste será chamado *Emanuel*, isto é, Deus conosco. » (*Isaías*, VII, 14).

2. *NOVO TESTAMENTO.* — 1) *Palavras do prólogo de são João.* « O Verbo se fez carne », diz são João (I, 14). Estas palavras mostram que o Verbo se uniu à natureza humana, não já por simples *união moral*, como se a natureza humana do Cristo fôsse unida à divindade sòmente por suas virtudes transcendentais e perfeita conformidade da vontade: os termos do prólogo repelem tal interpretação. Nem tão pouco, se poderá entender *união física*, pela qual duas substâncias se transformam em outra, porque o Verbo sendo imutável, como haveria de desaparecer e fundir-se com a natureza humana? Logo, quando são João diz que o Verbo se fez carne, quer afirmar que tomou uma natureza humana sem deixar de ser pessoa e natureza divina.

2) Da *Epístola de São Paulo aos Felipenses* (II, 6, 7). « Apesar de estar na *condição de Deus*, escreve são Paulo, aniquilou-se a si próprio, assumindo a *condição de escravo*, fazendo-se semelhante aos homens, e reconhecido como *homem* em tudo quanto se soube dêle. » Tais expressões « condição de Deus e condição de escravo » indicam sem dúvida em Jesus Cristo duas naturezas distintas.

3) *Testemunho dos Evangelhos relativos à Vida de Nosso Senhor.* Aquilo que os Evangelhos nos referem da Vida de Jesus Cristo patenteia com maior evidência ainda, que o Cristo é, no mesmo tempo, Deus e homem. Como homem, nasce e depositam-no numa mangedoura; como Deus, é adorado pelos pastores e pelos Magos (*Luc.*, II, 15; *Mat.*, II 11). Recebe o batismo no Jordão, como qualquer homem; mas, no mesmo instante, baixa o Espírito Santo sôbre êle, e Deus Padre proclama que é « seu Filho muito amado no qual pôs todas as suas complacências ». (*Mat.*, III, 13-17). É certamente um homem quem passa fome no deserto; mas é também Deus êsse homem que os Anjos servem. (*Mat.*, IV, 2-11). É pobre, paupérrima, a vida que leva; é vítima da perseguição dos seus inimigos; é vendido; agoniza no Jardim das Oliveiras; é flagelado; é ferido, pregado à

cruz: nisto tudo, se vê um homem. Mas, é também um Deus porque cura doentes, ressuscita mortos, derruba os soldados que o querem prender, e no terceiro dia após o seu trespasse, sai vivo do túmulo. Temos, pois, na Sagrada Escritura, as provas mais inconcussas e irrefragáveis da divindade e da humanidade de Jesus Cristo.

b) TRADIÇÃO. — 1. Os *Símbolos* dizem, de uma parte, que Jesus Cristo é Filho único de Deus, e, de outra, que é homem, que nasceu da Virgem, que sofreu e morreu sob o poder de Pôncio Pilatos. — 2. O dogma foi definido, como já se estudou, pelos concílios de Éfeso e de Calcedônio. — 3. A Igreja sempre tributou a Jesus Cristo o culto de adoração, sempre professando na liturgia que êle padeceu e morreu por nós, e, por conseguinte, que é homem.

B. Unidade de pessoa em Jesus Cristo. — Acabamos de verificar a existência, em Jesus Cristo, da natureza divina e da natureza humana. Ora, ambas estavam unidas numa única e *mesma pessoa*. Com efeito, se fôsse dupla a pessoa, não se atribuiriam sòmente a uma delas as ações e as faculdades de cada natureza. Todavia, vejamos como se exprime Nosso Senhor. Não distingue em si mesmo duas pessoas. Diz a Felipe que pede o favor de ver o Pai: «Ninguém subiu ao céu, a não ser o que baixou do céu, o Filho do homem que está no céu.» (*João*, III, 13). Caso houvera nele duas pessoas, Nosso Senhor, inquestionàvelmente, teria feito a devida distinção.

82. — III. O Homem-Deus. A Pessoa e a natureza divina.

Vimos o que era a Incarnação. Ficou provada a sua existência. Passemos a estudar os dois elementos que compõem o Homem-Deus. No presente número, contemplaremos o primeiro elemento, isto é, a *pessoa e a natureza divina*. No seguinte tratar-se-á da *natureza humana*.

a) *Só* a segunda pessoa da Santíssima Trindade *é que se incarnou*. A Sagrada Escritura, de fato, fala exclusivamente do Verbo: «*O Verbo se fez carne.*» Não padece dúvida que o Padre e o Espírito Santo habitam, de modo especial, na natureza humana tomada pelo Verbo; mas, a Incarnação pròpriamente é privativa da segunda pessoa.

b) O Verbo, ou segunda pessoa da Santíssima Trindade *não abdicou da sua natureza divina* ao desposar a natureza humana. Não repudiou a personalidade divina, nem atributo

algum da divindade. Abusam os protestantes, querendo provar o contrário, quando lançam mão dos dois textos de são Paulo, um aos Coríntios, outro aos Felipenses: « Jesus Cristo que era rico e por amor de vós se fez pobre.» (II, *Cor.*, VIII, 9.) « Aniquilou-se a si próprio, tomando a condição de escravo e fazendo-se semelhante aos homens.» (*Felip.*, II, 7.) Êstes dois passos não dizem que Jesus Cristo deixou a sua divindade — cousa impossível — mas sim, que a ocultou sob o véu da pobreza e das misérias da humanidade.

c) O Verbo tomou a natureza humana, no *instante da conceição*. Nunca a abandonou nem mesmo nos três dias da morte de Jesus Cristo. A alma de Cristo, a descer aos Infernos, e seu corpo, a repousar no túmulo, permaneciam ambos hipostàticamente unidos ao Verbo. A morte de Jesus Cristo consistia, pois, na separação da alma e do corpo, sem que se apartasse a divindade nem de um nem de outro.

d) O Verbo *não abandonará nunca a natureza humana:* « Porque vive eternamente, possui um sacerdócio que não se transmite. » (*Heb.*, VII, 24.)

Assim é que, segundo êste texto, Cristo tem de exercer um sacerdócio perpétuo, isto é, tem de realizar uma obra, no mesmo tempo divina e humana. Deve, pois, conservar-se inalterado com as duas naturezas subsistindo numa única pessoa.

83. — IV. O Homem-Deus. Sua natureza humana.

O verbo tomou a natureza humana *mais perfeita*, é « o primogênito entre seus irmãos.» (*Rom.*, VIII, 29.) Todavia cumpre notar, é sempre *relativa* essa perfeição, mesmo porque é incompatível com a condição de natureza criada a perfeição absoluta.

Como qualquer natureza humana, o Cristo é formado de corpo e alma.

A. **O Corpo de Cristo.** — *a*) *Sua origem.* — O Cristo, enquanto homem, foi concebido no seio da bem-aventurada Virgem Maria, pela operação do Espírito Santo. — *b*) *Predicados e falhas.* O Cristo escolheu um corpo perfeito, íntegro, bem formado. Êsse corpo teve as deficiências comuns ao gênero humano: fome, sêde, frio; foi passível e mortal. O Cristo quis tais misérias livremente; não o subjugavam e podia à vontade arredá-las ou suspendê-las.

B. **A Alma de Cristo.** — *a*) *Origem.* — A alma de Cristo teve mesma origem que a nossa: foi criada diretamente por Deus. — *b*) *Faculdades.* — Como a nossa, ela possui inteligência, vontade e sensibilidade. E que foram então em Jesus Cristo, a inteligência, a vontade e a sensibilidade? É o que passamos a ver.

1. *INTELIGÊNCIA.* — A inteligência de Nosso Senhor teve uma tríplice ciência, oriunda de fonte tríplice: — 1) da *visão beatífica*, que consiste em ver a Deus face a face, e todas as cousas em Deus; — 2) da *ciência infusa*, que é o conhecimento das cousas por meio de idéias que Deus põe na alma. É a ciência própria dos Anjos, e só acidentalmente comunicada aos homens como foi o caso dos Apóstolos; — 3) da *ciência experimental* adquirida pelo uso dos sentidos e da inteligência. Pode esta última ciência progredir indefinidamente. É com alusão a ela que disseram de Cristo «crescia em sabedoria, idade e graça, perante Deus, e perante os homens». (*Lucas*, II, 52).

Por que *meio* conhecia a inteligência humana de Cristo o passado e o futuro? Os Judeus pasmavam ao verem que sabia as Escrituras sem que as tivesse aprendido. (*João*, VII, 15). Anunciou a sua própria morte aos Apóstolos, descrevendo pormenores (*Marcos*, VIII, 31) e profetizou a ruina de Jerusalém. (*Marcos*, XIII, 2). Brotavam êstes conhecimentos, quer da visão beatífica, quer da ciência infusa. Está visto que não podiam provir da ciência experimental (1).

2. *VONTADE.* — Havia em Cristo *duas vontades*; vontade divina e vontade humana. Temos as provas:—1) na *Sagrada Escritura*: fala Nosso Senhor: «Eu desci do céu para cumprir não a *minha*

(1) Contra a ciência do Nosso Senhor é lembrada, às vêzes, a declaração que fez a respeito do dia do juizo final. «Quanto a êsse dia e essa hora, ninguém os conhece, nem os Anjos no Céu, nem o Filho. Só o Pai» (*Marcos*, XIII, 32). Mas no sentir da quase unanimidade dos Padres e dos teólogos, não podia o Cristo ignorar êsse dia. Queria dar a entender que não lhe competia fazer esta revelação.

vontade, senão a vontade daquele que me enviou» (*João*, VI, 8). No horto de Getsêmani, dirige-se Nosso Senhor a seu Pai: «Pai, se quiserdes, afastai de mim êste cálice. Porém, não se faça a *minha* vontade, mas sim, a *vossa*.» (*Lucas*, XXII, 42). Êstes textos evidenciam a existência de duas vontades: a vontade divina, forçosamente igual no Pai e no Filho, e a vontade humana que se submete à vontade divina; — 2) na *decisão dos Concílios*, em especial do III.° Concílio de Constantinopla, que promulgou, contra os monotelitas, a presença de duas vontades em Jesus Cristo; — 3) na *razão teológica*. A vontade é parte essencial da natureza. Ora, Cristo têm as duas naturezas divina e humana. Logo deve ter duas vontades.

Com a questão da vontade humana, prendem-se outras duas: e da *santidade* e a da *liberdade*. — *a) SANTIDADE*. Cristo foi isento de qualquer pecado. *Artigo de fé*, concílio de Florença (1441). Declara a Escritura Sagrada que «foi sem pecado». (*Heb.*, IV, 15). É natural que não o magoasse o pecado original, nem, portanto, a concupiscência, corolário dêste, porque foi milagrosamente concebido pela operação do Espírito Santo e não pertencia à descendência normal de Adão. Mas desconheceu igualmente o pecado atual. «Quem dentre vós me arguirá de pecado?» podia Jesus falar aos Judeus. (*João*, VIII, 46). Entretanto, para mais se assemelhar a nós e padecer sensivelmente com nossa fraqueza, consentiu em sofrer as investidas do demônio e «experimentar todas as enfermidades nossas, com exceção do pecado». (*Lucas*, IV, 1-13; *Heb.*, IV, 16).

Essa foi a *santidade negativa* de Cristo. Acresce mencionar a *santidade positiva*. Era uma graça dupla: *graça de união* que Jesus possuía por causa da união hipostática de sua natureza humana com a pessoa do Verbo, e a *graça santificante*, no grau mais elevado possível a uma alma criada por Deus (1).

b) LIBERDADE. — Muito embora não pudesse pecar, o Cristo gozava de plena e verdadeira liberdade. Lê-se na Sagrada Escritura «que se ofereceu, porque quis». (*Isaías*, LIII, 7). «Tenho o poder, fala êle de si próprio, de dar a minha vida e de retomá-la.» (*João*, X, 18). Com certeza, parece difícil a nossos espíritos limitados, entender e combinar liberdade com impecabilidade. Mas, a liberdade humana de Cristo é de natureza igual à de Deus (N.° 35). A possibilidade de pecar, não a devêramos considerar como atributo e prova de liberdade. O contrário é exato. É uma falha da liberdade.

3. *SENSIBILIDADE*. — Teve mais a alma de Cristo sensibilidade. Isto é, essa faculdade que nos impele para o bem sensível e é fonte

---

(1) Cristo teve ainda todas as virtudes teológicas e morais. Menos as que não se coadunam com a visão beatífica e a união hipostática, como a fé, a esperança. Doutrina *certa*.

das paixões. Vemos em Nosso Senhor: — 1) o *amor*. «Eis que ficou doente o que amais», diz Maria, falando do irmão Lázaro (*João*, XI, 3). — 2) a *tristeza*. «E Jesus chorou.» (*João*, XI, 35); «Minha alma está triste até à morte.» (*Mat.*, XXIV, 38). Padeceu os sofrimentos mais acerbos no decorrer da Paixão. — 3) O *receio*, o aborrecimento, e até a perturbação lhe amofinam a alma. (*Marcos*, XIV, 33). Em suma pode-se dizer que Jesus conheceu todas as paixões humanas, tirante as que não se coadunam com a santidade e importam em qualquer desordem na alma.

84. — V. O Mistério da Incarnação perante a razão.

Será absurdo e oposto à razão o Mistério da Incarnação, entendido como se viu, com todos os elementos que o formam?

1.º Não há dúvida nenhuma, é *mistério pròpriamente dito* a Incarnação de um Deus: mas, que não repugna absolutamente, nem por parte do Verbo, nem por parte da natureza humana. — *a*) Não repugna *por parte do Verbo*. A quem disser que é cousa ilógica a Incarnação do Verbo, por ser Deus, imutável, será fácil lembrar que, tanto a Incarnação como a criação, não altera em nada a imutabilidade *divina*. O Verbo não aliena nenhuma das suas perfeições pelo fato de desempenhar o papel da personalidade humana. — *b*) *Por parte da natureza humana* e *união hipostática* da mesma com o Verbo. É claro que nunca chegaremos a entender como é que a natureza divina e a natureza humana, o infinito e o finito, podem encontrar-se e coexistir na mesma pessoa. Mas, isto não nos dá direito algum de concluirmos que seja disparate, fora da onipotência de Deus.

2.º Muito melhor. A Incarnação, em vez de ofender, de apoucar, realça e proclama os atributos de Deus, mormente: — *a*) sua *bondade*. «Tanto amou Deus ao mundo, que nos deu o seu Filho único.» (*João*, III, 16). Mais refulge nos opróbrios e nas humilhações, a sua condescendência; — *b*) sua *justiça* e seu *poder*, exigindo reparação proporcionada à culpa, e facultando os meios para isso.

85. — VI. Consequências da dualidade de naturezas e da unidade de pessoa em Jesus Cristo.

O fato da existência das duas naturezas, divina e humana, na pessoa única do Verbo, tem *dupla consequência*: a primeira diz respeito à *linguagem*, a segunda ao *culto*.

1.º Primeira consequência. — *COMUNICAÇÃO DOS IDIOMAS*. — O vocábulo *idioma* conserva aqui o seu sentido etimo-

lógico (gr. *idios*, o que é próprio de um indivíduo). A expressão «*comunicação dos idiomas*» é sinônima, como se vê, de comunicação das propriedades ou atributos. Designa, pois, um *modo de falar* aplicado a Nosso Senhor e que leva a referir ao Cristo-Deus as propriedades da sua natureza divina. Assim, pode-se dizer que o Eterno nasceu, que morreu, e também que o Filho do Homem não teve princípio. Sem maior exame, parecer-nos-ia isso contradição nos termos. Tal uso é, contudo, perfeitamente legítimo, porque as propriedades das duas naturezas pertencem todas à *pessoa única* do Cristo.

2.º **Segunda consequência.** — A Igreja tributa a Deus um culto chamado culto de latria ou de adoração. Dirigido êste culto à pessoa, resulta que a *humanidade* de Nosso Senhor, inseparável da pessoa do Verbo, têm direito a nossas adorações. (*De fé*, conc. II de Constantinopla.

86. — VII. Culto ao Sagrado Coração.

1.º **O Culto.** — Posto que o culto tributado a alguém se refira à pessoa toda, é lícito, considerar, na pessoa, esta ou aquela qualidade, e determinada parte, de preferência a outra. Ora, é evidente que todas as partes da natureza humana de Cristo são merecedoras do culto de latria; podem ser adoradas, desde que são todas unidas ao Verbo. Dentre elas, porém, algumas parece-nos terem direito a um culto particular. Será o caso das suas *chagas*, do seu *preciosíssimo sangue*, e acima de tudo, do seu *Sacratíssimo Coração*.

2.º **Sua legitimidade.** — Considerando o objeto, o fim e os efeitos do *culto ao Sagrado Coração de Jesus*, vê-se que êste culto é perfeitamente *legítimo* e deve ser *recomendado*.

a) Seu *objeto*. — O objeto *direto* da nossa adoração é o coração físico de Jesus Cristo, unido a sua alma e a sua pessoa divina. O coração de Cristo é, sem dúvida, a parte mais nobre da sua humanidade. Dêsse coração é que jorrou o *sangue preciosíssimo* que remiu nossas almas. O objeto *indireto* é o amor, a um tempo divino e humano simbolizado por êsse coração. O amor moveu Jesus Cristo a entregar-se por nós. (*Éf*., v, 2.) O amor fez que instituisse os Sacramentos, muito particularmente a Eucaristia. Logo, por

seu objeto, o Coração do nosso Salvador faz jus a um culto especial.

b) *Seu fim.* — O culto ao Sagrado Coração, o que quer, é desenvolver em nós o amor mais ardente a Nosso Senhor e compensar, com atos de adoração, de amor a reparação, as injúrias que lhe são feitas.

c) Seus *efeitos.* — Com a meditação da imensa caridade de Cristo, com a recordação dos sacrifícios que inspirou, incendiam-se os nossos corações, abrasados por uma caridade recíproca para com Deus e para com o próximo. Lucramos assim graças mais numerosas e mais excelentes para progredirmos no serviço de Deus, no espírito de sacrifício e na generosa dedicação a nossos semelhantes.

3.º **Objeções.** — A. Os *Jansenistas* objetaram que era *culto novo*, o culto ao Sagrado Coração de Jesus, e por isso, devia ser proibido.

RESPOSTA. — Não era justificada a pretensão, pois informam os *Atos dos Mártires* que não foi completamente desconhecido das origens do Cristianismo o culto ao Sagrado Coração de Jesus, mesmo dirigido a seu objeto material, isto é, ao próprio coração de Nosso Senhor transpassado pela lança de um soldado romano. Na *idade média*, já florescia êste culto em diversas comunidades, conforme se pode averiguar dos escritos de são Bernardo, de são Boaventura, de santa Mechtilde e de santa Gertrudes. Está errado pensar que foram as aparições a santa Margarida Maria Alocoque, *causa* da devoção ao Sagrado Coração. Causa não foram, nem podiam ser. Difundiram-na. Intensificaram-na. Só. Aliás, não constituiriam motivo cabal e suficiente, caso não fôsse legitimado em direito, da forma que acabamos de estabelecer, fora daquelas revelações. Dá-se com as *devoções* o que se dá com os dogmas (Ver N.º 18). Germinam, brotam, e *espalham-se* na hora designada pela Providência e de acôrdo com as necessidades e aspirações do momento. O culto do Sagrado Coração, desabrochado exatamente no século XVII, apregoando mais alto que nunca o amor infinito do Verbo incarnado, não será uma como resposta do céu que condenava a doutrina fria e árida do jansenismo, com seu Deus insensível, sem entranhas e sem afeto, mal se dignando de entreabrir os braços para lançar a bênção?!

B. Os *incrédulos modernos* acharam outro terreno, outra tática, contra o culto ao Sagrado Coração. Quiseram abalar-lhe os alicerces, dizendo que a base, o *fundamento, era falso,* porque o *órgão do amor,* não é o coração. É o cérebro. Está quase provado.

RESPOSTA. — A objeção é que carece de base. Pouco se importa a Igreja com a questão científica de determinar e provar qual é o *órgão* do amor. O que ela sabe, e com ela todo o mundo, é que não há idioma na terra, em que não seja o coração *símbolo* do amor. Ademais, pode-se afirmar que é a sede das emoções sensíveis. É sabido êste fato de experiência pessoal, que o coração se dilata na alegria, e se confrange na tristeza. Portanto, símbolo e sede — se não órgão — do amor, bastam êstes dois pontos, para a legitimidade do culto ao Sagrado Coração.

C. Mas que necessidade haverá, arguirão alguns ainda, de *recorrer a símbolos* sensíveis para adorar Nosso Senhor?

RESPOSTA. — Explica isto a palavra de Pascal: o homem não é animal, nem anjo. Participa de ambos. Têm corpo e alma. Logo, é obrigado, nas suas relações com Deus, a obedecer às condições da sua natureza.

87. — VIII. Santíssima Virgem. Dignidade e prerrogativas.

1.º **Dignidade da Santíssima Virgem.** — Fonte da dignidade de uma pessoa, são os seus títulos e as suas obras: — *a*) *títulos*. Maria é «*Mãe de Deus*»: *artigo de fé*, definido pelo Concílio de Éfeso. Ora, filho e mãe, é um só. Vivem a mesma vida. Prazeres, dores, destino: tudo é comum. Será muito justo, portanto, que a mãe compartilhe também a glória do filho. Bem o percebera Isabel quando exclamou, cheia de admiração e respeito, diante dessa dignidade *incomparável, ao ver sua prima que a visitava;* «Como pode ser isso, que venha a mim a Mãe de Deus?!» (*Lucas*, I, 43):

b) *obras*. Vem ainda realçado, se for possível, êste título de Mãe de Deus, pelo papel que a Maria coube na obra da Redenção. De fato, é Maria, de algum modo, causa da nossa salvação, porque cooperou no duplo mistério da Incarnação e da Redenção. Dócil à voz do Anjo, consentiu em tornar-se mãe de Deus, em dar a vida a nosso Salvador. E depois, quis ter parte nos sofrimentos dêste Salvador: uniu a própria compaixão à Paixão do Filho; ofereceu o holocausto penosíssimo que traria ao mundo vida e salvação.

2.º **Prerrogativas.** — Na dignidade eminente de Mãe de Deus, originam-se todas as prerrogativas da Santíssima Virgem, a seguir: sua *Imaculada Conceição*, sua *Virgindade perpétua* e sua *Santidade*.

A. **IMACULADA CONCEIÇÃO.** — Reza o dogma católico que a Bem-aventurada Virgem Maria, desde o primeiro instante de sua conceição, *foi preservada* da nódoa do pecado original, por *privilégio* único de Deus e *aplicação dos merecimentos de Jesus Cristo.*

O dogma abrange dois pontos importantes: — *a*) O primeiro é ter sido a Santíssima Virgem, *preservada* da mancha original desde o princípio de sua conceição. Deus abrogou para ela a lei de propagação do pecado original na raça de Adão; ou por outra, Maria foi cumulada, mesmo no comêço da vida, com os dons da graça santificante.

b) No segundo, vê-se que tal privilégio não era devido por direito. Foi concedido na *previsão dos merecimentos de Jesus Cristo.* O que valeu a Maria êste favor peculiar, foram os benefícios da Redenção. É bem de ver que não se realizara ainda esta, quando a Santíssima Virgem lucrou a insigne prerrogativa; todavia, já existiam nos eternos desígnios de Deus, os méritos de Jesus Cristo.

Provas do dogma.—*a*) *SAGRADA ESCRITURA.*—1. *Palavras de Deus ao demônio.* — Depois da queda original, Deus falou ao demônio, oculto debaixo das formas da serpente: «Hei de pôr inimizade entre ti e a mulher, entre sua raça e a tua; ela *esmagar-te-á* a cabeça.» (*Gên.*, III, 15). Na interpretação dos Padres, a «raça da mulher» de que se trata ali, é o próprio Cristo que despedaçou a cabeça da serpente, e desbaratou o império do demônio; por onde se entende que essa mulher é a Santíssima Virgem. Conforme êsse texto, há luta entre dois antagonistas: de um lado, estão uma mulher com o filho; do outro, o demônio. Quem há de ganhar a vitória, são aqueles, não êste. Ora, já não se verificava isto, caso tivesse sido maculada Maria, ainda que só o menor instante, pelo pecado original, porque então o seu adversário a teria dominado.

2. *Saudação angélica.* — O Anjo Gabriel, vindo participar, a Maria Santíssima, a Incarnação, cumprimenta a Virgem com a seguinte fórmula: «Ave, Maria, *cheia de graça.* O Senhor é convosco.» Ora,

não se exprimiria desta maneira o Anjo, nem haveria plenitude de graça se esta não exornara a Santíssima Virgem logo com o primeiro hálito da vida.

b) *TRADIÇÃO.* — Não se aventou nas origens do Cristianismo, a questão da Imaculada Conceição. Contudo, achava-se encerrada implicitamente a fé neste dogma, na profissão da maternidade divina e da perfeita pureza da Santíssima Virgem. No decorrer dos tempos, e mais particularmente na Idade Média, a verdade foi um tanto nublada (1). Finalmente definiu o dogma Pio IX, em 1854.

c) *RAZÃO.* — Não demonstrará de modo absoluto a razão, a existência do privilégio da Imaculada Conceição. É certo; porém, corrobora a muita conveniência e completa harmonia do mesmo, com o título de Mãe de Deus que cabe a Maria. Não fôra digna de Cristo. a mãe que houvera sido concebida na vergonha do pecado. Esta situação conspurcada da mãe, redundaria em opróbrio do filho. Importava, pois, sumamente que a mãe como o filho, o Redentor e a Co-redentora, fôssem ambos isentos de qualquer pecado.

B. **VIRGINDADE PERPÉTUA.** — Ensina a fé católica que Maria sempre permaneceu virgem, tanto antes do nascimento do seu divino filho, como depois. É o que se deve concluir: — 1. das palavras da Sagrada Escritura já lembradas, anunciando «que uma *Virgem* conceberá um filho»; — 2. dos *Símbolos*, rezando que «Jesus Cristo nasceu da *Virgem Maria*»; — 3. da *autoridade dos Padres*. Êstes, com efeito, julgam que é blasfêmia e injúria irrogada a Nosso Senhor, a opinião contrária. Além do que, lembram que Maria fizera voto de virgindade e que, na Cruz, se Jesus entregou sua mãe ao apóstolo são João, é sinal de não ter ela outros filhos (2).

---

(1) Chegam os adversários a apelar para a autoridade de são Bernardo, são Boaventura, santo Tomás e mais escolásticos, a seu favor, contra o dogma. É porque a opinião dêsses doutores não é firme a respeito. Santo Tomás, por exemplo em diversos passos, parece que nega a Imaculada Conceição, e em outros, parece pelo contrário quo a sustenta. Dis na Suma teológica: «Maria teve o pecado original, sendo, todavia, purificada antes de nascer». Em outro lugar, escreve: «Tão perfeita foi a pureza de Maria Santíssima, que tem sido preservada do pecado original e do pecado atual»

(2) Racionalistas houve (Paulus, Strauss, Renan), pretextando, certos passos da Sagrada Escritura, onde se fala dos irmãos e irmãs do Senhor (*Mat.*, XIII, 55), para inferir daí que a Santíssima Virgem teve outros filhos. Mas, como explicam são Jerônimo e os Padres latinos, trata-se, consoante o uso dos Judeus então, de primo-irmãos, simples e comumente designados por «irmãos».

C. SANTIDADE PERFEITA de MARIA. — A graça é distribuida na proporção da dignidade e dos merecimentos da pessoa. Logo, Maria recebeu mais graças do que qualquer um, porque teve dignidade supereminente. Porquanto, foi muito grande a santidade de Maria. Não só isenta do pecado original, também jamais cometeu pecado algum, nem mortal nem venial: assim o declarou o Concílio tridentino (1).

Assunção e Mediação da Santíssima Virgem. — Às prerrogativas mencionadas, ajuntemos outras duas. Não são *artigos* de fé até hoje. Mesmo assim, estão na crença geral da Igreja. Vem a ser: a *Assunção*, e a *Mediação* da Santíssima Virgem.

A. *ASSUNÇÃO.* — Universalmente acreditaram os cristãos que o corpo da Virgem não sofreu a corrupção do túmulo, foi ressuscitado pouco depois da morte, e transportado ao céu. Bases destas afirmações:

1. uma *tradição constante*, que se pode rastear, até ao século V.º no Oriente, e até ao VI.º no Ocidente; aliás, homologada pelos usos da Igreja estabelecendo em honra dêsses fatos uma festa solene.

2. *motivos de alta conveniência.* Pois não fôra melhor, e de todo o ponto cabível, que a carne da Virgem, puríssima desde o primeiro instante da sua conceição, e havendo permanecido sempre ilibada, não padecesse os insultos da decomposição?! Não assentava bem à mãe o mesmo triunfo do Filho contra a morte, partilhando a Virgem da gloriosa Ressurreição e Ascensão de Jesus Cristo?

B. *MEDIAÇÃO. — Na ordem da graça, é Maria Santíssima, medianeira universal.* Podemos descobrir nesta proposição três significações:

1. Maria é medianeira por *interceder com suas orações*, pelos homens junto de Deus. Assim fazem igualmente, com menos eficácia, todos os santos, conforme o definiu o concílio de Trento, *sess.* XXV.

2. É medianeira ainda por ser *Co-redentora*, já que ela nos deu o redentor e se associou ao sacrifício supremo: medianeira secundária, não faz dúvida, porque Jesus é o único medianeiro necessário, mas medianeira que não deixou assim mesmo de cooperar realmente na obra de nossa salvação.

3. É medianeira, finalmente, porque *não seria concedida aos homens graça nenhuma sem que Maria a houvesse pedido por êles.*

---

(1) Admite-se mais que Maria recebeu acréscimo de graças por causa da Incarnação do Verbo, dos atos meritórios que praticou, dos sacramentos a ela conferidos, o batismo provàvelmente não já para remédio da culpa original, senão como sinal, tornando-a capaz da recepção dos outros sacramentos. Também repousou nela o Espírito Santo no dia de Pentecostes, e foi comungada pelo apóstolo são João.

Nenhuma, das que fôssem impetradas sem intermédio dela. Isto, porque seja vontade de Deus o distribuir seus favores exclusivamente através daquela que nos deu o autor da graça. Parece certa esta doutrina. É admitida pela generalidade dos teólogos. Baseia-se no *ensino dos Padres* que denominam Maria Santíssima «onipotência suplicante, *omnipotentia supplex*». Na *autoridade dos Sumos Pontífices*; Bento XIV, Leão XIII, Bento XV, que consideram Nossa Senhora como «distribuidora universal das graças adquiridas pela morte de Cristo» (Pio X, Encíclica *Ad diem illam*, 1904). Na *prática da Igreja*, que instituiu recentemente a *festa de Maria Medianeira* (31 de Maio).

88. — IX. Culto à Santíssima Virgem.

1.º **O Culto.** — A Igreja tributa à Santíssima Virgem. o *culto de hiperdulia* (V. N.os 167 e 173). Numerosas. são as *festas* que estabeleceu (V. N.º 500), e as *práticas de devoção* que promove em honra dela e proveito nosso (501) Além disso, há dois meses, no ano, mais especialment consagrados a ela: Maio chamado mês de Maria e Outubrc mês do Rosário.

2.º **Sua legitimidade.** — É absolutamente *legítimo*, o culto da Santíssima Virgem, que ocupa lugar tão importante na Igreja. Senão, vejamos onde encontra seus *fundamentos:*

a) na *Sagrada Escritura.* As palavras que o Anjo emprega para a saudar «cheia de graça»; as de Isabel, que a proclama «bendita entre as mulheres»; o fato de Jesus, querendo que o primeiro milagre se realizasse a pedido de sua Mãe, querendo ainda que uma das suas últimas palavras fôsse para dá-la como Mãe a são João, ou melhor a toda a humanidade que são João representava: são outras tantas razões bastantes para nos despertar a confiança, e abrasar nossa devoção à Santíssima Virgem;

b) na *Tradição.* Remontam às origens do cristianismo, as homenagens prestadas a Nossa Senhora. É o testemunho dos Padres da Igreja e dos monumentos das Catacumbas que figuram Maria de braços abertos, na atitude da prece, considerada portanto como medianeira de todos os homens;

c) na *razão teológica.* Se Maria é medianeira onipotente, porque não haveríamos de, por nosso culto, procurar sua intervenção para alcançarmos as graças que necessitamos?!

3.º **Objeção.** — Os Protestantes incriminam o culto à Santíssima Virgem. É *supersticioso* e *idólatra*, dizem êles.

RESPOSTA.—Vai nisto um equívoco. Os Protestantes estão errados imaginando que tributamos o mesmo culto a Deus e a Nossa Senhora. Longe disso. Adoramos aquele, e a esta veneramos. Logo, êste segundo culto não pode em nada deturpar o primeiro. Exatamente o contrário: o culto de Maria Santíssima redunda em benefício do culto de Deus, pois quem honra a dignidade eminente de uma pessoa, exalta por isso mesmo a bondade e o poder do que conferiu à dita pessoa tal dignidade. Todavia, será preciso sempre evitar o exagêro, possíveis desvios de devoção popular menos esclarecida, manifestando-se quer no próprio culto quer no modo de celebrá-lo (1).

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Manifestar a Jesus a nossa gratidão pelo amor infinito que nos mostrou na Incarnação.

2.º Pronunciar o nome de Jesus com respeito, confiança e amor.

3.º Sejamos devotos fervorosos do Coração adorável de Nosso Senhor, e festejemos todas as primeiras sextas-feiras do mês, com orações, com a santa comunhão, e com atos de desagravo.

4.º Devotos do Filho, devemos também ser devotos da Mãe. Rezemos amiudo a prece de são Bernardo: « Lembrai-vos, ó piíssima Virgem Maria, que nunca se ouviu dizer que algum daqueles que recorreram a vossa proteção fôsse por vós desamparado. »

LEITURAS. — 1.º História da Anunciação (*Lucas*, .). 2.º Ler BOSSUET, Elevações XV..., 14: « Porque se fez homem, um Deus? Nosso Senhor Jesus Cristo nos dá a resposta: *Tanto amou Deus ao mundo.* É quanto basta. Não podem crer os homens ingratos neste amor tão extraordinário que Deus nos tem. » Mas aí está o

(1) Não será mal nem despropositado lembrar aqui o culto a *são José*. O desempenho por êle dado à gloriosa missão que lhe coube, de protetor do Menino Jesus e guarda da virgindade de Maria, valeu-lhe o elogio mais belo que se possa merecer; o elogio de « homem justo ». Dentre os santos que têm direito a nosso culto, é certamente são José o primeiro.

testemunho do discípulo predileto, acabando com todas as dúvidas: « Tivemos fé no amor que Deus nos consagra. » Tanto amou Deus ao mundo; e que nos cumpre fazer, senão acreditarmos no amor, para acreditarmos nos mistérios todos?... Depois disso, nada de argumentar ou discutir. Só amar. Quando Jesus disse: *Tanto amou Deus ao mundo*, uma frase única, conviria que se ouvisse: « O mundo remido tanto amou a Deus. » — 3.° Sôbre o *Sagrado Coração*, ler Mnr. Pio, *Carta sinodal*, dec. 1857. — 4.° Sôbre *Maria Santíssima*, os Sermões de BOSSUET, TERRIEN, *A Mãe de Deus*.

QUESTIONÁRIO. — I. 1.° Que é o mistério da Incarnação? 2.° Quais são os pontos principais que o constituem? 3.° Que significa a expressão « união hipostática »?

II. 1.° Quais são os adversários do dogma da Incarnação? 2.° Como se enuncia o dogma católico? 3.° Como se pode provar que existe?

III. 1.° Quem é o Homem-Deus? 2.° Qual é a pessoa e a natureza divina do Homem-Deus?

IV. 1.° É o Homem-Deus uma pessoa humana? 2.° Será composto, como todos os homens, de corpo e alma? 3.° Qual é seu corpo? 4.° Qual é sua alma? 5.° Qual foi a ciência de Jesus Cristo? 6.° Que foi sua vontade? 7.° Podia êle pecar? 8.° Se não podia pecar não estava livre; estava? 9.° Teve o Cristo também paixões?

V. 1.° Será absurdo o mistério da Incarnação? 2.° Pode a razão admitir a Incarnação de um Deus?

VI. Quais são as consequências da dualidade de naturezas e da unidade de pessoa em Jesus Cristo?

VII. 1.° Que é o culto ao Sagrado Coração? 2.° Deve-se promover êste culto? 3.° Que objeção fizeram os Jansenistas contra o culto ao Sagrado Coração? 4.° Que censuram nele os incrédulos modernos? 5.° Importa muito que seja ou não seja o coração órgão do amor?

VIII. 1.° Donde tira a Santíssima Virgem a sua dignidade? 2.° Quais foram as suas prerrogativas? 3.° Que é a Imaculada Conceição? 4.° Como se pode provar o dogma? 5.° Que sabeis da virgindade e da santidade de Maria? 6.° É dogma de fé a Assunção?

IX. 1.° Como se chama o culto prestado à Santíssima Virgem? 2.° Não é idólatra êste culto? 3.° Que base tem êle e quais razões o legitimam?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.° Em que consiste o mistério da Incarnação? 2.° Que lugar ocupa, na história, o mistério da Incarnação? 3.° Que idéia fazeis do culto ao Sagrado Coração? Que razões o autorizam e legitimam? 4.° É muito mais elevada em dignidade a Santíssima Virgem do que são José?

12.ª LIÇÃO

Vida de Nosso Senhor Jesus Cristo (1)

VIDA DE JESUS

- **Divisão.**
  - a) **Vida oculta.**
  - b) **Vida pública.**
  - c) **Vida padecente.**
  - d) **Vida gloriosa.**
- **1.º Vida oculta.**
  - A. **Nascimento** maravilhoso.
    - a) quanto ao **lugar**, Belém e não Nazaré.
    - b) quanto às **circunstâncias.** Adoração dos Pastores e dos Magos.
  - B. **Circuncisão.**
  - C. **Apresentação no Templo.**
    - a) O velho Simeão canta o seu **« Nunc dimittis ».**
    - b) Profetiza os destinos futuros de Jesus.
  - D. **Matança dos Inocentes.**
  - E. **Fuga ao Egito.**
  - F. **Em Nazaré.** Vida de
    - a) trabalho.
    - b) oração.
    - c) obediência.
- **2.º Vida pública.**
  - A. **Batismo de Nosso Senhor** por são João Batista.
  - B. **Jejum no deserto. A tentação.**
  - C. **Escolha dos Apóstolos.**
  - D. **Provas da sua divindade.**
    - a) **Afirma** a própria divindade proclamando-se
      - 1. o Messias esperado.
      - 2. Filho único de Deus.
    - b) **Prova** esta **sua** afirmação com
      - 1. **as profecias**
        - 1. realizadas nele.
        - 2. feitas por êle.
      - 2. os **milagres** que êle opera.
      - 3. a **sublimidade da sua doutrina e a** sua santidade.

---

(1) **Seria de grande proveito, antes de dar um *Resumo da vida de Nosso Senhor*, ministrar algumas noções sucintas de história e geografia da Palestina — Síria, atualmente.**

A. HISTÓRIA. — Lembrar que, naqueles tempos, a Judéia obedecia ao império romano, como o Brasil a Portugal antes da Independência; que

89. — Vocábulos.

Natal (do latim «*natalis*» natal). Festa celebrada pela Igreja para honrar o nascimento de Nosso Senhor.

Presépio. — Mangedoura dos animais. Um presépio é que serviu de berço para Nosso Senhor.

Belém. — Cidadezinha da Judéia, perto de Jerusalém.

Jerusalém. — Capital da Judéia, tomada e destruida pelos Romanos, no ano 70 depois de Jesus Cristo. — Essa destruição fôra anunciada por Nosso Senhor.

Nazaré. — Cidadezinha da Galiléia, onde Jesus permaneceu, desde o seu regresso do Egito, até à idade de trinta anos.

Jordão. — Rio da Palestina.

Vida oculta. — Não significa esta expressão que Nosso Senhor se escondesse aos olhares, não. Quer dizer que não manifestava a sua divindade, como que encobrindo-a com um véu.

Templo. — Sinônimo de igreja. Monumento edificado em honra da Divindade.

Templo de Jerusalém. — Os Judeus possuíam um só templo. Construira-o Salomão. Fôra destruido em 588 antes de Cristo, e edificado de novo por Zorobabel, em 516.

Evangelho (boa nova): — a) *doutrina* de Jesus Cristo: — b) *livros* em número de quatro que relatam a vida e os ensinos de Nosso Senhor Jesus Cristo.

DESENVOLVIMENTO

90. — I. As quatro fases da vida de Nosso Senhor.

Sabemos quem é Nosso Senhor: é o Filho de Deus, a 2.ª pessoa da Santíssima Trindade, reunindo na mesma personalidade duas naturezas, natureza divina e natureza humana. Temos de conhecer agora *a sua vida*, porque Jesus Cristo, tal como temos exposto a nossa crença católica, não é ente de imaginação. Nunca houve, pelo contrário, ente *mais real*. É fato histórico a sua vida, que durou trinta e três anos consoante a tradição.

---

o governador era Pôncio Pilatos, e que, por diplomacia, Roma deixara a Herodes, o título de rei da Galiléia, com algum aparato de autoridade.

B. GEOGRAFIA. — Traçando-se uma linha vertical dividida em três partes mais ou menos iguais, temos de cima para baixo: — *a*) a *Galiléia* (Nazaré, Cafarnaum, Caná, Tiberíades no lago de mesmo nome e o monte Tabor: — *b*) a *Samaria*; — *c*) a *Judéia* (Jerusalém, capital, onde fica o Templo, Belém, Betânia, pátria do Lázaro). O rio Jordão percorre em linha reta estas três regiões. Atravessa, na Galiléia, o lago de Tiberíades e desemboca no Mar Morto.

Com traços largos, muito por cima, se bosquejará aqui esta vida, salientando-se apenas, é bem de ver, os *pontos principais* (1). Que bastem, no entanto, para nos mostrar que há verdadeiramente em Nosso Senhor dupla natureza. Com efeito, é claro que se acreditamos que Jesus Cristo era no mesmo tempo homem e Deus, é porque os atos que realizou são de duas espécies: alguns, só os podia praticar um Deus, enquanto os outros indicam forçosamente origem humana.

Abrange, a vida de Nosso Senhor, quatro fases:

1.º «*Vida oculta*», desde o seu Nascimento até à idade de trinta anos;

2.º «*Vida pública*» que dura três anos. Começa com o batismo, e termina com a instituição da Eucaristia na véspera da Paixão;

3.º «*Vida padecente*», de três dias apenas, da quinta-feira santa até ao sábado de aleluia;

4.º «*Vida gloriosa*» é o espaço entre a Ressurreição e a Ascensão.

Esta lição trata dos dois primeiros períodos da vida de Nosso Senhor: *Vida oculta* e *Vida pública*. Entretanto, convém primeiro referir dois fatos importantes que antecederam ao nascimento do Salvador.

91. — II. Anunciação e Visitação.

Anunciação. — A cena inicial da história de Nosso Senhor desenrola-se num recôndito oculto da Galiléia: Nazaré, cidadezinha até aí sem fama. Seis meses havia, desde que o Anjo Gabriel no templo aparecera ao sacerdote Zacarias, para anunciar o nascimento de um filho, João Batista, destinado

(1) Bem se entenderá que um Manual de Catecismo só dê, da vida de Nosso Senhor, um resumo muito incompleto. O fim que se deve procurar, é pôr em relêvo, o lado maravilhoso que se nos antolha a cada passo. Dêste modo se evidenciará que não é um mito, uma invenção dos teólogos, a análise anteriormente feita da pessoa de Cristo. Ver-se-á antes, claramente visto, que tal análise decorre da vida de Nosso Senhor, como no-la referem os historiadores.

a ser precursor do Messias, quando o mesmo Anjo teve de Deus a incumbência de se chegar junto a Maria, jovem de condição humilde, mas de ilustre linhagem, pois descendia da família do santo rei Davi. « O Anjo Gabriel, diz são Lucas (I, 26 e seg.) foi enviado por Deus a uma cidade da Galiléia chamada Nazaré, junto de uma Virgem, noiva de um varão de nome José. Aproximou-se dela o Anjo, e disse»: « Ave Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco .. Eis que haveis de conceber e dar a luz um filho que nomeareis Jesus. Será grande e chamá-lo-ão o Filho do Altíssimo.»

Logo depois de Maria, informada pelo Anjo dos desígnios de Deus, ter dado a resposta: « Eu sou a serva do Senhor. cumpra-se em mim a vossa palavra », a *Incarnação* era *fato consumado*. Para que conservássemos esta recordação a Igreja instituiu o *Angelus* e estabeleceu a festa da Anunciação, a 25 de Março.

Visitação. — Algum tempo mais tarde, Maria se dirigiu a uma cidade da Judéia perto de Hebron a cinco dias de marcha de Nazaré, mais ou menos, para visitar sua prima Isabel. Esta teve do Céu uma revelação que lhe desvendava o grande mistério realizado na sua parenta. Por isso a saudou, exclamando em voz comovida estas palavras que completaram a primeira parte da Ave Maria: « Bendita sois vós entre as mulheres e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus.» Foi nessa ocasião que brotou, dos lábios de Maria, o *Magnificat:* hino de ações de graças e reconhecimento, inspirado pelos benefícios que Deus lhe prodigalizara e pelas misericórdias que tivera com Israel. A Igreja rememora êstes acontecimentos na festa da Visitação, a 2 de Julho.

92. — III. Vida oculta de Nosso Senhor. As duas épocas desta Vida.

Embora se estenda a Vida oculta de Nosso Senhor desde o seu nascimento até ao seu batismo, início da sua Vida, pública, é possível contudo dividi-la em dois períodos. Um,

cheio de prodígios; o outro correndo na obscuridade e no silêncio, interrompido no máximo por um ou dois fatos. Na primeira fase, contemplamos uma série de sucessos notáveis: *Natividade, Circuncisão, Apresentação no Templo, Matança dos Santos Inocentes, Fuga ao Egito*, depois o *Regresso a Nazaré*. A segunda fase é a *Vida oculta* propriamente dita. Escoa-se no remanso de Nazaré.

93. — IV. Acontecimentos da primeira fase.

Primeira parte da Vida oculta. — 1.º *NATIVIDADE*. — É *maravilhoso* o nascimento de Jesus Cristo: — *a*) quanto ao *lugar*, pois dá-se em Belém e não em Nazaré que era a residência de José e Maria. O imperador romano teve vontade de conhecer o número dos seus súditos. Ordenou para isso um recenseamento em todos os seus estados. A Judéia era um dêstes. Como todo o súdito tinha que se inscrever no país de origem da sua família, José e Maria foram obrigados a deixar Nazaré, onde moravam, para vir a Belém que era a terra dos seus antepassados.

b) Foi também maravilhoso, o nascimento de Nosso Senhor, quanto à *maneira* de se propagar pelo mundo esta notícia. No recesso misterioso de um mísero estábulo formará Jesus a sua côrte de adoradores. Antes de quaisquer outros, os pastores das cercanias, avisados pela voz dos Anjos; depois, mais tarde, os *grandes*, os Magos (1), sábios, ou príncipes, ou sacerdotes, do Oriente, guiados por estrêla misteriosa, que oferecem ao Deus-Menino: ouro, símbolo da

(1) A Tradição supriu ao silêncio do Evangelista são Mateus. Supôs que êsses Magos, em número de três, se chamassem Melquior, Gaspar e Baltazar, e fôssem três reis da Arábia feliz. É mais provável, contudo, que fôssem sacerdotes, ou sábios, vindos da Pérsia ou da Caldéia (V. FOUARD, *Vida de Nosso Senhor Jesus Cristo*). Veneram-se as suas relíquias na Catedral de Colônia. Quanto tempo após o nascimento de Nosso Senhor se apresentaram êles na gruta de Belém? Nenhuma data em parte alguma que elucide êste ponto. Certamente, Jesus não teria mais de dois anos, porque o rei Herodes, querendo tirar a vida do divino Menino, ordena que os soldados procurem e matem todas as crianças, de dois anos para baixo.

realeza; incenso, proclamando e homenageando a divindade; e mirra, emblema da humanidade.

2.º *CIRCUNCISÃO.* — Era uma das cerimônias mais solenes da religião judaica. Sinal da *aliança* que Deus formara como o patriarca Abraão e que distinguia, de todos os mais, os descendentes da raça eleita. De acôrdo com a lei judaica, sofreu Nosso Senhor a circuncisão oito dias depois do nascimento: recebeu nessa ocasião o nome de Jesus.

3.º *PURIFICAÇÃO DE MARIA SANTÍSSIMA. — APRESENTAÇÃO DE JESUS NO TEMPLO.* — Segundo outro preceito tinham as mães de ir ao templo para oferecer a Deus, por causa da maternidade, um sacrifício de expiação: cordeiro de um ano quando fôssem pessoas abastadas, ou um casal de pombos quando gente pobre. Era também dispositivo legal, que o primogênito de cada família pertencesse a Deus, sendo a êle consagrado para o serviço dos altares.

Quarenta dias após a Natividade foram ao templo de Jerusalém Maria e José. O sacrifício dêles, para a purificação da mãe, foi o dos pobres. Para o resgate do primogênito, isto é, para dispensa do serviço dos altares, pagaram cinco moedas (cousa de Cr $ 20,00), que era a quantia exigida de todos.

Deu-se nesta circunstância outro *caso maravilhoso.* É o seguinte. O ancião Simeão era afamado por sua justiça, e pelo dom de profecia. Gozava entre seus patrícios de muita consideração. E tivera aviso do Céu de que não faleceria sem ter contemplado o Messias. Ao ver o Menino Jesus, o conspícuo varão exclamou de repente num ímpeto de alegria: «Agora, sim; podeis, Senhor, deixar morrer em paz o vosso servo, conforme dissestes, porque já viram êstes meus olhoso *Salvador* que prometestes enviar-nos.» (*Lucas,* II, 29-30.). A Purificação da Santíssima Virgem e Apresen-

tação de Nosso Senhor são celebradas pela Santa Igreja, a 2 de fevereiro, na festa da « Candelaria.»

4.º *MATANÇA DOS INOCENTES.* — Pouco tempo fazia que José e Maria tinham deixado Jerusalém quando os Magos chegaram nessa capital. Indagaram em que lugar parava o novo « rei dos Judeus » recem-nascido. Herodes soube e teve medo que êsse novo rei fôsse algum competidor, um rival. Disseram-lhe os sumos sacerdotes e os escribas que era Belém o lugar indicado pelos profetas para o nascimento do Messias. Então com grande segrêdo mandou vir a palácio os Magos e pediu que de volta o procurassem outra vez, para trazerem informações exatas e precisas do lugar onde houvessem encontrado o Messias. Iria êle também adorá-lo. Os Magos prometeram. Mas o Céu lhes revelou os desígnios de Herodes. Regressaram por outro caminho. No auge da cólera, tomou uma resolução brutal, feroz, louca: sem titubear mandou que fôssem trucidadas todas as crianças de Belém de dois anos para baixo. (*Mat.*, II, 16.)

5.º *FUGA AO EGITO.* — Quando veio a sanha cruel do bárbaro Herodes ensopar de sangue os berços de Belém, não estava mais aí o Menino Jesus. Aparecera a são José de noite um Anjo ordenando-lhe que seguisse logo para a fronteira, levando a mãe e o filho. O estremoso protetor não hesitou. Já tomara dócil os seus dois tesouros e fugira para o Egito. (*Mat.*, II, 21.)

Segunda parte da Vida oculta. — *EM NAZARÉ.* — Depois de ter passado o perigo, com o falecimento do rei Herodes, voltou a Nazaré a Santa Família. Êste regresso ao lar, que ficara deserto por muito tempo (1), é pròpriamente o início da « *Vida oculta* » de Nosso Senhor. É o período mais extenso da sua vida e entretanto, emudecem quase por completo os Evangelistas a respeito dêle. Algumas palavras, quando muito, como sejam: « O menino ia crescendo, cheio

(1) Alguns comentadores dizem que Jesus, nesse tempo, tinha sete anos. Mas é pura suposição porque os Evangelhos nada afirmam neste particular.

de sabedoria, e a graça de Deus estava nele.» (*Lucas*, II, 52); uma *viagem que Jesus fez até Jerusalém*, onde pasmaram os doutores com o acêrto das perguntas e respostas dêsse menino de doze anos. Mais nada. No entanto não vá ninguém pensar que foram trinta anos gastos à toa, êsses de retiro silencioso. Absolutamente. Correndo no trabalho, na oração, na obediência e na humildade, eram outras tantas lições sublimes que Jesus nos queria proporcionar.

94. — V. Vida pública.

1.º *BATISMO DE NOSSO SENHOR.* — Para os trinta anos despediu-se Jesus dos seus remansosos sítios de Nazaré. Foi às margens do Jordão e pediu o batismo de são João Batista (1).

João nunca tinha visto a Jesus. Assim mesmo declarou imediatamente que era o Messias, e não lhe queria dar o batismo da penitência. Mas Jesus fez questão. Tencionava, justamente com êsse ato, tomar lugar entre os pecadores. João obedeceu. Nessa ocasião, manifestou-se a Santíssima Trindade. (V. N.º 40.)

2.º *JESUS NO DESERTO. — A TENTAÇÃO.* — Depois de batizado, acolheu-se Jesus ao deserto, como fizera Moisés (*Ex.*, XXX, 28) e como farão nas idades vindouras são Paulo e tantos santos, afim de se preparar pela *mortificação* e pela *prece* à magna obra que ia encetar. Durou quarenta dias e quarenta noites o jejum de Nosso Senhor. No fim da longa penitência, deixou que o demônio se aproximasse. Quis sofrer, por parte do espírito infernal, uma tríplice tentação: de *sensualidade*, de *orgulho* e de *cubiça*. Era para nos ensinar que «é capaz de compreender nossas enfermidades e delas apiedar-se desde que sem pecar experimentou as mesmas tentações do que nós.» (*Heb.*, IV, 15.)

---

(1) O apelido de são João era *Batista* ou batizador, porque ministrava o batismo de penitência. Também *Precursor* porque, com a pregação, com o exemplo de uma existência austera, aparelhava os Judeus à vinda do Messias. Era filho do sacerdote Zacarias e de santa Isabel.

3.º *PRIMEIROS DISCÍPULOS DE JESUS.* — Ao sair do deserto, dirigiu Jesus outra vez os seus passos para os lados do Jordão. Dava comêço à sua ingente missão evangélica. João Batista já o apontava às multidões, como sendo «o Cordeiro de Deus que apagaria todos os pecados do mundo.» (*João*, I, 20.) Então vieram ter com êle pressurosos muitos discípulos, entre os quais haveria de escolher mais tarde os seus *doze Apóstolos*; primeiro, companheiros seguidores de João: André, e João o evangelista; depois, Felipe; depois, *Natanael* (Bartolomeu)...

95. — VI. Como provou Jesus que era Deus.

Deus tinha prometido aos Judeus um *Messias*. Por meio dos profetas tinha marcado a *data* em que devia ser esperado êsse Messias e os *sinais* que dariam a conhecer a sua vinda.

A Jesus portanto, sendo o Messias, cabia aduzir provas. De duas maneiras o fez: 1.º dizendo quem era êle; 2.º mostrando-o.

1.º **Afirmações de Jesus.** — Jesus começou proclamando que era êle o *Messias esperado*; mais do que isso: que era o *Filho de Deus.*

A. *MESSIAS ESPERADO.* — *a*) Vêm os *discípulos* de são João perguntando-lhe quem é (*Mat.*, XI, 4, 5); interrogam-no igualmente os *Judeus*. A uns e outros Jesus responde que suas *obras* dão testemunho de ser êle o Messias esperado. — *b*) A *Samaritana* declara: «O Messias sou eu mesmo que lhe estou falando.» (*João*, IV, 26.) — *c*) Aprova as palavras de *Pedro*, o qual acaba de confessar, em nome do colégio apóstolico que Jesus é «o Cristo, o Filho do Deus *vivo*» (*Mat.*, XVI, 13-20.) — *d*) Perante o *Sinedrim*, Jesus repete solene e terminantemente ainda, com grave risco da própria vida, que é «o Cristo, o Filho de Deus.» (*Mat.*, XXVI, 63, 64.)

B. *FILHO DE DEUS*. — Não se inculca apenas Jesus como Messias senão como Filho de Deus, da mesma natureza do que seu Pai. — *a*) Ensina de fato que *vem do céu*, que é *Filho único de Deus*, que fazem *um só* êle e o *Pai*, (*João*, III, 13, 18; X, 30.) — *b*) Atribui a si mesmo as *perfeições divinas:* impecabilidade, eternidade. — *c*) Reclama, para si, os *direitos* e *poderes divinos:* êle tão humilde tolera que o adorem; perdoa os pecados e concede a outros esta mesma faculdade; anuncia que será, um dia, o juiz dos vivos e dos mortos. — Ora, essas afirmações de Jesus nos merecem fé, porque na sublimidade da sua doutrina e na santidade da sua vida, temos a prova inatacável de que não podia estar enganado nem enganar aos outros.

2.º **Mostras que deu.** — Dizer quem é não basta; acresce dar mostras. Jesus Cristo o fez. Para mostrar que era o Messias e Filho único de Deus, apresenta *credenciais* de duas qualidades: — *a*) *profecias* que manifestam a oniciência de Deus; — *b*) *milagres* que certificam a sua onipotência. A êstes dois testemunhos pode-se acrescentar para prova secundária: — *c*) a *sublimidade da sua doutrina.*

A. **Profecias.** — 1. *DEFINIÇÃO* — Segundo santo Tomas *profecia* é «a manifestação do porvir oculto às criaturas», é «a previsão certa e anunciação de cousas futuras que não podem ser conhecidas por meios naturais.» Logo se vê que não será profecia, nem portanto atribuível a Deus, qualquer previsão do porvir. A profecia exige dois requisitos. Deve ser: — 1) *previsão certa*, não de caráter dúbio ou ambíguo, e — 2) previsão que não se possa obter por meios naturais: assim não é profecia a previsão de um eclipse porque entra no domínio da ciência. Mas será *possível* a profecia? ou sua *verificação*?

2. *POSSIBILIDADE DA PROFECIA*. — Para ser possível uma profecia bastam duas cousas: — 1) que Deus conheça o futuro e, — 2) que no-lo queira revelar. Admitida

a existência de um Deus pessoal, não se lhe podem negar êstes dois atributos.

3. *VERIFICAÇÃO DA PROFECIA.* — É facílimo averiguar a existência de uma profecia. Entra na alçada da crítica histórica dizer: — 1) se foi enunciada a predição; — 2) se apresenta os requisitos da profecia: — 3) se houve ou não houve realização da mesma.

Quanto às *profecias relativas a Jesus Cristo* convém discriminar: — 1) as que se *cumpriram na sua pessoa* e, — 2) as *que êle próprio fez.* Autores daquelas foram os profetas do Antigo Testamento. Desta maneira foram anunciadas com muita antecedência, todas as circunstâncias da Vida oculta e da Vida pública de Nosso Senhor; seu nascimento de uma Virgem em Belém (*Isaías*, VII,); a matança dos Santos Inocentes (*Jer.*, XXXI); a adoração dos Magos; os milagres que faria; a flagelação; os pés e as mãos transpassadas; a túnica tirada à sorte (*Ps.*, XXI); a ressurreição (*Ps.*, XV). As outras têm como autor o próprio Jesus Cristo. Os Evangelhos nos afiançam que Jesus predisse sua paixão, sua morte, sua ressurreição (*Lucas*, XVIII, 32-33), a propagação da sua doutrina no mundo inteiro (*Mat.*, XXIV, 14), a perpetuidade da sua Igreja (*Mat.*, XVI, 18) apesar das perseguições (*Mat.*, X 16), a destruição do Templo de Jerusalém (*Mat.*, XXIV, 15.) Ora essas profecias todas, tanto aquelas como estas, realizaram-se exatamente. Logo provam a divindade de Jesus Cristo.

B. Milagres. — 1. *DEFINIÇÃO.* — *Milagre* é um fato que não obedece às leis do mundo criado e sòmente pode ser produzido por intervenção extraordinária de Deus. Convém examinar as duas mesmas questões ventiladas para a profecia. Será *possível*, o milagre? E sua *verificação?*

2. *POSSIBILIDADE DO MILAGRE.* — Não há contra o milagre impedimento algum, nem *por parte de Deus*, nem *por parte do mundo:*

1) *Por parte de Deus.* — Não repugna o milagre aos *atributos* de Deus. Não repugna ao seu *poder.* «Poderá Deus fazer milagres, isto é, derrogar às leis que êle mesmo estabeleceu? Isto nem se pergunta. Tomada a sério essa pergunta seria impiedade, se não fôsse absurdo», diz João Jacques Rousseau. Também não transtorna em nada o plano preestabelecido por Deus uma só vez e para sempre, porque neste plano entrava o milagre como elemento *previsto* e *querido* desde toda a eternidade. Logo não repugna à *sabedoria* divina.

2) *Por parte do mundo.* — Seria impossível o milagre. se as leis do universo fôssem de necessidade absoluta. Ora, isso não se dá — pelo menos não se dá com todas as leis. — Sem dúvida Deus não pode alterar as leis matemáticas, imutáveis e eternas. Não pode fazer cousa absurda ou contraditória, por exemplo, construir um triângulo quadrado. Quanto porém às leis físicas do mundo material, estas podem mudar porque não são de necessidade absoluta. Se existem assim, é que Deus assim as fez como as podia ter feito outras. Há *dois modos de explicar o milagre.* Pode-se considerar, ora como *derrogação* totalmente acidental a uma lei da natureza, ora como *não aplicação* da lei em consequência de uma intervenção divina. Quando estou segurando por um fio a pedra que haveria de cair, suspendo o efeito da lei da gravidade. Se eu mesmo, em dados casos, posso obstar ao exercício de uma lei, muito melhor pode Deus em casos mais difíceis que exorbitam da potência de qualquer ente criado, manifestar também a sua intervenção. Portanto os milagres não desvirtuam a obra de Deus. Deixam incólumes as leis da natureza.

3. *VERIFICAÇÃO DO MILAGRE.* — Tendo nós admitido a possibilidade do milagre, como se poderá *verificar* a existência do mesmo? Bastará para isso averiguar: — 1) *a realidade dos fatos:* por exemplo, a morte e a ressurreição de uma pessoa; — 2) *o caráter sobrenatural dos*

fatos: é preciso demonstrar que as fôrças da natureza eram incapazes de produzi-los; — 3) *a origem divina.* Será Deus ou o demônio o autor do fato? Além de haver cousas acima do poder deixado ao demônio, sempre se reconhecerão as obras dêste, quer na sua fonte, quer nos instrumentos que emprega, quer no fim que pretende.

Os principais milagres de Nosso Senhor, relatados nos Evangelhos são os seguintes. Nas bodas de Caná, Jesus muda Messias prometido, o Filho de Deus, e que por conseguinte vinha do céu a sua doutrina. Quem acreditaria que Deus fizesse milagres para abonar os embustes de um impostor?

Os principais milagres de Nosso Senhor, relatados nos Evangelhos, são os seguintes. Nas bodas de Caná, Jesus muda a água em vinho. Nas margens do lago de Tiberíades, alimenta com cinco pães e dois peixes cinco mil pessoas. Cura leprosos. Restitui a vista a um cego de nascença, a saúde a paralíticos, etc. São milagres de segunda ordem. De importância máxima, temos três: a ressurreição do filho da viuva de Naim, a ressurreição da filha de Jairo e a ressurreição de Lázaro. E mais a sua própria Ressurreição de que se tratará depois.

C. **Doutrina de Jesus Cristo.** — Com as profecias e os milagres que Nosso Senhor deu para provas da sua divindade, não será descabido outro testemunho: *a sublimidade da sua doutrina.* Eleva-se o ensino de Cristo, quanto ao *fundo* e quanto à *forma*, muito acima de tudo o que se conhecia até então.

FUNDO DA DOUTRINA. — Jesus traz ao mundo os mistérios mais profundos e a moral mais sublime como também mais inaudita. Citaremos apenas um exemplo. Quem tinha ensinado antes dêle o amor ao próximo? «Tu amarás o Senhor teu Deus de todo o coração, toda a alma e todas as fôrças», responde Jesus a um doutor da Lei: «Êste é o primeiro mandamento. E o segundo é semelhante ao primeiro: Amarás a teu próximo como a ti mesmo.» Amar a Deus era preceito conhecido dos Judeus. Porém amar também ao próximo! Era novo isto para o Judeu que detestava o samaritano, para o fariseu que desprezava o publicano. Novo para os demais povos do orbe, para

os Romanos, os Gregos, etc., que chamavam de bárbaros e como a bárbaros tratavam, todos os estrangeiros. E estavam divididos êles próprios em duas classes: donos e escravos. Não padece dúvida, era mesmo preceito novo. (Ver N.os 298 e seg.).

FORMA DA DOUTRINA. — Com arte suma, expunha Nosso Senhor as suas doutrinas. Lendo com atenção os Evangelhos, é o que para logo se percebe. Varia os métodos conforme os auditórios. Ora fala só; ora interroga; ora dá respostas. Com gente simples, com os ignorantes, lança mão de comparações singelas, de parábolas, e os elementos são as cousas mais vulgares que todos têm debaixo das vistas. Um lavrador que deita ao campo a semente; um terreno que a erva daninha estraga; uma figueira que não dá nada; a vinha: os passarinhos do céu; o lírio do vale, etc. Aos doutores da lei propõe verdades alevantadas que os enchem de admiração. Quando os vê astuciosos, de má fé, então dirige-lhes, por sua vez, perguntas que os deixam enleados, boquiabertos. Em toda a parte e sempre, sabe Nosso Senhor adaptar os seus ensinos, pondo-os ao alcance de todas as inteligências.

Abundantemente, amplamente provou Jesus que era Deus, quer pela incomparável dignidade da sua doutrina, quer pelo *conjunto de todas as suas virtudes*: *santidade* (qual de vós me arguirá de pecado? diz êle a seus adversários), amor aos homens, paciência, mansidão, resignação e superioridade da alma nas perseguições e no sofrimento: tantas mostras mais eloquentes talvez do que seus milagres e profecias. (1)

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Adorar a Jesus no berço. — um Deus nascer em estrebaria! Não é, isto, abismo de humildade ?!

2.º Jesus em Nazaré! eis o modêlo dos meninos e dos moços que gostam da vida de família no seio do lar, preferindo-a a qualquer divertimento fora, e nada querem senão obedecer em tudo e agradar a seus pais.

3. Jesus no deserto! É para nós lição de recolhimento e mortificação.

---

(1) Talvez fôsse oportuno completar essas provas da divindade de Jesús Cristo, com as outras que patenteiam a divindade da sua *religião*. Vêm a ser: a *difusão* rápida do cristianismo, não obstante as perseguições; a coragem sobrehumana dos inúmeros *mártires* e as virtudes heróicas dos *santos* de todas as épocas.

4.º Ler e meditar amiudo a doutrina de Nosso Senhor expandida nos Evangelhos.

LEITURAS. — Ler no Evangelho : 1.º a narração dos milagres de Nosso Senhor, particularmente a cura do paralítico da piscina, do cego de nascença e a ressurreição de Lázaro. (*João*, v, 1-9 ; IX, 1-41 ; XI . . .) 2.º as parábolas mais importantes : parábola da semente, do grão de mostarda, do Samaritano, do Bom Pastor, do Filho pródigo (*Mat.*, XIII ; *Lucas*, XV) ; 3.º o sermão da montanha (*Bem-aventuranças*) (*Mat.*, v, 1-10 ; *Lucas*, VI, 20).

QUESTIONÁRIO. — I. Quais são as diferentes épocas da vida de Nosso Senhor ?

II. 1.º Que é a Anunciação ? 2.º Que disse à Santíssima Virgem o Anjo Gabriel ? 3.º Que é a Visitação ?

III. 1.º Quais são as duas partes da vida oculta ? 2.º Quais são os fatos dela mais notáveis ?

IV. 1.º Como se deu a Natividade de Nosso Senhor ? 2.º Que é a Circuncisão ? 3.º Como se deu a Apresentação de Nosso Senhor no Templo ? 4.º Quem era o velho Simeão ? 5.º Que vem a ser Matança dos Inocentes ? 6.º Quem disse a são José que fugisse para o Egito ? 7.º Que fez Nosso Senhor depois do regresso a Nazaré ? 8.º Até que idade permaneceu ali ?

V. 1.º Quais são os sucessos mais notáveis da Vida pública de Nosso Senhor ? 2.º Como se realizou o seu batismo ?

VI. 1.º Como provou Jesus Cristo que era Deus ? 2.º Afirmou êle que o fôsse ? 3.º Em que ocasião ? 4.º Que sabeis das profecias ? 5.º Que é um milagre ? 6.º Que conclusão se tira de um milagre ? 7.º Quais são os principais milagres que fez Nosso Senhor ? 8.º Que opinião formais dos ensinos de Nosso Senhor no tocante à própria doutrina e no tocante ao modo de exposição ?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.º Narrai resumidamente o que sabeis da Vida de Nosso Senhor no Egito e em Nazaré. 2.º Dentre as provas que Nosso Senhor nos ofereceu da sua divindade, dizei e encarecei a que mais vos impressiona. 3.º Em que diferia o ensino de Jesus dos ensinos que o tinham precedido ?

13.ª LIÇÃO

4.º Artigo do Símbolo.

«Padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado.»

A Paixão (Vida dolorosa). — Mistério da Redenção.

A REDENÇÃO

- 1.º Modo. — A Redenção se operou pela Paixão.
  - a) Porque os Judeus fizeram morrer Nosso Senhor.
  - b) As diferentes cenas da Paixão.
- 2.º Noção.
- 3.º Necessidade hipotética.
  - a) Deus podia castigar o homem culpado ou devolver lhe graças e amizade.
  - b) Na segunda hipótese, Deus podia
    - 1. perdoar gratuitamente
    - 2. perdoar exigindo reparação.
  - c) A Paixão, que foi a maneira efetiva, não era maneira necessária.
- 4.º Existência.
  - a) Nosso Senhor nos disse o fim da sua morte.
  - b) Os Apóstolos e a Igreja o entenderam desta forma.
- 5.º Caracteres.
  - a) Livre.
  - b) Satisfação pelo pecado.
  - c) Reconciliação com Deus do homem pecador, e libertação da escravização ao demônio.
  - d) Restauração do homem na graça e na glória.
- 6.º Valor.
  - a) universal.
  - b) condicional.
- 7.º Êste mistério, a razão
  - a) não o pode compreender.
  - b) estabelece que não é absurdo.

96. — Vocábulos.

Redenção (lat. *redemptio*, resgate). — Resgate de um preso mediante uma quantia paga, quer pelo próprio cativo, quer por um intermediário.

Medianeiro (lat. *mediator*, intermediário). — Quem se interpõe entre dois adversários, para promover a paz, a reconciliação. Moisés, medianeiro entre Deus e

o povo judaico, é figura de Jesus Cristo, o supremo Medianeiro.

Expiação. — Pena que se sofre para reparar uma falta. Pode haver expiação sem que haja satisfação.

Satisfação (lat. *satisfacere*, fazer bastante, assaz). — Êste vocábulo, no sentido da presente lição, quer dizer reparação da ofensa por meio de uma expiação perfeitamente adequada.

Paixão. — São os sofrimentos que precederam e acompanharam a morte de Jesus.

Sanedrim. — É o tribunal mais alto, com sede em Jerusalém. Era constituido pelo presidente, sumo sacerdote, e por dois vice-presidentes. Seus membros eram os sumos sacerdotes honorários, outros sacerdotes, os principais chefes de família (anciãos) e os escribas.

O Suplício da Cruz. — Usava-se entre os Egípcios, Persas e Cartagineses. Em Roma e na Grécia porém, era reservado aos escravos e aos maiores criminosos. Os Judeus adotaram-no na época de Herodes.

Nos outros povos deixavam-se na cruz as vítimas, de modo que as aves do céu as vinham devorar. Partiam as pernas aos supliciados, no cair da tarde. Depois que a morte tinha sido oficialmente confirmada, dava-se licença aos parentes ou amigos que viessem recolher o cadáver e prestar-lhe as honras derradeiras.

DESENVOLVIMENTO

97. — I. Objeto do 4.º Artigo do Símbolo.

É duplo o objeto desta lição. Trata: 1.º da morte de Jesus Cristo; 2.º dos frutos desta morte. No Símbolo dos Apóstolos vem enunciada sòmente a primeira parte chamada *Paixão*. A segunda chama-se *Redenção.*

98. — II. Artigo I. Paixão de Jesus Cristo.

Em Jerusalém, capital da Judéia, é que se desenrola o magno drama da Paixão, debaixo do govêrno do Pôncio Pilatos, representante de Roma. Porque será que os Judeus deram a morte a Nosso Senhor? Quais são as principais cenas da tragédia sangrenta? São as duas questões que vamos elucidar.

1.º **Porque os Judeus fizeram morrer Nosso Senhor.** — É uma hora torva e má, na história judaica, esta em que supliciam o Messias por quem anelavam com todos seus votos. Contudo, um pouco de reflexão para logo descobre. na mentalidade dêles, os motivos dêste procedimento aparentemente abstruso, inexplicável.

O conceito que os Judeus geralmente formavam acêrca do Messias. era que havia de ser algum conquistador famoso, cujas vitórias reerguessem o prestígio da nação, libertando-a do jugo estrangeiro.

> O doutor Gamaliel, que a mente lhe formara, (a Saulo)
> Nos textos de Moisés, antevendo heresias,
> Dera-lhe a conhecer numa eloquência clara,
> A vera aparição do futuro Messias.
> Êste devia ser forte como um prodígio,
> Falando pela voz de cem tubas de guerra,
> E descendo do Céu, no seu maior fastígio,
> Para ditar a lei aos monarcas da terra.
>
> BATISTA CEPELOS

Por outra parte os detentores da *autoridade religiosa* cindiam-se em dois campos inimigos. De um lado a *seita dos saduceus*, amigos do govêrno que lhes propinava favores. Contra ela, a célebre *seita dos fariseus* que preconizava ardorosamente a independência do país. Ambas hostilizavam a Nosso Senhor: aquela porque estava satisfeita com a situação presente e tinha o Messias por perturbador e revolucionário; esta, melindrada muita vez nas suas usanças formalistas porque julgava que Jesus não fôsse o Messias glorioso.

Os saduceus e os fariseus formavam apenas um pugilo reduzido, diminuto, e não a *massa popular*, é claro. A esta, quanta bondade, quanta solicitude não lhe havia manifestado Nosso Senhor! Mas a plebe é facilmente desvairada. Deixa-se arrastar por condutores astutos. São de uma mobilidade extrema as suas opiniões. Isto explica a psicologia dessa hora

negregada e louca, em que os seguidores fiéis de Jesus, multidão entusiasta e amante, entraram a soltar clamores de morte e praticaram tais atos de violência que infamam e envergonham um país e uma nação civilizada.

2.º Principais cenas da Paixão. — A. *AGONIA NO JARDIM DAS OLIVEIRAS.* — É na tarde da Quinta-Feira Santa logo após a instituição da Eucaristia, o início do drama imenso. Nosso Senhor recolhera-se ao horto de Getsêmani para rezar. Ali ficou, com a mente esmagada pelos tormentos que lhe apareciam tão próximos; muito mais pelos pecados cuja responsabilidade êle voluntàriamente assumia. E então sofreu por várias horas uma agonia tremenda, assombrosa. Corria-lhe do corpo sagrado um *suor de sangue,* apesar do confôrto que lhe trouxera do Céu um Anjo.

B. *TRAIÇÃO DE JUDAS. — JESUS VAI PRESO. — O JULGAMENTO.* — Para a meia noite, chega um trôço de soldados. Dirige-os o traidor Judas. Por um beijo indica aos esbirros quem é o divino Mestre. Querem prendê-lo; porém o poder de Jesus os derruba todos. Deixa depois que se levantem, o agarrem e acorrentem. Levam-no então ao tribunal de *Anás,* antigo sumo sacerdote e sogro do sumo sacerdote em exercícios, *Caifás.*

No tribunal de Anás e de Caifás. — Mesmo de noite começou o interrogatório no tribunal de Anás. Na verdade era antes o prelúdio do verdadeiro *julgamento* que se realizará no dia seguinte sexta-feira cedo, no tribunal de Caifás, como o Sinedrim em plenário para a importante sessão. Ali depois de terem ouvido várias testemunhas da acusação, o sumo sacerdote formula a *pergunta decisiva:* «És tu o Cristo, Filho de Deus?» E como Jesus responde afirmativamente, Caifás rasga os vestidos e declara o acusado réu de morte, por causa de *blasfêmia.* A assembléia em pêso concorda numa gritaria unânime que Jesus «é réu de morte.»

No tribunal de Pilatos. — Todavia uma sentença destas não podia ter execução sem que fôsse previamente sancionada pelo delegado romano. Por isso foram apressados à outra extremidade da capital onde ficava a residência de Pilatos. Ali, trataram de alcançar prontamente. da autoridade do governador, a devida homologação da pena de morte. Afim de melhor o conseguir, os Judeus trocaram o *motivo da acusação.* Puseram de lado a questão religiosa que pouco comoveria a Pilatos. Lembraram-se do *terreno político.* Incriminaram a Jesus de sedicioso, pretendente à realeza. Pilatos orientou neste sentido o inquérito, inteirando-se, a breve trecho da inocência plena de Jesus. Então, para livrar-se da dificuldade, mandou-o para o *Tribunal de Herodes.* Êste viera a Jerusalém para as festas da Páscoa. Aliás, nenhuma jurisdição possuía no caso, a não ser a que a benevolência do governador romano houvesse por bem conceder-lhe. Herodes quis divertir-se à custa da vítima.

Nosso Senhor, porém, nem se dignou dar resposta às perguntas galhofeiras do assassino de são João Batista. Vendo que não obtinha resultado, enviou-o de novo a Pilatos, com o vestido branco dos mentecaptos, em sinal de desprêzo.

C. *JULGAMENTO. — CONDENAÇÃO DE JESUS. — No tribunal de Pilatos outra vez.* — Ficou aborrecido Pilatos vendo que os Judeus vinham vindo de novo, com o acusado. Estava convencido da inocência de Jesus e instigava-o a mulher a não se meter neste negócio. Por isso, apegou-se a vários recursos para salvar a Jesus. *Ofereceu a libertação* pura e simples. Era praxe entre os Judeus indultar algum preso no dia da Páscoa. Pilatos propôs a escolha: Jesus ou Barrabás, um temível facínora. Mas, o povo, influenciado pelos agentes do Sinedrim, reclamou frenèticamente que se soltasse Barrabás.

Outro *recurso* imaginou Pilatos: Jesus seria flagelado. Após a tortura horrenda, o juiz apresentou à multidão sua vítima. Pensava que a turba seria movida à compaixão, ao

ver êste homem, tão lamentàvelmente ferido. Baldadas esperanças! Redobraram os gritos de morte. Pilatos, receoso que isto degenerasse em revolta, muito fraco para resistir, teve a *cobardia* de entregar o inocente ao furor cego dos populares e dos príncipes dos sacerdotes.

D. *EXECUÇÃO*. — *Estrada dolorosa e crucifixão*. — Depois de pronunciada a sentença, trouxeram uma cruz pesada e colocaram-na nos ombros de Jesus. Teve de carregá-la, num caminho extenso, que foi cognominado «*estrada dolorosa*», e que a veneração da Igreja consagrou pela instituição da *Via Sacra*. São quatorze passos, ou estações, recordando as cruéis peripécias. Assim que chegou no monte Calvário, Jesus foi pregado na Cruz entre dois malfeitores, e em meio do populacho, sempre a vociferar e soltar clamores de ódio. Ao pé da Cruz, ficavam a *mãe de Jesus*, *Maria Madalena*, e *algumas mulheres corajosas*. Dos discípulos, são João, só. Os outros tinham fugido. Começou a crucifixão na sexta feira, ao meio dia; depois de três horas de padecimentos atrozes, Nosso Senhor expirou (1). Entrementes, Jesus pronunciara sete palavras memoráveis. Quando o pregavam à Cruz: «Pai, perdoai-lhes, porque não sabem o que estão fazendo.» À sua mãe e a são João: «Mulher, eis o vosso filho. — Eis a vossa mãe.» A seu Pai: «Meu Deus, meu Deus, porque me abandonastes?» Depois: «Tenho sêde.» Ao bom ladrão: «Digo-te, em verdade hoje estarás comigo no paraíso.» Finalmente: «Tudo está consumado», e «Pai, em vossas mãos entrego o espírito.»

E. *SEPULTURA*. — José de Arimatéia e Nicodemos, ambos membros do Sinedrim, e amigos de Jesus, obtiveram de Pilatos autorização para despregarem da Cruz, o corpo,

---

(1) Assim é que Jesus, preso na quinta-feira de tarde, julgado durante a noite e pela madrugada da sexta-feira logo condenado, já estava pôsto na cruz para o meio dia e expirava às três horas. O drama tinha durado menos de vinte e quatro horas. — Afim de honrar estas recordações dolorosas, instituiu, a Igreja, as cerimônias da Semana Santa, sobretudo da Sexta-Feira. Êsse mesmo dia, todas as semanas do ano, é por ela consagrado à penitência.

e sepultá-lo. Fizeram isto depressa, porque estava próximo o Sábado. Depois, deixaram a Jesus no sepulcro novo que pertencia a José de Arimatéia, e ficava pertinho do Gólgota. Arrastaram, até à entrada, uma pedra grossa, que o fechasse, como era costume entre os Judeus.

99. — III. Artigo II. A Redenção. Noção.

Redenção é o mistério de Jesus Cristo, morto na Cruz para nos remir.

Uma redenção, em geral, requer três condições: — *a*) perda de algum bem; — *b*) nova posse dêste bem; — *c*) resgate pago para recuperar o bem perdido. Na Redenção do gênero humano por Nosso Senhor Jesus Cristo, encontramos êstes mesmíssimos caracteres: — *a*) perda da graça pelo pecado original; — *b*) reintegração do homem na amizade de Deus; — *c*) o resgate oferecido a Deus pela morte de Cristo.

Não é preciso dizer que a Redenção é um mistério. É incapaz com efeito, a nossa razão, de entender que um Deus seja pregado numa cruz, que padeça e morra, não como natureza divina, é verdade, mas Deus assim mesmo, pois os atos todos da natureza humana são atribuidos à pessoa divina.

100. — IV. Necessidade hipotética da Redenção.

Posta a existência do pecado original, dois modos tinha Deus de tratar o criminoso: que o *castigasse*, ou lhe *devolvesse a sua amizade*.

A. Usando o primeiro alvitre, Deus podia aniquilar Adão e o gênero humano, ou reduzi-lo simplesmente à ordem natural.

B. No segundo caso, também duas soluções se apresentavam: — 1. Deus *perdoaria a injúria*, sem exigir nenhuma reparação. O ofendido sempre é livre de esquecer a falta do ofensor. Contudo, êste procedimento, magnificando em extremo a bondade, deixa na sombra a justiça. — 2. Conciliando a *bondade* e a *justiça*, é necessário que o culpado apresente satisfações por sua falta. Resta saber, portanto, se o homem era capaz de trazer o resgate que Deus tinha direito

de exigir. Não era. Em princípio, não era. O ofendido, sendo Deus, requeria uma reparação infinita. Não o podia realizar nunca uma criatura finita. Claro está que Deus, querendo abrir mão dos seus direitos se contentaria com o pouco que o homem trouxesse. Mas, neste caso, a satisfação não igualaria a ofensa.

Logo, na hipótese de exigir Deus reparação equivalente à injúria, só um meio havia, que era a intervenção pessoal do próprio Deus. Deus, e mais ninguém, é que podia trazer a satisfação precisa. Mas, então, uma pessoa divina haveria de rebaixar-se, humilhar-se, dar mostras de submissão?! que isso tudo é condição imprescindível de qualquer reparação por um agravo. — Não. Impossível. Só adotando uma natureza criada. Aí temos porque é que o *Filho de Deus devia incarnar-se*, caso fôsse plano divino pedir satisfação plena, perfeita, e também oferecê-la. Quererá dizer isto que Deus, tendo agora condescendido até aí, até revestir uma natureza humana, tinha obrigação de sujeitar-se aos extremos de um suplício infame, vergonhoso e sangrento? *Nada disso. Absolutamente.* Uma única lágrima de Cristo, uma prece, o rebaixamento da Incarnação, saldavam amplamente o débito que Deus houvesse de reclamar para desconto da injúria recebida. Daí conclui-se que a *Redenção*, na hipótese de querer Deus uma reparação proporcionada à falta, devia realizar-se pela *Incarnação* (1) de uma pessoa divina, sem que a Paixão fôsse o *modo necessário*.

101. — V. Existência da Redenção.

1.º Adversários. — São adversários do dogma que afirma a existência da Redenção: — *a*) aqueles todos que não reconhecem o pecado original: os *pelagianos* no século V.º e os *racionalistas*, hoje

(1) Terá sido, a Redenção do gênero humano, *motivo final* ou determinante da Incarnação? É controversa a resposta. Segundo os *Tomistas*, a Redenção foi a única razão de ser. Segundo os *Scotistas*, a Incarnação se teria realizado ainda que não existisse o pecado original. Deus ter-se-ia feito homem para dar ao mundo uma grandeza e uma perfeição que não possuiria sem isso.

em dia; — *b*) os *Socinianos* do século XVI. Pretendem que a única virtude da morte de Nosso Senhor, é servir de exemplo para nós. Operamos a própria salvação por nossos próprios merecimentos, e pela imitação de Cristo. Atualmente os *Protestantes liberais* e os *Modernistas*, descobrindo que a idéia da Redenção é doutrina *ignorada* pelo Evangelhos e introduzida por são Paulo no acervo das crenças católicas.

2.º **O dogma. Suas provas.** — *Por sua paixão e morte na cruz, Jesus Cristo deu satisfação a Deus por todos os pecados dos homens e mereceu-lhes a salvação. É artigo de fé*, definido pelo concílio de Éfeso, cân. 10, e pelo concílio de Trento, *sess.* VI, cap. VII. Baseia-se na *Sagrada Escritura* e na *Tradição.*

A. *SAGRADA ESCRITURA.* — *a*) *Antigo Testamento.* Libertava-se o povo hebraico por meio do cordeiro pascal, da servidão ao Egito. Os Padres da Igreja vislumbram todos nisso uma figura da futura libertação da humanidade escapando, pela mediação do Messias, vero cordeiro pascal, do cativeiro do demônio. No *Ps.* XXI e em *Isaías* LIII, já vemos o Messias vindouro (*o servo de Deus*) anunciado como hóstia *propiciatória*, como vítima que há de satisfazer à justiça de Deus por nossos pecados.

b) *Novo Testamento.* Depreende-se claramente o dogma da Redenção: — 1. das palavras de Nosso Senhor referidas pelos *Sinóticos.* O próprio Jesus declara que «veio para salvar o que estava perdido» (*Lucas*, XIX, 10; *Mat.*, XVIII, 11), «que era necessário subisse a Jerusalém, sofresse... fôsse morto» (*Mat.*, XVI, 21); que havia de «dar a vida pela *redenção* de muitos» (*Mat.*, XX, 28; *Marcos*, X, 45.) Na última Ceia diz que «derramará o próprio sangue para muitos em *remissão dos pecados*» (*Mat.*, XXVI, 28; *Marcos*, XIV, 24; *Lucas*, XXII, 20); — 2. *do testemunho dos Apóstolos.* — O de *são Pedro:* «Fostes libertos... por um sangue precioso, o do Cordeiro sem defeito e sem mancha, o sangue de Cristo.» (I, *Pedro*, I, 18, 19.) — 2) O de *são João:* «Jesus Cristo é vítima de propiciação, êle próprio, por nossos

pecados; não só, pelos pecados do mundo inteiro.» (I, *João*, II, 2.) — 3) O de *são Paulo*: mais do que os outros apóstolos, desenvolve são Paulo a doutrina da Redenção, em especial na *Epístola aos Efésios* (I, 7), na II.ª *aos Coríntios* (V, 18) e sobretudo na *Epístola aos Romanos* (III, 24, 25). É descabida aqui qualquer insistência neste particular, visto que os antagonistas do dogma increpam justamente a Redenção de doutrina pauliniana. Note-se apenas que se encontra, no próprio são Paulo, formal desmentido e refutação rigorosa quando escreve aos *Coríntios* (I, XV, 3):

« Ensinei a vós outros *conforme eu mesmo aprendi*, que Cristo morreu por nossos pecados.»

Dêstes diferentes textos conclui-se que não sòmente em são Paulo, mas nos Evangelhos e nos demais livros do Novo Testamento, apresenta-se-nos a morte de Nosso Senhor, como *verdadeira satisfação* e *causa meritória da salvação.*

B. *TRADIÇÃO.* — A doutrina da Redenção é ensinada pelos *Padres da Igreja.* Já se acha no primeiro século e no segundo, com os *Padres apostólicos*, como são CLEMENTE, afirmando que « o sangue de Cristo foi derramado para salvar-nos » (*Ep. aos Cor.*, VII, 4.) Entre os *Apologistas*, como são JUSTINO. Entre os *polemistas*, como santo IRINEU, que ensina no seu *Tratado contra as heresias* « que fomos remido pelo sangue de Cristo, por sua morte que foi verdadeiro sacrifício, por sua obediência que expiou a nossa revolta.» Vem exposta a mesma doutrina no decorrer dos séculos com maior ou menor perfeição até santo Tomás que fixou de modo definitivo os pontos principais.

102. — VI. Caracteres da Redenção.

1.º A *Redenção* foi *livre.* Jesus sofreu e morreu por nós *voluntàriamente*, porque quis. Bem o mostrou no horto das Oliveiras, quando derrubou os soldados da coorte romana (*João*, XVIII, 7); bem mostrou que podia escapar, querendo. Ofereceu-se portanto em holocausto porque era esta a sua

vontade (*Isaías*, LIII, 7.) « Dou minha vida, podia êle falar... ninguém a arrebata de mim, porém, a dou espontâneamente » (*João*, x, 17, 18.)

2.º A *Redenção* foi uma *satisfação* pelo pecado. Satisfação — *a*) *substitutiva*, isto é, efetuada por pessoa interposta, por um medianeiro que solveu os débitos da humanidade culpada; — *b*) *universal*, abrangendo o mundo inteiro (V. N.º seguinte); — *c*) *plena*, isto é, adequada à ofensa. De fato, o valor da satisfação depende da dignidade de quem a apresenta, como a gravidade da ofensa depende da elevação da pessoa ofendida; — *d*) *superabundante*, segundo a expressão de são Paulo (*Éf*., I, 8; *Rom*., v, 20.) Todos os atos de Cristo, ainda os mais ínfimos, têm valor infinito e são por isso superabundantes. Nestas condições, o sacrifício da Cruz atinge alturas incomensuráveis, excedendo tudo quanto fôra requerido para uma satisfação completa.

3.º A *Redenção* foi a *reconciliação* do homem pecador com Deus. « Êle nos amou, diz são João, e nos limpou dos *nossos pecados* no seu *sangue*.» (*Apoc*., I, 5.) « Levou os *nossos pecados*, diz são Pedro, no seu próprio corpo, sôbre o madeiro.» (I, *Pedro*, II, 24.) Desde que a Redenção reconcilia o homem com Deus, liberta-o, por isso mesmo, da *escravidão ao demônio*. Cristo, por sua morte, destrói o poder infernal e arruina a influência nefasta de Satanás contra as criaturas. (*Heb*., II, 14.)

40.º A *Redenção* foi uma *restauração*. Devolveu ao homem os *dons sobrenaturais:* graça santificante e glória do Céu, perdidas uma e outra pelo pecado de Adão (1). (*João*, I, 12-16.)

---

(1) Pela Incarnação e pela Redenção, Jesus Cristo cumulou os três encargos de profeta, sacerdote e rei: — *a*) *Profeta*, ensinou verdades acêrca de Deus e das cousas divinas, e revelou acontecimentos futuros. — *b*) *Sacerdote*: ofereceu-se por nós, na Cruz, a Deus seu Pai, e renova todos os dias êste sacrifício de modo incruento sôbre os nossos altares, pelo ministério do padre. Continua, desta forma, a ser medianeiro entre Deus e os homens. — *c*) *Rei*: « Está sentado à mão direita de Deus Padre todo poderoso », isto é, goza dos atributos divinos e do poder real. Como Homem-Deus, é rei espiritual das nossas almas e governa-nos pela Igreja da qual fica sendo chefe e cabeça.

103. — VII. Universalidade da Redenção. Condições para alcançar os frutos da Redenção.

1.º **Universalidade da Redenção.** — A. *Erros.* — *Calvinistas* e *Jansenistas* negaram a universalidade da Redenção. Disseram que Cristo morrera em prol dos eleitos ùnicamente.

B. A Redenção é *universal* e Cristo entregou-se para resgate de todos os homens e de todos os pecados. É *artigo de fé*, definido pelo concílio de Trento, *sess.* VI, *cap.* III; — *a*) de *todos os homens*. Terminantemente o certifica a Sagrada Escritura: «Há um só Deus e um só medianeiro entre Deus e os homens, o Cristo Jesus feito carne que se entregou êle próprio como resgate, *por todos* (I, *Tim.*, II, 5, 6); — *b*) *de todos os pecados:* pecado original e pecados atuais. São Paulo declara: «Jesus Cristo entregou-se êle próprio por nós, para nos remir de *qualquer iniquidade.*» (*Tito,* II, 14.) O mesmo Apóstolo expõe alhures que a morte de Cristo mereceu o perdão das prevaricações cometidas no Antigo Testamento. (*Heb.*, IX, 15.) O que tudo equivale a dizer que todos os homens salvos, todos os justos, quer do Novo Testamento, quer do Antigo, a própria Maria Santíssima, Apóstolos, Mártires, Santos, receberam graças de salvação, por causa dos merecimentos de Nosso Senhor.

2.º **Necessidade da cooperação.** — A. *Erros.* — *a*) Erraram Lutero e Calvino. Ensinavam que a morte de Cristo é bastante para nos salvar, sem cooperação nossa, sendo a fé sòzinha suficiente, não precisando de obras. Julgavam a natureza humana tão viciada pelo pecado original, que propendia fatalmente ao mal, desprovida de liberdade e incapaz de merecimentos. — *b*) *Socínio* professou o êrro oposto: nós nos salvamos por nossos merecimentos exclusivamente.

B. *A nossa cooperação é requisito indispensável para a salvação.* Prop. *certa.* Para nossa justificação, não basta a fé; é preciso ajuntar as obras. Fomos solidários de Adão

na culpa; somos igualmente solidários de Cristo, na obra da reparação. Seremos «herdeiros de Deus e coherdeiros de Cristo, assevera são Paulo, com a condição de sofrermos com êle, para sermos glorificados por êle» (*Rom.*, VIII, 17.) Para lucrarem os benefícios da Redenção, portanto, os homens têm que expiar seus pecados, em união com Jesus Cristo, e ajudá-lo a levar a cruz. «Querendo alguém ser meu discípulo, diz Nosso Senhor, renuncie a si próprio, tome a sua cruz e venha atrás de mim» (*Mat.*, XVI, 24.) «Aquele que te criou sem ti, diz santo Agostinho, sem ti não te salvará.»

104. — VIII. O Mistério da Redenção perante a razão.

A Redenção como a Incarnação e a Trindade é um mistério pròpriamente dito. Os racionalistas acham que vai contra a razão por emprestar a Deus *sentimentos de vingança.*

Resposta. — Puro engano dêles quando dizem que êste dogma da Redenção destoa da bondade divina. Chamam abusivamente de *vingança* aquilo que não passa de *justiça distributiva.* Esta dá a cada um o que merece: recompensa o bem, castiga o mal. Está certo. Deus podia perdoar. Ninguém contesta. Nem tão pouco se há de contestar que, numa sociedade morigerada, toda a infração a uma lei justa, exige alguma sanção. Aliás, com quanta sabedoria não conciliou Deus a justiça e a bondade, obtendo satisfação equivalente à culpa, e devolvendo ao homem amizade e graça! Quando os racionalistas dizem que não entendem o mistério, está direito; mas dizendo que é absurdo e reprovado pelo bom senso, erram, e por isso são racionalistas.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º « Nós vos adoramos e bendizemos, ó Cristo, que, por vossa santa Cruz, remistes o mundo. »

« Salve, ó Cruz, única esperança nossa, glória e salvação do mundo, aumentai a graça nas almas justas, e aniquilai os crimes dos pecadores. » (*Hino da Paixão*). Queira Deus eu nunca me glorifique em nada, senão na Cruz de Jesus Cristo Nosso Senhor. (São Paulo).

2.º Jesus na sua Paixão deve ser nosso modêlo nas contrariedades e nos sofrimentos.

3.º Levar consigo um crucifixo e fazer de vez em quando a Via Sacra.

LEITURAS. — Ler a narração da Paixão nos Evangelhos

QUESTIONÁRIO. — I. Qual é o objeto de 4.º artigo do Símbolo ?

II. 1.º Quais eram os adversários de Nosso Senhor ? 2.º Porque o fizeram morrer ? 3.º Quais são as principais cenas da Paixão de Nosso Senhor ? 4.º Como se deu a Agonia no Jardim das Oliveiras ? A traição de Judas ? 5.º A que tribunal foi levado Jesus primeiro ? 6.º Por que motivo o condenaram no tribunal de Caifaz ? 7.º Porque o remeteram a Pilatos ? 8.º Que outro motivo de acusação se alegou ? 9.º Que acolhimento teve Nosso Senhor junto de Pilatos e a quem foi enviado ? 10.º Que fez Pilatos, para salvar Nosso Senhor de volta ao palácio romano ? 11.º Que sucedeu, depois da condenação de Jesus ? 12.º Que é a estrada dolorosa ? 13.º Quais são as palavras que Nosso Senhor pronunciou na Cruz ? 14.º Onde e por quem foi sepultado Nosso Senhor ?

III. 1.º Que é o mistério da Redenção ? 2.º Porque é mistério a Redenção ?

IV. 1.º Era necessária a Redenção ? 2.º Qual devia ser o modo da Redenção ? 3.º Era mesmo indispensável que Nosso Senhor para nos resgatar sofresse morte sangrenta ?

V. 1.º Como se pode provar a existência da Redenção ? 2.º Tencionava Nosso Senhor dar a própria vida pela humanidade culpada ?

VI. Quais foram os caracteres da Redenção ?

VII. 1.º Morreu Jesus Cristo por todos os homens e por todos os pecados ? 2.º Pode a Redenção produzir seus efeitos independentemente da nossa cooperação ?

VIII. Será oposto à razão, o mistério da Redenção ?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.º Dentre os inimigos de Nosso Senhor no decorrer da Paixão, qual vos parece mais antipático ? 2.º Como apreciais o procedimento dos Apóstolos ? 3.º Se Nosso Senhor não tivesse morrido, seríamos remidos assim mesmo ? 4.º Com a Redenção que devem fazer os homens para ganhar o céu ?

14.ª LIÇÃO

5.º Artigo do Símbolo.

«Desceu aos infernos;
No terceiro dia ressurgiu dos mortos.»

Descida de Cristo aos Infernos. A Ressurreição. (Vida gloriosa).

DESCIDA DA ALMA DE CRISTO aos infernos
- a) O fato da descida
- b) Suas **consequências** para as almas dos Justos

A RESSURREIÇÃO
- 1.º **Adversários.**
  - a) Alguns trataram os Apóstolos de **impostores.**
    - 1. Judeus do I.º século.
    - 2. Deistas do século XVIII.
    - 3. Escola naturalista do século XIX
  - b) Outros trataram-nos de **alucinados.**
    - 1. Racionalistas (séculos XIX, XX).
    - 2. Protestantes liberais (séculos XIX, XX).
    - 3. Modernistas (séculos XIX, XX).
- 2.º **O Dogma.**
  - A. **Realidade da Ressurreição.**
    - a) **mesmo corpo,**
    - b) mas corpo **glorioso.**
      - 1. incorruptível.
      - 2. ágil.
      - 3. sutil.
      - 4. luminoso.
  - B. **Provas da Ressurreição.**
    - a) **Testemunho de S. Paulo que afirma.**
      - 1. a morte.
      - 2. a sepultura.
      - 3. a ressurreição
    - b) **Testemunho dos Evangelhos.**
      - 1. túmulo vazio.
      - 2. Aparições.
    - c) **Resposta às objeções** dos adversários.
- 3.º Porque permaneceu Jesus Cristo quarenta dias na terra, após a Ressurreição.

105. — Vocábulos.

Infernos (do latim «*inferus*» lugares baixos e inferiores).

Quando se usa no plural, esta palavra designa «o Limbo», isto é, a residência das almas dos Justos (Abraão, Isaac, Jacó, Moisés, Davi, Elias, etc.) onde estiveram detidas até à descida de Cristo. O têrmo «*Limbo*» não se encontra na Sagrada Escritura. Os «lugares inferiores» ou «infernos», significando a habitação dos Justos têm o nome de «*scheol*».

Justos. — Os que observaram os preceitos da lei e morreram na amizade de Deus (em estado de graça).

Ressuscitar. — Recuperar a vida depois de ter morrido. A ressurreição é a reunião da alma com o mesmo corpo.

Testemunho. — Certificado, relação de um fato por quem sabe, presenciou ou escutou, isto é, foi testemunha.

Páscoa. — Festa solene, celebrada todos os anos pelos cristãos, para comemorar a Ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo.

A *Páscoa* dos Judeus era a maior festa do ano entre êles. Devia perpetuar a recordação da *passagem* do anjo que exterminara todos os filhos dos Egípcios, poupando sòmente as casas marcadas com o sangue do Cordeiro (décimo flagelo do Egito). Daí o nome *Páscoa*. O vocábulo hebraico «Pesahh» e o vocábulo latino «*Pascha*» têm a mesma significação de *passagem*.

DESENVOLVIMENTO

106. — I. Objeto do 5.º Artigo do Símbolo.

O quinto artigo do Símbolo consta de duas partes: 1.º *A descida da alma de Jesus Cristo aos Infernos* (1). 2.º *A Ressurreição*. Convém atentar na concatenação lógica dêstes dois tópicos. Segundo a marcha comum das cousas, a morte vem a ser, no mesmo tempo, fim e princípio: assim que a alma abandona o corpo, termina a vida terrestre e começa a outra vida.

(1) Êste artigo de fé não se vê no Símbolo primitivo dos Apóstolos, mas era, esta mesma, a crença dos primeiros cristãos. Os Padres dão, para alicerces a esta verdade, passos do A. T. (*Ps.*, XV, 10; *Osêias*, XIII, 14) e sobretudo as palavras do São Pedro: «É nesse espírito (isto é, com sua alma separada do corpo) que o Cristo foi pregar aos espíritos no cárcere». (I *Pedro*, III, 19). «O Evangelho também foi anunciado aos mortos afim de que, condenados embora segundo os homens na carne, vivam segundo Deus no espírito». (I *Pedro*, IV, 6).

Já que a alma de Jesus Cristo ficou separada do corpo por pouco tempo, temos que saber que foi feito dela nesse intervalo quando o cadáver jazia no sepulcro.

107. — II. Descida da alma de Cristo aos Infernos.

Entre a Morte e a Ressurreição desceu a alma de Jesus Cristo aos Infernos. Não se trata aqui do Inferno onde estão os réprobos, nem do Purgatório, onde passam as almas que o sofrimento deve limpar das menores nódoas antes que entrem no Céu. Os Infernos lembrados no 5.º artigo do Símbolo é o lugar onde repousavam as almas dos justos falecidos na amizade de Deus: o *Limbo*, ou, na linguagem da Escritura, o « *Seio de Abraão.* » Ali nada tinham que padecer as almas. Fruiam, pelo contrário, uma espécie de ventura natural, mas não podiam ingressar no Céu antes que Jesus lhes abrisse a porta inexoràvelmente trancada pelo pecado de Adão. A alma do Salvador permaneceu, pois, na companhia dêsses espíritos durante as horas que correram desde a sua Morte até a sua Ressurreição. Qual era o *fim* desta *passagem* de Cristo pelo Limbo? Certamente foi para anunciar aos justos que estava consumada a obra da Redenção e que breve, graças a ela, dariam entrada no Céu.

Portanto mal transpõe a alma de Jesus Cristo os umbrais dêsses recessos, eis que o Limbo já está feito Paraíso, para todos os justos que a ovacionam e contemplam. Não prometera Cristo na Cruz ao bom Ladrão: « Hoje estarás comigo no Paraíso? » (*Lucas*, XXIII, 43.) Quando saíu do Limbo a alma vitoriosa do Salvador, formaram-lhe uma comitiva real todos êsses espíritos bem-aventurados, acompanhando-a na terra até a hora de Jesus subir triunfante aos Céus, onde introduziria todos os presos que tinha libertado.

Para Jesus Cristo, era uma humilhação esta descida ao Limbo. Ia, êle também, encarcerar-se no ergástulo dos

patriarcas e dos justos. Mas, seria também o primeiro passo na estrada da glória com a libertação e a coroação dos primeiros eleitos.

108. — III. A Ressurreição. Adversários. Provas do dogma. Principais objeções.

1.º **Adversários.** — É óbvio encarecer a *importância* do dogma da Ressurreição de Nosso Senhor e o *lugar* que ocupa no centro da religião católica. Por isso sempre lhe moveram os ataques mais violentos. Entretanto, por numerosos que fôssem os ardis e os sistemas dos adversários, podem resumir-se em dois grupos, conforme a hipótese adotada como ponto inicial: os Discípulos teriam sido *impostores* ou teriam sido *alucinados*, enganadores ou enganados.

A. Os que lançam aos Discípulos a pecha de *impostores* aventam geralmente as duas explicações a seguir: — *a*) *Alguns* (*Judeus* do século 1.º, *deistas* do século XVIII) dizem que se foi encontrado vazio na madrugada do terceiro dia depois da morte, o túmulo em que fôra sepultado Nosso Senhor, é porque os Apóstolos tinham tirado o cadáver para que se acreditasse na Ressurreição do seu Mestre. — *b*) *Os outros* (SALVADOR, escritor judeu; PAULUS, racionalista alemão e toda a *escola naturalista*) pretendem que Jesus na cruz não tinha falecido. Apenas caíra no letargo. Depois desta aparência de morte, houve o despertar. E por poucos dias Jesus mostrou-se aos seus que se lembraram então de inventar a fábula do túmulo vazio e das aparições (1).

(1) Nenhum caso faremos desta objeção, porque ninguém mais a aproveita. De fato, é preciso escolher. Aceitar as narrações dos Evangelistas como as lemos. Então não há nada que autorize a suposição de uma morte só aparente. Se não bastassem os tormentos anteriores, os padecimentos na cruz, e o golpe de lança para fazer morrer Nosso Senhor, haveriam de asfixiá-lo as cem libras de aromas, com a permanência no túmulo. — Ou negar autenticidade histórica às narrações evangélicas. Vem a ser outra objeção que será oportunamente solucionada.

B. *Em nossa época* os adversários do dogma renegaram completamente esta tática. É indiscutível para êles e acima de qualquer suspeita a boa fé dos Apóstolos: logo não foram burladores senão burlados. — *a*) *Alguns* (os *racionalistas* como Renan e os protestantes liberais) sustentam que os Apóstolos sofreram uma *alucinação*. — *b*) *Outros*, particularmente os *modernistas* como LOISY, consideram as narrações dos Evangelhos a respeito dos pormenores da ressurreição, como lendas que a imaginação dos primeiros cristãos teria forjado. Adiante examinaremos êsses argumentos.

2.º **Dogma da Ressurreição.** — Consoante o dogma católico a Ressurreição de Cristo foi *real*. No primeiro dia após a sua morte, Jesus retomou o mesmo corpo que tinha dantes, conquanto fôsse outro o estado dêsse corpo: *estado de glória*. — *a*) A Ressurreição foi *real*. Jesus Cristo retomou a própria carne. Logo as aparições não eram as de um espírito. — *b*) Todavia os teólogos, baseados nas instruções de são Paulo aos Coríntios (I *Cor.*, XV, 35, 44), reconhecem que o corpo de Cristo era agora corpo glorioso, quer dizer, dotado de novos predicados que são: 1. a *incorruptibilidade:* já não pode mais sofrer nem morrer; — 2. a *agilidade* ou faculdade de locomoção rápida, como a dos espíritos; — 3. a *sutilidade* ou poder de atravessar os corpos mais duros. Jesus entra no Cenáculo de portas fechadas; — 4. a *claridade*. Os corpos gloriosos têm o fulgor do sol.

A Ressurreição não é fato de ordem puramente sobrenatural, como LOISY o assevera. É fato de *ordem histórica*. Tem como fundamento inabalável, sobretudo dois depoimentos cujo valor não faz dúvida: — *a*) o *testemunho de são Paulo* que encontramos na 1.ª Epístola aos Coríntios, escrita entre os anos 52 e 57, e — *b*) o *testemunho dos Evangelhos* que foram compostos entre 67 e o fim do primeiro século.

A. *TESTEMUNHO DE SÃO PAULO.* — Para melhor entender o alcance das afirmações de são Paulo, é preciso conhecer as circunstâncias em que êle redigiu a 1.ª *Epístola aos Coríntios.* Êstes tinham sido evangelizados poucos anos antes por são Paulo. Agora estavam metidos em controvérsias acêrca da ressurreição dos mortos. Logo o ponto, para são Paulo, não era provar a ressurreição de Cristo que ninguém impugnava. Era, sim, estabelecer o dogma da ressurreição dos corpos. Ora o argumento de que se vale o autor, para conseguir seus intentos, consiste exatamente na acareação dos dois fatos. Mostra que são conexos, correlativos e que a ressurreição de Nosso Senhor é precisamente o protótipo, garantia e penhor da ressurreição dos mortos. Qualquer fiel, em sendo membro da Igreja, pode ter esta certeza de ressuscitar um dia gloriosamente, já que Jesus, o chefe, ressuscitou. Segue o trecho a que aludimos: « Ensinei-vos, antes de tudo, como eu mesmo o aprendi, que o Cristo *morreu* por nossos pecados, conforme as Escrituras, que foi *sepultado,* e que *ressuscitou* o terceiro dia, conforme as Escrituras; que *apareceu* a Cefas, depois aos Onze. Mais tarde, apareceu, de uma só vez, a mais de quinhentos irmãos. A maior parte dêles ainda estão vivos e alguns já adormeceram. Então apareceu a Tiago e a todos os Apóstolos. Enfim, por último, a mim também me apareceu como ao rebutalho.» (I *Cor.*, XV, 4, 9.)

Vemos, neste passo, são Paulo assegurando-nos ter aprendido com os Apóstolos — que êle conversara, na ocasião da primeira visita que fez a Jerusalém pouquíssimo após a morte de Jesus — os fatos que menciona. Vêm a ser: a *morte,* a *sepultura,* a *ressurreição* e as *aparições.* Quem fôra morto e sepultado voltou à vida com o mesmíssimo corpo que estivera no túmulo, e foi visto em cinco circunstâncias diferentes, sendo que numa delas, por mais de quinhentos discípulos; depois, a êle próprio, apareceu na estrada de Damasco.

Por conseguinte, se recolhermos tal como é, o depoimento de são Paulo, sem o adulterarmos com interpretações sibilinas ou sistema preconcebido, havemos de admitir que os Apóstolos, pouquíssimo após a morte de Jesus, tinham certeza da Ressurreição, se é por bôca dêles, que são Paulo sabe os pormenores referidos. E tinham esta certeza por causa das aparições de Cristo ressuscitado, fazendo são Paulo menção de cinco, além da que lhe diz respeito.

Para infirmar êste formidável testemunho da Ressurreição, *objetam* que são Paulo não conta todas as *circunstâncias* do fato. Não fala do túmulo que se achou vazio, nem da aparição dos Anjos às mulheres, nem da de Cristo às mesmas e aos discípulos de Emaús no dia de Páscoa, lembrando apenas cinco aparições. — Mas, isto tudo, não quer dizer nada. *Responde-se* que o Apóstolo escrevia segundo o fim da carta indicado acima: provar a ressurreição dos mortos em geral, não a Ressurreição de Jesus Cristo. Logo não tinha que se espraiar em pormenores ociosos. Na argumentação de são Paulo, surge a Ressurreição de Nosso Senhor, como elemento auxiliar e já firme, para fundamentar a tese, de modo que seria supérfluo e despropositado descrever todas as minúcias do fato.

B. *TESTEMUNHO DOS EVANGELHOS.* — Nos quatro Evangelhos há narrações atinentes à Ressurreição de Jesus Cristo. Abstraindo de algumas particularidades ou variantes de cada escritor, achamos que são concordes em certificar duas cousas. E assim provam a Ressurreição. 1.ª *o túmulo que se encontrou vazio* e 2.ª *as aparições do Ressuscitado.*

a) *Argumento com o túmulo vazio.* — Contam os quatro Evangelistas que as mulheres e os discípulos, vindos ao sepulcro para embalsamar a Jesus, encontraram *vazio o túmulo*; a lousa fôra removida para perto e a mortalha estava no chão. Um Anjo lhes comunicou a Ressurreição. Os guardas assustados levaram a notícia, de corrida, aos príncipes dos sacerdotes. E dêles receberam uma boa

quantia para espalharem entre o povo a balela de terem os discípulos arrebatado o cadáver durante o sono em que êles, guardas, haviam caído.

Portanto a primeira demonstração dos evangelistas, para estabelecer o fato da ressurreição, é êste acontecimento: no dia imediato ao sábado, no domingo de madrugada, tinha desaparecido o corpo de Nosso Senhor do túmulo em que o sepultara. na ante-véspera, José de Arimatéia. Ora os Apóstolos que explanavam êste assunto nas suas pregações, não foram processados, nem incomodados pelo Sinedrim, como sendo violadores de túmulos. Fatalmente, lhes teria sucedido isso mesmo, caso fôssem sèriamente acusados.

b) *Argumento com as aparições.* — O túmulo vazio é *prova indireta,* porque outras hipóteses, além da ressurreição, dariam conta do fenômeno. Quanto às aparições, não. Constituem *prova direta.*

Conferindo as relações de são Paulo, anteriormente apontadas, e as dos quatro evangelistas, temos um total de *onze* aparições, exclusive a da estrada de Damasco ao *apóstolo são Paulo.*

Jesus mostrou-se: — 1. a Maria Madalena junto do sepulcro; — 2. às mulheres que vinham voltando; — 3. a Simão Pedro; — 4. aos dois discípulos no caminho de Emaús; — 5. a todos os Apóstolos reunidos no Cenáculo, estando ausente Tomé; — 6. aos Apóstolos outra vez, com Tomé presente, convidado pelo Salvador a tocar as chagas das mãos e a do peito; — 7. a cinco Apóstolos e dois discípulos no mar de Tiberíades; — 8. aos Onze Apóstolos num monte da Galiléia; — 9. a mais de quinhentos irmãos juntos; — 10. a Tiago, irmão (primo) do Senhor; — 11. enfim, aos Onze Apóstolos em Jerusalém.

3.º **Principais objeções.** — A. *Contra o argumento do túmulo vazio.* — Os adversários do dogma têm usado, no combate a esta prova, duas armas. — *a*) Aceitando o fato material da descoberta do túmulo vazio, explicaram o desapa-

recimento do cadáver, dizendo que tinha sido *arrebatado.* — *b*) Ou negaram, como LOISY o fez, a realidade do caso. mera *lenda* arquitetada no propósito de fazer crer na ressurreição. O *corpo* de Jesus, tê-lo-iam simplesmente atirado à *vala comum.*

RESPOSTA. — *a*) Escusado será refutarmos demoradamente a opinião dos que têm os Apóstolos na conta de *impostores.* mentindo descaradamente, depois de terem efetuado o rapto. Esta opinião já passou de moda. — Que interêsse haveria. para os Apóstolos, em forjicar uma fábula de Ressurreição. impingindo como Deus, à adoração dos povos, um miserável sedutor que os houvera ludibriado, a êles primeiro?! E teria sido exequível um plano dêste feitio? De que jeito se arrebataria o corpo? Pela violência, pelo subôrno ou pela astúcia? Não parece viável nenhuma das três hipóteses. *Violência!* como se há de admitir por parte dos fujões da paixão? E a reação que assim provocassem!... *Subôrno*, só com dinheiro, e os Apóstolos tinham pouco. Agora o terceiro recurso, a *astúcia.* Será preciso iludir as sentinelas e aproveitar algum desvio, ou de noite, quando estejam dormindo, empurrar a campa no mais perfeito silêncio, sem nenhum ruído; depois, tirar o corpo sem despertar ninguém, e ocultá-lo bem, que não se descobrisse nunca. E todos firmes e fiéis no dolo, que não houvesse jamais traidor algum entre os conjurados. Tudo isso não é algo fantástico? Não ultrapassa as raias da credulidade mais infantil?

b) São outras tantas considerações justificando plenamente o abandôno do sistema pelos racionalistas modernos. Mas acaso valerá muito mais a argumentação que propalam, que a descoberta do túmulo vazio é simples lenda posta a circular pela segunda ou terceira geração de cristãos? Então, donde vinha a fé dos Apóstolos, a transformação radical verificada neles, pouco depois do ingente drama da cruz, que os havia deixado tontos, amedrontados, desanimados? Se nada sucedeu que consolasse e curasse o seu colossal desapon-

tamento, e os reerguesse; se a crença na Ressurreição só se elaborou mais tarde, aos poucos e a custo, como é que êstes medrosos e covardes da Paixão nos aparecem, a tão breve trecho, valorosos, impertérritos, audaciosos, pregando até com o sacrifício da própria vida Jesus ressuscitado?! Havemos de acreditar «*nestas testemunhas que se deixam matar*» ou tê-los-emos, a todos, por malucos e fanáticos?

Quanto à hipótese de LOISY, supondo que «Jesus nem foi sepultado, que seu corpo, após a crucifixão, despregado da cruz foi atirado à *vala comum*, isto é fantasia pura. Carece em asboluto de base histórica. Não existia a vala comum nem na lei judaica nem na lei romana. O que ordenava esta, em vigor no tempo de Jesus Cristo, é que o corpo do supliciado fôsse entregue a quem o pedisse. Ora quem pensará que nenhum dentre os numerosos discípulos do Salvador se lembrasse de aproveitar a disposição legal para prestar ao Mestre as últimas honras?»

B. *Contra o argumento das aparições.* — *a*) Objetam, para invalidar esta prova, as *divergências* entre as várias narrações evangélicas. Não são concordes, alega-se, os evangelistas, quanto ao número de mulheres que foram ao túmulo, nem quanto ao número de Anjos que se lhes mostraram. Além disso, alguns (são Mateus e são Marcos) dizem que foi a Galiléia o lugar das primeiras aparições, quando os outros (são Lucas e são João) dizem que foi a Judéia.

RESPOSTA. — Tais divergências, antes autenticam a veracidade das narrações. Existem, estas divergênciazinhas patenteando a independência incontrastável dos historiadores. Por aí se vê que não houve combinação prévia. Ora, a respeito do fato em si mesmo da Ressurreição, estão todos de acôrdo. As variantes, em pontos secundários, não admiram. «Se vinte homens presenciarem um caso complicado, bastante circunstanciado, narrando-o tempos depois separadamente, porventura hão de concordar, em tudo

e por tudo? Não é verossímil. Haverá, fatalmente, pequenas discrepâncias.» Logo não amesquinham tais diferençazinhas, o valor do testemunho.

b) Segundo os *racionalistas*, as aparições teriam sido *visões subjetivas* das testemunhas, ou por outra, *alucinações*. Não correspondiam a nenhuma realidade objetiva e existiam sòmente na imaginação dos Apóstolos e dos discípulos. Tão ardente era o amor que consagravam a seu Mestre, tão profundo e entranhado, o seu apêgo, que imaginavam sempre vivo, o desaparecido. A fé primitiva no Messias, aluida um instante com a tragédia do Calvário, apossa-se de novo do seu espírito, gerando o prodígio da ressurreição.

RESPOSTA. — É inverossímil a suposição. Consta ela, militam as contingências de número. de tempo e de fatos. — 1. *O número*. Não é razoável e não se pode crer que tantas pessoas, de índole tão diversa, sejam, a um tempo, vítimas da mesma ilusão dos seus sentidos. Não aparece uma só vez Nosso Senhor ressuscitado. São onze vêzes. Não apenas a um único indivíduo nem aos únicos Apóstolos: quinhentos o viram na mesma hora. — 2. O *tempo*. Realizam-se as aparições, depois da morte de Jesus, isto é, quando os discípulos andavam aflitos, dispersos, à procura de esconderijos. Com esta mentalidade deprimida, como haveriam de sugestionar-se até imaginar um fantasma do crucificado resplandescente de glória? Logo vieram de fora as aparições, e em tal estado de objetividade, que impunham a convicção, uma fé irresistível na verdade da Ressurreição. — 3. *Os fatos*. No princípio são incrédulos os Apóstolos: julgam que estão vendo algum espírito. Jesus, então, manda que lhe toquem as chagas (*Lucas*, XXIV, 37, 40; *João* XX, 27); come diante dêles (*Lucas*, XXIV, 43) e adverte-os de que «um espírito não tem carne nem osso.» (*Lucas*, XXIV, 39.) Deixa que as santas mulheres lhe beijem os pés. (*Mat.*, XXVIII, 9.)

Também a alucinação é um estado transitório, a não ser que degenere em doença ou em loucura. E então, teríamos a religião cristã, pregada por doidos, e o mundo convertendo-se, dócil, à voz de um conluio de enfermos e de insensatos!

c) No conceito dos *modernistas*, a relação das aparições, como a do túmulo vazio, não passa de puro devaneio, lenda mitica, para objetivar e traduzir a fé no Cristo imortal que animava os crentes fervorosos do século II. A princípio os Apóstolos teriam acreditado numa sobrevivência perene do seu Mestre e não numa ressurreição corporal. E de acôrdo com isso, nunca teriam pregado que o corpo de Nosso Senhor houvesse saído vivo do túmulo, na madrugada do terceiro dia. Esta última forma seria o agregado resultante de uma evolução lenta e inconsciente, cristalizando suas crenças primitivas. Logo, contar-se-iam três fases no desenvolvimento da fé dos Apóstolos: 1.º crença no papel messiânico de Jesus, 2.º sobrevivência, 3.º finalmente, ressurreição corporal.

RESPOSTA. — É absolutamente falsa esta asserção, que os Apóstolos, a princípio, pregavam só a sobrevivência de Cristo, chegando mais tarde, a deduzir daí o fato da ressurreição corporal. Basta ler as Epístolas aos Coríntios que lembramos acima, assim como os Atos dos Apóstolos, para verificar exatamente o contrário. Para ver que a pregação apostólica, desde o início, pôs em plena luz meridiana, tanto o fato da Ressurreição, como o estado de imortalidade. Assim é que são Pedro, no dia de Pentecostes, declara aos Judeus que êsse Jesus, por êles amarrado à cruz, «Deus o ressuscitou» e «sua *carne não viu a corrupção*.» (*Atos*, II, 31, 32.) São Paulo também expõe, por sua vez, como entregaram, os chefes religiosos, Jesus a Pilatos, para fazê-lo morrer, e como fôra «descido da cruz, e depositado num sepulcro», mas que «Deus o ressuscitou dos mortos» e que êle «se mostrou aos que são hoje seus arautos e testemunhas. junto do povo» (*Atos*, XIII, 31.)

CONCLUSÃO. — Assim, do exame acurado dos documentos, infere-se que desde os primeiros dias, os Apóstolos, instruídos pela descoberta do túmulo vazio e pelas aparições, creram que seu Mestre estava ressuscitado. Creram-no redivivo, não sòmente por sua alma imortal, mas com *seu próprio corpo.* Creram que não havia ficado no sepulcro, êste corpo, mas que vivia de novo, para sempre, transformado e glorificado.

109. — **IV. Porque Jesus Cristo permaneceu, após a Ressurreição, quarenta dias sôbre a terra?**

Jesus Cristo ressuscitado ainda ficou quarenta dias sôbre a terra, pelos dois motivos seguintes: 1.º Para deixar ao mundo a convicção de que tinha *verdadeiramente ressuscitado.* Claro é que Jesus, conforme foi estabelecido, se limitou a um determinado número de *aparições* a seus discípulos e amigos. Não se mostrou a torto e a direito em todo lugar e todo instante. Porque? É simples. Deus nunca constrange a nossa liberdade. Quer que aufiramos os merecimentos da fé. 2.º Jesus precisava mais *completar a formação dos seus discípulos* que não estava perfeita ainda. Precisava sobretudo organizar a sua Igreja, dar-lhe um chefe, e traçar normas definidas que pautassem sua marcha vitoriosa através do mundo inteiro, e até a consumação dos séculos.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º A Ressurreição de Jesus é o penhor da nossa própria ressurreição: « Desde que se ensina Cristo ressurgido dentre os mortos, como é que alguns de vós espalham não haver a tal ressurreição dos mortos? Se não há ressurreição dos mortos, quer dizer que também Cristo não ressuscitou. Ora, se não ressuscitou o Cristo, nossa pregação é vã, e vã será a nossa fé. » (I *Cor.*, XV, 12, 14). 2.º Todavia se queremos gozar de uma ressurreição gloriosa, cumpre não nos esqueçamos

de que o caminho trilhado por Cristo, para alcançar as honras da vitória, foi o caminho do sofrimento como êle mesmo o afiança aos discípulos de Emaús. (*Lucas*, XXIV, 46). Para os discípulos e para o Mestre, a via é uma só.

LEITURAS. — Ler nos quatro Evangelistas o grande evento da Ressurreição e as Aparições de Nosso Senhor.

QUESTIONÁRIO. — I. Qual é o objeto do 5.º artigo do Símbolo ?

II. 1.º Que é o Limbo ? 2.º Para que desceu ao Limbo a alma de Nosso Senhor Jesus Cristo ?

III. 1.º De que forma combateram o dogma da Ressurreição de Jesus Cristo os adversários da religião católica ? 2.º Que professa o dogma católico neste particular ? 3.º Quais são as provas da Ressurreição ? 4.º Qual é, segundo a ordem cronológica, o primeiro testemunho que possuimos ? 5.º Quais são os pontos firmados por são Paulo, na sua epístola aos Coríntios ? 6.º Onde colhera são Paulo as suas informações ? 7.º Deve causar espécie o não relatar êle todas as circunstâncias da Ressurreição ? 8.º Que referem os Evangelhos a respeito do fato da Ressurreição ? 9.º Que objeções se fazem contra o argumento do túmulo vazio ? 10.º Que resposta se pode dar ? 11.º Que objeções contra o argumento das aparições ? 12.º Enfraquecem as divergências das narrações evangélicas o valor do testemunho ? 13.º Será admissível a hipótese de alucinação ? 14.º É plausível considerar como puras lendas as narrações evangélicas ? 15.º Pode-se asseverar que os Apóstolos não acreditavam, a princípio, na Ressurreição, e não a pregavam ?

IV. Porque permaneceu Jesus ressuscitado quarenta dias sôbre a terra ?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.º Onde estava a divindade de Jesus Cristo, enquanto o corpo ficava no túmulo ? Com a alma ? Com o corpo ? Ou com ambos ? 2.º Qual é a diferença que vai entre Limbo e Inferno ? entre Limbo e Céu ? 3.º Querendo fundar uma religião nova, não tinham os Apóstolos, o máximo interêsse em espalhar e arraigar a crença na ressurreição do seu Mestre ? 4.º Em quais dificuldades esbarrariam, se procurassem arrebatar o corpo de Nosso Senhor para, desta forma estabelecer a Ressurreição ?

15.ª LIÇÃO

6.º Artigo do Símbolo e 7.º

(6.º) «Subiu ao Céu; está sentado à mão direita de Deus Padre todo poderoso.»
(7.º) «Donde há de vir a julgar os vivos e os mortos».

Da Ascensão de Jesus Cristo. Do juízo particular. Do juízo final.

- **A ASCENSÃO**
  - a) **Realiza-se quarenta dias** depois da Ressurreição.
  - b) Sentido da expressão: **«está sentado à mão direita»**, etc.
  - c) Jesus Cristo, no Céu, é nosso **medianeiro**, nosso **advogado**.
- **O JUÍZO PARTICULAR**
  - **Provas da sua existência.**
    - a) Antigo Testamento.
    - b) Novo Testamento.
- **O JUÍZO UNIVERSAL**
  - A. **Existência Provas.**
    - a) Antigo Testamento.
    - b) Novo Testamento.
  - B. **Motivos** do juízo universal.
    - a) Manifestação da **sabedoria** e da **justiça** de Deus.
    - b) Deve prestar a Jesus Cristo **honras públicas.**
    - c) **Triunfo dos bons e confusão dos pecadores.**
  - C. É desconhecido o **dia** dêsse juízo.

110. — Vocábulos.

Monte das Oliveiras. — É uma colina próxima de Jerusalém, donde Jesus subiu ao Céu.

Mão direita de Deus. — Deus é puro espírito. Logo não é linguagem própria falar da sua mão direita ou esquerda. É linguagem figurada, metafórica, para dar a entender que o Salvador, como Homem-Deus, ocupa no Céu o primeiro lugar.

Ascensão. — Ato de elevar-se a si mesmo, pelas próprias fôrças.

Assunção. — Êste termo significa a elevação do corpo de Maria Santíssima, transportado ao Céu pelos Anjos.

A Ascensão de Nosso Senhor e a Assunção da Santíssima Virgem são ambas festas de guarda para todo o orbe católico.

«Os Vivos e os Mortos». — Há duas maneiras de interpretar a expressão do símbolo afirmando que Jesus há de vir a julgar os «*Vivos e os Mortos*». Esta expressão pode indicar: — *a*) os que ainda estiverem vivos no instante do fim do mundo e os que houverem de ser ressuscitados, consoante o texto de são Paulo (I, *Tessal.*, IV, 16, 17): «Os que morreram em Cristo, hão de ressurgir primeiro. Depois, nós que *vivemos*, que temos permanecido, seremos arrebatados com êles sôbre as nuvens, ao encontro do Senhor nos ares»; — *b*) os que se acharem no *estado de graça*. «Os mortos» nesta acepção, vinham a ser os pecadores.

DESENVOLVIMENTO

111. — I. 6.º Artigo do Símbolo. Ascensão de Nosso Senhor.

Quarenta dias depois da Ressurreição mostrou-se Nosso Senhor pela última vez, aos discípulos em Jerusalém. Encaminharam-se então para o monte das Oliveiras. Ali, Jesus lhes declarou que haveriam de ser testemunhas dêle, em Jerusalém, na Judéia toda, e na Samaria e até os confins do globo. Ergueu então as mãos; abençoou seus discípulos e subiu ao Céu (1). (*Lucas*, XXIV, 50, 51; *Atos*, I, 8, 9.)

É de crer que a Ascensão se efetuou lentamente, aos poucos, porque o texto sagrado descreve a multidão sempre de olhos fitos para as alturas no vulto divino, até que uma nuvem o escondeu. Ouviu-se então a voz de dois Anjos, dizendo: «Homens de Galiléia, para que estardes assim demorando a contemplar o Céu? Êsse Jesus, que estava entre vós e já se foi para o Céu, daí voltará da mesma forma que o vistes subir.» (*Atos*, I, II.) Nisto, prostraram-se os discípulos adorando a Jesus e regressaram a Jerusalém

---

(1) *Em que lugar* se deu a Ascensão? As tradições do 1.º século informam que foi no centro do monte. Naquelo sítio é que santa Helena mandou edificar mais tarde uma basílica. Várias vêzes derrubada e reconstruída. Finalmente, destruiram-na os Muçulmanos, donos outra vez da terra santa. Entretanto, deixaram intata, a pedra que traz os vestígios do um pé humano. Reza a tradição que são vestígios do pé esquerdo de Nosso Senhor, ao partir do nosso mundo. Ergueram ali um pequeno oratório muçulmano.

cheios de alegria (*Lucas*, XXIV, 25.) Ali preparavam-se na oração a receber o Espírito Santo que Jesus prometera mandar.

Observações. — *a*) Quando se fala: Jesus Cristo subiu ao Céu, isto se entende com a natureza humana porque como Deus sempre esteve no Céu. — *b*) Jesus sobe ao Céu como homem, isto é, de corpo e alma, não já do modo dos santos, pois o corpo dêstes permanece no túmulo até a hora da ressurreição gloriosa. —*c*) Jesus Cristo subiu ao Céu em meio das falanges de almas bem-aventuradas, saídas do Limbo graças a êle. Assim êle nos indicava que, dora em diante, estava desimpedida a entrada do Céu, podendo todos nós transpô-la, algum dia se quiséssemos. — *d*) Desde a época da Ascensão, não baixou mais *corporalmente* à terra, Nosso Senhor Jesus Cristo (1). Já não virá senão uma só vez para o juízo universal.

112. — **II. O que significa a expressão: está sentado à mão direita de Deus, Padre Todo Poderoso »**

São Marcos escreve: « O Senhor Jesus foi arrebatado ao Céu, e *sentou-se à mão direita de Deus.*» (*Marcos*, XVI, 19.) Êstes mesmos dizeres vêm reproduzidos no Símbolo dos Apóstolos. Evidente, têm sentido figurado. Significam o seguinte:

a) Conforme o uso cotidiano, ficar *à mão direita* de um personagem é ocupar o lugar mais honroso. Logo Jesus Cristo, na sua *humanidade*, está no *pôsto de honra* junto de Deus. Muito acima de qualquer nome que possa existir, não só no presente século, mas no século vindouro, segundo se exprime são Paulo. (*Éf.*, I, 21.)

b) Jesus *está sentado.* Significa isso que Jesus está ali, qual um *rei* no trono, um *juiz no tribunal.* « Foi-me con-

(1) Não se deve esquecer todavia que o corpo de Nosso Senhor reside realmente, se bem que na maneira das substâncias espirituais, no Sacramento da Eucaristia.

cedido todo o poder no Céu e na terra» declarou êle próprio. (*Mat.*, XXVII, 18.) O destino que êle quer dar a êste poder, bem o sabemos: é de *medianeiro* a nosso favor (I *Tim.*, II, 5); é de *advogado* nosso junto do Pai. (I *João*, II, 1.) Roga a Deus por nós e procura facilitar-nos o ingresso no Paraíso. (*João*, XVI, 24.)

113. — III. 7.º Artigo. Juízo particular.

1.º **O juízo particular.** — O Símbolo dos Apóstolos apenas lembra, no artigo 7, o juízo universal, a realizar-se no fim dos tempos. Mas há de haver outro para cada um de nós, celebrado logo depois da morte. É chamado *juízo particular.*

2.º **O dogma. Suas provas.** — *Há um juízo particular na própria hora da morte.* É *artigo de fé,* definido por uma constituição de Bento XII (1336). Baseia-se na *Sagrada Escritura.*

A. *ANTIGO TESTAMENTO.* — Vemos ali Judas Macabeu que manda oferecer «sacrifícios pelos defuntos, afim de que sejam libertados das suas culpas.» (II, *Mac.*, XII, 46.)

B. *NOVO TESTAMENTO.* — *a*) Nosso Senhor conta o caso de Lázaro e do mau rico, estando ambos já, com a sorte que lhes cabe eternamente. (*Lucas*, XVI, 22.) — *b*) São Paulo por sua vez, escreve: «Está decretado que todos os homens hão de morrer e o juízo há de acompanhar a morte.» (*Heb.*, IX, 27.) Segundo êstes diversos textos, há duas cousas certíssimas: — 1. *a morte,* fixando irrevogàvelmente o destino de cada um: «A árvore para no lugar onde caiu.» (*Ecclesiastes*, XI, 3.) — 2. *o juízo,* acompanhado êle próprio da retribuição. Portanto, após o juízo particular, as almas vão para o Céu quando em estado de graça e completamente purificadas. Em estado de graça, mas incompletamente purificadas, vão ao Purgatório. As que não estão na graça de Deus descem ao Inferno.

114. — IV. O Juízo universal.

1.º **O juízo universal.** — É o juízo que se há de realizar no fim dos tempos perante o universo todo.

2.º **O dogma. Suas provas.** — O dogma da *existência do juízo universal* vem enunciado nos *Símbolos*. É definido pelos Concílios IV de Latrão, de Lião e de Florença. Baseia-se na *Sagrada Escritura*.

A. *ANTIGO TESTAMENTO.* — « Ajuntarei as nações e as farei descer ao vale de Josafá. Ali, entrarei em juízo com elas (1).» (*Joel*, III, 2.) No livro da *Sabedoria* está: « Hão de comparecer os maus no auge do espanto, com a idéia dos seus pecados. O justo então estará em pé, perfeitamente tranquilo, face aos que o houverem perseguido .. Vendo isto, os maus serão agitados por um pavor horrendo.» (*Sabedoria*, IV, 20; V, 1-2.)

B. *NOVO TESTAMENTO.* — Nosso Senhor frisa miudo êste tópico. — *a*) Anuncia o juízo a seus discípulos « Há de aparecer o Filho do Homem, sôbre as nuvens d Céu com toda a majestade e poder.» (*Mat.*, XXIV, 30-33 *Marcos*, XIII, 26; *Lucas*, XXI, 27.) — *b*) Com maior solenidade ainda o proclama, perante Caifás e o Sinedrim: « Vereis, um dia, o Filho do homem, sentado à direita do poder de Deus e vindo sôbre as nuvens do Céu.» (*Mat.*, XXVI, 64; *Marcos*, XIV, 62.) — *c*) São Paulo diz o mesmo. Lembra aos Romanos « o dia da ira e manifestação dos justos juízos de Deus, dando a cada um conforme as suas obras.» (*Rom.*, II, 5, 6, 16.) — *d*) São João por sua vez o descreve no Apocalipse. (XX, 11-15.)

---

(1) Dêste texto é que se inferiu qual o *sítio* em que se celebraria o juízo último: o vale do Josafá. A conclusão é menos provável. 1.º Há divergência entre os comentadores na interpretação. Há mesmo quem julgue não se tratar ali do juízo último. 2.º O têrmo *Josafá* quer dizer na língua hebraica « Juízo de Deus ». Adotando-se êste sentido etimológico, a expressão « No vale do Josafá » fica equivalente desta « No vale do juízo de Deus ». Outros comentadores repararam que é muito estreito o vale de Josafá e, por isso, não dá para uma assembléia tão numerosa. Mas o argumento não colhe porque não se sabe nada do espaço ocupado pelo corpo ressuscitado. Melhor confessar que Deus não quis revelar-nos êstes segredos.

Por quanto se conclui, dêstes textos e de outros análogos, que no fim dos tempos haverá: — *a*) *comparecimento* de todos os homens perante o Juiz Soberano; — *b*) a como *repetição do juízo particular* ou confirmação da sentença já pronunciada, agora, porém, na presença do público imenso da humanidade inteira; — *c*) *divulgação* das cousas mais secretas, dos pecados mais ocultos, para *vergonha e opróbrio dos pecadores* e *glorificação dos bons*.

115. — V. Motivos do juízo universal.

Muito embora se tenha realizado o juízo definitivo logo depois da morte, haverá um juízo universal pelos seguintes motivos: — *a*) para manifestação da sabedoria e justiça de Deus; — *b*) para a exaltação pública de Jesus Cristo; — *c*) para o triunfo dos eleitos e confusão dos réprobos.

a) *MANIFESTAÇÃO.* — 1. *DA SABEDORIA DE DEUS.* — Quantos não há, neste mundo, que censuram os planos divinos! que se queixam da sorte e culpam a Providência! Quantos também vão abusando dos favores que o Céu lhes outorga! É bom que Deus restabeleça a ordem assim lesada; que nos mostre como soube êle do mal tirar o bem, não passando, sofrimentos e adversidades, de meios para nos trazer ao caminho da salvação.

1. *DA JUSTIÇA DE DEUS.* — Há de refulgir esta justiça pelos modos com que forem mimoseados os bons e envergonhados os maus. Os justos hão de ser rehabilitados e vingados. E os maus, insolentes nos seus triunfos da terra, ficarão desmascarados e cobertos de ignomínia.

b) *EXALTAÇÃO PÚBLICA DE JESUS CRISTO.* — Esta sessão suprema do tribunal, em que Nósso Senhor servir de juiz, devolverá ao Salvador a honra pública que lhe houverem negado os pecadores. É por isso mesmo que: «o Pai confiou ao Filho o julgamento, afim de que todos tributem ao Filho as honras que dão ao Pai.» (*João*, v, 22.)

Assim o que fôra escândalo para os Judeus e loucura para os Gentios (I *Cor.*, I, 23), será honrado por todas as nações; assim o gênero humano ressuscitado contemplará seu juiz visível Jesus Cristo, ali presente com a natureza divina e a natureza humana glorificada.

c) *TRIUNFO DOS ELEITOS E CONFUSÃO DOS RÉPROBOS.* — Jesus Cristo fará a separação do trigo e do joio, « das ovelhas e dos bodes » (*Mat.*, XXV, 32.) Expulsará da sala do banquete inexoràvelmente os convivas que não envergarem « a veste nupcial. » (*Mat.*, XXII, 11, 14.)

116. — VI. O dia do juízo final. Sinais precursores.

1.º **O dia.** — Se não sabemos qual será o lugar, (ver nota precedente) nada consta tão pouco a respeito do dia. « Quanto ao dia e quanto à hora, diz Nosso Senhor (*Mat.*, XXIV, 36), ninguém os conhece, nem mesmo os Anjos do Céu. »

2.º **Sinais precursores.** — Eis os principais *sinais* precursore que Nosso Senhor nos apontou: — *a*) pregação do Evangelho a tod o universo (*Mat.*, XXIV, 14) ; — *b*) o aparecimento do Antecristo qu será tomado por Messias (II *Tess.*, II, 1-11) : — *c*) a apostasia corrupção dos homens (II, *Tess.*, II, 3) ; — *d*) a *conversão dos Judeus*, causada pelo regresso e a pregação de Henoc e Elias. (*Rom.*, XI, 26). — *e*) Finalmente, haverá, diz Nosso Senhor, sinais medonhos no Céu e grande atribulação entre os homens. (*Mat.*, XXIV, 29: *Lucas*, XXI, 25).

Hão de escurecer o sol e a terra. A guerra, a peste e a fome assolarão a humanidade.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Que ventura nossa indizível, o pensarmos que a Ascensão, é Jesus subindo ao Céu, afim de preparar-nos um acolhimento amistoso ! E quanta confiança não teremos num Medianeiro tão indulgente, tão benévolo e poderoso !

« O' Jesus, sois nosso guia e nosso caminho até aos Céus ; sêde a meta suspirada dos nossos corações ; sêde a nossa alegria por entre as lágrimas e o suave galardão da nossa vida. » (Hino da Ascensão).

2.º Não existe, para o homem, assunto de meditação mais urgente, mais sério e oportuno, nem mais salutar, do que o da morte e do juízo. Imaginar que, um dia, nossos átos todos hão de aparecer na luz puríssima da verdade implacável! Nada escapando aos olhares do nosso Juíz! E tudo comunicado ao universo inteiro, a nossos parentes e amigos! Que hora temerosa será esta! — E quantas páginas da nossa vida, talvez, quiséramos arrancar!

LEITURAS. — 1.º Narração da Ascensão nos *Atos* dos Apóstolos, Cap. I, 2.º O juízo universal descrito por Nosso Senhor em *são Mateus*, cap. XXIV, e em *são Lucas*, cap. XVII e XXI.

QUESTIONÁRIO. — I. 1.º Onde se deu a última aparição de Nosso Senhor? 2.º Quais foram as suas últimas palavras aos discípulos? 3.º Desapareceu às pressas da vista dêles? 4.º Que fizeram os discípulos depois da Ascensão? 5.º Que se deve entender quando se diz que Jesus Cristo subiu ao Céu?

II. — Que significa esta expressão: « Jesus está sentado à mão direita de Deus, seu Pai? »

III. — 1.º De que se trata no sétimo artigo do Símbolo? 2.º Alude êste artigo a um juízo particular que se daria na ocasião da morte? 3.º Como se prova a existência do juizo particular?

IV. — Quais as provas da existência do juízo universal?

V. — Quais são os motivos do juízo universal?

VI. — 1.º Revelou Nosso Senhor o dia do juízo universal? 2.º Quais são os sinais precursores que indicou?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.º Ainda cuidará de nós Nosso Senhor Jesus Cristo no Céu? 2.º Relatando o acontecimento da Ascensão, dizem que naquele dia os Apóstolos regressaram alegres a Jerusalém. Como é isso, se acabavam de perder o seu querido Mestre? Não deviam antes ficar acabrunhados?

3.º Explicai qual será a razão de ser de um juízo universal, desde que a sentença já foi pronunciada no juízo particular e é sentença inapelável.

16.ª LIÇÃO

8.° Artigo do Símbolo.

«Creio no Espírito Santo.»

O Espírito Santo.

117. — Vocábulos.

Espírito Santo. — Porque se reserva esta apelidação à 3.ª pessoa da Santíssima Trindade, de preferência às outras duas? — Pode-se explicar como segue esta apelidação — a) *Espírito.* Tanto são espíritos a primeira pessoa e a segunda quanto a terceira. Mas, designada naturalmente a primeira pelo nome *Padre*, e a segunda por *Filho*, era só deixar para a terceira o título genérico que convém a todas as pessoas: o de *Espírito.*

Etimològicamente, o têrmo «espírito» (do latim «*spiritus*») quer dizer «sôpro». Assim se chamaria a terceira pessoa

porque procede do Padre e do Fliho, como se dêles fôsse o sôpro; — b) *Santo.* A terceira pessoa traz êste nome porque a ela é que se atribui mais particularmente a santificação das almas.

Proceder (N.º 38). — O Espírito Santo origina-se do Padre e do Filho. Não porque não seja eterno como êle, mas porque vem eternamente do Pai e do Filho.

Pentecostes (do grego «*pentêkostè*» quinquagésimo dia). Era assim conhecida esta festa, por celebrar-se cinquenta dias depois da Páscoa. No comêço, entre os Judeus, era a festa da seara. Tinha por fim agradecer a Deus pela nova colheita concedida a seu povo. Mais tarde, comemorou-se também o dia em que, no monte Sinai, Deus entregou a Moisés as táboas da lei (o Decálogo). Na religião católica, é a festa que a Igreja celebra cinquenta dias depois da Páscoa, em memória da descida do Espírito Santo sôbre os Apóstolos.

DESENVOLVIMENTO

118. — I. Objeto do 8.º Artigo do Símbolo.

O primeiro artigo do Símbolo diz respeito à *primeira Pessoa* da Santíssima Trindade, ao Padre todo-poderoso, e às suas obras: o céu e a terra. — O seguinte e mais cinco são consagrados à *segunda Pessoa:* o Filho com sua obra de amor e reparação, isto é, a Incarnação e a Redenção. Com o artigo 8, temos chegado ao estudo da *terceira Pessoa* da Santíssima Trindade: o *Espírito Santo.*

119. — II. O Espírito Santo.

O Espírito Santo é a terceira pessoa da Santíssima Trindade que procede do Pai e do Filho. Como já advertimos tratando da Santíssima Trindade, é mister fazer diferença entre a *natureza* e a *pessoa* do Espírito Santo.

1.º **A natureza.** — O Espírito Santo é consubstancial às outras duas pessoas; é o mesmo Deus. Possui atributos idênticos.

2.º **A pessoa.** — *a)* O Espírito Santo é a *terceira pessoa.* Não quer dizer que seja de menor importância, porque se

designa por último. Tôdas as pessoas são perfeitamente *iguais* em tudo, porque é um só mesmo Deus. Porém, não há jeito de falar, senão começando com uma delas. Impossível designá-las juntamente. Então, adotou-se com acêrto a ordem que sabemos. Com acêrto, porque se atentamos no seu modo de *origem*, convém nomear no princípio, o Padre que gerou o Filho, depois o Filho, o qual unido ao Pai, e pelo amor recíproco, forma a terceira pessoa, o Espírito Santo.

b) *O Espírito Santo procede do Padre e do Filho,* assim como o calor vem do Sol e do raio, diz Tomaz de Aquino, ou como o fruto vem a um tempo da raiz e do tronco. *Art. de fé,* símbolo de santo Atanásio e Concílio de Florença (1439-45).

Na verdade, não se encontra êste dogma no Símbolo dos Apóstolos. Inseriram-no, só mais tarde, no Símbolo de Nicéia. E ainda, é justo observar que nem êste último Símbolo, nas redações primitivas, não trazia a palavra «*Filioque*», e do Filho. É mesmo a introdução do termo «*Filioque*», que deu aso aos Gregos, para increparem de *inovadora* a Igreja latina, fazendo dêste caso, um dos pretextos do cisma. Acusação improcedente, não faz dúvida. Pois é incontestável que a Igreja possui o direito, e mesmo têm obrigação, às vezes, de desenvolver os seus Símbolos de fé, de acrescentar termos ou proposições inteiras, quando acha bom, para mais cabal exposição das suas crenças, ou para refutação de novas heresias. Aliás, o fim dos diferentes Símbolos, é justamente êste, de completar-se reciprocamente, e não se pode censurar a Igreja por ter aceitado outras expressões da sua fé, além do Símbolo dos Apóstolos.

Provas do dogma. — Êste artigo de fé baseia-se:

1. na *Escritura Sagrada.* Diversas vezes prometeu Nosso Senhor a seus Apóstolos que lhes *mandaria* o Espírito de verdade: «Quando vier o Consolador que vos *enviarei,* o Espírito de verdade...., dará testemunho de mim.» (*João,* xv, 26). «Se eu não for embora, não virá a vós o Consolador; mas se eu for, eu vo-lo enviarei.» (*João,* xvi, 7). Tais palavras mostram que o Espírito procede não só do Pai, mas também do Filho. Em parte alguma, com efeito, não se vê que o Pai fôsse enviado, e isto se entende, porque êle não procede de ninguém. Pelo contrário, o Filho foi enviado pelo Padre, porque procede do Padre. Ora, se o Espírito Santo é enviado, tanto pelo Filho como pelo Padre, é sinal que procede de ambos.

1. na *Tradição.* Os *Padres da Igreja grega,* e igualmente os da *Igreja latina*: são Basílio, são João Crisóstomo, são Cirilo de Alexandria, Tertuliano, santo Ambrósio, santo Agostinho, ensinam

isso mesmo, provando assim que já no tempo dêles, isto é, nos primeiros séculos do cristianismo, esta doutrina era parte integrante da fé católica. É crença aliás, que tem sido confirmada por diversos concílios ecumênicos.

120. — III. As duas grandes manifestações do Espírito Santo. Sua obra visível.

Assim como houve uma grande manifestação do Padre na obra da Criação, do Filho, na obra da Redenção, vemos também o Espírito Santo revelando-se em duas ocasiões memoráveis — no Batismo de Nosso Senhor — e no dia de Pentecostes.

1.º *NO BATISMO DE NOSSO SENHOR.* — Ver N.º 40.

2.º *NO DIA DE PENTECOSTES.* — Quando fôra da Ascensão, Nosso Senhor havia recomendado aos seus Apóstolos que não se afastassem de Jerusalém, mas que esperassem ali o Espírito Santo que breve enviaria. (*Lucas*, XXIV, 49.) Jesus, que punha remate a seus trabalhos com sua partida para o Céu, bem sabia que alguma cousa ainda faltava. Bem sabia que eram impotentes os continuadores da missão divina, os Apóstolos. E não haveriam de pôr ombros à tarefa, e muito menos ultimá-la, se não recebessem auxílios do alto.

Descida do Espírito Santo. — Na própria manhã da festa judaica de Pentecostes, dez dias após a Ascensão de Jesus Cristo, para as nove horas, baixou o Espírito Santo sôbre os Apóstolos e discípulos reunidos no Cenáculo (1) em número de cento e vinte. (*Atos*, I, 15.) Os fenômenos exteriores que tinham acompanhado a presença de Deus, participando a sua lei a Moisés, repetiram-se mais ou menos. Um ruído, parecido com o de algum vento impetuoso, foi ouvido, e os discípulos contemplaram línguas de fogo, chamas, vindo pousar sôbre cada um.

---

(1) O *CENÁCULO* (do latim *cœnaculum*, sala de jantar) onde os Apóstolos receberam o Espírito Santo, é a mesma sala em que Nosso Senhor comeu a última Ceia e instituiu a Eucaristia.

Vento impetuoso e línguas de fogo. — Êstes dizeres entendem-se na sua significação própria, não figurada, porque lemos nos *Atos* dos Apóstolos (II, 6) que a gente da vizinhança, curiosa com o aparecimento insólito dêste vento de tempestade, veio correndo, e muito se admiraram ao ver os Apóstolos falando várias línguas que dantes certamente desconheciam.

Pode-se descobrir, nestas línguas de fogo que se espalham nos Apóstolos, um duplo *simbolismo* e duplo *efeito*. — 1) São *línguas*. Dá isso a entender que, dora em diante, os Apóstolos hão de usar todos os idiomas dos povos a quem tiverem de levar o Evangelho. Usá-los sem os ter aprendido. — 2) São línguas *de fogo*. Próprio do fogo, é alumiar, aquecer e abrasar. Assim o Espírito Santo há de alumiar as inteligências, há de aquecer e abrasar os corações com as labaredas da caridade mais ardente. Agora, os Apóstolos, que dantes eram ignorantes e morosos para crer (*Lucas*, XXIV, 25), terão fé ativa e inabalável. Hão de rebater todas as objeções. De acanhados e pusilânimes, passam a ser valentes, intrépidos como leões (1).

121. — IV. Outras manifestações do Espírito Santo. Sua obra invisível.

Junto com a obra visível do Espírito Santo já explanada, existe a sua *obra invisível*, cuja importância não é menor.

A. No *ANTIGO TESTAMENTO*, o Espírito Santo foi: — *a*) o *guia dos profetas*, « êle falou através dos profetas », lê-se no Símbolo de Nicéia-Constantinopla; — *b*) o *inspirador dos escritores sacros*, quer do Antigo Testamento, quer do Novo.

B. No *NOVO TESTAMENTO*, encontramo-lo na origem da era cristã. — *a*) Reza, com efeito, o Símbolo dos Apóstolos, que Jesus Cristo foi « *concebido do Espírito Santo* ». Assim o ato magno do

(1) Pode-se lembrar outras manifestações visíveis do Espírito Santo: sua aparição na forma de nuvem luminosa na Transfiguração de Nosso Senhor (*Mat.*, XVII, 5), e a comunicação do Espírito Santo, na forma de sôpro, feita por Jesus Cristo a seus Apóstolos, na tarde da Ressurreição, (*João*, XX, 22).

amor divino, a Incarnação, é atribuído a êle como se fôra o Espírito Santo a causa eficiente única.

b) Depois de Pentecostes, o Espírito Santo é quem *dirige constantemente os Apóstolos* na tarefa tão espinhosa e árdua que lhes cabe. Revela a Pedro, o que têm de fazer para agremiar os Gentios no redil da Igreja nascente. (*Atos*, x, 13-20). Êle é quem manda Paulo convertido pregar o Cristo e sofrer por Cristo. (*Atos*, IX, 17; XIII, 2). Chega até a delinear o itinerário, a rota dos Apóstolos; desvia da Asia Paulo e Timóteo. (*Atos*, XVI, 6, 7). Norteia e aconselha os Apóstolos no primeiro Concílio de Jerusalém. (*Atos*, XV, 28). Estabelece os bispos que pastoreiem o rebanho dos fiéis. (*Atos*, XX, 28). E o papel que fez nos *primórdios* da Igreja, continua desempenhando-o, *hoje em dia*. Sua assistência fica a mesma exatamente.

c) Contudo, a obra principal do Espírito Santo é *a santificação das almas* pela *graça*. Certo é que pela graça santificante, vêm as três pessoas divinas habitar o nosso coração. « Se alguém me amar... meu Pai há de amá-lo, e *nós* a êle viremos, e nele (*nós*) elegeremos morada. » (*João*, XIV, 23). Todavia, esta residência de Deus na alma é atribuída especialmente ao Espírito Santo, porque é *obra do amor* divino, e porque o Espírito Santo procede do Pai e do Filho « como seu *amor mútuo* ». « O amor de Deus, diz são Paulo, é derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado. » (*Rom.*, v, 5). Não sabeis porventura, fala ainda o Apóstolo, que sois templo de Deus, e em vós habita o Espírito de Deus? » (I *Cor.*, III, 16). Permanecendo em nós pela graça, o Espírito vem a ser: — 1) qual um *Deus* no seu *templo*, — 2) qual *amigo* em casa de *amigo*. « Eis-me parado, junto da porta, e estou batendo; se alguém ouvir minha voz e abrir, entrarei. » (*Apoc.*, III, 20). — 3) É também *protetor* zeloso. « Descansai nele, por todos os vossos cuidados, porque êle mesmo providenciará » (I *Pedro*, v, 7).

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Nas dificuldades da vida, nas dúvidas, nas aflições e nas tentações, devemos recorrer ao Espírito Santo. É êle, o Espírito de sabedoria, de luz e fôrça: logo há de espancar as trevas da nossa inteligência, há de robustecer-nos o ânimo.

2.º Rezemos sempre, com toda a alma, a linda prece « *Veni sancte Spiritus* ». Vinde, Espírito Santo, enchei o coração dos vossos fiéis, e acendei neles o fogo do vosso amor », ou o « *Veni Creador Spiritus* ».

LEITURAS. — A vinda no Espírito Santo e o nascimento da Igreja. — Ler *Atos dos Apóstolos*, cap. II.

QUESTIONÁRIO. — I. De que trata o 8.º Artigo do Símbolo.

II. 1.º Qual é a natureza do Espírito Santo ? 2.º Será, o Espírito Santo, tão importante como as outras pessoas ? 3.º Porque está nomeado por último ? 4.º Que significa a expressão : « procede do Pai e do Filho » ? 5.º Em qual Símbolo se encontra esta expressão ? 6.º Qual é o fundamento desta verdade ? 7.º Por quem foi negada ?

III. 1.º Quais foram as duas maiores manifestações do Espírito Santo ? 2.º Que forma tomou êle, para baixar sôbre os Apóstolos, no dia de Pentecostes ? 3.º Que significa a locução « língua de fogo » ?

IV. 1.º Manifestou-se o Espírito Santo somente na época apostólica ? 2.º Que papel teve no Antigo Testamento ? 3.º Qual foi seu papel nos primórdios do cristianismo e como se traduz a sua ação atualmente ?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.º Relatar, segundo os Atos dos Apóstolos, a descida do Espírito Santo no dia de Pentecostes Contar a transformação que se deu nos Apóstolos : o que eram dantes, o que vieram a ser depois. 2.º Que significam estas palavras da 2.ª estrofe do *Veni Creator Spiritus* ; « Sois chamado o Consolador, o Dom do Deus Altíssimo, a fonte de água viva, o fogo, a caridade, a unção espiritual ? »

17.ª LIÇÃO

9.º Artigo do Símbolo.

«Creio na Santa Igreja católica, a Comunhão dos Santos.»

Da Igreja católica. Instituição divina. Marcas distintivas.

A VERDADEIRA IGREJA

- **1.º Instituição da Igreja.**
  - **A. Erros**
  - **B. O dogma católico.**
    - a) Pontos principais.
    - b) Provas tiradas da
      - 1. **razão.**
      - 2. **história.**
        - 1. Jesus Cristo fundou uma sociedade jerárquica.
        - 2. Estabeleceu um chefe único **(primazia e infalibilidade).**
- **2.º Jesus Cristo fundou sòmente uma Igreja.**
- **3.º Sinais da verdadeira Igreja.**
  - **A. Unidade**
    - **a)** no chefe.
    - **b)** na crença.
  - **B. Santidade**
    - **a)** da doutrina.
    - **b)** dos membros.
  - **C. Catolicidade.**
    - Universal, moral.
  - **D. Apostolicidade**
    - **a)** nos pastores.
    - **b)** na doutrina.
- **4.º Êstes sinais estão**
  - **A. presentes** na Igreja romana.
  - **B. ausentes**
    - **a)** na Igreja grega.
    - **b)** na Igreja protestante
- **5.º Seus membros.**
  - A. Os que não são membros do **corpo** da Igreja.
  - B. Os que não são membros da **alma** da Igreja.

Igreja romana. — Nome que se dá à Igreja católica, porque todos os fiéis desta Igreja são sujeitos à autoridade do Papa, que é *Bispo de Roma*. Os papas têm residido na França, em Avinhão; ficavam sendo, assim mesmo, bispos de Roma.

Igreja cismática grega. — Esta Igreja é chamada assim porque desconhece a autoridade do Papa. Arroga-se até o título de *ortodoxa*, quer dizer, conforme a fé verdadeira.

Igreja protestante. — Os protestantes têm êste nome porque, na dieta de Spira, em 1529, *protestaram* contra todas as decisões que tinham sido tomadas para restabelecer a união. A Inglaterra, a Alemanha, a Suécia, a Noruega, a Suissa e a Holanda são nações quase inteiramente protestantes.

Primazia (lat. «*primus*» primeiro). — Ter a primazia, quer dizer, ocupar o primeiro lugar, ser chefe.

VIMENTO

do Símbolo.

rtigo do Símbolo: «*Creio na* *nhão dos Santos*» abrange Comunhão dos Santos. Nas da Igreja, e na lição XIX,

2.º Divisão desta lição. — Na primeira lição tratando da Igreja, é preciso assentar: — 1.º que Nosso Senhor Jesus Cristo fundou uma Igreja, e fundou sòmente uma; 2.º que a Igreja católica, exclusivamente, possui os caracteres na verdadeira Igreja, e não as Igrejas cismática e protestante, que pretendem ser cristãs; 3.º que há necessidade, para todos os homens, de pertencer à verdadeira Igreja. — Na outra lição explicar-se-á a constituição da Igreja.

124. — II. Instituição divina da Igreja.

1.º Erros. — O dogma católico da instituição divina, como vem exposto depois, é negado: — *a*) pelos *Gregos cismáticos* que admitem, sem relutância, a instituição de uma Igreja infalível, mas rejeitam a primazia de jurisdição do Papa; — *b*) pelos *Protestantes* que desconhecem, todos, a primazia do Papa e repelem a existência de uma autoridade infalível, aceitando, para norma de fé, ùnicamente a Escritura Sagrada; — *c*) pelos *Protestantes liberais* (HARNACK, SABATIER, STAFFER...) e *racionalistas*. A teoria dêles é que o Salvador nunca pensou em fundar uma Igreja como sociedade. Esta seria o fruto de lenta evolução. Houve, no comêço, a escolha dos mais antigos, isto é, presbíteros ou padres (1), feita pelas comunidades cristãs primtivas, para que êles presidissem às assembléias. Mais tarde, a instituição de uma autoridade que combatesse as heresias nascentes (gnosticismo e montanismo). São os passos iniciais da evolução. — *d*) Nesta última categoria de adversários, deve-se incluir os *modernistas* (LOISY, TYRREL). Na verdade, concordam em que Jesus Cristo fundou um esbôço de sociedade, donde brotou a Igreja, mas enfileiram com os racionalistas e os Protestantes liberais, para recusar a Nosso Senhor a idéia e a vontade de fundar uma sociedade religiosa, como a temos atualmente, com chefe supremo e autoridade infalível.

2.º O dogma católico. — *Jesus Cristo fundou uma Igreja*, isto é, uma sociedade *jerárquica* (Ver N.º 131) composta de dois grupos distintos: um, para ensinar e governar debaixo da autoridade de um *chefe único* e *infalível*, outro que é ensinado e governado. Foi definido, êste dogma, — em especial nos dois pontos capitais da primazia e da infabilidade do Papa, — pelo concílio do Vaticano (1870). Baseia-se numa prova dúplice: prova tirada da *razão* e prova tirada da *história*.

(1) O têrmo *presbítero*, ou padre, vem do grego « *presbuteros* » comparativo de « *presbus* » que significa « *idoso* ».

A. *PROVA TIRADA DA RAZÃO.* — É evidente que, se o Cristo fundou uma Igreja, tal como a concebemos, só pela história podemos saber disto. Antes, porém, de interrogarmos a história para informar-nos do que fez Jesus Cristo, podemos apelar para a *razão* que nos dirá o que devia ter feito. Se for admitido, — e admitem-no os Gregos cismáticos e a maioria dos Protestantes — que Jesus Cristo é Deus, que ensinou uma doutrina religiosa constando de dogmas para crermos, preceitos para observarmos, e ritos para cumprirmos, e que êle quis difundi-la sem alteração, — é preciso pensar que tomou as providências idôneas, afim de conseguir êstes intentos. Ora, a conservação integral de uma doutrina requer uma *autoridade viva e infalível.* Com efeito, a Escritura Sagrada, que os Protestantes arvoram em única norma de fé, é meio inadequado, insuficiente, sabe-se por demais. É claro que, na Escritura Sagrada, está a palavra de Deus e portanto, regra infalível. Mas, os analfabetos não a podem ler. Como é que se hão de arranjar? E até, os que têm cultura para ler e entender, quem sabe se atinam sempre com a significação exata? Por isso, os Protestantes ficam reduzidos a supor assistência especial do Espírito Santo para a consciência de cada indivíduo — hipótese esta totalmente gratuita e desmentida pelos fatos — ou a declarar que todas as interpretações têm igual valor, — o que redunda em equiparar o bem e o mal, o falso e o verdadeiro. Logo, pode-se prever, desde já, com o testemunho da razão ùnicamente, que Jesus Cristo não escolheu a maneira, o meio apregoado pelos Protestantes, mas que terá estabelecido, na chefia da sua Igreja, uma autoridade viva e infalível, incumbida de pôr a sua doutrina integral ao alcance de todos.

B. *PROVA TIRADA DA HISTÓRIA.* — Vamos agora à história. Terá feito Jesus Cristo o que lhe cumpria fazer? Tomaremos para base, não já a razão, e sim a história, e provaremos: — 1. contra os Protestantes, racionalistas e modernistas, que Jesus Cristo verdadeiramente fundou uma *Igreja jerárquica*: e — 2. contra os cismáticos da Igreja grega, que colocou, à frente desta Igreja, um *chefe único e infalível,* por outra, que revestiu da *primazia* e da *infalibilidade* a são Pedro e a seus sucessores.

1.ª Proposição. — *Jesus Cristo fundou uma Igreja jerárquica.* — Esta proposição firma-se nos *atos* e nas *palavras* de Nosso Senhor. É evidente que a Igreja não nasceu de repente. Fôra absurdo. Mas não é menos evidente que foi instituida, nos seus elementos sucessivos, por Jesus Cristo. — 1. Começou *anunciando-a* e assim desbravando os caminhos. Tomava, para assunto das suas práticas, o próximo advento do reino de Deus, que estabeleceria em todas as nações, parecido nisso com o grão de mostarda, das sementes a menor, a formar depois árvore enorme. — 2. Mais tarde, dá outro passo. Nosso Senhor convida

discípulos Dentre êles, separa doze que chama *apóstolos*. A êles *promete* os poderes para ensinar, santificar e governar. — 3. Enfim, terceiro passo, Jesus, *após a Ressurreição cumpre a promessa*. Confia a seus Apóstolos a missão que lhe cabe, e o poder que necessitam. Fala: «Foi-me concedida no céu e na terra, a onipotência. Ide, pois; instruí todas as nações, batizando-as, em nome do Padre e do Filho, e do Espírito Santo, ensinando-lhes a observar tudo o que vos mandei. Eis que estou convosco, todos os dias, até ao fim do mundo.» (*Mat.*, XXVIII, 19, 20). Indubitàvelmente se deduz destas palavras e atos de Jesus Cristo, que êle fundou uma sociedade *religiosa* a cargo dos Apóstolos, sociedade *visível* e não simplesmente sociedade mística, só de almas; sociedade *jerárquica* composta de duas categorias, duas classes ou espécies de membros: uns, que têm de ensinar e governar, e outros que são doutrinados e dirigidos.

b) Baseia-se, em segundo lugar esta proposição no *procedimento dos Apóstolos.* Acabamos de ver que Jesus Cristo instituiu uma Igreja, e fiou dos Apóstolos o prosseguimento desta obra. Vejamos como se desempenharam da incumbência. É só folhearmos os *Atos dos Apóstolos* e as *Epístolas de são Paulo*, para nos inteirarmos de que, logo na primeira hora do cristianismo, funciona a Igreja como perfeita sociedade jerárquica, constando dos dois grupos mencionados, e na qual se entra pela porta do Batismo. No grupo dos membros ensinados, aparecem Judeus, — cinco mil foram convertidos por são Pedro nas suas primeiras práticas, — depois Samaritanos; e depois, em número sempre maior, Gentios ou pagãos espalhados pelo mundo inteiro. No grupo da Igreja docente, divisamos os Apóstolos, que, por toda a parte, vão organizando comunidades religiosas, Igrejas particulares que êles mesmos administram pessoalmente, ou entregam à direção de bispos ou de padres. (*Atos*, XIV, 22; XX, 17). A êstes, então, delineiam as normas a seguir, indicam as obrigações do cargo, como se vê por exemplo, são Paulo nas suas Epístolas a Tito e a Timóteo. Logo, desde o tempo dos Apóstolos, a Igreja funciona normalmente Medra rápida, veloz. Descortina-se-lhe um porvir imenso. E são Paulo não trepida em compará-la com um edifício assombroso, vastíssimo, tendo aos Apóstolos para alicerces, e a Nosso Senhor Jesus Cristo como pedra angular (*Ef.*, II, 20). Passando nós dos Apóstolos aos sucessores dêstes, verificaríamos que a Igreja, vai subsistindo, vai continuando, ou melhor: toma incrementos portentosos, apesar das perseguições, até que, afinal, com o reinado de Constantino Magno, logre o reconhecimento oficial.

2.ª **Proposição.** —*Jesus Cristo pôs à frente da sua Igreja um chefe único e infalível.* — Na proposição anterior, ficou demonstrado que Jesus Cristo assentou a sua Igreja sôbre o princípio da *jerarquia*. Nesta outra proposição, precisamos mostrar que a Igreja é uma

sociedade *monárquica* a cuja frente Cristo colocou um *chefe supremo* e *infalível*. Quer dizer, tornaremos patente que Jesus Cristo revestiu a são Pedro com a primazia e a infabilidade, e, na pessoa de são Pedro, aos sucessores dêle, isto é, aos Papas.

A. *A PRIMAZIA.* — a) *Jesus Cristo deu a são Pedro primazia de jurisdição, não apenas primazia de honra.* — Foi são Pedro nomeado chefe supremo da Igreja. Isto consta:

1. das *palavras* que pronunciou Nosso Senhor *prometendo* esta supremacia. Certa ocasião, são Pedro acabava de confessar a divindade de Jesus. Êste então respondeu: « E eu te digo que és Pedro, e sôbre ti edificarei a minha Igreja, e nunca jamais, prevalecerão contra ela as portas do Inferno. E dar-te-ei as chaves do reino dos céus. Tudo quanto ligares na terra será ligado nos céus, e quanto desligares na terra, será desligado nos céus. » (*Mat.*, XVI, 18, 19). Se há de ser Pedro o *fundamento* da Igreja, se há de receber as chaves, emblema do poder, logo se vê que isto é mesmo primazia que se lhe promete:

2. das *palavras* que Nosso Senhor pronuncia *cumprindo* a promessa. Era depois da Ressurreição. Cristo dirige-se a são Pedro por duas vezes dizendo: « Apascenta meus cordeiros. » Na terceira vez fala: « Apascenta minhas ovelhas. » Assim recebe são Pedro e encargo de tomar conta do rebanho todo: cordeiros e ovelhas. Logo é feito pastor e chefe supremo da Igreja inteira;

3. do próprio *exercício da primazia*. Depois da Ascensão, o pape assumido por são Pedro é de chefe. Propõe a eleição de outro apóstolo para substituir Judas (*Atos*, I, 15, 22). Antes de todos, prega o Evangelho no dia de Pentecostes (*Atos*, II, 14). Embora seja são Tiago o bispo de Jerusalém, é são Pedro quem preside ao concílio celebrado nesta cidade (*Atos*, XV). Os Evangelistas o nomeiam primeiro. E também o grande são Paulo, o Apóstolo, pensa que se deve apresentar a êle, como subordinado a seu superior jerárquico (*Gal.*, I, 18, II, 2). Evidentíssimo, portanto que os Apóstolos não tiveram nunca a mínima dúvida acêrca da primazia de são Pedro (1).

b) *Os Bispos de Roma são sucessores de são Pedro relativamente à primazia.* — Êste *artigo de fé* foi definido pelo concílio do Vaticano, *sess.* IV. Têm como base um duplo argumento:

A. *a natureza das cousas.* A meta de Nosso Senhor, quando estabeleceu a primazia de Pedro, era segurar a *unidade* e *estabilidade* da sua Igreja. Ora, esta não havia de sumir-se com a morte de são Pedro, é claro. Logo devia passar, o encargo, a seus sucessores. E

(1) Nas pinturas, baixos relêvos e monumentos do 1.º século, são Pedro vem representado com as insígnias que simbolizam a primazia: chaves e tiara. Êle as traz sempre, quando os demais apóstolos estão com a cabeça descoberta.

está certo històricamente que são Pedro tomou, para sede episcopal, a cidade de Roma. Daí resulta que é o bispo de Roma, quem lhe deve herdar o privilégio;

2. *o testemunho da história.* Com efeito, por ela sabemos que a primazia dos bispos de Roma foi aceita e acatada: — 1) pelos *escritores eclesiásticos*, como santo INÁCIO († 107), santo IRENEU († 202), Tertuliano († 245), etc., declarando todos que o bispo de Roma possui a supremacia, porque é sucessor de Pedro;

— 2) pelos *concílios.* Por exemplo, os Padres do concílio de Calcedônia, em 451, enviam ao Papa são Leão uma carta pedindo confirmação dos decretos por êles emitidos. Sucessivamente os concílios de Constantinopla, o 3.º realizado em 680, o 4.º em 869, o concílio de Florença em 1430, composto de Padres gregos e latinos, proclamam a primazia do sucessor de são Pedro, e dizem que Jesus Cristo deu a êste sucessor, na pessoa de são Pedro, «plenos poderes para apascentar, dirigir e governar a Igreja inteira»;

— 3) pelo *costume* de apelar para o Bispo de Roma, afim de terminar as contendas. Assim, já no 1.º século, são Clemente escreve à Igreja de Corinto, para acabarem com uma discussão, e isto fez o Papa, estando vivo ainda o apóstolo são João. Santo Atanásio e são Crisóstomo recorrem ao Papa para defesa e amparo de direitos. Amiudadas vezes, os próprios bispos do Oriente dirigiram-se ao Bispo de Roma reclamando a proteção dêle.

— 4) A história certifica, mais, que os Papas sempre tiveram consciência dêste papel de sucessores de são Pedro na primazia e sempre timbraram em exercer a jurisdição que tinham sôbre toda a Igreja. No século II, o papa Vítor ordena aos bispos da Ásia, sob pena de excomunhão, que adotem o uso comum da Igreja para a celebração da festa da Páscoa. No século III, o papa Estêvão proíbe aos bispos da África e da Ásia que tornem a batizar os que já tinham sido batizados pelos hereges.

B. *INFALIBILIDADE.* — Jesus Cristo deu a são Pedro e a seus *sucessores o privilégio da infalibilidade.* É, com efeito, êste privilégio um corolário da primazia. Decorre:

a) da *missão* confiada a Pedro por Nosso Senhor. A obrigação de são Pedro é apascentar *todo* o rebanho (*João*, XXI, 16); é *confirmar* seus irmãos na fé (*Lucas*, XXII, 32). Na mesma hora em que Jesus o coloca à frente da Igreja, afirma-lhe que orou por êle «afim de que não desfaleça a sua fé» (*Lucas*, XXII, 32), e que nada têm que temer pela sorte da Igreja entregue a seus desvelos, porque nunca jamais hão de prevalecer contra ela as portas do Inferno» (*Mat.*, XVI, 18). Promessas tão positivas falhariam, caso fôsse sujeito a errar no ensino. êsse mesmo que têm de ser base do edifício;

b) da crença da antiguidade. É fato histórico averiguado que a infalibidade doutrinal do Papa foi reconhecida na Igreja desde as origens. Limitemo-nos a poucos exemplos. Santo Irineu declara que todas as Igrejas precisam afinar com a de Roma, única que possui a verdade integral; a mesma prerrogativa atribui são Cipriano à Igreja de Roma. A convicção de santo Agostinho, no tocante à infalibilidade das definições do Pontífice romano, não era menos forte. Num discurso que fez ao povo, vemos que não hesitou em afirmar que terminou a controvérsia sôbre o pelagianismo, graças à sentença que o papa santo Inocêncio I tinha pronunciado (1).

Logo, concluir-se-á com os argumentos da razão e da histório que Jesús Cristo realmente fundou uma Igreja e que esta Igreja é uma sociedade jerárquica a cuja frente êle colocou um chefe único e infalível.

125. — III. Jesus Cristo fundou uma Igreja só.

Tão certo é o fato de ter fundado Jesus Cristo uma Igreja, como o fato de não ter fundado mais de uma. Assim o exige o fim que colimava. Cristo trazia ao mundo uma doutrina nova, verdades divinas: anuncia o reino de Deus e quer que se pregue o seu Evangelho a toda criatura. E desde que não pode levar pessoalmente os seus ensinos a todos os povos do orbe, desde que tem de se confinar nas cidades mais importantes da Judéia, faz dos Apóstolos e sucessores outros tantos substitutos, com a missão de completar a obra, de executar, no decorrer das idades, o que êle mesmo não puder cumprir. É óbvio que a doutrina de Jesus deve ser pregada em todo o lugar, na sua integridade, tal como êle a deu. Muitas palavras dêle nos dão a conhecer a sua vontade explícita e formal, a êste respeito. Quer que haja «*um só rebanho* e *um só pastor*» (*João*, X, 16): a Igreja que êle institue deve permanecer uma, até o fim dos séculos.

---

(1) Para impugnar o dogma da infalibilidade, dizem os adversários da Igreja que alguns Papas erraram nas suas decisões doutrinais. A crítica imparcial reconhece hoje que as acusações contra certos Papas: Marcelino, Libério, Virgílio, Honório, João XXII, carecem de fundamento, constituindo, os desvarios da história, ora intreprotações tendenciosas e falsas quanto ao objeto e à natureza dos seus decretos. A história não pode citar um único Papa que tenha ensinado doutrinas contrárias à fé ou à moral.

Ora, na época atual, estamos na presença de várias Igrejas. Dizem que são cristãs. Querem ter o mesmo fundador. E cada uma pretende ser a verdadeira Igreja estabelecida por Jesús Cristo. Por outro lado, são diferentes em vários pontos as doutrinas destas Igrejas. Isto prova que todas não podem vir dêle, pois que ensinou uma doutrina só. Logo, importa sabermos qual delas é verdadeira.

126. — IV. Marcas ou sinais da verdadeira Igreja.

A Igreja católica, a Igreja cismática ou ortodoxa e a Igreja protestante são as três que pleiteiam os foros de verdadeira Igreja de Jesus Cristo. Quais serão os *distintivos*, as *notas*, *marcas* ou *sinais* exteriores, visíveis, que nos permitirão identificar a verdadeira Igreja de Cristo? Em rigor, podia-se responder que a prova já está feita. A verdadeira Igreja fundada por Jesus Cristo, será sem dúvida aquela que admitir a primazia e infalibilidade de Pedro e dos seus sucessores. E havendo ùnicamente a Igreja romana que reconheça esta primazia, — primazia de jurisdição, repetimos, não simplesmente primazia honorária como querem os cismáticos, — só ela é que pode ser a Igreja de Cristo. Embora seja a primazia do Papa a melhor das marcas, e bastante ela só, vamos examinar as quatro notas assinaladas pelo concílio de Nicéia-Constantinopla: «*Et unam, sanctam, catholicam et apostolicam.*» Averiguar-se-á, que são mesmo êstes quatro caracteres, segundo as próprias declarações de Nosso Senhor, os sinais reveladores da verdadeira Igreja (1).

---

(1) O Símbolo dos Apóstolos menciona só três notas, de modo implícito pelo menos. Reza: «Creio *a Santa Igreja católica*» e não «nas santas Igrejas católicas». Esta afirmação proclama a unidade, a santidade e a catolicidade. É bom notar igualmente que as marcas apontadas, quer pelo Símbolo dos Apóstolos, quer pelo Símbolo de Constantinopla, não são as únicas características da Igreja de Jesus Cristo. A primazia e infalibilidade do chefe da Igreja são outras, já examinadas aqui. Podia-se dizer igualmente que será a mais perseguida, consoante a predição de Nosso Senhor: se o tinham odiado a êle, também a seus discípulos odiariam» (*João*, XV, 20). Observemos mais, que os teólogos assaz divergiram, quanto ao número e à

1.º **Unidade.** — Cristo o declarou. Quer « *um só* rebanho e *um só* pastor ». São Paulo pede para os cristãos um pensamento, uma mesma alma, um mesmo sentimento (*Fil.*, II, 2; *Rom.*, XII, 16), porque « só há um Senhor, uma fé, um batismo » (*Ef.*, IV 5). A verdadeira Igreja há de possuir, portanto: — a) *unidade no govêrno.* Um pastor supremo só, para não se intrometer a divisão no aprisco: — a) *unidade na fé,* para que todos os fiéis pertencentes à Igreja acreditem a doutrina da verdade.

2.º **Santidade.** — Já que a missão especial da Igreja é santificar os homens e encaminhá-los para a salvação, têm de ser *santa* ela própria: — a) na *doutrina,* no *culto,* e na *moral*: — b) nos seus *membros.* É preciso até que, dentre êstes, alguns se encontrem de santidade eminente e virtudes heróicas. E será sobretudo êste o sinal caraterístico predominante da Igreja de Jesus Cristo. Porque, se bem que Jesus não tenha imposto a perfeição religiosa como obrigatória para todos, sempre êle a aconselhou às almas de escol: « Quanto a vós, sêde, pois, perfeitos, como vosso Pai celestial é perfeito. » (*Mat.*, V, 48).

3.º **Catolicidade.** — « Ide por *todo* o universo, diz Jesus Cristo aos Apóstolos, e pregai a *tôda* a criatura » (*Marcos*, XVI, 15). E não sòmente Jesus Cristo dá aos Apóstolos e a seus sucessores, a missão de espalhar o Evangelho por toda a terra, mas profetiza que assim há de acontecer. Com efeito, antes da Ascensão, fala aos Apóstolos: « Sereis meus arautos em Jerusalém, na Judéia toda, na Samaria, e *até às extremidades da terra* » (*Atos*, I, 8). Mas, se a Igreja de Cristo têm de abarcar o globo, bem se vê que está fora da questão, qualquer Igrejinha nacional, abrangendo apenas súditos de um determinado país. Catolicidade exige também unidade, porque se não fôsse *uma* a Igreja, não constituiria Igreja universal. Seria coleção de sociedades, mais ou menos numerosas e variadas.

A exatidão rigorosa manda dizer que a universalidade que se têm em vista aqui não é universalidade *absoluta* senão universalidade *moral*, a qual existe desde que a Igreja é conhecida na maior parte do mundo.

4.º **Apostolicidade.** — A verdadeira Igreja deve ser *apostólica*: —

a) *nos seus pastores.* — Os chefes que a governam atualmente hão de ser os sucessores legítimos dos Apóstolos. É preciso que,

---

importância das notas distintivas da verdadeira Igreja. Assim é que, nos três primeiros séculos, os Padres da Igreja salientavam mais a unidade e a apostolicidade. No século XIII, santo TOMÁS apresenta as marcas: unidade, santidade, catolicidade, e *indefetibilidade.* No século XVI, diz BANNEZ quo a Igreja é uma, santa, católica, apostólica e visível, e BELARMINO enumera até quinze marcas, podendo, entretanto, compendiar-se nas quatro do Símbolo de Constantinopla.

remontando do Papa e dos Bispos funcionando hoje em dia, se reconstitua uma corrente ininterrupta, com todos os elos, até são Pedro e o Colégio dos Apóstolos;

b) *na sua doutrina.* — A doutrina da nossa época têm que ser a mesma que foi pregada pelos Apóstolos. É preciso que os artigos de fé que formam o dogma do século XX, se encontrem na origem da Igreja, não com idênticas expressões, e definidos, já se vê, porém no estado de vida latente, de germes. É preciso que o desenvolvimento da doutrina pregada por Jesus Cristo e os Apóstolos seja um desenvolvimento natural, normal, e não à margem das leis comuns do crescimento. Como na criancinha de berço já se poderiam descortinar as qualidades do adulto que há de ser algum dia.

127. — V. A Igreja católica romana possui êstes quatro sinais.

1.º **Unidade.** — A Igreja romana é *una:*

a) *no seu chefe.* Todos os fiéis reconhecem o mesmo chefe que é o Papa. Acreditam que o Papa é sucessor de são Pedro na primazia, e que os Bispos, unidos ao Papa, são sucessores dos Apóstolos;

b) *na sua fé.* A unidade de fé é resultante lógica da unidade de govêrno, porque o dever estrito e rigoroso de todos os católicos é obedecer à autoridade infalível que os está ensinando. Todos professam, pois, a mesma fé, recebem os mesmos sacramentos e praticam o mesmo culto (1).

2.º **Santidade.** — A Igreja romana é *santa:*

a) *na doutrina.* Não se dá por satisfeita com reclamar, de todos os seus filhos, que observem os mandamentos da lei de Deus, recebam os sacramentos e pratiquem a mortificação. Vai além. Incita-os a uma perfeição mais alta, propondo-lhes os conselhos evangélicos;

b) *nos seus membros.* Sempre houve na Igreja católica avultado número dos seus filhos que sobressairam pelas

---

(1) *DISCUSSÃO TEOLÓGICA* não é *DIVERGÊNCIA* na fé. Não se confundam. São permitidas as controvérsias sôbre pontos de doutrina não definidos. Também o são as variantes nas partes acessórias dos ritos litúrgicos em certos países.

virtudes mais heróicas. Não se negam as sombras do quadro. Na Igreja, como em qualquer sociedade humana, está o joio misturado com o trigo. É fácil, e nunca deixará de ser, descobrir maus católicos e pecadores no seio da Igreja. Mas, isso em nada deslustra o fulgor, a excelência da doutrina, pois as deficiências e os desvarios são fraquezas dos indivíduos e não falhas da doutrina. Não lhe postergassem êsses membros indignos os ditames santos! Também não são motivo de surpresa os escândalos de alguns católicos. Foram anunciados por Nosso Senhor que declarou: «é impossível não acontecerem escândalos» (*Lucas*, XVII. 1.) E são Paulo diz: « Levantar-se-ão. até do meio de vós, homens perversos, ensinando doutrinas ímpias, para desencaminhar os fiéis iludidos e arrastados.» (1) (*Atos*, XX, 30.)

3.º **Catolicidade.** — A Igreja romana possui a *universalidade moral:* cobre a maior parte do mundo, e o número dos seus adeptos excede, de muito, os respectivos contingentes das outras sociedades cristãs. É católica sobretudo porque, em princípio. dirige-se a todos, foi fundada para todos. Católica, já o era. *em germe*, no dia de Pentecostes, quando são Pedro converteu três mil pessoas. Católica, ainda o é, por não se restringir a nenhuma nacionalidade. nem repudiar raça alguma. Sabe, pelo contrário, amoldar-se aos diferentes povos sem alterar nada na doutrina, de modo que um católico brasileiro não difere. de um católico francês ou inglês, alemão ou russo, negro ou japonês.

4.º **Apostolicidade.** — A Igreja romana é *apostólica:* — *a*) *nos seus pastores*. Só ela pode remontar desde o Papa atual, Pio XII (o 263.º) até são Pedro. Com o auxílio da história da Igreja e dos concílios, se demonstraria igualmente que o corpo docente atual, isto é, o conjunto dos Bispos unidos ao Papa, são os legítimos sucessores dos Apóstolos. As novas sedes episcopais, de acôrdo com as necessidades

(1) É fato notável êste: quase sempre os cismas e as heresias tiveram como promotores padres ou monges: Fócio, Miguel Cerulário para o cisma grego; Lutero para o protestantismo.

dos fiéis sempre são estabelecidas pela autoridade e sob a dependência da Santa Sé;

b) *na sua doutrina.* A apostolicidade da doutrina também é consequência da apostolicidade dos pastores. Não havendo interrupção na sucessão dos chefes da Igreja, isto é, do corpo docente, é bem de ver que a doutrina apostólica nos terá sido transmitida integralmente.

Logo, temos o direito de concluir que a Igreja romana possui os quatro sinais da verdadeira Igreja lembrados pelos Símbolos dos Apóstolos e de Constantinopla.

128. — VI. A Igreja grega (1) não tem os sinais da Igreja verdadeira.

Possuindo a Igreja católica os sinais da Igreja verdadeira, não podem possuí-los as outras duas Igrejas, a Igreja cismática grega e a Igreja protestante que estão em discordância com ela. Logo, as considerações aqui expendidas, mostrando que essas seitas dissidenes não apresentam os caracteres da verdadeira Igreja, querem ser apenas simples contraprova. A *Igreja grega* não têm:

1.º **Unidade.** — Não a têm: — a) *no seu chefe.* As Igrejas da Rússia, da Grécia, da Rumânia, são autônomas e submetidas mais ou menos à autoridade do Estado (2); — b) *na sua fé.* Está partida a Igreja grega em diversos grupos: Nestorianos, Monofisitas, Monotelitas.

---

(1) CISMA DO ORIENTE — Igreja grega é a parte da Igreja católica em que o grego era a língua litúrgica. Igreja latina é a que tinha o latim para língua litúrgica. Entre as duas sempre houve atritos, rivalidades de raça que não deixaram de influenciar as concepções religiosas. Tornando-se Constantinopla, capital do Oriente, os Bispos desta sede quiseram elevar-se também. Requereram o primeiro lugar depois do Papa e continuaram intrigando para libertar-se do jugo e furtar-se à jurisdição do Bispo de Roma.

O rompimento esteve muita vez a pique de realizar-se. É o que se deu com Fócio, no século IX servindo de pretexto, o acréscimo do têrmo *Filioque* (ver lição anterior) ao Símbolo de Nicéia. Durou pouco êste 1.º cisma. Quando, porém, em 1054, os legados do Papa Leão IX depositaram, no altar de Santa Sofia, um decreto de excomunhão contra Miguel Cerulário, o caso foi mais grave. Fizeram-se, na verdade mais tarde diversas tentativas de reconciliação. Em 1439, no concílio de Florença, admitiram os Gregos o *Filioque* e a primazia do papa. Mas, em 1472, separavam-se de novo da Igreja latina, e desde então definitivamente. No entanto Roma nunca sentenciou contra êles a excomunhão formal.

(2) Na Rússia, a direção suprema é o Santo Sínodo. Tem sete membros: os três metropolitanos de Leningrado, Kiev e Moscou, dois arcebispos e dois arcediagos. Mas, um delegado do govêrno assiste às reuniões, fiscaliza todos os atos do Sínodo, e quando acha bom, veta os decretos do mesmo.

etc. Enquanto os Russos, por exemplo, crêm que é válido o batismo por infusão e aspersão, os Gregos só o admitem por imersão.

2.º **Santidade.** — Nos seus fundadores, pelo menos não a têm a Igreja grega. Foram ambiciosos. Conservou, na verdade, os sacramentos, isto é, todos os meios de santificação. Mas, não mostra, nem de longe, as virtudes heróicas que podemos tanta vez admirar na Igreja católica.

3.º **Catolicidade.** — Pouco se importa, parece, a Igreja grega, com a ordem do Salvador: «Ensinai *todas* as nações.» Fica enclausurada num recanto da Europa, associando seus destinos à sorte dos príncipes.

4.º **Apostolicidade.** — A Igreja grega é apostólica por suas origens. Seus ministros são verdadeiros bispos e verdadeiros padres como os da Religião católica. No entanto, não remonta aos Apóstolos, nem pela *doutrina*, nem por *seus chefes atuais, separados da autoridade legítima de Roma* (1).

129. — VII. O Protestantismo não tem os sinais da Igreja verdadeira.

O Protestantismo nasceu no século XVI e abrange, atualmente certo número de seitas, sendo as três principais: o luteranismo (2), o calvinismo (3) e o anglicanismo (4).

Seja qual fôr a sua denominação e categoria, o protestantismo não poderá nunca ostentar os quatro caracteres da Igreja verdadeira.

1.º **Unidade.** — O protestantismo não é um:

a) *no seu chefe.* Êste é o mesmo que do Estado. Logo, o protestantismo reconhece tantos chefes, quantos forem os soberanos, as nações;

---

(1) Na realidade, a questão grave que separa a Igreja católica e a Igreja grega, é a supremacia do Papa e não o repúdio do *Filioque* no Credo, nem a consagração com pão ázimo.

(2) Fundador do luteranismo é o monge *Lutero.* Ficou melindrado porque o Papa Leão X não deu, a sua Ordem, a missão de pregar as indulgências concedidas aos que contribuissem com ofertas para terminação da basílica de São Pedro em Roma. Revoltou-se pretextando que a Igreja carecia de reforma. Atacou os dogmas do *pecado original,* da *graça,* e dos *sacramentos,* dogmas que dantes professava.

(3) É *Calvino* o chefe do calvinismo. Levou à França e à Suissa os erros do Lutero aumentados, especialmente contra o dogma da Eucaristia. Esta já não era, para êle, nenhum sacramento. Era recordação da «última Ceia do Senhor».

(4) O anglicanismo é assim chamado por ter nascido na Inglaterra. Fautor foi o rei Henrique VIII. Tinha merecido outrora o título glorioso de «Defensor da fé» pela refutação que fizera dos erros de Lutero. Quis alcançar do papa a invalidação do seu matrimônio com Catarina de Aragão. Não pôde. Então rebelou-se e arrastou para as heresias protestantes os seus súditos.

b) *na sua fé.* Isto resulta fatalmente do seu tão decantado princípio de *livre exame* que autoriza seus ásseclas a interpretarem como lhes aprouver a Sagrada Escritura. Porque a história e a experiência quotidiana nos mostram o protestantismo, fracionado numa infinidade de seitas religiosas, divergindo umas das outras nos pontos mais essenciais da doutrina, como a presença real de Nosso Senhor na Eucaristia que alguns admitem e outros repelem. Muito mais: longe de confesarem a mesma fé, e crerem no mesmo símbolo, essas seitas guerreiam-se umas às outras.

2.º **Santidade.** — O que dissemos da Igreja grega, a respeito da santidade, pode se afirmar da Igreja protestante. Não têm verdadeiros mártires, nem santas virgens, nem anacoretas. Quanto a dar os fundadores, Lutero, Calvino, Henrique VIII, como tipos de virtude, ninguém se lembrará disso. Seria pura ironia.

3.º **Catolicidade.** — Timbra o protestantismo em espalhar por todo o mundo os seus prosélitos. Muito embora. Que catolicidade será esta, cuja base não for a unidade, cujos ministros ensinarem doutrinas heterogêneas?!

4.º **Apostolicidade.** — Não havia luterano antes de Lutero; nem calvinista, antes de Calvino; nem anglicano, antes de Henrique VIII. Nenhum. E como haviam de, Lutero, Calvino, e o devasso Henrique VIII, filiar-se aos Apóstolos?!

Não possui, portanto, a Igreja protestante, não melhor do que a Igreja grega, os sinais da verdadeira Igreja (1).

130. — VIII. Necessidade de pertencer à Igreja. « Fora da Igreja, não há salvação. »

A Igreja católica, sendo a verdadeira Igreja, deve-se considerar como sociedade obrigatória, à qual hão de necessàriamente pertencer todos os que cuidam da salvação? Qual é o sentido exato dêste axioma tão conhecido: *« Fora da Igreja, não há salvação »?*

Para resolver o caso, importa distinguir na Igreja duas cousas: — *a)* o corpo, isto é, a organização material, visível, da qual é membro qualquer pessoa batizada que não seja excomungada ou volutàriamente separada da Igreja, e — *b)* a *alma,* isto é, a graça santificante, que nos faz participar da vida de Cristo.

(1) Tão luminoso, claro e impressionante isto, que esta questão da verdadeira Igreja foi o ponto inicial quo trouxe ao redil da religião católica espíritos superiores como os Maning e os Nowman. Esta nova orientação nota-se na Inglaterra desde um século. Vem iluminando almas e almas, de dia para dia. E mais eficaz se tornaria esta sêde de luz e de paz, se não fôssem tantos os óbicos que atravancam o caminho da conversão.

1.º **Logo, não pertencem ao corpo da Igreja:** — *a*) os *infiéis;* judeus, maometanos, idólatras, que não receberam o Batismo; — *b*) os *hereges*, que adotam uma doutrina reprovada pela Igreja; — *c*) os *cismáticos*, que não reconhecem a autoridade do Papa; — *d*) os *apóstatas*, que renegam seu batismo e bandeiam-se para outra religião; — *e*) os *excomungados denunciados*, isto é, excomungados com quem não se deve manter relação alguma; mas, não os excomungados *tolerados.*

2.º **Não pertencem à alma da Igreja.** — *Todos os pecadores.* A graça santificante é o *único* meio de salvação. Por consequência, os que não a têm, muito embora pertençam ao corpo da Igreja, não são da alma, e não podem salvar-se.

A sentença: «FORA DA IGREJA, NÃO HÁ SALVAÇÃO», não se há de entender num sentido estrito e absoluto. Quer dizer que não se podem salvar os que estiverem no êrro voluntário e culpado, os que conhecem a Igreja católica como Igreja verdadeira, e se negam a entrarem nela, a professarem as mesmas crenças, a praticarem os mandamentos. Pelo contrário, os que estiverem no êrro invencível, infiéis, hereges, cismáticos, etc., observando de boa fé os preceitos da sua religião, procurando agradar a Deus, conforme as luzes da própria consciência, podem pertencer à alma da Igreja, ainda que não sejam membros do corpo, pelo menos *exterior* e *explìcitamente.* Logo, é possível, para êles, a salvação, pois Deus os julgará de acôrdo com as luzes que lhes houver proporcionado e pelo que tiverem feito, e não por uma lei desconhecida dêles.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º Imensa felicidade e honra insigne é para nós o sermos católicos. E cumpre arrostemos todos os perigos, enfrentemos quaisquer perseguições e a própria morte, antes do que renegarmos a Jesus Cristo e a sua Igreja.

2.º Se compreendermos bem que dita é a nossa, desejaremos que outros a compartilhem e rezaremos pelos que não pertencem à Igreja católica, auxiliaremos generosamente as obras da Propagação da fé e as outras que têm por fim levar a luz às nações infiéis.

LEITURAS. — 1.º Ler são Mateus, cap. XVI. Jesus Cristo dá a são Pedro as chaves do reino dos céus.

2.º Viajava uma senhora na companhia de dois ministros protestantes. Êstes entraram a discorrer contra a religião católica, pondo a ridículo diversos ritos dela, chasqueando e pilheriando, ao

passo que endeusavam a reforma de Lutero. A senhora, silenciosa até então, interrompeu-os, dizendo com meio sorriso nos lábios : « Ora, meus senhores, fizeram mesmo uma reforma bonita : suprimiram a quaresma, a missa, a confissão, o purgatório ! Uma beleza ! Só falta suprimirem agora o inferno, e então, eu também fico protestante. » Nada retrucaram os ministros. Desconversaram, deixando em paz a religião católica.

QUESTIONÁRIO. — I. 1.º Qual é o objeto do 9.º Artigo do Símbolo ? 2.º De que trata esta lição ?

II. 1.º Quais são os erros contra a instituição da Igreja ? 2.º Como se enuncia o dogma católico ? 3.º Em que base se firma ? 4.º Que prova nos é dada pela razão ? 5.º Que prova nos é dada pela história ? 6.º Como se prova que Jesus Cristo fundou uma Igreja jerárquica ? 7.º Como se prova que Jesus Cristo colocou, à testa da Igreja, um chefe único ? 8.º Como se prova que Jesus Cristo deu a primazia a são Pedro e seus sucessores ? 9.º Como se poderá estabelecer que Jesus Cristo concedeu, a são Pedro e seus sucessores, o privilégio da infalibilidade ?

III. 1.º Fundou Jesus Cristo várias Igrejas ? 2.º Que base temos para afirmar que fundou uma só ?

IV. 1.º Quais são as Igrejas que tomam o nome de cristãs ? 2.º Quais são os sinais da verdadeira Igreja ? 3.º Quais marcas aponta o símbolo de Constantinopla ? 4.º Que se entende por unidade, santidade, catolicidade, apostolicidade ?

V. 1.º Possui a Igreja romana a unidade ? 2.º A santidade ? 3.º A catolicidade ? 4.º A apostolicidade ?

VI. Como se prova que a Igreja grega não tem as notas da verdadeira Igreja ?

VII. Terá o protestantismo as notas da verdadeira Igreja ?

VIII. 1.º Será necessário, para salvar-se, pertencer à sociedade da Igreja católica ? 2.º Que vem a ser corpo da Igreja ? 3.º Alma da Igreja ? 4.º Quem é que não pertence ao corpo da Igreja ? 5.º Quem é que não pertence à alma da Igreja ? 6.º Que interpretação se deve dar ao axioma corrente : Fora da Igreja, não há salvação ?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.º Não mudou, a Igreja católica, dos tempos apostólicos para cá ? 2.º Porque é que a religião verdadeira tem de ser uma, santa, católica e apostólica ? Porque são estas marcas mais caraterísticas da Igreja do que as outras ? 3.º Tendo que escolher, qual situação preferiríeis : a de um católico em estado de pecado mortal ou a de um infiel, herege ou cismático ? Qual vos dava maior probabilidade de salvação ?

NOTA — Usaram-se nesta lição de feição apologética letras menores, por causa da abundância da matéria, e não porque seja de menos importância.

18.ª LIÇÃO

Constituição da Igreja.

131. — Vocábulos.

Jerarquia (do grego «*iero*» sagrado e «*archê*» ordem). — Êste termo designa os diversos graus de posto, dignidade e poder na Igreja. Existe na Igreja uma jerarquia dupla: a) *jerarquia de ordem* (Ver Lição «Do Sacramento da Ordem», 3.º tomo) e — b) *jerarquia de jurisdição* (V. N.º 133).

Papa (do grego «*pappas*» pai). — Consoante a própria etimologia da palavra, o papa é pai e chefe da Igreja católica.

DESIGNAÇÕES. — a) *Vigário* (substituto) de Jesus Cristo; —

b) *sucessor de são Pedro*»; — c) *Santo Padre*: — d) *Sumo Pontífice*, o primeiro dentre os Pontífices (Bispos), o que manda nos outros; — e) *Pastor supremo*, o que cuida da Igreja inteira, como o pastor zela pelo rebanho.

EX CATHEDRA. — Expressão latina que significa: do alto do púlpito. O *púlpito* simboliza a qualidade, a *função* de mestre e chefe. Falar *ex cathedra*, quer dizer, falar como doutor da Igreja universal.

Cardeais.—Prelados da Igreja que são os auxiliares, os como ministros do Papa. O número tem variado conforme as épocas. Atualmente são setenta. A reunião dos cardeais forma o «*Sacro Colégio*», que tem de eleger o Papa, numa assembléia chamada «*Conclave*».

Conclave (do latim «*cum*» com, «*clavis*» chave).

Etimològicamente, êste vocábulo indica que os cardeais não podem sair do palácio, nem ter comunicação com o exterior, antes que seja feita a eleição. No século XVI, os governos católicos tinham-se arrogado um pretenso direito de *veto* ou de *exclusiva*. Valeu-se, por último, desta prerrogativa a Áustria, contra o cardeal Rampola, em 1903, no conclave que elegeu a Pio X. Êste papa, pouco depois, abrogou o tal direito.

Concílio ecumênico. — É um concílio, para o qual estão convocados todos os Bispos católicos,

sufragantes. Ex.: o arcebispo de Curitiba tem como sufragantes os bispos de Ponta Grossa e Jacarèzinho.

A Igreja do arcebispo é chamada metrópole. A do bispo, catedral.

Cura (do latim «*cura*» cuidado). É o sacerdote que toma conta da paróquia, curato.

Fiel (do latim «*fidelis*», «*fides*» fé) é o que tem a fé verdadeira, o que pertence à Igreja católica.

DESENVOLVIMENTO

132. — I. Constituição da Igreja.

Ficou provado, na lição anterior, que a Igreja fundada por Jesus Cristo é uma sociedade jerárquica, debaixo da autoridade de um chefe único e infalível. Ficou provado, igualmente, que a Igreja católica é a verdadeira Igreja, instituída por Cristo, porque é a única que possa exibir credenciais ou marcas exigidas. Agora, queremos penetrar na sua *organização* íntima. Neste exame da sua *constituição* indagaremos: 1.° qual é a jerarquia da Igreja; 2.° q[illegible] poderes recebeu a Igreja em geral, e particularmente o Pa[illegible] e os Bispos; 3.° quais são os direitos da Igreja; 4.° q[illegible] relações devem existir entre ela e o Estado.

133. — II. Jerarquia da Igreja.

Temos visto que Jesus pôs, na base da sua Igreja, o princípio da jerarquia (N.° 124). Logo, a Igreja não é nenhuma sociedade, cujos membros fôssem todos iguais, não. Abrange, dissemos, dois grupos distintos: Igreja *docente*, e Igreja *ensinada* ou discente.

1.° **Igreja docente.** — *a*) Esta tem na frente o *Papa*. É o chefe supremo. Possui a plenitude dos poderes outorgados por Jesus Cristo à Igreja (V. N.° 135). — *b*) Abaixo do Papa, e submetidos à jurisdição dêle, estão os Bispos, gozando, como êle, da plenitude do sacerdócio, mas com poderes de ensino e govêrno limitados às respectivas dioceses (V. N.° 136).

c) No último degrau da jerarquia, temos os *Padres* encarregados da pregação e da administração dos sacramentos, com exceção da Ordem e do Crisma, especialmente reservados ao Bispo. Exercem o ministério sagrado numa circunscrição denominada *paróquia*, *freguezia* ou *curato*. O título dêles, é *Pároco* ou *Vigário*, ou *Cura*, e todos os seus poderes dependem do Bispado da diocese. Logo, não são pastores como os Bispos. Não podem editar lei nenhuma para a paróquia que regem. Devem limitar-se a promover a observância das que houverem sido promulgadas pelo Papa ou pelo Bispo da diocese. Ou, por outra, os poderes que têm não lhes pertencem por direito, senão em virtude da delegação episcopal.

2.º **Igreja ensinada.** — Os fiéis constituem o grupo chamado *Igreja discente* ou *ensinada*. Nenhuma participação lhes cabe na autoridade eclesiástica. São lecionados, governados e santificados por seus pastores. Entretanto podem e devem, mormente na sociedade hodierna, auxiliar eficazmente êsses mesmos seus pastores: distribuirão à juventude a instrução religiosa; ofertarão recursos pecuniários; rebaterão os sofismas, os ataques e as violências da impiedade, etc. (V. N.ºs 206 e 255).

134. — III. Poderes da Igreja em geral.

Os *poderes* da Igreja decorrem naturalmente do *fim* que ela pretende alcançar. Ao fundar a sua Igreja, Cristo confiou-lhe a missão de pregar o Evangelho e conduzir as almas à salvação. Para atingir êste alvo, cumpre que seja investida de um poder tríplice: — 1.º do *poder doutrinal* para ensinar a fé verdadeira; — 2.º do *poder de ordem* e de *ministério*, para administrar os sacramentos; e — 3.º do *poder de govêrno*, para levar os fiéis à prática de tudo o que ela julga necessário, oportuno, ou útil, ao bem espiritual dêles.

O *poder de ministério* é questão a ser explanada, quando se tratar do sacramento da Ordem. Cabe falar aqui apenas do poder doutrinal e do poder de govêrno.

1.º Poder doutrinal. Infalibilidade da Igreja. — Jesus Cristo comunicou o poder doutrinal a seus Apóstolos, quando os mandou « ensinarem todas as nações. » Este poder importa a *infalibilidade*. Precisamos, pois, provar a *existência* da infalibilidade da Igreja. considerada, não já ùnicamente no seu chefe, mas no *conjunto do corpo docente*. Depois, determinar-se-á quais sejam o sujeito, o modo de exercício, e o objeto dessa infalibilidade.

A. *EXISTÊNCIA DA INFALIBILIDADE*. — Infere-se, a infalibilidade da Igreja. das *promessas* de Nosso Senhor. Cristo assegurou, com efeito. aos Apóstools e aos seus sucesores: — 1. « que estaria com êles até à consumação dos séculos » (*Ma.*, XXVIII, 20); — 2. que lhes « enviaria o Consolador, o Espírito Santo, para *ensinar a êles todas as cousas* » (*João*, XIV, 26); e — 3. que lhes *concederia a vitória* contra seus inimigos, com a certeza de que nunca, haviam de prevalecer contra ela (a Igreja) as portas do Inferno. Essas palavras mostram, de modo insofismável, que o privilégio da infalibilidade pertence ao conjunto do corpo docente, porque se fôsse possível a Igreja errar, nem estaria mais com ela Jesus, nem teria, ela, a assistência do Espírito Santo, e prevaleceriam contra ela os seus inimigos, isto é, os professores do êrro.

B. *SUJEITO* — O *sujeito* da infalibilidade, ou por outra, aqueles a quem Jesus Cristo confiou o poder de ensinar, e prometeu a infalibilidade, são: — *a*) o *Papa* (V. N.os 124 e 135), e — *b*) os *Bispos* em comunhão com o Papa (N.º 136).

C. *MODO DE EXERCÍCIO*. — A Igreja exerce de várias maneiras, o seu poder infalível de ensino: — a) *por seus concílios gerais*. Quando todos os Bispos são convocados, o concílio geral representa o corpo docente da Igreja: logo, é infalível. Para que sejam legítimos, os seus decretos têm de vir sancionados pelo Papa pessoalmente ou por seus legados, quando êstes tiverem procuração para isso; — b) *pela concordância unânime dos Bispos espalhados por todo o orbe, e unidos ao Papa*. Não é necessário, para a infalibilidade, que os Bispos se congreguem num concílio geral. Separados embora, constituem o corpo docente da Igreja e não deixam de gozar da

infalibilidade (1). Sempre foi tido o consenso unânime da Igreja como prova da verdade da doutrina. São Vicente de Lerins dá, a respeito, esta norma: «Aquilo que creram todos, em todo lugar e sempre, é genuina e pròpriamente católica»; — c) *pelo Papa sòzinho falando «ex cathedra»* (V. N.º 135).

D. *OBJETO.* — O objeto da infalibilidade se deduz do fim que a Igreja procura por seu ensino. O fim da Igreja é distribuir as verdades que interessam a salvação. Logo, tudo quanto se refere a êste ponto, quer direta quer indiretamente, vem a ser objeto da infalibilidade.

a) *Objeto direto* são todas as verdades reveladas por Deus, de modo explícito ou implícito, e que se encontram nos dois depósitos da Revelação: a Sagrada Escritura e a Tradição.

b) *Objeto indireto* são todas as verdades não reveladas, mas em conexão tão íntima com as verdades reveladas, que se tornam indispensáveis à conservação integral do depósito da fé: por exemplo, quem negasse a espiritualidade da alma derrubaria por isso mesmo o dogma da imortalidade. Classificaremos como *objeto indireto* da infalibilidade: — 1. as *conclusões teológicas* (N.º 16); — 2. os *fatos dogmáticos* (N.º 16); — 3. os decretos relativos ao *culto divino* e à disciplina, quando tornados obrigatórios para toda a Igreja; — 4. as *decisões* aprobatórias de alguma ordem religiosa; — 5. a *aprovação do breviário*, significando que está imune de qualquer ofensa contra a fé ou os costumes, não que esteja isento de erros históricos; — 6. a *canonização dos santos* (2). Todavia, não é de fé, esta proposição, posto seja opinião comum entre os teólogos. A Igreja não é infalível na beatificação.

2.º Poder de govêrno. — A. *EXISTÊNCIA.* — O poder de govêrno abrange três ramos: 1) poder de confecionar e editar leis (poder *legislativo*); 2) de julgar os atos (poder *judiciário*); 3) de impor sanções (poder *penal* ou *coercitivo*). E resulta: — *a) das palavras de Nosso Senhor:* «Quem vos escuta, a mim escuta, e quem vos despreza, a mim despreza» (*Lucas*, X, 16); «O que não escutar a Igreja, que o considerem como pagão e publicano.» (*Mat.* XVIII, 17.)

(1) Vemos, por exemplo, em 1854, Pio IX consultando todos os bispos do mundo acêrca do que pensavam da Imaculada Conceição. E porque todos respondessem afirmando a sua fé nesta verdade, o Papa proclamou solenemente o dogma, a 8 de dezembro de 1854.

(2) Trata-se aqui da canonização na forma atual. Não como outrora, quando se proclamava santa, uma pessoa, sem exame rigoroso.

b) Vemos confirmada, além disso, a existência do poder de govêrno pela *prática da Igreja*. Os Apóstolos sempre exerceram êste tríplice poder; — 1. poder *legislativo*. No concílio de Jerusalém, impõem aos recém-convertidos «que se abstenham das carnes oferecidas aos ídolos, das viandas abafadas e da impureza» (*Atos*, xv, 29). São Paulo louva os Corintos, porque êstes cumprem os preceitos dêle (I *Cor.*, xi, 2); — 2. poder *judiciário*. São Paulo entrega a Satanaz «Himeneu e Alexandre, porque são culpados de blasfêmia» (I *Tim.*, i, 20); — 3. poder *penal*. São Paulo escreve aos Coríntios: «Porquanto, eu vos escrevo estas cousas, estando ainda longe de vós, de modo que, quando eu chegar aí, não tenha de castigar, segundo o poder a mim conferido por Deus para edificar, não para destruir.» (II *Cor.*, xiii, 10). Depois dos Apóstolos, a Igreja, em todos os tempos, exerceu o poder de govêrno. Publicou leis, com a vontade expressa de obter a obediência dos fiéis. Pronunciou sentenças judiciárias contra os hereges e os rebeldes. A êles, infligiu penas, quer espirituais como a excomunhão, a suspensão, o interdito (1); quer corporais, como as penitências impostas aos pecadores públicos, a privação de benefícios e empregos para os clérigos (2).

B. *SUJEITO* — O poder de govêrno foi confiado por Jesus Cristo aos mesmos que receberam a missão de ensinar, isto é, ao Papa e aos Bispos.

C. *OBJETO*. — Por ser sobrenatural, o fim que a Igreja procura, assiste à Igreja a faculdade de *ordenar* tudo quanto pode contribuir a conseguir êste alvo, e *proibir* tudo o que o pode estorvar. Portanto, têm o direito, não só de preceituar ordenanças, que expliquem ou interpretem a lei natural e as leis divinas, como também de intervir na vida social dos seus membros, para lhes dar diretivas adequadas.

135. — IV. Poderes do Papa.

Temos demonstrado que Jesus Cristo colocou à frente da sua Igreja um chefe supremo, são Pedro e que o Bispo de Roma, isto é, o Papa, era sucessor de são Pedro na primazia (N.º 124). Por isso, possui êle a plenitude dos poderes concedidos por Jesus Cristo a sua Igreja (N.º 133).

---

(1) A *excomunhão* priva do uso dos sacramentos, das preces públicas e da sepultura eclesiástica. A *suspensão de ordens* atinge os eclesiásticos; proíbe-lhes, no todo ou em parte, o exercício das suas funções. O *interdito*, *pessoal* ou *local*, opõe-se à celebração do culto divino, à administração dos sacramentos a tal indivíduo, ou em tal país.

(2) Não admira absolutamente ter a Igreja o direito de usar penas aflitivas, até o encarceramento, pois os sofrimentos corporais são um meio de curar a alma, de tirá-la do precipício, e trazê-la ao caminho da salvação.

Resta considerarmos aqui qual é o *objeto* e o *modo de exercício* dêstes poderes.

1.º **Poder doutrinal.** — A. *OBJETO.* — O Papa é infalível, dissemos; mas em que assuntos? Segundo o concílio do Vaticano, o Papa é infalível em todas as questões concernentes à *fé* e aos *costumes*. Portanto, o *objeto* todo da infalibilidade, são o *dogma* e a *moral*. Acresce que o Papa é igualmente infalível nas questões quer de *culto*, quer de *disciplina*, estreitamente relacionadas com a fé, quando promulga decretos com intenção de torná-los obrigatórios para toda a Igreja. Como se vê, está perfeitamente determinado, o objeto da infalibilidade. Fora disso, nos domínios das ciências humanas por exemplo, o Papa está exposto a errar, como todos os demais homens. A infalibilidade não é, pois, nenhum poder arbitrário e ridículo, que repugne ao bom senso.

OBSERVAÇÕES. — 1. Além de ter *objeto muito bem limitado*, a infalibilidade requer ainda *várias condições*. « O Papa, reza o concílio do Vaticano, é infalível quando fala *ex-cathedra*, isto é, no desempenho do seu cargo de *pastor* e *doutor* de todos os cristãos, *definindo* que uma doutrina atinente à *fé* ou aos *costumes* têm de ser acreditada pela *Igreja universal*. » Donde resulta que, para gozar dos foros da infalibilidade, deve o Papa: — 1) falar como *doutor universal*, como chefe supremo da Igreja; — 2) *definir*, quer dizer, resolver de modo terminante uma questão, dantes controvertida ou não; — 3) definir com o *propósito de obrigar a Igreja inteira*; o Papa indica êste propósito pela sentença de anátema, que êle pronuncia contra quem negar adesão à verdade definida.

2. A infalibilidade repousa na *assistência* prometida por Nosso Senhor a são Pedro e a seus sucessores. Mas não dispensa o trabalho nem o emprêgo dos meios humanos para conhecer a verdade.

3. Não se confundirá a infalibilidade: — 1) com a *impecabilidade*. Mesmo um papa que fôsse criminoso insigne, nem por isso deixaria de ser infalível; — 2) nem com a *inspiração* que impelia a escrever os autores sagrados; — 3) nem com a *revelação* que comunica à pessoa que a recebe cousas dela ignoradas até então.

B. *MODO DE EXERCÍCIO.* — O Papa usa do seu poder doutrinal: — *a*) ora por *definições solenes* sôbre a fé ou os costumes: — *b*) ora por outro *meio* qualquer que lhe pareça mais idôneo para instruir os fiéis. Por exemplo, uma vez ou outra, aconselha tal livro,

tal catecismo, para doutrinação dos católicos, e também proíbe êstes ou aquêles como ofensivos à fé e aos costumes. Acontece ainda que expande seus pontos de vista em cartas *encíclicas*, onde apresenta normas, e reprova certas teorias, por errôneas ou arriscadas (1). Seja qual fôr o modo que o Sumo Pontífice adotar para dirigir-se aos fiéis, suas palavras sempre devem achar, por parte de todos, o eco mais afetuoso e dócil, a submissão mais sincera e respeitosa.

2.º **Poder de govêrno.** — A. *OBJETO.* — Se o Papa aufere as regalias do poder de jurisdição, tem direito: — *a*) de editar leis para a Igreja inteira, de revogá-las, quando lhe aprouver, ou isentar alguém do cumprimento das mesmas. Pode até dispensar da obediência a leis editadas por bispos: — *b*) de instituir os bispos; — *c*) de convocar concílios gerais: — *d*) de pronunciar sentenças definitivas. Não se pode, portanto, no terreno da disciplina, nem nas questões de dogma ou de moral, apelar contra o Papa para a Igreja universal ou para o concílio ecumênico. É subterfúgio também apelar do Papa, que se supõe mal informado, para o mesmo Papa melhor informado.

B. *MODO DE EXERCÍCIO.* — Já que não pode o Papa exercer sòzinho a sua jurisdição no mundo inteiro, aproveita *legados*, ou *núncios*, ou cardeais, prelados residentes em Roma. A *cúria* romana isto é, o conjunto das administrações por meio das quais o Papa exerce o govêrno abrange: — a) *onze Congregações*, sendo a principal, a *Congregação do Santo Ofício*. A ela compete julgar as questões de fé e costumes, e mesmo desde que foi extinta a Congregação do Índice, 25 de março de 1917, examinar os livros que lhe são apontados como contrários à fé e à moral, inscrevendo-os no *Índice*, isto é, no *catálogo dos livros proibidos*; — b) *três tribunais*: e — c) *cinco secretarias* (2).

136. — V. Poderes dos Bispos.

1.º **Os Bispos.** — Chamam-se os Bispos, e verdadeiramente o são, *sucessores* dos Apóstolos.

(1) Serão os *Sillabus* (80 proposições condenadas por Pio IX na Encíclica *Quanta cura*, 1864), documento infalível, definição *ex cathedra!* Divergem os teólogos. Certo é que é decisão doutrinal de grande valor.

(2) Existem mais *Comissões*. Sobressai a *Comissão bíblica* à qual Pio X, no *Mótu próprio*, de 18 de Novembro de 1907, atribui autoridade igual à das decisões das Congregações, quer quanto às próprias doutrinas, quer quanto a fatos referentes às doutrinas.

Entretanto, vai alguma diferença. — *a*) Os Apóstolos tinham recebido *a sua missão* diretamente de Jesus Cristo; os Bispos a recebem do Papa. — *b*) Para *campo a cultivar*, aos Apóstolos fôra dado o *universo inteiro*. A palavra do Senhor: «Ide, ensinai todas as nações» era dirigida a todos indistintamente. Os Bispos são chefes apenas de uma região determinada, de extensão e balisas marcadas pelo Papa. — *c*) Em consideração da sua missão extraordinária, Jesus Cristo concedeu aos Apóstolos poderes e dons *extraordinários*, como sejam o dom dos milagres, o dom das línguas e a infalibilidade. Os Bispos conservam apenas o último dêstes privilégios, e mesmo não o possuem individualmente. Só o conjunto dos Bispos todos, reunidos em concílio ou não, é infalível, e só quando preenchido o requisito de aprovação das decisões pelo Papa (N.º 134). Estas distinções facilitam a inteligência da extensão dos poderes episcopais.

2.º **Poder doutrinal.** — As atribuições dos Bispos nas respetivas dioceses são exatamente as do Papa no mundo inteiro. Desde que lhes cumpre propagar a doutrina católica e resguardá-la de erros, são obrigados a resolver questões de fé, de moral, de culto e disciplina. Entretanto, havendo controvérsias em matérias de fé de maior importância, tornou-se uso que os Bispos recorram ao Sumo Pontífice.

3.º **Poder de govêrno.** — O Bispo tem a faculdade de legislar, só para os que lhe são submetidos por jurisdição, isto é, para todos os fiéis da sua diocese. Ademais, deve sempre proceder de acôrdo com as intenções do Soberano Pontífice e com a lei geral da Igreja. É juiz em primeira instância e pode infligir penas canônicas. Mas, os delinquentes conservam o recurso de levar a causa perante um tribunal superior e de apelar para a sentença do Papa.

137. — VI. Direitos da Igreja.

A Igreja é sociedade de ordem espiritual e, por natureza, sociedade perfeita (1): «possui em si mesma e por si mesma todos os recursos necessários para sua existência e sua ação» e «não pode, de forma alguma, ser avassalada e manietada pelo poder civil.». Por

(1) SOCIEDADE PERFEITA e SOCIEDADE IMPERFEITA. Sociedade *perfeita* é a que, na sua existência e na sua ação, não depende de nenhuma outra. *Imperfeita* é a que está subordinada a outra e goza das únicas prerrogativas que esta outra lhe consente. A Igreja e o Estado são duas sociedades perfeitas, nas respetivas esferas. As sociedades de ordem temporal, formadas no Estado: socorros mútuos, equitativas, companhias de vias férreas, etc. — são sociedades imperfeitas.

outras palavras, a Igreja é autônoma e independente, na sua existência e no desempenho das suas funções. Dêste direito à existência e à independência, promanam *todos seus direitos*. E visto que ela recebeu do seu divino fundador a tríplice tarefa de ensinar, santificar e governar, ninguém lhe pode pôr peias, e embargar os direitos que necessita para o cumprimento cabal da sua obrigação. Logo a Igreja goza:

1.º **Do direito de ensinar.** — Jesus Cristo disse aos Apóstolos: «Ide, ensinai todas as nações...» Que seria dêste preceito, se os que o receberam não tivessem a liberdade de pregar em qualquer país, o Evangelho. É preceito êste que importa dois direitos da Igreja: — *a*) direito de *abrir escolas*, primárias, secundárias e superiores (*can.* 1375); e — *b*) direito de *censurar*, de *pôr no índice*, isto é, de proscrever as doutrinas falsas e nocivas, como o ensino oposto à fé e aos bons costumes.

2.º **Do direito de recrutar seus ministros.** — A obrigação de ensinar dá à Igreja o direito de *formar os ministros* de que precisa e de regulamentar, como lhe apraz, a sua própria jerarquia. Logo pode: — 1. *manter estabelecimentos especiais* (seminários) onde se cultive a vocação dos futuros padres e sejam êstes promovidos ao sacerdócio;—2. *prover à colocação dos seus pastores*, sem intervenção do poder civil. Quando êste intervém, é favor que a Igreja lhe consente por motivo justo, mas nenhum direito, e o mais que lhe couber, será designar ou apresentar candidatos, nunca comunicar-lhes poderes.

3.º **Do direito de administrar os sacramentos.** — Desde que a Igreja recebeu de Nosso Senhor a incumbência e o poder de santificar, o Estado não pode dificultar-lhe a administração dos sacramentos, ou as cerimônias do culto, segundo as regras da liturgia.

4.º **Do direito de fundar ordens religiosas.** — Pertence à Igreja o direito de estatuir a forma que melhor convém para a prática dos conselhos evangélicos (V. N.º 310). Ùnicamente as questões que dizem respeito aos bens temporais das associações, são da alçada do poder civil também, que as deve resolver de acôrdo com a Igreja.

5.º **Do direito de possuir.** — Ainda que de ordem espiritual, a Igreja é uma sociedade de homens. Tem de cuidar do sustento dos seus ministros e templos, das despesas do culto; deve amparar os pobres. Logo, terá o direito de possuir bens móveis e imóveis.

138. — VII. Relações entre a Igreja e o Estado.

Ainda que sociedade perfeita, a Igreja reside e vive no Estado. Temos, de fato, duas sociedades autônomas, independentes, colocadas frente a frente, ou, pelo menos, lado a lado. Que relações deverão ambas manter? Três casos hão de suceder: Haverá dominação de

um poder pelo outro, ou separação completa, ou concórdia. Alguns princípios a seguir facilitam a solução do problema.

1.º Princípio. — A Igreja e o Estado são ambos poderes independentes no respetivo campo: para a Igreja, os negócios *espirituais;* para o Estado, os negócios *temporais.* Cada sociedade depende da outra nas cousas que não estão no próprio campo.

É completamente falsa, portanto, a pretensão dos antigos legistas cesáreos e dos modernos sequazes do liberalismo radical, dizendo que o Estado é o representante do poder soberano, manancial de todos os direitos, tanto dos da Igreja como daqueles dás demais sociedades. Certo, a Igreja fica no Estado, mas aí fica como sociedade perfeita, não como parte subordinada ao todo. Nas questões espirituais, ou conexas a estas, possui direitos intangíveis, e é obrigação do Estado respeitá-los. Por isso, não é para admirar terem Papas da Idade Media condenado príncipes que abusavam do seu poder e usurpavam os atributos da Igreja. Não é para admirar que os Papas os tenham condenado e deposto, como indignos da saberania, desligando os súditos do juramento de fidelidade.

2.º Princípio. — Os dois poderes são independentes na respetiva esfera, mas *independência não quer dizer separação.* A teoria preconizando a separação completa da Igreja e do Estado é falsa, e praticamente inexequível: — a) *é falsa,* porque baseado no pressuposto da equivalência de todas as religiões, não se justificando então a proteção que se concedesse a uma qualquer delas. Ora, isto é inadmissível (1). É *falsa,* por equiparar o êrro à verdade, o que vem a ser outro absurdo; — b) *pràticamente inexequível.* Com efeito, junto dos negócios puramente temporais e dos negócios puramente espirituais, há questões mistas (por exemplo, a das escolas, a do matrimônio, compromisso a um tempo civil e religioso, etc.) as quais não se resolveriam fàcilmente se os dois poderes não quisessem reconhecer um ao outro.

3.º Princípio. — *Logo é preciso que haja união,* ou quando menos entendimento entre a Igreja e o Estado, para a prosperidade de ambos. Têm por fim a felicidade dos indivíduos: lògicamente, devem promover tudo o que favorece êste fim. Ora, o Estado, que se lembre não existir nenhum bem terrestre verdadeiro, senão o que nos encaminha para a bem-aventurança eterna. A Igreja também, do seu lado, proporcionando bens espirituais, facilita a tarefa dos governos civis, porque ensina a obediência às leis e o respeito à moral.

---

(1) Evidentemente não merecem reprovação igual o *princípio* e sua *aplicação,* a *tese* e a *hipótese.* O princípio de separação é falso. A aplicação que se fez dêle pode ter sido mais ou menos desastrada, sendo inevitável pela convivência de muitas opiniões religiosas. A bem da paz, acha bom, às vêzes, *tolerar* o êrro. Inabalável nos seus princípios, a Igreja mostra-se condescendente na prática.

CONCLUSÃO PRÁTICA

É preciso: 1.º termos profundo reconhecimento para com a Igreja que nos trouxe a divina religião de Jesus Cristo; 2.º considerar o Papa como representante de Nosso Senhor e cumprir, sem discussão, as suas ordens; 3.º venerar e amar o nosso Bispo; 4.º rezar para o Papa e o Bispo esta oração: « Guarde-o Deus; faça-o viver; torne-o feliz na terra e não o abandone ao ódio dos seus inimigos!... »: 5.º auxiliar o Vigário da nossa paróquia nas obras de zêlo e piedade que empreender, porque serve bem a pátria grande, o que bem serve a pátria pequena.

LEITURAS. — Ler: 1.º Em *são Mateus* (VIII, 23-27). A Igreja representada na figura de um barco, que não pode sossobrar, apesar dos esforços da tempestade.

2.º Em *são Lucas*, V. — Vocação dos Apóstolos.

QUESTIONÁRIO. — I. De que se trata nesta lição?

II. 1.º Qual é a jerarquia da Igreja? 2.º Por quem é formada a Igreja docente? 3.º A Igreja ensinada?

III. 1.º Quais são os poderes da Igreja em geral? 2.º Que sabeis do seu poder doutrinal, da existência, do sujeito, do modo de exercício e do objeto da infalibilidade da Igreja? 3.º Que sabeis do seu poder de govêrno?

IV. 1.º Qual é o poder doutrinal do Papa? 2.º Quais são o objeto e o modo de exercício dêste poder? 3.º Qual é o objeto do seu poder de govêrno? 4.º Qual é o modo de exercício do mesmo?

V. 1.º Que são os Bispos? 2.º Que diferenças notais entre êles e os Apóstolos? 3.º Que sabeis dos poderes dos Bispos?

VI. 1.º Possui direitos a Igreja? 2.º Quais são os principais?

VII. Que relações deve haver entre a Igreja e o Estado?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.º Que diferença vai entre a infalibilidade da Igreja e a do Papa? 2.º Precisa muito do privilégio da infalibilidade a Igreja? Que aconteceria, se a Igreja pudesse errar no ensino? 3.º Que serviços podereis prestar ao Vigário da vossa paróquia?

19.ª LIÇÃO

9.º Artigo dos Símbolo (Continuação).

Creio «a Comunhão dos Santos»

10.º Artigo do Símbolo.

Creio «a Remissão dos pecados.»

11.º Artigo do Símbolo.

Creio «a Ressurreição da carne.»

Comunhão dos Santos. Remissão dos pecados. Ressurreição da carne.

- **COMUNHÃO DOS SANTOS**
  - 1.º O Dogma.
    - a) Definição.
    - b) Provas de sua existência.
  - 2.º Seus Membros.
    - a) Igreja triunfante.
    - b) Igreja padecente.
    - c) Igreja militante.
  - 3.º Suas Relações.
    - a) Comunhão dos fiéis entre si.
    - b) Comunhão dos fiéis com os eleitos e as almas do Purgatório.
- **REMISSÃO DOS PECADOS**
  - 1.º Existência dêste poder na Igreja.
    - a) Palavra de Nosso Senhor.
    - b) Ensino dos Apóstolos.
    - c) Prática e definições da Igreja.
  - 2.º O modo da remissão dos pecados.
- **RESSURREIÇÃO DA CARNE**
  - 1.º O dogma católico.
    - a) Adversários.
    - b) Existência.
      - 1. Antigo Testamento.
      - 2. Novo Testamento
  - 2.º O dogma perante a razão.
    - a) Não pode descobri-lo.
    - b) Pode provar que não é absurdo.

139. — Vocábulos.

Comunhão (do latim «*communio*», *communis*) comum.

Etimològicamente, esta palavra significa: associação, comunidade, participação comum.

A comunhão dos santos, portanto, vem a ser:—*a*) a *união dos fiéis* entre si; — *b*) e sua *participação comum* dos bens espirituais da Igreja.

Santos. — No artigo IX do Símbolo, esta palavra designa:— *a*) aqueles cuja santidade é *fato consumado*, os *eleitos*: — *b*) aqueles cuja santidade é como que latente, em potência; vêm a ser: — 1. *as almas do Purgatório* que breve hão de entrar no céu; e — 2. os *fiéis da terra* que estão sendo santificados pelos sacramentos.

Bens espirituais. — Os bens da alma. Os bens que estabelecem ou conservam a alma no estado de graça diante de Deus.

Remissão dos pecados. — Perdão dos pecados. Remeter significa aqui: revelar, perdoar, apagar.

Pode-se dizer com o mesmo sentido remeter uma dívida; remeter a pena a um sentenciado (indultá-lo).

Ressurreição da carne. — No Símbolo, esta expressão quer dizer que, no fim do mundo, todos os homens tomarão de novo a própria carne, isto é, o próprio corpo.

Carne. — É vocábulo de uso frequente na Sagrada Escritura. Exemplos: « *O Verbo se fez carne* »: tomou um corpo, uma natureza humana. — *A carne da minha carne*, o osso dos meus ossos: o objeto do meu afeto mais vivo. — *A obra da carne.* Prazer dos sentidos. Seu uso é regido pelo VI.º mandamento e pelo IX.º.

DESENVOLVIMENTO

140. — I. O dogma da Comunhão dos Santos.

1.º **Definição.** — Entre todos os membros — *vivos* ou *defuntos* — do *corpo místico* (Igreja), que tem Jesus Cristo como chefe, existe um vínculo que une a todos, e pelo qual todos participam dos mesmos interêsses e dos mesmos bens espirituais. Êste fato chama-se *Comunhão dos Santos*. Em qualquer sociedade bem organizada, os membros são solidários. Participam das riquezas, das alegrias, e também dos revéses e das tristezas da comunidade. É isso mesmo que se dá com a Igreja, sociedade mais perfeita do que outra qualquer.

2.º **Provas do dogma.** — A fórmula do dogma da *Comunhão dos Santos* foi introduzida bastante tarde, no Símbolo dos Apóstolos, parece que no século V.º. Tem seus

fundamentos em *numerosos textos do Novo Testamento.* — *a*) Efetivamente, fala-se amiudo, nos *Evangelhos*, do reino de Deus estabelecido por Jesus Cristo. Nele estão juntos, em comunidade de vida e de trabalhos, todos os que possuem a graça santificante. Êste reino abrange não sòmente os *fiéis da terra*, mas ainda os eleitos do céu, pois vemos que há grande júbilo entre êstes, por causa da conversão de um pecador. (*Lucas*, XV, 10.) — *b*) A doutrina da comunhão dos Santos vem magistralmente expandida por *são Paulo, nas suas Epístolas.* Uma vez, o Apóstolo pede aos fiéis que *orem* por êle: « Auxiliai-me, junto de Deus, com vossas preces » (*Rom.*, XV, 30.) Outras vêzes, os aconselha que não se limitem a orar uns pelos outros, senão que se lembrem até dos que não fazem parte da Igreja, pois « é isto muito grato aos olhos de Deus, nosso Salvador, o qual deseja que *todos os homens* sejam salvos.» (I *Tim.*, II, 3, 4.) Quer que os membros da Igreja sejam solidários uns dos outros, como se dá com os *membros do corpo:* « Assim como temos vários membros num corpo só, e nem a todos cabe função igual, da mesma forma, nós, que somos muitos, constituimos um único corpo em Cristo.» (*Rom.*, XII, 4, 5.) Quer ver os fiéis, prestando uns aos outros, os mesmos obséquios que os membros do organismo prestam ao corpo inteiro: « Os olhos não podem dizer à mão: não precisamos de ti, nem pode a cabeça falar aos pés: não preciso de vós... E quando sofre algum membro, eis que todos os outros sofrem com êle. E se um membro recebe honras, regosijam-se com êle, todos os outros.» (I *Cor.*, XII, 21, 26.)

Reciprocidade de serviços, repartição dos bens individuais, permuta contínua de orações e de merecimentos, e participação comum das riquezas espirituais da sociedade mística: é esta a base em que se edifica a comunhão dos Santos.

141. — II. Membros da Comunhão dos Santos. Suas relações.

1.º **Os membros.** — A comunhão dos Santos consta de três categorias de membros: — *a*) dos finados que se foram do nosso exílio e já deram entrada no céu; constituem a *Igreja triunfante;* — *b*) dos que estão ultimando, no Purgatório, a indispensável expiação e almejam, com todas as veras da alma, a reunião com seus irmãos do céu; são a *Igreja padecente;* — *c*) dos fiéis que estão na terra: é a *Igreja militante,* assim cognominada por ter que lutar contra muitos inimigos: as paixões, o mundo, o demônio.

Não entram na comunhão dos Santos: os *infiéis,* os *hereges,* os *cismáticos,* os *apóstatas* e os *excomungados,* porque nunca foram, ou já deixaram de ser membros da Igreja. E os *pecadores?* Êstes, não possuindo a graça santificante, nenhuma contribuição trazem para o tesouro da Igreja, desde que suas obras são desprovidas de merecimento. Muito justo seria que não participassem dos seus favores. Entretanto, porque ainda pertencem ao corpo da Igreja, como membros paralisados que um dia, talvez, revivam, e se movam e trabalhem, não estão completamente privados das vantagens da comunhão dos Santos.

2.º **Suas relações.** — Podemos considerar a comunhão dos santos, pelo que nos diz respeito, sob dois pontos de vista. Temos: — *a*) as relações dos santos da terra, isto é, dos *fiéis entre si*; e — *b*) as relações dos fiéis da terra com os *santos do céu* e com as *almas do Purgatório.*

A. **Comunhão dos fiéis entre si.** — Todos os fiéis da Igreja militante estão unidos pela mesma crença, pelos mesmos sacramentos, pelo mesmo sacrifício. Participam dos bens espirituais comuns; podem auxiliar-se mùtuamente por meio das orações, dos merecimentos e das boas obras. O justo tem a faculdade de oferecer, por outro, as próprias obras satisfatórias. Deus pode abençoar um grupo, uma

coletividade, desviar certas tribulações ou calamidades, por causa dos merecimentos e dos sacrifícios de um só.

B. **Comunhão dos fiéis da terra com os Santos do Céu e com as almas do Purgatório.** — *a*) Com *os eleitos*. Os fiéis da Igreja militante invocam os santos do céu, escolhem-nos para intercessores junto de Deus, pedem a êles que apresentem ao Altíssimo os rogos da terra, e que obtenham os desejados auxílios.

b) Com as *almas do Purgatório*. A Igreja militante julga ser obrigação dela de caridade, e não raro de gratidão, amenizar os sofrimentos das almas do Purgatório e encurtar a duração dos mesmos. Para êste fim, vale-se da oração, das boas obras: esmolas, penitências, indulgências, mas principalmente do santo sacrifício da Missa (1).

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º O meio mais eficaz e prático de alcançarmos a salvação, é acumularmos orações, merecimentos e satisfações que façam avultar o tesouro da Igreja.

2.º É consôlo precioso pensarmos que, no céu, temos irmãos zelando por nós, orando, suplicando a Deus por nós.

3.º Aproveitemos generosamente dos recursos valiosíssimos a nosso dispor, a oração e a Missa, para

(1) **VOTO HERÓICO.** — Merece a menção de altamente louvável o *ato heróico de caridade* que consiste numa «oblação voluntária, feita por um fiel vivo, à divina Majestade, em prol das almas do Purgatório, de todas as obras satisfatórias que praticar durante a vida, e do todos os sufrágios que lhe podem advir depois da morte». Êste ato é muito conhecido pelo nome de *voto heróico*. Não serve esta designação. Trata-se de *doação*, não de *promessa* de algum melhor bem que é a essência do voto. (V. N.º 188). Aliás, êste ato não obriga sob pena de pecado, não. Pode-se revogar à vontade. (*Decreto da Sagrada Congregação das indulgências, a 20 de fevereiro de 1907*). O voto heróico não prejudica os verdadeiros interêsses da nossa alma. Os sacrifícios que consentimos são largamente compensados por múltiplas vantagens, sendo que a primeira e mais aparente consiste nas orações feitas a nosso favor pelas almas assim libertadas, logo que ganham o céu. E por outra parte, não temos a promessa de Nosso Senhor, assegurando-nos que, justamente a mesma medida usarão conosco, que tivermos usado para com os outros!!

aliviar e abreviar os padecimentos de amigos e parentes nossos, que talvez estejam no Purgatório, anelando por nossa intervenção caridosa.

142. — III. O dogma da remissão dos pecados.

1.º **Definição.** — O *dógma*, enunciado pelo Artigo X.º do Símbolo: « *Creio a remissão dos pecados* », afirma que a Igreja tem o poder de remeter, isto é, de perdoar os pecados.

2.º **Provas do dogma.** — O fundamento dêste dogma encontra-se na *Sagrada Escritura* e na *Tradição.*

A. *SAGRADA ESCRITURA.* — Na verdade, só Deus tem o poder de perdoar os pecados. Cristo, como segunda pessoa da Santíssima Trindade, possui a mesma onipotência de Deus Padre; e, como homem, goza dela igualmente, por que sua natureza humana está unida à natureza divina. Ora, êsse poder, os Evangelhos nos asseveram que Nosso Senhor o reclamou para si próprio, e o comunicou aos Apóstolos. — *a) Reclamou-o para si próprio.* Certa ocasião, perdoou os pecados de um paralítico. Protestaram os escribas. Então, querendo Jesus provar que não era nenhum impostor que se arrogasse poderes usurpados, deu imediatamente ao paralítico, ordem de erguer-se e andar. Assim demonstrou que, sendo assaz poderoso para realizar milagres, não devia espantar ninguém que remetesse os pecados. (*Mat.*, IX, 2-7.) Jesus perdoou à Madalena, à Samaritana, ao bom ladrão, etc. — *b*) Todavia, a remissão dos pecados teria sido faculdade por demais transitória, caso desaparecesse com Nosso Senhor. Êste não quis. Comunicou aos *Apóstolos* e a seus *sucessores* o mesmo privilégio. É o que sabemos pelo relato do Evangelho. A êles dirigiu as palavras seguintes, depois da Ressurreição: « Recebei o Espírito Santo; os pecados serão remitidos àqueles a quem vós os remitirdes. Serão retidos àqueles a quem vós os retiverdes.» (*João*, XX, 22, 23.)

B. *TRADIÇÃO.* — Essas palavras de Nosso Senhor tinham o sentido de uma delegação de poderes para a remissão dos pecados. Assim o entenderam sempre, como claramente se infere: — *a*) do *ensino dos Apóstolos.* Já em dia de Pentecostes, falava Pedro aos Judeus: « Arrependei-vos, e seja cada um de vós batizado para o *perdão* dos seus pecados.» (*Atos*, II, 38.) No segundo discurso, repetia mais ou menos o mesmo: « Arrependei-vos e convertei-vos para que *sejam delidos os vossos pecados.*» (*Atos*, III, 19); — *b*) na *prática da Igreja,* que exarou esta verdade no Símbolo dos Apóstolos e no de Nicéia, e com maior solenidade a definiu no Concilio tridentino, afim de responder aos ataques dos protestantes.

143. — IV. Como se opera a remissão dos pecados.

1.º Pecados *mortais* são remetidos pelos sacramentos de Batismo e de Penitência. Excepcionalmente pela Extrema Unção. Pecados veniais serão remitidos também pelos sacramentais, pela oração, pelo jejum, pela esmola, a assistência à Missa, a Santa Comunhão, e, em geral, por todas as boas obras, conquanto venham acompanhadas do arrependimento das faltas.

2.º Logo, *todos os pecados,* por maiores que sejam, podem alcançar misericórdia. A bondade de Deus não têm limites. Como é, neste caso, que Nosso Senhor declarou ser *irremissível a blasfêmia contra o Espírito Santo?* « Perdoar-se-á, aos homens qualquer pecado e qualquer blasfêmia. Mas a blasfêmia contra o Espírito Santo, não. A quem tiver falado contra o Espírito Santo, não se perdoará, nem neste século, nem no século vindouro. » (*Mat.*, XIII, 31, 32). Para entender direito êsse passo dos Evangelhos, é mister lembrar as circunstâncias. Jesus acabava de expelir o demônio do corpo de um possesso. Os Fariseus não podiam negar o fato. Então disseram que o prodígio fôra operado pela fôrça de Beelzebub, chefe dos demônios. A êste endurecimento na cegueira voluntária, a esta má fé revoltante, Nosso Senhor chama de « pecado contra o Espírito Santo », é certo. E vem a ser *irremissível,* porque é teima do pecador no êrro. Aferra-se, e fecha os olhos à verdade. Não é Deus que nega o perdão: é o pecador obstinado que o enjeita.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Cumpre agradeçamos a Deus por nos ter proporcionado meios de resgatarmos as nossas quedas. Cumpre, sobretudo, nos valhamos dêsses meios, sempre que precisarmos.

É com o propósito de excitar a nossa confiança, diz são Francisco de Sales, que Deus nos põe diàriamente na bóca, pela oração da manhã e da tarde, esta declaração : « Creio a remissão dos pecados. »

144. — V. A Ressurreição da carne.

1.º **Os adversários.** — *a*) Era totalmente desconhecida dos pagãos a crença na *ressurreição dos corpos.* Na antiguidade, só os Judeus a professavam. E mesmo entre êstes, a seita dos Saduceus não comungava nessa crença. — *b*) No cristianismo, foram adversários do dogma os gnósticos, maniqueus, albigenses e socinianos. Hoje em dia, negam-no os protestantes liberais e os racionalistas. Seria contrário à razão e à ciência.

2.º **O dogma. Suas provas.** — *Todos os homens hão de ressuscitar no fim do mundo, retomando os respetivos corpos.* Êste *artigo de fé* aparece nos três Símbolos. Foi definido, contra os Albigenses, pelo IV.º Concílio de Latrão. É fundado na Sagrada Escritura e na Tradição. Vejamos umas poucas passagens do Antigo e do Novo Testamento.

A. *ANTIGO TESTAMENTO.* — « Sei, monologava Jó em meio das aflições, sei que hei de ressuscitar do seio da terra. Sei que me revestirei com meu corpo, e com *minha carne* verei a Deus. Vê-lo-ei eu mesmo e não outro. E o contemplarei com meus *próprios olhos.*» (*Jó*, XIX, 25, 27.) « Hão de acordar, os que dormem no pó da terra, diz o profeta Daniel. Alguns, para a vida eterna (o céu) ; outros, para o eterno opróbrio. » (*Daniel*, XII, 2.) Fala um dos irmãos Macabeus ao tirano que mandara cortar-lhe os

membros: « De Deus os recebi, e tenho esperança que êle mesmo os *devolverá.*» (II *Mac.*, VII, 11.)

B. *NOVO TESTAMENTO.* — Era, portanto, verdade comezinha entre os Judeus, a fé na ressurreição dos corpos. Apenas teve de confirmá-la Nosso Senhor Jesus Cristo com seus ensinos: « Há de chegar a hora, falou êle, numa ocasião, aos Judeus, em que os moradores dos túmulos sairão. Quem tiver praticado o bem, sairá para a ressurreição da vida; quem tiver feito o mal, para a ressurreição da perda eterna.» (*João,* 1, 1, 28, 29.) Nosso Senhor profetiza a ressurreição dos corpos; porém, diz mais. Afirma ser *êle próprio o princípio da ressurreição.* « Sou a ressurreição e a vida.» (*João,* XI, 25.) « A quem comer minha carne e beber meu sangue, a êsse ressuscitá-lo-ei no último dia.» (*João,* VI, 54.)

E são Paulo, glosando o mesmo tema: « Todos .. não formamos senão um corpo único, do qual é Jesus Cristo, a cabeça, e nós os membros » (*Rom.*, XII, 5) sendo lógico que, se Jesus Cristo ressuscitou dentre os mortos, nós também — que somos parte do mesmo corpo — havemos de ressuscitar algum dia. Escreve aos Coríntios: « Pregamos que Cristo ressurgiu dos mortos. Donde vem, pois, que vários dentre vós dizem que não há ressurreição dos mortos? Se não houver ressurreição dos mortos, então o Cristo, nem tão pouco não ressuscitou.» (I *Cor.*, XV, 12, 13.) Afirma ainda, são Paulo que havemos de ressuscitar todos, não sendo. porém, todos glorificados, porque « a corrupção não lucrará a herança da incorruptibilidade.» (I *Cor.*, XV, 50.)

Conclusões. — Dos diversos textos aduzidos, resulta: — 1. que *todos* os homens hão de ressuscitar e retomar o respetivo corpo: Jó afiança que, com « sua *carne,* e com seus *próprios olhos,* verá a Deus » — 2. que os mártires acharão de novo *seus membros,* e suas feridas serão outros tantos sinais gloriosos; — 3. que também os *réprobos* hão de recuperar o próprio corpo, mas será para o *castigo,* enquanto

os corpos dos justos ficarão semelhantes ao de Jesus ressuscitado. (*Filip.*, III, 21.)

OBSERVAÇÃO. — Notemos o profundo respeito que a Igreja tributa aos despojos dos mortos. Ninguém, pois, deve estranhar haver ela, logo nas origens do cristianismo, proibido o costume pagão da *cremação*, como atualmente ainda se opõe à incineração dos cadáveres. (V. N.º 460.)

145. — VI. O dogma perante a razão.

Objeção. — Será contrário à razão, o dogma da ressurreição dos corpos? É opinião dos *racionalistas*. Dizem que êste dogma ofende os postulados da ciência. E argumentam com os dois fatos seguintes: — 1. Existem antropófagos. Ora, alimentados êles com carne humana, segue-se que a mesma substância terá sido em épocas diferentes, propriedade de vários indivíduos. A quem tocará no dia da ressurreição? — 2. Aprofundando mais um pouco o assunto, vemos que somos todos antropófagos, já que os cadáveres entregues à terra vão se transformando, com o tempo, em princípios químicos, os quais, absorvidos pelos vegetais, passam a ser nossa alimentação e carne nossa.

Resposta. — É claro que temos aí um mistério. Está com o poder de Deus a resolução das dificuldades. A doutrina católica não explica, nem dá a inteligência dos mistérios. Afirma a verdade da *ressurreição dos corpos*, sem entender de que *modo* Deus a realizará, como sabe e ensina a ressurreição de Nosso Senhor, sem entender as novas leis biológicas desta nova vida. Basta, portanto, provar que não é absurdo êste dogma. Pelo contrário, *satisfaz às exigências da nossa razão* mais do que as melindra.

a) *O dogma não é absurdo.* É fato averiguado pela ciência, que transformações se vão realizando em nós de contínuo. Renovam-se, constantemente, os elementos da nossa carne, tanto que a substância componente do nosso corpo é

diferente em todos os períodos da vida. Logo, quando a Igreja ensina a ressurreição dos corpos, não quer dizer que retomaremos um corpo *materialmente* idêntico ao que êle tiver sido em cada fase da nossa vida: o dogma católica afirma ùnicamente a *identidade formal*. Ora, isto não molesta a razão, de modo algum. Todo o mundo crê, por exemplo, que o corpo do menino, chegado à idade de adulto, à idade viril, à velhice, fica sendo o mesmo corpo, apesar das alterações na substância que o compõe. Aliás, consoante santo Tomás, *o princípio da identidade, é a alma*. Cabe à alma, portanto, reatar a continuidade do fenômeno vital interrompido pela morte (*Contra gentes*, 1. IV, c. 81.)

b) A ressurreição dos corpos *satisfaz às exigências da razão* mais do que as melindra. — 1. *Por parte de Deus*. Nossa razão acha muito conveniente que Deus manifeste sua glória, sua bondade e seu poder, exaltando os corpos junto com as almas. — 2. *Por parte do homem*. É o corpo, companheiro natural da alma; muito razoável, pois, que não seja eterna a separação. É também instrumento imprescindível da alma, quer para o bem, quer para o mal. Por meio dêle é que a alma pode praticar muitas obras boas: jejuns, continência, martírio, etc. O corpo é santificado pela recepção dos sacramentos: torna-se, pela comunhão, o templo do Homem-Deus. Por isso tudo, não repugna à razão, antes a satisfaz, que Deus torne êste corpo participante das recompensas e da felicidade da alma.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º A fé na ressurreição deve ser inspiradora de muito respeito a nossos corpos. (I *Cor.*, VI, 14-20).

2.º Que melhor consôlo se poderia imaginar, quando a morte nos visita, arrebatando parentes ou amigos ? Tendo nós esta certeza que não ficarão eternamente no túmulo, porque houvéramos de chorar feitos pagãos sem esperanças ? (I *Tes.*, IV 14). São Cipriano, bispo de

Cartago, achava desenxabido isto de trajar de luto, pela morte de mártires que envergavam diante do trono de Deus as vestes de gala do júbilo eterno.

LEITURAS. — 1.º Ler são Pedro libertado da prisão pelas orações dos fiéis. (*Atos*, XII).

2.º Jesus Cristo perdoa a Madalena os pecados (*Lucas*, VII); ao bom ladrão (*Lucas*, XXIII).

3.º Glória dos corpos ressuscitados. (I *Cor.*, XV).

QUESTIONÁRIO. — I. 1.º Que é a comunhão dos santos? 2.º Como podeis provar a sua existência?

II. 1.º Quais são os membros da Comunhão dos Santos? 2.º Quais serviços podem os fiéis da terra prestar uns aos outros? 3.º Que serviços podem êles receber dos eleitos? 4.º Que serviços devem êles prestar às almas do Purgatório? 5.º Em que consiste o chamado voto heróico?

III. 1.º Que se entende pela expressão « remissão dos pecados »? 2.º Concedeu Jesus Cristo êste poder a sua Igreja?

IV. 1.º Como se opera a remissão dos pecados? 2.º Haverá pecados que sejam irremissíveis?

V. 1.º Que vem a ser a ressurreição da carne? 2.º Quais são os adversários do dogma católico? 3.º Em que provas se esteia o dogma da ressurreição dos corpos? 4.º Qual é o ensino de Nosso Senhor a êste respeito? 5.º Qual é o de são Paulo? 6.º Qual é a causa da veneração que a Igreja tributa aos despojos mortais?

VI. 1.º Será contrário à razão, o dogma da ressurreição dos corpos? 2.º Que dificuldades apresenta o racionalismo? 3.º Que resposta podeis dar? 4.º Haverá, perante a razão, conveniência por parte de Deus e por parte do homem no dogma da ressurreição dos corpos?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.º Que obséquios podemos oferecer às almas do Purgatório e às almas do Inferno? 2.º Como será capaz de ressuscitar um corpo que o fogo destruiu ou que os antropófagos devoraram? Explica a doutrina católica o modo da ressurreição dos corpos?

20.ª LIÇÃO

12.º Artigo do Símbolo.

«Creio a vida eterna.»

novíssimos. O Céu. O Inferno. O Purgatório.

- **1.º O Céu.**
  - **A. Sua existência.**
    - a) Sagrada Escritura.
    - b) Tradição.
    - c) Razão.
  - **B. Sua natureza.**
    - a) Visão beatífica.
    - b) Amor beatífico.
  - **C. Outras questões.**
    - a) Desigualdade na condição dos eleitos.
    - b) Inamissibilidade da ventura.
    - c) A quem é concedido o Céu.
    - d) Proporção dos eleitos.
    - e) Situação do céu.
- **2.º O Inferno.**
  - **A. Sua existência.**
    - a) **Erros.**
    - b) **Provas da sua existência.**
      - 1. Escritura Sagrada.
      - 2. Tradição.
      - 3. Razão.
  - **B. Sua natureza.**
    - a) **Pena da separação. Afastamentos de Deus.**
    - b) **Pena dos sentidos.**
      - **1. Remorso da alma.**
      - **2. Fogo inextinguível.**
  - **C. Outras questões.**
    - a) **Desigualdade na condição dos réprobos.**
    - b) **Haverá mitigação das penas ?**
    - c) **Número dos réprobos.**
    - d) **Situação do Inferno.**
  - **D. A eternidade das penas perante a razão.**
    - a) **A razão não demonstra o dogma.**
    - b) **A razão prova que o dogma não é absurdo.**
- **3.º O Purgatório.**
  - **A. Sua existência.**
    - a) **Escritura Sagrada.**
    - b) **Tradição.**
    - c) **Razão.**
  - **B. Sua natureza.**
    - **Penas temporais.**
      - a) **da separação.**
      - b) **dos sentidos.**

146. — Vocábulos.

Novíssimos. — Destino que remata a vida humana. Pela designação de *« novíssimos »* entendem-se três momentos graves: — *a) a morte* que separa temporàriamente do corpo a alma. Assim põe termo ao prazo que Deus marcou para que determinássemos, por nossos atos, a nossa sorte eterna. Para qualquer homem, é *necessidade* inelutável. No estado atual das cousas, vem a ser castigo do pecado original (V. N.º 68). Isto é *certo. Incerto* porém, é o quando (hora), e o como (modo) que a morte escolherá para nos aparecer; — *b)* o *juízo*. Primeiro, particular (N.º 113) a seguir imediatamente a morte e cuja sentença definitiva, pronunciando sôbre o valor da nossa vida passada, será sem apelação; — *c)* a *execução*, consecutiva à sentença, isto é, a entrada no Céu, ou no Inferno, ou no Purgatório.

Vida eterna. — Esta expressão, na acepção do Símbolo dos Apóstolos e da Sagrada Escritura, tem como sinônimos: *céu, reino de Deus, Paraíso, Cidade santa, nova Jerusalém.*

A expressão do Símbolo « vida eterna » designa portanto mais especialmente a existência venturosa dos santos no Céu. Quanto à dos precitos no Inferno, é chamada geralmente *« morte eterna »*. Com efeito, os réprobos são mortos para a graça de Deus, impotentes para rehavê-la.

Céu. — Êste termo designa aqui: *a)* o *lugar* onde os eleitos desfrutam sua felicidade; — *b)* esta própria *felicidade.*

Na Sagrada Escritura, a palavra *« céu »* indica: *a) regiões ultra-terrestres*, o que fica acima de nós, espaço onde fulgem os astros. Exemplo: « Os Céus narram a glória de Deus » (*Ps.*, XVIII, 2); *b)* a *mansão de Deus* (*Ps.*, X 4; *Mat.*, V, 34). O céu é o trono em que está sentado (*Ps.*, II, 4), donde baixa à terra (*Gên.*, XI, 5), donde faz ouvir a sua voz (*Mat.* III, 17; — *c)* os *habitantes dos céus*, em especial, o mundo dos Anjos.

Inferno (latim *« inferus »* lugares inferiores, baixos, subterrâneos). Êste termo indica: — *a)* o *lugar* onde sofrem, os réprobos, o seu castigo; — *b)* o próprio *castigo* dos *condenados*, isto é, dos que padecem a pena da privação da vista de Deus.

Purgatório. — Lugar de purificação onde as almas dos justos, que ainda não satisfizeram totalmente por seus pecados, estão completando esta expiação.

PURGATÓRIO DE SÃO PATRÍCIO. — Sítio da Irlanda onde, reza a tradição, mostrou Deus a São Patrício as dores que curtiam as almas do Purgatório, para que esta visão o excitasse a converter os pecadores.

DESENVOLVIMENTO

147. — I. A outra vida. O destino eterno (ver n.º 2)

Creio «a vida eterna.» Remate condigno é êste para o Símbolo dos Apóstolos. Extremamente consolador. De fato, corrida desabalada, insana, a do homem atrás da felicidade! Na fortuna ou nas honras, na glória ou no amor, não a encontra. Apenas gozos relativos, ou fementidos, ou fugitivos. Nada de ventura suprema na terra do exílio. Só no *além*, teremos a resposta adequada aos anelos do coração humano, porque ùnicamente Deus é o bem soberano. «Para vós nos fizestes, Senhor, havemos de repetir com santo Agostinho, e nem paz nem descanço fruirá o nosso coração, até que em vós repouse.» Crer a vida eterna, quer dizer, para um católico, trazer sempre na mente as duas alternativas da eternidade: o *Céu* com seus deleites inenarráveis, ou o *Inferno* com suas horrendas torturas. Ganhar aquele e evitar êste deve ser a meta de qualquer existência humana.

148. — II. O dogma do Céu.

Há um Céu. Quem o diz é a *Sagrada Escritura*, é a *Tradição*, é a *Razão*.

1.º **Sagrada Escritura.** — A. *ANTIGO TESTAMENTO.* — *a*) Lemos no Gênesis que a morte reunirá os *justos* com seus pais e com seu povo. (*Gên.*, XXV, 8, 17; XXXV, 29.) — *b*) No livro da Sabedoria, trata-se muitas vêzes de uma *sobrevivência* cheia de venturas, e ali nos aparecem os justos «resplandecentes como chamas». (*Sabedoria*, III, 7.)

B. *NOVO TESTAMENTO.* — A existência de um sítio especialmente reservado aos eleitos é tema dos mais glosados na pregação de Jesus e dos Apostolos. Com razão. Pois a passagem de Cristo por nossa terra visa exclusivamente isto: fundar, neste mundo, o reino de Deus que alcance a plenitude e a perfeição na eternidade. (*Mat.*, XIII, 24; XXV, 14-46.)

Porquanto insta, junto dos seus discípulos, para que se esmerem na aquisição dos bens duradouros «do tesouro inexaurível que está nos céus.» (*Lucas*, XII, 33.)

São Paulo apresenta-nos o Céu como «o têrmo das nossas esperanças» *Col.*, I, 5), como «a herança dos Santos» (*Col.*, I, 12), e «a morada eterna» onde os eleitos têm de receber o galardão das suas obras. (II *Cor.*, V, 1.)

2.º **Tradição.** — *a*) Os *Padres da Igreja*, nos primeiros séculos, importam-se sòmente com o lugar onde vão os bem-aventurados. São *unânimes* na afirmação da existência do Céu. Mais tarde, dirigiram também para pontos acessórios as suas investigações. Estudaram a natureza das recompensas e as condições dos eleitos no Céu (1). Santo Agostinho, por exemplo, aponta o Céu como sendo o lugar da visão beatífica e dos gozos infinitos que dela resultam.

b) A crença no dogma da vida futura também aparece na *liturgia* dos primeiros séculos. Ali, já se usam nas orações expressões idênticas às que temos hoje nos Missais e Rituais Romanos. Assim, no cânone do Sacrifício, o Céu é chamado «lugar de refrigério, de luz e de paz.»

c) Esta mesmíssima crença se nos revela nos *monumentos* da época mais remota. Nas campas dos túmulos das catacumbas e dos primeiros cemitérios, pode-se ver insculpida esta invocação: que o finado viva em Deus «in Deo», no Cristo «In Christo», na paz «In pace», que traduz a mesma fé na vida futura e nas recompensas celestes.

3.º **Razão.** — Com o testemunho da Sagrada Escritura e da Igreja, certificando-nos que há um céu, vem a razão a exigir uma recompensa para a virtude e uma punição para o vício, afim de restabelecer a justiça falível e deficientíssima dêste mundo.

---

(1) As divergências versam ùnicamente em pontos acessórios. Por exemplo, quanto ao *dia* em que começa a vida eterna, quanto à situação que o céu ocupa. Opinião de santo Agostinho é que os gozos do Céu são incompletos antes da ressurreição dos mortos.

149. — III. Natureza do Céu. Corolários.

1.º **Natureza do céu.** — A glória e ventura do céu é formada de dois elementos: *visão beatífica* e *amor beatífico*, quer dizer, a vista e o amor de Deus. *Artigo de fé.* Constituição de Bento XII (1336).

A. *VISÃO BEATÍFICA* ou *INTUITIVA.* — Consiste em ver a Deus como êle é. Os eleitos contemplam a Deus diretamente, segundo as afirmações de são Paulo: «Por enquanto, vemos como que num espêlho, através de um enigma. Mas então (no Céu) veremos *face a face*» (I *Cor.*, XIII, 12.) Neste mundo, divisamos Deus nas suas obras, como que num espêlho. Pela beleza estupenda do firmamento, nossos olhares o descortinam, mas de modo imperfeitíssimo! No céu, os bem-aventurados o contemplam *face a face.* Todavia, a vista de Deus, embora intuitiva, não é compreensiva, porque é impossível a uma inteligência finita compreender o infinito.

OBJETO da visão beatífica, é portanto: — *a*) em primeiro lugar, *Deus:* sua essência, seus atributos, suas três pessoas, suas obras. Dentre estas, mais particularmente os eleitos. Dentre os eleitos, os que tivermos especialmente conhecido e amado na terra: pais, parentes, amigos, concidadãos. — *b*) São os mistérios que só a fé nos revela, e que, então, brilham inteligíveis no fulgor da verdade no céu. — *c*) É tudo o que diz respeito às funções que preenchiam, outrora. Um papa, por exemplo, entenderá perfeitamente o que se relaciona com o govêrno da Igreja. Um rei, o que é do domínio da administração, do bem público, etc.

B. *AMOR BEATÍFICO.* — É consequência da visão beatífica. Impossível contemplar a Deus sem ficar inebriado, com transportes de júbilo inefável. Deleites inauditos de que não há fazer idéia neste mundo. Porque « os gozos que Deus preparou para os que o amam, são gozos jamais vistos de

olhares humanos, nunca percebidos de ouvido algum, e que não subiram ao coração do homem.» (I *Cor.*, II, 9.)

2. **Corolários.** — 1. *DESIGUALDADE NA CONDIÇÃO DOS ELEITOS.* — Todos os eleitos auferem a felicidade oriunda dêstes dois elementos, porém, em *grau diferente.* «Há muitas moradas, na casa de meu Pai» ensina Nosso Senhor. (*João*, XIV, 2.) Todos os seres haurem venturas do mesmo manancial. Serão, porém, venturas maiores ou menores: «Uma cousa é o brilho do sol, outra, o da lua; e ainda outra, o das estrêlas. Uma estrêla até difere da estrêla vizinha na refulgência. O mesmo se dá com a ressurreição dos mortos.» (I *Cor.*, XV, 41, 42.) A felicidade, pois, há de ser proporcional aos merecimentos e ao grau de santidade. Exigências da justiça. A criancinha que falece logo após o batismo, levando na alma a pureza imácula do lírio, não conquistou os louros do encanecido lidador, que envelheceu nos ardores da peleja, nem do mártir invito, que derramou pela fé o próprio sangue. «Quem semear pouco, pouco há de colher; quem semear com abundância, fartamente colherá.» (II *Cor.*, IX, 6.)

2. *INAMISSIBILIDADE DOS GOZOS.* — A felicidade *do céu é eterna e inamissível.* Artigo de fé enunciado nos símbolos e definido pelos Concílios IV.° de Latrão e de Florença. A vida eterna é «uma coroa de glória que não murcha jamais.» (*Pedro*, I, 4; V, 4.) O que ela for na hora em que é presenteada à alma, isso mesmo ficará sendo durante a eternidade. Entretanto, é doutrina aceita a existência de uma felicidade extrínseca, que pode crescer. Acontece, por exemplo, quando algum santo se torna objeto de um culto, ou de honras especiais por parte da Igreja militante.

3. *A QUEM É CONCEDIDO O CÉU?* — «A qualquer alma perfeitamente isenta de pecados e de penas pelos pecados» é resposta do Concílio de Florença.

4. *QUAL SERÁ A PROPORÇÃO DOS ELEITOS?* — Será maior o número dos eleitos do que o dos réprobos? *Será*, interpretando-se literalmente a parábola de Nosso Senhor, que compara o reino dos céus com um campo de trigo, no qual separam do grão o joio. Êste geralmente é mais diminuto do que aquele. — *Não será*, lembrada a solução dada por Jesus a pergunta análoga: «Senhor, dizei, haverá só um número reduzido de homens salvos?» Jesus respondeu: «Esforçai-vos por entrar pela porta estreita, porque muitos, vo-lo declaro eu, quererão entrar, e não lhes será possível.» (*Lucas*, XIII, 24.) A Igreja não sabe outra saída para o caso. E é melhor, talvez. O sentimento do receio, o temor, a apreensão, dizem que é mais eficaz preservativo do vício, do que a confiança excessiva, e a presunção.

5. *SITUAÇÃO.* — É outro tópico igualmente ocioso indagar do lugar onde fica o Céu. Nosso Senhor nunca fez referência rigorosa a êste pormenor.

150. — IV. Existência do Inferno.

1.º **Erros.** — A. Nos primeiros séculos do cristianismo. Orígenes e seus discípulos, confessando a existência do Inferno, negavam que fôsse *eterno*. No sistema que êles fantasiavam, os espíritos que na terra, houvessem abusado da sua liberdade, teriam de sofrer, no outro mundo, a purificação pelo fogo. Feito isso, seriam salvos, e entrariam na glória. Cairam no mesmo desvario atualmente os Protestantes liberais e certo número de Anglicanos. A todos êles se aplica também a designação de «*universalistas*», porque ensinam que, no fim dos tempos, haverá reconciliação *universal* entre Deus e suas criaturas culpadas, almas dos homens ou demônios.

B. Os *racionalistas* rejeitam a eternidade das dores, porque não se coaduna, dizem êles, com a misericórdia, a justiça e a sabedoria de Deus (V. N.º 152).

2.º **Dogma católico.** — *Os demônios, e os homens falecidos em estado de pecado mortal são punidos com suplícios eternos. É artigo de fé.* Enunciado no símbolo de santo Atanásio. Definido pelos concílios IV de Latrão, de

Lião e de Florença, constituição de Bento XII. Baseia-se na *Sagrada Escritura*, na *Tradição* e na *razão teológica.*

A. **Sagrada Escritura.** — *a*) *ANTIGO TESTAMENTO.* — 1. «Hão de acordar os que estiverem dormindo no pó da terra, diz o profeta Daniel (XII, 2), uns para uma vida eterna, os outros, para um *opróbrio eterno.*» — 2. Os livros morais: Jó, os Salmos, os Provérbios, o Eclesiastes, na presença da disproporção entre as tribulações e as virtudes neste mundo, falam de *sanções futuras* que hão de restabelecer a ordem.

b) *NOVO TESTAMENTO.* — 1. *Doutrina de Nosso Senhor.* Não haverá, talvez, assunto de que Nosso Senhor trate com maior insistência do que êste do Inferno. Anuncia que se celebrará, no fim do mundo, um julgamento, separando dos bons os maus, *indo êstes ao fogo eterno.* (*Mat.*, XX, 14-46. Para melhor calar no ânimo dos ouvintes esta verdade, Jesus compara amiudo o Inferno com uma *geena* (1) *de fogo* à qual foram lançados os réprobos. E aconselha e exorta os discípulos que não se acobardem diante de qualquer sacrifício para fugir dêsse lugar de tormentos horrorosos. « Se te escandalizar a tua mão, corta-a, porque melhor será entrares sem ela na vida eterna, do que caíres, com o corpo inteiro, na geena, no *fogo inextinguível*, onde não morre o verme que os rói, nem se apaga a chama.» (*Marcos*, IX, 42, 43.)

Igual advertência nos dá por vêzes o Salvador na forma de parábolas. Hajam vista: — 1) a *parábola do joio*, que simboliza o destino dos maus excluidos do reino (*Mat.*, XIII, 24-30); — 2) *a da rede.* O pescador, a escolher os peixes, guardando os que servem, jogando os ruins, é figura da separação que se fará, no fim do mundo, dos bons e dos maus (*Mat.*, XIII, 47-50); — 3) a parábola das *núpcias*

(1) O têrmo *geena* designava um vale no qual reis idólatras, Acás e Manassés, tinham feito queimar outrora crianças diante da estátua do deus Moloc. Aquele sítio, para os Judeus, era símbolo de terror considerado como figura do Inferno.

reais, em que o rei manda que se atire às trevas exteriores êsse conviva, entrado sem ter as vestes próprias (*Mat.*, XXII, 1-14); — 4) a parábola das *virgens prudentes e das virgens loucas*, chegando estas demasiado tarde para receberem o esposo (*Mat.*, XXV, 1-13); — 5) a parábola dos *talentos*, na qual o dono elimina os que não se aproveitaram dos seus talentos (*Mat.*, XX, 14-30.)

2. *Doutrina dos Apóstolos.* Fiéis ao ensino do seu Mestre, vão continuando os Apóstolos a pregar a perdição eterna dos maus. — 1) *Testemunho de são Pedro.* «Assim como castigou Deus os Anjos rebeldes, infligindo-lhes, após a sentença, os suplícios do Inferno, assim também reserva os maus para *puni-los no dia do juízo*» (II *Pedro*, II. 4-9.) — 2. *Testemunho de são Paulo.* O Apóstolo fala muitas vêzes nas suas Epístolas da vida futura: aos justos, promete a alegria; aos perseguidores, aos impudicos, aos idólatras, etc., mostra o *inferno com a eternidade* (II *Tessal.*, I, 5-9; *Gal.*, V, 19-21; *Ef.*, V, 5.) — 3) No *Apocalipse*, (XXI, 8) são João fala do «*tanque ardente de fogo*», em que serão mergulhados os assassinos, os impudicos, os mágicos, os idólatras, etc.

B. Tradição. — *a*) *TESTEMUNHO DOS PADRES DA IGREJA.* — Nos primeiros séculos do cristianismo, são unânimes e concordes os Padres da Igreja na pregação do Inferno com dores eternas. Começa, a discussão, sòmente com *Orígenes.* Os erros dêle foram combatidos por são Basílio, e condenados pelo concilio de *Constantinopla* (553) e pelo IV.º Concílio de Latrão (1215). — *b*) *TESTEMUNHO DOS MÁRTIRES.* — Na era das perseguições, costumavam responder os cristãos aos tiranos que vinham com ameaças de morte: é melhor para nós suportarmos torturas passageiras do que irmos ao «*fogo eterno.*»

c) *TESTEMUNHO DA TRADIÇÃO PAGÃ.* — A idéia do Inferno não é crença da nação judaica só e da religião católica. Também se encontra na tradição dos povos pagãos. O rio do Estige, que ninguém torna a passar, depois que se transpuseram as margens;

o malaventurado Tântalo, rei da Frígia, sentenciado a fome e sêde eternas, porque ofendeu os deuses; o desditoso Sísifo, tirano de Corinto, afamado por sua crueldade, a rolar eternamente uma pedra para o cimo da montanha, sem poder alcançá-lo, nunca; as Danaides, a quem coube a imposição de encherem o barril sem fundo, por terem assassinado os esposos: — isto tudo, são outros tantos mitos, traduzindo a fé dos pagãos num suplício eterno, que a divindade estabeleceu para justa punição dos crimes desta vida.

C. **Razão teológica.** — Deus, Soberano Juiz, deve dar a cada um segundo as respetivas obras. Se o justo tem direito à recompensa, o culpado merece punição. Ora, é sabido que, neste mundo, muitas vêzes os bons passam mal e os criminosos não só escapam do castigo devido a seus delitos, como até chegam a gozar de bastantes regalias e livram-se completamente do remorso. Logo, é conveniência suma que Deus faça triunfar a ordem, equilibrando as cousas, dando aos justos a felicidade; aos outros, o castigo.

151. — V. Natureza do Inferno. Corolários.

1.º **Natureza do Inferno.** — A natureza de um castigo deve ser condicionada pela natureza da culpa. Ora, com o pecado mortal o homem desvia-se de Deus e volve-se para a criatura. A êstes dois caracteres da ofensa, devem corresponder dois caracteres da punição. É por isso mesmo que os condenados *padecem uma dor dupla: pena da separação* e *pena do sentido. Dogma de fé.*

A. *PENA DA SEPARAÇÃO.* — Esta pena, também chamada pena moral, consiste na *privação da visão beatífica.* O homem desviou-se voluntàriamente de Deus. É de todo o ponto justo e conveniente que seja afastado e separado definitivamente: «Retirai-vos de mim, malditos» diz Nosso Senhor. (*Mat.*, XXV, 41.) Esta primeira pena é indubitàvelmente a mais acerba. Arrebatado do próprio lar, enjeitado pela pátria, esbulhado de todos os bens, é certamente o exilado o mais desditoso dos homens. Quão lastimável não será a sorte do réprobo, apartado para sempre da Beleza

infinita! Agora que êle calcula a extensão da perda que sofreu, da desgraça que o esmaga! Agora que já não pode mais solicitar das criaturas diversões e prazeres, que o consolem da ausência de Deus!

B. *PENA DO SENTIDO.* — Tem êste nome a segunda pena, porque seu fim é castigar o apêgo maldoso do pecador às satisfações ilegítimas dêste mundo, e porque consiste numa tortura oriunda de agentes sensíveis. Já aflige as almas, ainda longe dos respetivos corpos, como aflige os anjos rebeldes; porém, é sobretudo quando o corpo estiver reunido à alma, que esta pena se exercerá com toda a intensidade. Conforme o temos verificado (N.º 150), Nosso Senhor menciona e descreve, com duas palavras, êste tormento: é um como verme que não morre, e fogo que nunca se apaga: — *a*) *verme que não morre:* é o remorso eterno, que atenaza a consciência, à vista do mal que foi cometido, e já se tornou irreparável. «Então temos andado tresmalhados, longe das sendas da verdade, falam consigo os maus, alanceados pelas exprobações da consciência... Desconhecemos os caminhos do Senhor... Fomos cortados em meio das nossas iniquidades.» (*Sabedoria*, 1, 6, 7, 13.) — *b*) «*Fogo que não se apaga nunca.* O Inferno é braseiro ardente, onde haverá pranto e ranger de dentes.» (*Mat.*, XIII, 42.)

Qual é a *natureza dêsse fogo?* Poderá ser assimilado ao fogo que conhecemos e tanto nos assusta? É muito certo que se trata de *fogo real,* ainda que a Igreja não tenha definido rigorosamente a natureza dêle. Fôra absurdo, com efeito, cogitar que Nosso Senhor tivesse escolhido esta tortura do fogo para mero espantalho, com o fito único de arredar do pecado os homens amedrontadiços.

1.º Corolários. — **1.** *DESIGUALDADE NA CONDIÇÃO DOS RÉPROBOS.* — **1)** **Quanto à** ***duração,*** **são iguais as penas dos condenados, desde que nunca acabam. 2) Quanto à** ***intensidade,*** **porém, são diferentes, pois « Deus dará a cada um segundo as suas obras». (*Rom.*, II, 6).**

2. *MITIGAÇÃO DAS PENAS.*— Poderá diminuir, com o tempo, a intensidade da pena do sentido que sofrem os condenados? Receberão êstes com a intercessão dos vivos um alívio progressivo que a misericórdia de Deus concedesse a seus padecimentos? — 1) Teólogos houve, como o P. Jesuita PETAU (1583-1652), o Sulpiciano EMERY (1732-1811), e recentemente, M. GARRIGUET, refundindo em obra de valor, *O bom Deus*, a tese de Emery, — que admitiram a *mitigação das penas*, pelo menos *temporária*, e *proporcionada às orações dos fiéis*. Baseiam esta opinião sôbre textos da Sagrada *Escritura* (II *Mac.*, XII, 43, 46; *Ps.*, LXXVI, 10) e sôbre passos de alguns Padres da Igreja: santo AGOSTINHO, no Ocidente, são BASÍLIO, são JOÃO CRISÓSTOMO, e principalmente são JOÃO DAMASCENO, no Oriente. — 2) A imensa maioria dos teólogos professa, com santo TOMÁS, a opinião contrária. Começam reparando que não são concludentes os aludidos textos escriturários. Depois, alegam que são discutíveis os pareceres dos referidos Padres. E finalmente, julgam ter prova bastante e decisiva, neste fato que a Igreja não costuma rezar pelas almas que estão no Inferno. Na verdade, a tese da mitigação das penas nunca foi anatematizada pela Igreja; assim mesmo, deve-se considerar como certa a outra opinião.

3. *O NÚMERO DOS RÉPROBOS* e a *SITUAÇÃO DO INFERNO* são duas questões que não podemos solucionar. Como para o Céu. A Igreja limita-se em dizer-nos o que sabe: Quem morrer com algum pecado mortal não perdoado na consciência, será condenado ao suplício eterno.

152. — VI. A eternidade do Inferno perante a razão.

Objeção. — Todos os adversários da religião católica, os *racionalistas* particularmente, insurgem-se contra o dogma do Inferno. Culpam-no de ofensivo à razão. No ponto de vista que adotam, a eternidade das penas é castigo desproporcionado com a falta, logo, contrário, à *bondade*, e até à justiça de Deus. Eis como formula JÚLIO SIMÃO esta objeção: « A pena têm um fim duplo: expiação do delito e emenda do criminoso. Perguntam se a pena pode durar eternamente. Se fôsse, suprimia isto, um dos carateres: a purificação, a emenda. Exagerava o outro além dos limites, pois não há falta temporal que exija pena eterna. Não há princípio de razão que requeira a eternidade das penas, nem sequer permita admiti-la.»

Resposta. — Com as próprias fôrças, fora de qualquer revelação, não há dúvida que é radicalmente incapaz a razão de demonstrar que a eternidade das penas é sanção justa e necessária do pecado. O que a fé católica pretende, é que a eternidade do Inferno nada têm de

oposto à razão, e que não há cousa nenhuma, nem por parte do pecador, nem por parte de Deus, que contrarie êste dogma.

A. *POR PARTE DO PECADOR.* — *a*) Dizem: «A expiação tem de ser proporcionada à culpa. Ora, não há culpa temporal que reclame castigo eterno.» É certo que a *reparação* deve ser na razão direta da *gravidade da ofensa*. Logo, questão preliminar é a apreciação desta gravidade, ou malícia do pecado mortal. Ora, o princípio que vigora, para se avaliar a importância de uma injúria, é duplo: atende, no mesmo tempo, à dignidade do ofendido e à baixeza do ofensor. Por outra, quanto maior for a distância entre o ofensor e o ofendido, tanto mais grave será a injúria. Assim, fica evidenciado que é infinita a malícia do pecado. É preciso admitir entretanto que, debaixo de outro aspecto, e como ato humano, o pecado não pode assumir caráter de infinito. Daí resulta que a sanção têm que se apresentar com êste aspecto duplo: infinito por um lado, finito por outro. E é isso mesmo que vemos, no caso das penas do Inferno: não são infinitas, nem na sua *natureza*, nem na *intensidade*. Apenas na *duração*.

b) Mas, uma pena qualquer, objetam ainda, há de ser *medicinal*; deve procurar «a purificação, a emenda» do delinquente. É verdade neste mundo. E nem sempre, pois qual é o efeito medicinal da pena de morte da justiça humana? No outro mundo, porém, não há mais emenda. Deus deixa ao homem liberdade plena de fazer isso ou aquilo, de ser fiel ou revoltoso. Mas, quando terminou a vida, está terminada a experiência: fique a árvore onde caiu. Não têm motivo de queixa, porque não sarou, o doente que não quis tomar as medicinas receitadas. É muito bem haver, a princípio, penas para aviso, para purificação e emenda. Que seja sempre assim obrigatòriamente não há argumento que o prove. Uma hora chega em que a única razão de ser da pena, é o castigo do culpado, a punição do mal porque é o mal, o restabelecimento da ordem violada (1).

B. *POR PARTE DE DEUS.* — *a*) Os racionalistas pretendem que a eternidade das penas é incompatível com a *bondade* de Deus. Tal solução descura um dado importante do problema. Apenas toma em consideração um atributo de Deus, isolando-o dos demais. Não

---

(1) «As exigências da justiça eterna não encontram satisfação na vida presente, escreve OLLÉ-LAPRUNE. Sabemos que a lei moral deve ficar com a vitória definitiva. Não pode acontecer que o bem seja vencido; deve, por último, triunfar, quer sendo conhecido e amado como merece, quer compelindo para dentro da ordem, por justos castigos, a vontade teimosamente rebelde. Há necessidade moral que as cousas sucedam assim. Ou a lei moral não passa de palavra ôca e vã, ou ficará ela com a vitória definitiva. Quem acredita na vida futura, dá confiança ao Ente, seja quem for, princípio e autor da moral, o que é o Bem por excelência. Confia nêle, e dêle espera o triunfo supremo da justiça.

é lógico. Não padece dúvida que a bondade infinita de Deus, querendo, podia deixar de criar um castigo eterno.

b) Junto com a bondade, *porém*, existe a *justiça*. E a justiça pede que se dê uma sanção proporcionada ao ato, e uma sanção eficaz: — 1. *pena conforme a falta*. Temos visto, há pouco, que só a *eternidade* de uma pena finita corresponde à gravidade do pecado mortal. Quem diz que a sanção não pode ser *eterna*, porque a falta foi *passageira*, engana-se redondamente, estribado num princípio falsíssimo que é o seguinte: Sempre deve haver correlação entre a duração da culpa e a duração do castigo. Ora, é óbvio que a duração da pena não têm nada com a duração do crime, e sim com a gravidade dêle. Assim manda o bom senso, a equidade. Assim o praticam todas as legislações humanas. Perpetra-se, às vezes, num instante, o homicídio. Entretanto, será punido com a pena de morte, que é castigo como que eterno. Deus que é a Suma Justiça, procede da mesma forma. — 2. *sanção eficaz* Sòmente aquela que for eterna, há de ser eficaz. É fácil compreender. Acabando o castigo do Inferno, por mais comprido que fôra, no fim, está o pecador equiparado ao justo; alcança o mesmo resultado. O mal e o bem já estão igualados, identificados. Logo pode o crime campear à vontade, impune e infrene; pode multiplicar os atentados, porque mais dia menos dia gozará dos mesmos prêmios que o homem virtuoso. Deus então foi ludibriado. Neste caso, que adiantam todos êsses carinhos, êsses desvelos extremosos, êsses tesouros de amor e de graças, prodigalizados ao pecador?! Que adianta, a Incarnação, a Redenção?! Para que pedir, dos homens de bem, tanto e tanto sacrifício, desde que, cedo ou tarde, a mesma sorte, a mesma dita os há de paternalmente envolver a todos?!

153. — VII. Existência do Purgatório.

A existência do Purgatório, como a do Céu e a do Inferno é verdade de fé definida pela Igreja. Vem provada pela *Sagrada Escritura*, pelo *ensino da Igreja* e pela *razão*.

A. Escritura Sagrada. — São pouco numerosos, mas são claros os textos, quer do Antigo, quer do Novo Testamento, que nos revelam a existência do Purgatório.

a) *ANTIGO TESTAMENTO*. — O único passo do Antigo Testamento que traz forçosamente ao espírito a idéia do Purgatório, encontra-se no II.º Livro dos *Macabeus* (XII, 43, 46). Judas Macabeu oferece um sacrifício pelos mortos, para que fiquem livres de pecados. Ora, se «é pensamento

santo e salutar o rezar pelos defuntos, afim de que fiquem livres de pecados», é sinal que estarão num lugar donde é possível sair. Logo, não é o Inferno, nem o Céu. Ainda não entraram na vida eterna por causa de faltas leves que teriam de expiar antes.

b) *NOVO TESTAMENTO*. — Nosso Senhor não falou nunca diretamente do Purgatório. Mas, algumas palavras dêle dão a entender esta existência. Quando disse que «o pecado contra o Espírito Santo não será remitido, nem neste século, nem no *século vindouro*» (*Mat.*, XII, 32), quis ensinar que outros pecados poderiam ser perdoados, até na vida futura. São Paulo também afirma que alguns serão salvos, depois de terem passado pelo fogo (I *Cor.*, III, 15.). E conforme a esta doutrina, roga a Deus que se compadeça de Onesíforo, o qual prestara bons serviços em Roma e em Éfeso. (II *Tim*, I, 16, 18.) Logo, acredita que Onesíforo esteja precisando de orações.

B. **Ensino da Igreja.** — O dogma do Purgatório foi expressamente definido pelos Concílios II de Lião (1274), de Florença (1439) e de Trento (1545-1563). Não se limitou a Igreja, à definição do Purgatório, lugar de expiação e purificação, por onde transitam as almas que não são perfeitamente imáculas. Ensina mais que podem aliviar a sorte destas almas e apressar a hora da saída todos os fiéis da Igreja militante, por meio de orações, boas obras (N.º 141), pela aplicação das indulgências (N.º 417), e sobretudo, pelo Santo Sacrifício da Missa (N.º 388). Porquanto temos, na *Liturgia*, um dia especialmente consagrado às almas do Purgatório: é o dia 2 de Novembro de cada ano, dia dos Finados, em que são mais abundantes e mais instantes as preces a favor das pobres almas.

Razão. — Além dos ensinos da Sagrada Escritura e da Igreja, logra o dogma do Purgatório o apôio da *razão*. São muitos e muitos, os que pecaram e não fizeram, antes de morrer, reparação completa, e por isso, não podem ir direito

para a « Vida eterna ». « Nada que não seja perfeitamente limpo há de entrar no Céu ». (*Apoc.*, xx, 27.) Nem culpa maior têm êles na consciência, que justifique os castigos do Inferno sem fim. Logo, é bom que alcancem a bem-aventurança depois de uma expiação mais ou menos demorada.

154. — **VIII. Natureza do Purgatório.**

Há no Purgatório, como no Inferno, estas duas penas: — *a*) *pena moral* ou de *separação*. É a privação da vista de Deus. É suavizada pela esperança certa. Isto explica as palavras da oração litúrgica da missa dos defuntos: « *Requiem æternam dona eis, Domine, et lux perpetua luceat eis.* Senhor, dai-lhes o descanso eterno e que a eterna luz as alumie »; — *b*) *pena do sentido.* Na opinião da mor parte dos teólogos, estas penas são de mesma natureza que as do Inferno, menos a eternidade e consequente desespêro.

Quanto à situação do Purgatório, a Igreja, nas suas preces, fala de lugar inferior: « *A porta inferi. De profundis.* Do fundo do abismo »; mas pode-se entender estas expressões em sentido moral, não material; e não há nada que determine onde fica o Purgatório.

CONCLUSÃO PRÁTICA

1.º O Céu! Que palavra dulcíssima, cheia de suavidade e bálsamo! O Inferno! pelo contrário, palavra execranda, medonha! Não as olvidemos um instante sequer. É melhor, certamente muito melhor, ir a Jesus com amor, e estreitá-lo em nossos braços. Muito melhor. Mas o receio, às vezes, é útil, quiçá necessário. E poderá ser não raro o caminho que trará o pecador ao amor de Jesus. Por isso, havemos de meditar não somente nos deleites do Céu, mas também, nos suplícios horríveis do inferno; que nos infundam uma repugnância mais salutar ao pecado. Repetiremos a miudo esta curtinha

invocação a Nosso Senhòr : « Meu Jesus, preservai-nos da reprovação eterna. »

2.º O recurso de mais valia, para não cairmos no Inferno, é termos grande mêdo do Purgatório e ódio ao pecado venial que aí nos pode levar.

LEITURAS. — 1.º Ler em são *Lucas*, XVI, 19-31, a história do mau rico. 2.º Em *são Mateus*, XIII, as Parábolas do joio, do tesouro enterrado no campo, e da rede. 3.º Em *são Mateus*, VII, 19, A árvore estéril lançada ao fogo.

QUESTIONÁRIO. — I. Qual é o objeto do último artigo do Símbolo ?

II. Como se prova a existência do Céu ?

III. 1.º Qual é a natureza do Céu ? 2.º Gozam todos os eleitos de felicidade igual ? 3.º Poderão perdê-la ? 4.º Pode crescer esta felicidade dêles ? 5.º Quem merece o Céu ? 6.º Que porcentagem haverá de eleitos ? 7.º Onde fica o Céu ?

IV. 1.º Quais erros conheceis a respeito do Inferno ? Quais são as provas da existência do Inferno ?

V. 1.º Qual é a natureza do Inferno ? 2.º Quais são as penas dos réprobos ? 3.º Qual é a natureza do fogo do Inferno ? 4.º Serão iguais as penas de todos os condenados ? 5.º Diminuirão elas um pouco com o tempo ? 6.º Qual é o número dos réprobos ? 7.º Qual é o lugar do Inferno ?

VI. 1.º Não vai de encontro à razão a eternidade das penas do Inferno ? 2.º Não está isso fora de proporção com a gravidade da culpa ? 3.º Não repugna à bondade de Deus ?

VII. Quais são as provas da existência do Purgatório ?

VIII. 1.º Quais são as penas do Purgatório ? 2.º Em que diferem das do Inferno ?

TRABALHOS ESCRITOS. — 1.º Quando vos lembrais do Céu, que idéia fazeis dêle ? 2.º Contar como e quando foi criado o Inferno. 3.º Conheceis alguém do séquito de Nosso Senhor que certamente terá caido no Inferno ? 4.º Conheceis outro ? 5.º Quando acabará o Purgatório ?

D

R

T

U

V

ÍNDICE DAS MATÉRIAS